RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2010

Rentipar Financeira - SGPS, S.A.

Rentipar Financeira - SGPS, S.A.

Sede Social: Avenida Barbosa du Bocage, 85 – 5º 1050-030 Lisboa

Número único de Matricula e Pessoa Colectiva: 502 176 881

Capital Social: 135.000.000,00 Euros

ÍNDICE

- Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

II. ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2010

II.1 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

II.2 BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2010

1. SOCIEDADES *HOLDING*

1.1 Banif - SGPS, S.A.

1.2 Banif Comercial - SGPS, S.A.

1.3 Banif Investimentos - SGPS, S.A.

1.4 Banif Mais - SGPS, S.A.

1.5 Rentipar Seguros - SGPS, SA

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.1 Recursos Humanos

2.2 Gestão dos Riscos da Actividade

2.3 Finanças

2.4 *Compliance*

2.5 Auditoria

3. BANCA COMERCIAL

3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

3.1 3 Actividade Comercial no Continente

3.1.4 Actividade Financeira

3.1.5 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

3.2. Crédito Especializado

3.2.1 Banco Mais, S.A.

3.2.1.1 Actividade em Portugal

3.2.1.2 Actividade Internacional

3.2.2 Bank Plus Bank, Zrt.

3.2.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA

3.2.4 Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.

3.3 Actividade Internacional

3.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

3.3.2 Banif International Bank, Ltd

3.3.3 Banif Finance (USA) Corp.

3.3.4 Banif Financial Services Inc.

3.3.5 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.

3.3.6 Banca Pueyo, S.A.

3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.

3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd

4. BANCA DE INVESTIMENTO

4.1 Banif – Banco de Investimento, S.A.

4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

4.2.1 Banif Securities, Inc.

4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.

4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)

5. SEGUROS

5.1 Principais indicadores consolidados da Rentipar Seguros SGPS, S.A.

5.2 Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

5.3 Global Companhia de Seguros, S.A.

5.4 Global Vida Companhia de Seguros Vida, S.A.

II.3 **RENTICAPITAL – INVESTIMENTOS FINANCEIROS, S.A.**

III **ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS**

IV **ANÁLISE DE RISCOS**

V **FACTOS RELEVANTES**

VI **PERSPECTIVAS FUTURAS**

VII **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

VIII **NOTAS FINAIS**

⇨ Anexos ao Relatório do Conselho de Administração

IX DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Demonstrações Financeiras Separadas

1.1 Balanço

1.2 Demonstração de Resultados

1.3 Demonstração do Rendimento Integral

1.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios

1.5 Demonstração de Fluxos de Caixa

1.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1 Balanço

2.2 Demonstração de Resultados

2.3 Demonstração do Rendimento Integral

2.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios

2.5 Demonstração de Fluxos de Caixa

2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

O ano de 2010 caracterizou-se, a nível global e, sobretudo, nas economias emergentes, pelo início da recuperação da recessão económica verificada em 2008 e 2009. Em Portugal, esta recuperação foi fortemente prejudicada, e estima-se que o continue a ser nos próximos anos, pela eclosão da crise da dívida soberana e pelos processos de consolidação orçamental e de redução do endividamento do sector privado.

Assim, em 2010, as empresas e os particulares continuaram a sentir graves problemas decorrentes da dificuldade no acesso ao crédito, do custo elevado dos recursos financeiros, do agravamento do desemprego e do substancial aumento da carga fiscal.

Paralelamente, a instabilidade e a volatilidade continuaram a caracterizar os mercados financeiros. O mercado monetário interbancário manteve-se inacessível para a generalidade da banca portuguesa, obrigando as instituições de crédito ao reforço dos seus capitais próprios e a uma cuidadosa gestão da sua liquidez.

Sem prejuízo das especificidades próprias do contexto geográfico em que cada uma das empresas do Grupo Rentipar Financeira desenvolve a respectiva actividade, a estratégia transversalmente seguida passou por um maior controlo e racionalização dos custos, uma gestão criteriosa e concertada da liquidez, contenção na concessão de crédito, reforço das garantias no crédito concedido, uma oferta competitiva em produtos de poupança e com especial atenção à qualidade do serviço como elemento diferenciador e de valor acrescentado.

Na actividade de banca comercial, destaca-se o aumento do capital do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., no montante de 214 milhões de euros, o maior já alguma vez efectuado na instituição, que passou a dispor de um capital social de 780 milhões de euros, de um rácio de capital *Tier 1* de 10,76% e de um rácio de capital total de 14,54%, ambos claramente acima da média do sistema bancário.

Na banca de investimento, regista-se a parceria estabelecida com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, nos termos da qual este último tomará uma participação de 70% na Banif Corretora de Valores e Câmbio, que integra a Banifinvest, *broker on-line* do Grupo no Brasil, através de um investimento avaliado em cerca de 129 milhões de reais (58 milhões de euros). Este acordo demonstra o acerto da estratégia seguida no desenvolvimento do Banifinvest e a sua efectivação, que aguarda apenas as aprovações das autoridades brasileiras, deverá permitir libertar parte dos capitais investidos, com vista à sua aplicação noutras áreas de negócio.

No sector segurador a consolidação e a racionalização esteve na base da e stratégia do Grupo Rentipar para esta área de negócio. Consumada que foi a aquisição da Global – Companhia de Seguros, S.A. e da Global Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A., no início de 2010, o ano foi caracterizado pelo processo de incorporação de ambas as entidades na Companhia de Seguros Açoreana.

Concluído o processo, o Grupo passou a dispor de uma única Companhia, com uma quota de mercado global de cerca de 3,4%, sendo de 7,4% nos Ramos Não Vida e de 2% no Ramo Vida, a qual se posiciona entre as 5 maiores seguradoras portuguesas e entre as 3 maiores nos Ramos não Vida. As novas valências e a maior dimensão da nova Companhia de Seguros Açoreana deverão permitir-lhe tirar partido de todas as oportunidades e economias de escala decorrentes desta fusão, assumindo maiores responsabilidades e objectivos mais ambiciosos.

No final de 2010, a nossa participada Banif – SGPS, S.A. procedeu a um aumento do seu capital social, de 490 milhões de euros para 570 milhões de euros. No âmbito desta operação, a Rentipar Financeira reforçou a sua posição de controlo no capital desta empresa, passando deter directamente 53,87% do seu capital social e a ser-lhe imputável 59,74 % dos direitos de voto (nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários).

Ainda no final de 2010, visando o reforço dos fundos próprios da Rentipar Financeira e dos seus rácios de solvabilidade, foi proposto aos accionistas pelo Conselho de Administração proceder ao aumento do seu capital social.
Já no decurso do ano de 2011, foi aprovado e concretizado o aumento do capital social de 45 milhões de euros para 135 milhões de euros, reservado a accionistas,com a realização inicial de 30% do valor de subscrição (27 milhões de euros).

O ano de 2010 ficará ainda na nossa memória pelo falecimento do fundador do Grupo Rentipar, accionista de controlo e Presidente do Conselho de Administração da Rentipar Financeira – SGPS, S.A., Comendador Horácio da Silva Roque.

Mais do que pelo reconhecimento do seu papel fundamental para o nascimento e o crescimento deste Projecto, é no firme compromisso da sua continuidade, com total respeito pelos valores e princípios do seu fundador, que a Rentipar Financeira deverá perpetuar a sua homenagem ao Comendador Horácio da Silva Roque, afirmando-se como um legado de inestimável importância para todos os seus *stakeholders*.

O Grupo esteve à altura das suas responsabilidades. Mostrou dispor de uma estrutura organizacional sólida, que foi capaz de assegurar a sucessão necessária nas equipas de gestão e de salvaguardar a normal continuidade da actividade das suas empresas. Acima de tudo, demonstrou a capacidade de fazer face às circunstâncias mais adversas, sejam elas resultantes de fenómenos macroeconómicos à escala mundial ou da dramática fragilidade da vida humana.

A dimensão, o dinamismo e a solidez do Grupo Rentipar, consolidados pelo empenho dos seus Colaboradores, pela confiança dos seus Clientes e pela força de acreditar dos seus Accionistas, são a nossa garantia para os anos que se avizinham e o fundamento da nossa convicção no êxito deste Projecto.

O Presidente do Conselho de Administração

Dr. Fernando José Inverno da Piedade

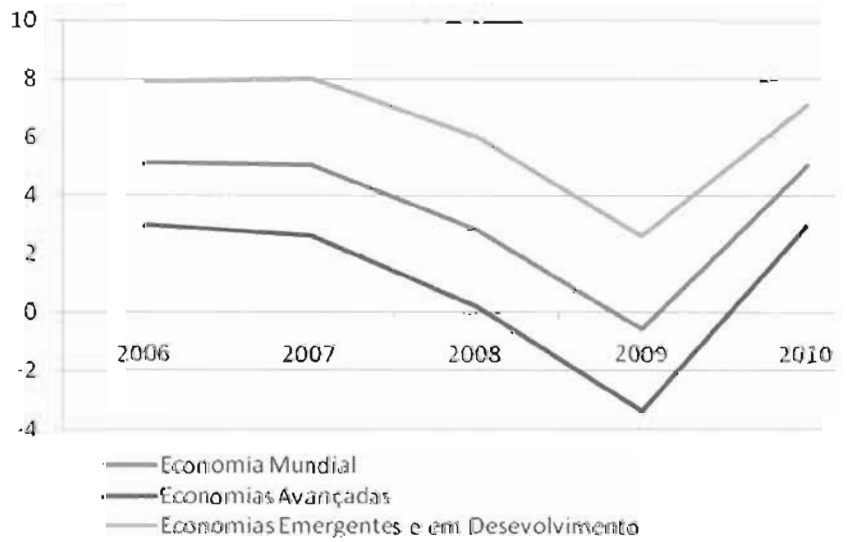
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei e com os Estatutos da Sociedade, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas individuais e consolidadas da Rentipar Financeira – SGPS, S.A. ("Rentipar Financeira"), relativos ao exercício de 2010.

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Evolução do PIB Mundial



Fonte: World Economic Outlook, FMI

A economia mundial continuou, em 2010, a recuperação que se iniciou no segundo semestre de 2009, após a forte recessão global de 2008/2009. De acordo com o FMI[1], a economia mundial registou um crescimento de aproximadamente 5% em 2010, recuperando de uma recessão global caracterizada pela retracção do crescimento do produto em termos reais da economia mundial em 2009 (-0,6%). A actual fase de recuperação tem-se caracterizado por se processar a duas velocidades, com um crescimento mais moderado nas economias avançadas, apesar de melhor do que inicialmente esperado, apresentando níveis de desemprego ainda elevados, enquanto nos mercados emergentes a actividade permanece robusta e alguns sinais inflacionistas começam a manifestar-se, aparentando sintomas de sobreaquecimento.

O desempenho global foi liderado pelas economias emergentes e em desenvolvimento que, no seu conjunto, terão registado um crescimento de 7,1%. Merecem particular destaque os desempenhos da economia chinesa, indiana e brasileira, que terão crescido 10,3%, 9,7% e 7,5%, respectivamente. A recuperação foi igualmente extensível às economias desenvolvidas, não obstante terem registado um menor ritmo de crescimento, que se cifrou em 3%. A economia norte-americana cresceu 2,8% e o Japão 4,3%, a taxa mais elevada desde 1990, tendo os países da Área do Euro (AE) registado um crescimento de 1,8%. Dentro destes, merece particular destaque o desempenho da economia alemã, com um crescimento de 3,6%, exercendo o papel de motor da AE.

[1] FMI, World Economic Outlook Update, Janeiro de 2011

No que respeita à evolução dos preços, verifica-se também uma evolução distinta, tendo a ampla capacidade económica ainda ociosa e as expectativas de inflação bem ancoradas contribuído para uma evolução moderada dos preços no consumidor nas economias desenvolvidas, de cerca de 1,5%. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, o forte crescimento económico e a subida dos preços dos bens alimentares, que se manteve persistente ao longo do ano, começou a impactar os preços no consumidor, cujo crescimento se cifrou em 6,3%.

O ano de 2010 ficou também caracterizado pela recuperação do comércio mundial, tendo os volumes de bens e serviços transaccionados crescido cerca de 12% em 2010, face a uma forte contracção de 10,7% registada em 2009. Os preços das "*commodities*" registaram igualmente uma forte recuperação, tendo o petróleo crescido em termos médios 27,8% em 2010 e as "*commodities*" ex-petróleo crescido em média 23%, face a quedas de 36,3% e 18,7%, respectivamente, em 2009.

2. Desenvolvimentos nas principais economias

Na economia norte-americana, a recuperação económica que se iniciou em meados de 2009 fortaleceu-se ao longo de 2010, apesar de a taxa de desemprego se encontrar ainda elevada. Os dados mais recentes apontam para um crescimento real de 2,8% em 2010, após uma queda de 2,6% em 2009.

A fase inicial da recuperação, entre a segunda metade de 2009 e a primeira metade de 2010, deveu-se em grande medida à estabilização do sistema financeiro, aos efeitos expansionistas das políticas monetária e fiscal e ao forte incremento na produção, motivado pela recomposição de inventários por parte das empresas.

A sustentabilidade da recuperação começou a ser posta em causa em meados de 2010, à medida que muitos daqueles efeitos se foram desvanecendo e os problemas orçamentais e bancários na Europa afectaram os mercados financeiros. No entanto, a recuperação da actividade económica estabilizou no 3º trimestre de 2010, suportada por um lado pelo aumento das despesas de consumo privado, investimento empresarial, despesas públicas e por outro lado, por um forte contributo da acumulação de inventários, que terá contribuído com mais de metade do crescimento do PIB naquele trimestre. O crescimento foi negativamente impactado pela procura externa líquida e pela fraqueza do investimento residencial, devido ao fim dos programas públicos de apoio ao sector. Em consequência, o sector da construção permanece fraco, reflectindo um excesso de casas devolutas e fundamentais negativos para o imobiliário comercial.

O mercado de trabalho recuperou de forma muito moderada. Dos quase 9 milhões de empregos no sector privado destruídos durante a recessão, entre 2008 e 2009, apenas pouco mais de 1 milhão foi criado em 2010, um ganho insuficiente para acomodar os novos participantes no mercado de trabalho e, portanto, incapaz de reduzir a folga existente na economia. Em contrapartida, a persistência dessa folga permitiu uma contenção das pressões sobre os preços, com a inflação a situar-se entre 1,1% e 1,2% desde Junho de 2010. Excluindo as voláteis componentes de alimentação e energia, a inflação situou-se nos 0,7%, recuperando do nível mais baixo de sempre, registado em Outubro.

Neste contexto, a Reserva Federal, com as taxas de juro num intervalo entre 0 e 0,25% desde Dezembro de 2008, teve de recorrer a medidas alternativas de política monetária, com recurso a programas de compra de títulos de dívida de longo prazo em mercado (política vulgarmente designada de "*quantitative easing*"), nos últimos 2 anos. Em Novembro, a FED anunciou um segundo programa, que consiste na compra de até 600 mil milhões de dólares em dívida pública por um período de 8 meses.

O continente asiático entrou na crise global em boa forma e continuou a liderar o crescimento na fase de recuperação, devido em grande parte a uma procura doméstica resiliente que compensou o impacto negativo da crise na procura externa. A produção industrial e as vendas a retalho foram fortes na China e na Índia e a actividade robusta nestes países impactou favoravelmente o resto da Ásia.

De facto, o crescimento forte e sustentado da China nos últimos anos funcionou como suporte do comércio global, beneficiando os exportadores de matérias primas (por exemplo, Austrália, Nova Zelândia, Indonésia) e de bens de capital (tais como a Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Singapura, entre outros). Contrariamente a recuperações anteriores, a procura doméstica foi impulsionada pelo regresso dos fluxos de capitais privados, traduzindo a reabertura destas economias ao financiamento externo. No curto prazo, subsistem diferenças significativas no desempenho económico destes países, relacionadas com a dimensão dos estímulos e da procura interna, assim como das condições económicas e financeiras e dos riscos subjacentes.

Na China, o PIB real terá crescido 10,3% em 2010, com as vendas a retalho e a produção industrial a confirmar que a procura doméstica conseguiu expandir-se para lá dos estímulos governamentais. No entanto, a segunda metade do ano marcou uma desaceleração significativa face ao crescimento registado nos primeiros meses, desaceleração essa que deverá manter-se ao longo de 2011, em virtude da imposição de limites mais estritos ao crescimento do crédito, de medidas de arrefecimento do mercado imobiliário e da prevista remoção dos estímulos fiscais ao longo do ano.

Na Índia, o desempenho macroeconómico tem sido vigoroso, com os dados mais recentes da produção industrial a situarem-se em níveis máximos dos últimos dois anos. A economia terá registado um crescimento de 9,7% em 2010, impulsionado principalmente pela procura interna, com os fortes lucros empresariais e condições favoráveis de financiamento externo a estimularem o investimento. No entanto, a contribuição das exportações líquidas deverá tornar-se negativa já em 2011, na medida em que o forte crescimento do investimento deverá fazer aumentar as importações. O elevado ritmo de crescimento da actividade doméstica, com reflexos no crescimento rápido da inflação (13,2% em 2010), conduziram o Banco Central a subir a taxa de referência em 125 pontos de base.

No Japão, a recuperação conduzida pelas exportações iniciada no segundo trimestre de 2009 fortaleceu-se ao longo de 2010, devido à recuperação acima das expectativas das economias avançadas e ao aumento da procura de bens de capital por parte da China. Assim, a economia registou a maior taxa de crescimento anual desde o início da década de 90, tendo o PIB real crescido 4,3% em 2010.

Os principais desafios para a Ásia prendem-se com o rebalanceamento dos motores de crescimento, com maior incentivo à dependência de fontes domésticas por oposição à procura externa. Este rebalanceamento é crítico na China através do incremento do papel do consumo das famílias no crescimento doméstico, para o qual deverá contribuir a progressiva apreciação do renmimbi, fruto da forte acumulação de reservas externas de divisas nos últimos anos.

A América Latina está a sair da crise financeira a um ritmo mais rápido do que o antecipado, reflectindo sólidos fundamentais macroeconómicos, adequado suporte das políticas monetárias e orçamentais, condições de financiamento externo favoráveis e fortes receitas provenientes das exportações de matérias primas. Os excedentes resultantes dessas exportações potenciaram o crescimento do rendimento interno o que, em conjunto com condições de financiamento favoráveis, suportou a procura interna. Para muitos destes países, o efeito potencialmente negativo de menor procura de importações por parte das economias desenvolvidas poderá não ser muito penalizador, dada a menor dependência do comércio externo e maior dependência da exportação de matérias primas, para as quais a procura externa deverá manter-se robusta. O crescimento da região terá situado em 5,9% em 2010.

A economia brasileira deverá ter registado um crescimento de 7,5% em 2010, o maior crescimento das últimas décadas. O crescimento foi muito suportado na procura interna, em particular no consumo privado e no investimento. No entanto, esta dinâmica interna motivou um forte crescimento das importações, que mais do que compensou o crescimento das exportações, a beneficiarem do contexto favorável de procura por matérias primas mas prejudicadas pela apreciação do real. De facto, esse efeito cambial, decorrente do forte influxo de capitais (as reservas ascenderam a 294 mil milhões de dólares em Dezembro – equivalente a mais do que um ano de importações) favoreceu as importações e prejudicou as exportações, situando o défice da balança corrente em 48 mil milhões de dólares no

final de 2010 (3,8% do PIB). Para impedir este efeito, o Governo decidiu aumentar o imposto sobre operações financeiras (IOF), destinado a tributar os capitais de curto prazo que entram na economia brasileira, de 2% para 6%, durante a segunda metade do ano. A inflação, por seu turno, atingiu um máximo de 5 anos em 5,91% em Dezembro, muito impulsionada pelo aumento dos custos de alimentação e do preço das matérias primas, num contexto de aumento das pressões da procura interna, alimentada pelo crescimento do crédito.

Na Europa, a recuperação económica tem sido atribulada, sobretudo pela eclosão da crise da dívida soberana. A actividade económica tem vindo a expandir-se a um ritmo moderado desde meados de 2009, após cerca de cinco trimestres consecutivos de queda e tem-se manifestado de forma desigual. A Área do Euro deverá ter crescido 1,8% em 2010, enquanto as economias em desenvolvimento da Europa Central e do Leste terão crescido cerca de 4,2%. Mesmo dentro dos países da AE existem diferenças pronunciadas no desempenho económico, muito motivadas pelas condições dos balanços dos sectores público e privado e pela possibilidade de utilizar a política fiscal para o suporte da recuperação.

No entanto, a recuperação económica em curso tem sido ameaçada pela "crise da dívida soberana", que afectou os países que se situam na periferia da União Europeia, em particular, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. Esta crise impactou directamente estes países por duas vias: (i) através da remoção antecipada e inversão das medidas de estímulo orçamental e fiscal que haviam sido implementadas com o objectivo de incentivar a procura interna das várias economias, na sequência da resposta à crise financeira internacional; (ii) através das dificuldades de financiamento dos Estados e do sector bancário, o que afecta a confiança e a estabilidade do sistema financeiro e impõe um custo financeiro significativo sobre os agentes económicos domésticos.

A crise iniciou-se ainda em finais de 2009, quando o recém-empossado Governo da Grécia republicou os dados sobre a situação orçamental, apresentando um défice muito acima do esperado, que depois foi sendo sucessivamente revisto em alta, gerando uma desconfiança generalizada por parte dos mercados financeiros sobre a verdadeira situação das contas públicas daquele país. Concomitantemente, as agências de *rating* realizaram sucessivas revisões em baixa da notação de crédito, colocando-a no grau especulativo, o que deteriorou ainda mais a confiança dos investidores, alargando os diferenciais das taxas de juro da dívida pública dos países da AE face à Alemanha para níveis máximos desde o início da União Económica e Monetária (UEM). No início de Maio, estes diferenciais atingiram 962 pontos base para a Grécia e acima de 300 pontos base para Portugal e Irlanda.

Neste contexto, as autoridades anunciaram várias medidas, entre as quais planos de consolidação orçamental por parte dos governos dos países mais afectados e, a 2 de Maio, um plano conjunto da União Europeia (UE) e do FMI de apoio à Grécia no valor de 110 mil milhões de euros. No entanto, a situação continuou a agravar-se para os países mais vulneráveis, com os mercados a considerar que o conjunto de medidas anunciadas era insuficiente, o que conduziu a uma resposta sem precedentes das autoridades europeias, a 9 e 10 de Maio, com a criação de um fundo de estabilização europeu, destinado por um lado a resolver os problemas de financiamento dos países com dificuldade de acesso aos mercados e, por outro, a quebrar o ciclo vicioso" que se desenvolveu na AE entre o financiamento dos países soberanos e o dos respectivos sistemas bancários. O fundo ascende a 750 mil milhões de euros e inclui a participação do FMI (até 250 mil milhões de euros). A UE criou a Facilidade Europeia de Estabilização Financeira (FEEF), que contribui para o fundo com 440 mil milhões de euros, financiados através da emissão de obrigações. Para o fundo contribui igualmente o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF), um mecanismo já existente, com 60 mil milhões de euros. Em Setembro, as três principais agências de *rating* atribuíram a mais alta notação possível ao FEEF.

No entanto, a turbulência continuou, tendo os diferenciais da dívida irlandesa face à Alemanha atingido níveis superiores a 600 pontos base em Novembro. Em resposta à pressão dos mercados financeiros sobre a estabilidade financeira da AE, o Eurogrupo e o Ecofin decidiram por unanimidade conceder assistência financeira à Irlanda, a 28 de Novembro, na sequência de um pedido de ajuda por parte das

autoridades irlandesas realizado a 21 de Novembro. O pacote de assistência irá cobrir necessidades de financiamento orçamental de até 50 mil milhões de euros e do sistema bancário de 35 mil milhões de euros.
Paralelamente, o BCE anunciou um conjunto de medidas destinadas a restaurar a liquidez nos vários segmentos de mercado e a mitigar os potenciais riscos sistémicos, de entre as quais o "*Securities Market Program*" (SMP), que consistiu num programa de compra esterilizada de títulos de dívida pública e privada da área do euro. Outras medidas consistiram na recuperação de medidas anteriormente tomadas e que já haviam sido suspensas, de entre as quais a expansão das operações de refinanciamento de prazo alargado, a reintrodução do leilão a taxa fixa com satisfação total da procura e ainda o restabelecimento da linha de *swaps* cambiais com a FED para providenciar fundos em dólares às contrapartes da AE.

Adicionalmente, o Comité Europeu de Supervisores Bancários procedeu à realização de testes de esforço sobre 92 instituições bancárias no espaço da AE, em Julho e, com o objectivo de reforçar a resistência do sistema financeiro a choques e restaurar os balanços das instituições financeiras e a confiança dos investidores, o Comité de Basileia anunciou a reforma de Basileia III, que exige maiores requisitos de capital às instituições financeiras. A reforma inclui a implementação de duas almofadas de capital, uma dita de conservação com o objectivo de absorver em primeiro lugar as perdas decorrentes de choques adversos, e outra cíclica, definida em cada país, com o objectivo de proteger o sistema bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito. É também estabelecido um rácio de alavancagem não ajustado pelo risco e as instituições com relevância sistémica serão ainda alvo de regras adicionais. O Comité de Basileia definiu um período de transição gradual para as novas regras até 31 de Dezembro de 2018.

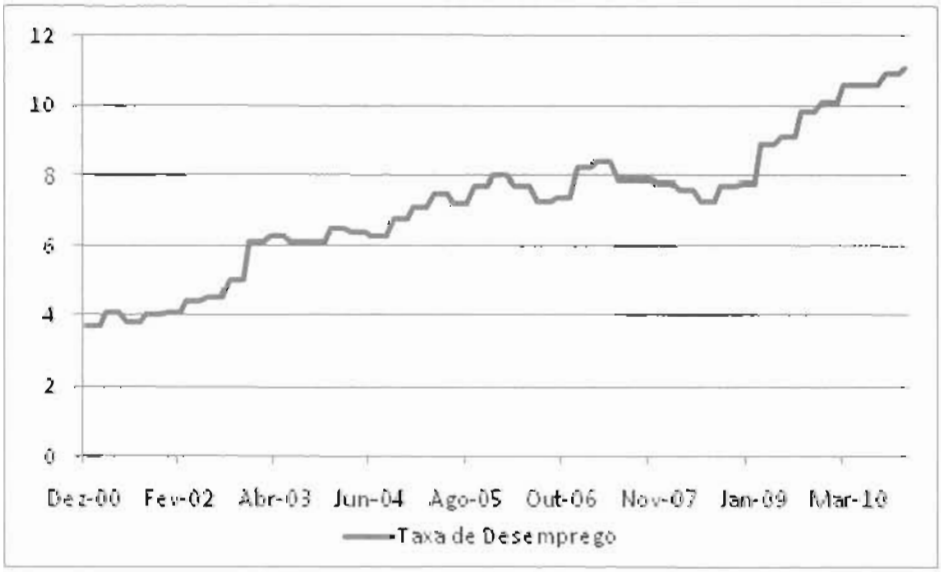
3. A actividade em Portugal

3.1 Procura e Oferta

De acordo com o INE, Portugal terá registado um crescimento de 1,4% em 2010, após uma quebra de 2,5% em 2009. Continuou a observar-se um diferencial negativo entre as taxas de crescimento do PIB de Portugal e da área do euro, tal como verificado ao longo da última década e apenas interrompido em 2009.

O crescimento registado não foi, no entanto, suficiente para inverter a situação do mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego aumentado 1p.p. no 4º trimestre de 2010 face ao período homólogo, atingindo 11,1%. A população desempregada aumentou para 619 mil indivíduos (um crescimento de 9,9% face ao período homólogo).

Evolução da Taxa de Desemprego



Fonte INE

O fortalecimento da actividade económica em Portugal em 2010 reflecte dinâmicas distintas entre a procura externa e interna. Por um lado, assenta num forte dinamismo das exportações, num contexto de aumento dos fluxos de comércio à escala global. Por outro lado, não obstante a recuperação do consumo privado, que terá voltado a apresentar um crescimento acima do PIB e da média da área do euro, a procura interna terá registado um crescimento modesto. Destaca-se o fraco desempenho do investimento, que terá registado uma queda de cerca de 5% em 2010, embora mais moderada do que a observada no ano anterior

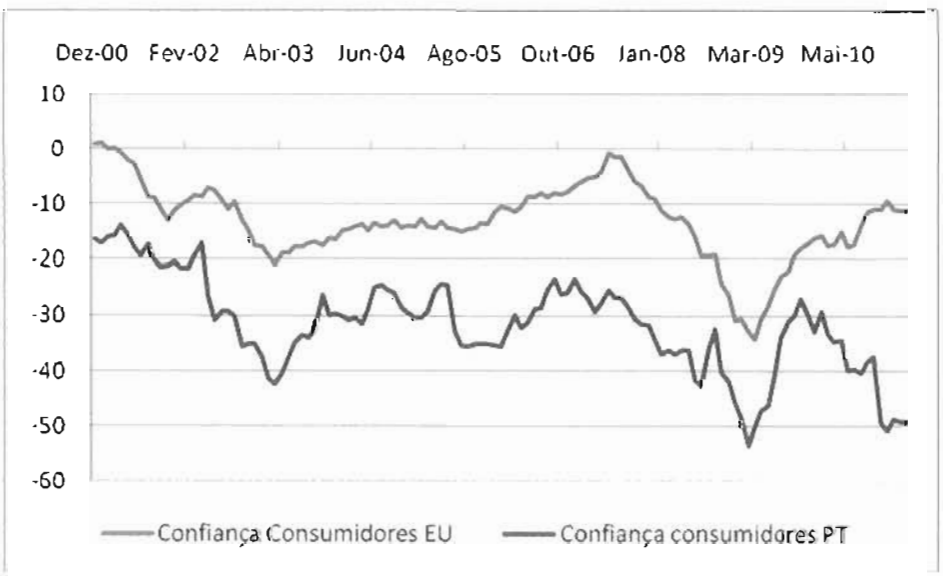
Após uma década caracterizada por um crescimento muito modesto da actividade económica, que se traduziu na manutenção de um baixo crescimento do produto potencial, a queda do PIB em 2009 foi menos acentuada do que a registada na generalidade das economias avançadas. Entre os factores que terão contribuído para o maior alisamento do PIB neste período, é de destacar a resistência do sistema financeiro português às perturbações decorrentes da crise global e o facto da economia portuguesa não ter evidenciado uma sobrevalorização dos preços no mercado imobiliário.

Adicionalmente, o consumo privado em Portugal apresentou um perfil mais estável do que o registado na generalidade das economias avançadas, situando-se no início de 2010 em níveis superiores aos observados antes da eclosão da crise económica. Em relação às restantes componentes da despesa, a evolução em Portugal foi globalmente idêntica à observada nas principais economias. No entanto, e ao contrário do sucedido em outras economias avançadas, não se observou neste período um ajustamento significativo do défice da balança corrente.

Neste contexto, a evolução da economia portuguesa nos próximos anos será fortemente condicionada pelos processos de consolidação orçamental e de redução do endividamento do sector privado, com destaque para as empresas. Em particular, deverá acentuar-se a diferença entre as dinâmicas da procura interna e da procura externa, com as exportações a manterem-se como a componente mais dinâmica da procura global. Os principais indicadores económicos suportam esta acepção, com o Índice do Volume de Negócios na Indústria a revelar um contraste entre um crescimento robusto da componente de volume de negócios no mercado externo e um crescimento consideravelmente mais reduzido no volume de negócios no mercado nacional. Por seu turno, a informação desagregada do Índice do Volume de Negócios nos Serviços mostra um forte dinamismo dos serviços mais vocacionados para a exportação, em contraste com os serviços mais condicionados pela evolução da procura interna.

O maior dinamismo do consumo privado no conjunto de 2010 terá sido suportado pelo crescimento de algumas componentes do rendimento disponível com elevada propensão marginal ao consumo, designadamente as remunerações do trabalho e as transferências do sector público, bem como pela manutenção das taxas de juro em níveis reduzidos. A deterioração marcada das condições de acesso ao financiamento nos mercados financeiros internacionais por parte das instituições bancárias não se tem transmitido de forma significativa às condições de financiamento dos particulares, o que terá igualmente favorecido o consumo privado em 2010.

Confiança dos Consumidores em Portugal e na UE



Fonte: Bloomberg

Tal como em 2009, ainda que em menor dimensão, os salários reais voltaram a aumentar em 2010 - a remuneração média por trabalhador para o sector privado registou um aumento de 3,1 por cento nos primeiros sete meses relativamente ao mesmo período de 2009 e a taxa de inflação cifrou-se em 1,3% em 2010. Tal crescimento deverá ser, contudo, inferior ao crescimento estimado para a produtividade média do trabalho (2.,5%).

O maior dinamismo do consumo privado em 2010 está expresso tanto no aumento do consumo em bens correntes como em bens duradouros. No que respeita ao consumo de bens de consumo corrente e serviços, tipicamente caracterizado por um perfil intertemporal mais alisado, o Banco de Portugal estima um crescimento de 1,1% em 2010, após um aumento de 0,5% em 2009. Por seu turno, as despesas em bens duradouros deverão registar, de acordo com a mesma fonte, um aumento de 8,7%, depois de uma queda de 14,1% em 2009, em linha com a forte sensibilidade ao ciclo económico desta componente do consumo privado.

O crescimento significativo das despesas em bens duradouros decorre do forte dinamismo das vendas de automóveis, depois das quedas significativas observadas no ano anterior, associadas à recessão económica. Este comportamento está fortemente associado às alterações fiscais ocorridas a meio do ano (o aumento das taxas do IVA a 1 de Julho) e as previstas para o Orçamento de Estado para 2011 (novo aumento do IVA e do ISP e o fim dos programas de incentivo ao abate de veículos em fim de vida), que conduziu a um forte efeito de antecipação de compras naqueles dois momentos. Nos últimos dez anos, tem-se assistido a uma tendência descendente das vendas de automóveis, o que se traduziu num aumento progressivo da idade média do parque automóvel em Portugal, de 7,2 anos em 2000, para 10 anos em 2009.

O Consumo Público deverá registar um crescimento em termos reais de 3,2% (2,9% em 2009), incluindo o impacto significativo da aquisição dos submarinos no segundo trimestre do ano.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), deverá ter registado uma contracção de 5,0%, embora mais moderada do que a observada em 2009 (11,9%). Esta contracção é partilhada pelas componentes pública e privada. Na componente privada, ela reflecte, entre outros factores, a deterioração das expectativas quanto à evolução da procura interna, a elevada incerteza e risco associados às decisões de investimento e as condições mais restritivas de acesso ao crédito.

Para além das especificidades que estarão a condicionar o investimento público e o investimento em habitação, também o investimento empresarial voltou a apresentar uma variação negativa em 2010. No conjunto do ano, o investimento empresarial deverá registar uma diminuição de 3,0%, após uma queda de cerca de 17% em 2009. Note-se que, apesar de permanecer em níveis inferiores aos registados no período anterior à eclosão da crise financeira, tem-se observado uma melhoria significativa da confiança na indústria transformadora desde o início do ano, em particular na componente referente à apreciação da carteira de encomendas, assim como um aumento do indicador do volume de negócios na indústria transformadora, nomeadamente no mercado externo. Estas indicações, em conjunto com o aumento do nível de utilização da capacidade produtiva, podem configurar um cenário de recuperação do investimento em Portugal nos sectores orientados para os mercados externos.

Num contexto de recuperação dos fluxos de comércio internacionais e melhoria das perspectivas de crescimento nos principais parceiros comerciais de Portugal, as exportações de bens e serviços registaram uma aceleração pronunciada em 2010. Os dados mais recentes apontam para um crescimento do volume de exportações de bens e serviços em 2010 de 9,0%, após uma queda de 11,8% no ano anterior.

O aumento das exportações em 2010 foi particularmente expressivo no caso das exportações de mercadorias, face a um crescimento mais moderado das exportações de serviços. A evolução mais favorável das exportações foi um fenómeno comum à generalidade das economias mundiais, com as diferenças em termos de desempenho a estarem relacionadas em parte com o facto de os países estarem especializados em mercados geográficos e sectoriais com crescimentos distintos.

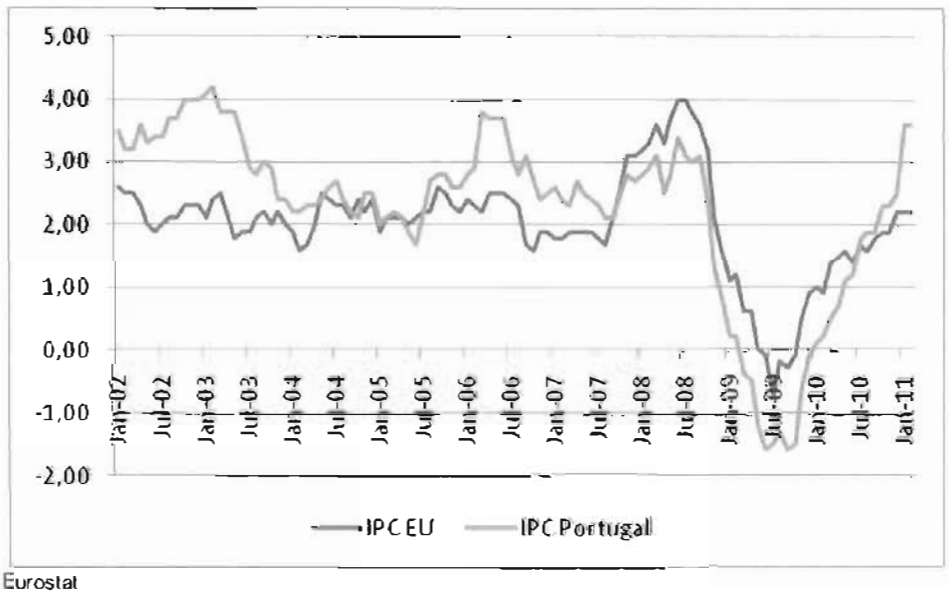
As exportações nominais de mercadorias registaram um crescimento em termos homólogos de 14,7% nos primeiros sete meses de 2010. O aumento das exportações nominais verificou-se na generalidade dos sectores, sendo em geral mais expressiva nos sectores que apresentaram maiores quedas em 2009. As exportações de combustíveis, nomeadamente para os Estados Unidos, apresentaram um aumento muito acentuado desde o início do ano, depois da forte queda registada em 2009. Refira-se

que as exportações de combustíveis em termos nominais têm vindo a ganhar uma importância crescente na estrutura das exportações nacionais, correspondendo a 6,6% do total nos primeiros sete meses de 2010, um valor que compara com um valor médio de 3,0% no período 2000-2007. Excluindo os combustíveis, o crescimento nominal das exportações de mercadorias nos primeiros sete meses do ano situou-se em 11,6%.

3.2 Evolução dos preços

Em 2010, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 1,3%, após ter registado uma queda de 0,9% em 2009. O diferencial de inflação em relação à área do euro foi ligeiramente negativo (-0,3 p.p.), após o mínimo histórico de -1,3 p.p. registado em 2009.

Evolução da Inflação em Portugal e na União Europeia



Fonte: INE e Eurostat

O crescimento dos preços em 2010, após um período de forte desaceleração iniciado no final de 2008 e prolongado ao longo do ano seguinte e que se traduziu numa taxa de inflação média anual negativa em 2009 pela primeira vez nas últimas três décadas, reflecte a melhoria do enquadramento externo da economia portuguesa, reflectindo as perspectivas de crescimento nas principais economias mundiais, e uma recuperação gradual dos fluxos de comércio internacionais, após a forte contracção observada em 2009. Este facto traduziu-se num aumento dos preços internacionais das matérias-primas, tanto energéticas, como não energéticas. Em sentido contrário, os preços da generalidade dos serviços apresentam taxas de crescimento relativamente baixas, num quadro de uma ligeira queda dos custos unitários do trabalho. Finalmente, o impacto do aumento de um ponto percentual de todas as taxas do IVA a partir de 1 de Julho de 2010 foi também relevante.

De acordo o Banco de Portugal, os custos unitários do trabalho em Portugal deverão apresentar uma queda ligeira em 2010, o que reflecte um crescimento das remunerações por trabalhador inferior à registada em 2009, assim como um crescimento significativo da produtividade do trabalho, num contexto de recuperação da actividade económica e de uma nova queda no emprego total. Ao contrário do verificado nos últimos dois anos, deverá registar-se um diferencial positivo entre o crescimento dos custos unitários do trabalho em Portugal e na área do euro.

3.3 Necessidades de Financiamento da Economia

Em 2010, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa em percentagem do PIB permaneceram elevadas, registando apenas uma ligeira redução face ao observado no ano anterior. Para esta ligeira melhoria do défice externo terá contribuído uma nova redução do investimento, já que a taxa de poupança interna também terá diminuído ligeiramente. Quer a taxa de poupança, quer a taxa de investimento encontram-se actualmente em valores mínimos históricos.

Por sua vez, as transferências líquidas de capital (maioritariamente transferências da União Europeia) voltaram a diminuir, mantendo a trajectória descendente observada desde 1995. A ligeira redução das necessidades líquidas de financiamento externo da economia (em percentagem do PIB) resulta de um menor défice das administrações públicas, registando-se em contrapartida um aumento das necessidades de financiamento do sector privado.

Assim, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa em 2010, que correspondem grosso modo ao défice conjunto da balança corrente e de capital, ter-se-ão mantido elevadas, registando apenas uma ligeira redução, em percentagem do PIB, face ao observado no ano anterior (8,8% do PIB face a 9,5% em 2009), decorrente do expressivo abrandamento da procura interna.

3.4 Política Orçamental

Portugal terá atingido em 2010 um défice global das administrações públicas de 7,3% do PIB, face a 9,3% em 2009). No entanto, a concretização deste resultado exigiu medidas adicionais significativas, tendo sido anunciada, a 29 de Setembro, a transferência do fundo de pensões da PT para a Segurança Social, de forma a garantir a redução programada do défice. Esta medida, de natureza temporária, afecta apenas as receitas do ano em curso, não alterando o saldo estrutural, nem a avaliação da sustentabilidade das finanças públicas. A projecção para o rácio da dívida no final de 2010, incluída na notificação de Setembro, cifra-se em 83,3% do PIB.

O ano de 2010 ficou marcado por uma acentuada instabilidade e diferenciação nos mercados de dívida pública na área do euro. Em Portugal, como em alguns outros países, observou-se um aumento do risco soberano em resultado da deterioração significativa e não completamente antecipada do défice e da dívida das administrações públicas, conjugada com a manutenção de problemas estruturais. O exacerbamento desta situação a partir de finais de Abril, que afectou significativamente o financiamento dos bancos portugueses nos mercados internacionais de dívida por grosso, conduziu à adopção, em meados de Maio, de medidas de consolidação orçamental adicionais, para além das anunciadas em Janeiro no Orçamento do Estado para 2010 (OE2010) e em Março na actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Na sequência da divulgação destas medidas, foram revistos em baixa os objectivos oficiais para o défice em 2010 e 2011, para 7,3% e 4,6% do PIB, respectivamente. As novas metas para o défice em 2012 e 2013, bem como uma trajectória revista para o rácio da dívida pública em todo o período de 2010 a 2013, foram apresentados no início de Julho no Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO). Este documento não explicitou medidas adicionais mas incluiu projecções da conta das administrações públicas em relação ao PIB para 2010-2013. De acordo com a estimativa para 2010, a diminuição do défice deverá resultar predominantemente do aumento do rácio da receita total no PIB (em 1,8 p.p. do PIB), uma vez que a despesa primária em percentagem do PIB deverá registar uma redução menos significativa (0,5 p.p. do PIB), estimando-se que a despesa em juros tenha um acréscimo de 0,4 p.p. do PIB.

4. Sistema Financeiro

4.1 Situação Global

O ano de 2010 foi um ano marcado por grandes níveis de incerteza e volatilidade nos mercados financeiros. Os sinais de algum abrandamento da recuperação durante a primeira metade do ano, tanto nos EUA como na Europa, assim como as medidas de austeridade impostas na Europa e incertezas relativas às capacidades de financiamento de países periféricos da UE, tais como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Bélgica, introduziram maior dificuldade. Durante 2010 também se assistiu a uma subida acentuada dos preços das matérias-primas, com diversos sectores a atingirem máximos de 10 anos.

O ano de 2010, à semelhança de 2009, foi também marcado pelo empenho dos Governos e Bancos Centrais em tomar medidas adicionais para estimular as economias e suportar os mercados financeiros. Merece, por isso, destaqueo apoio mais directo na forma de medidas de política monetária não convencionais, introduzindo suporte aos mercados de títulos da dívida pública nos EUA e na Europa.

Nos EUA, o anúncio da Reserva Federal em Novembro de uma segunda ronda de "*Quantitative Easing*" (QE2) gerou algumas incertezas quanto às expectativas de inflação e valorização do dólar. As taxas de juro de referência permaneceram em mínimos históricos, dentro do intervalo 0,00-0,25%. A taxa de desemprego começou o ano em 9,7%, caiu para 9,5% em Julho, mas voltou novamente a subir para 9,8% em Novembro.

Na Europa, o enfraquecimento da situação orçamental de alguns Estados europeus levantou preocupações sobre uma possível transferência da crise financeira para os balanços do sector público. Assistiu-se ao longo do ano a diversas reduções das notações de risco da Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia, que vieram pressionar Estados e empresas, assim afectando (por vezes de forma incomportável) a sua capacidade de refinanciamento. Os países da UE e o Fundo Monetário Internacional responderam com empréstimos e resgates condicionais, tendo paralelamente os vários Estados implementado medidas de austeridade significativas, como forma de tentar reduzir os seus défices e mitigar a percepção do seu risco soberano. Em auxílio dos países da zona euro em dificuldades financeiras, a UE acordou a constituição de um fundo de emergência no valor de 750 mil milhões de euros.

Os programas de austeridade apresentados pelos Governos para assegurar cumprimento do Pacto de Estabilidade e respectivos Programas de Crescimento geraram um maior nível de pessimismo sobre o crescimento da economia europeia (e, por sua influência, da economia mundial) a curto e médio prazo. Deve ser também destacado o papel do BCE ao procurar abrandar a subida das taxas dos títulos de dívida de alguns países europeus através da compra de títulos no mercado secundário, no âmbito do programa SMP.

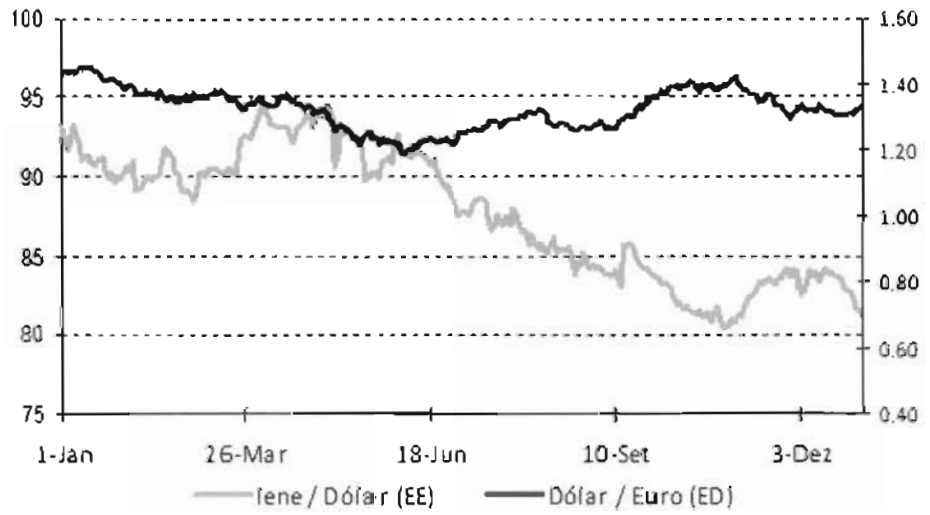
4.2 Mercado de Retalho e de Empresas

Com a extensão dos efeitos da crise, a menor capacidade das políticas públicas em apoiarem a actividade económica e o crescimento dos custos associados ao financiamento conduziram a um reforço das políticas de captação de depósitos, venda de activos não estratégicos e aumento dos activos com elevada liquidez. O aumento disperso dos prémios de risco e a carência de financiamento nos mercados interbancários condicionaram as taxas de juro praticadas nos mercados de retalho domésticos, afectando a robustez do balanço dos bancos. Este enquadramento tem concorrido para uma maior ponderação quanto à forma e ao momento ideais para a adopção do novo quadro regulamentar proposto para a actividade bancária. A actividade bancária continuará a desenvolver-se num contexto de imprevisibilidade superior ao normal, marcado pela redução progressiva da liquidez nos mercados monetário e de crédito.

4.3 Mercados Monetário e Cambial

Em 2010, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade do dólar, que oscilou entre um máximo face ao euro de 1,1923 e /um mínimo de 1,4513, tendo terminado o ano em 1,3384, com uma queda de 8,3%. Enquanto a FED manteve o nível historicamente baixo da sua refi-rate (0-0,25%), o BCE continuou a descida, iniciada no ano anterior, da mesma taxa também para um mínimo histórico (1%). O Euro foi particularmente afectado pela crise instalada na Europa associada aos mercados de dívida soberana e também às menores perspectivas de crescimento económico a médio prazo, decorrentes das políticas de austeridade que entretanto foram sendo adoptadas. No que respeita ao Iene japonês, este sofreu uma significativa valorização em relação ao dólar (12,2%), tendo atingido o patamar de 81,12 USD/JPY voltando a ser uma moeda de uma moeda refúgio em momentos de instabilidade financeira.

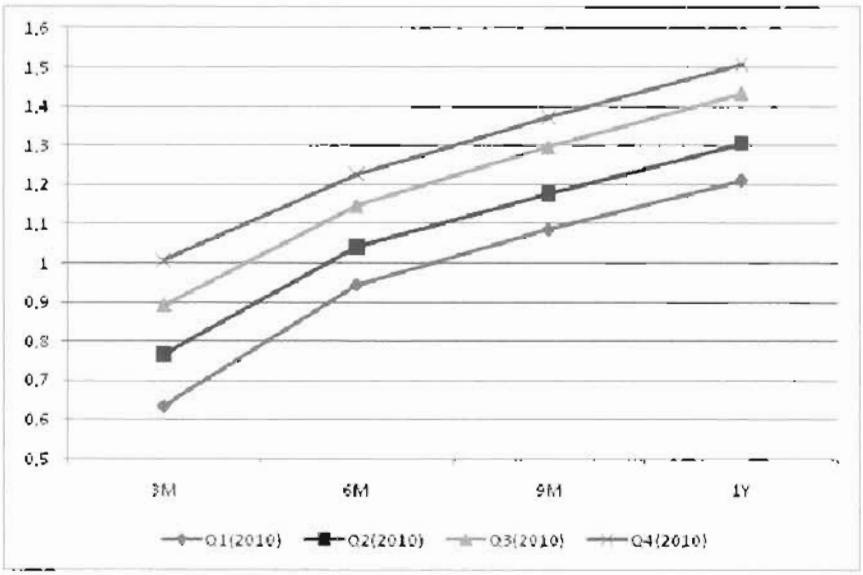
Taxas de Câmbio



Fonte: Bloomberg.

Durante 2010, o clima de aversão ao risco travou o funcionamento habitual dos mercados interbancários, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas euribor subiram durante o ano, tendo a taxa a 3 meses subido 31 pontos base, para 1,01%; a taxa a 6 meses 23 pontos base para 1,227% e a taxa a 12 meses 26 pontos base para 1,507%. Os Bancos Centrais nos EUA e na AE mantiveram as suas medidas extraordinárias de cedência de liquidez.

Taxas Euribor



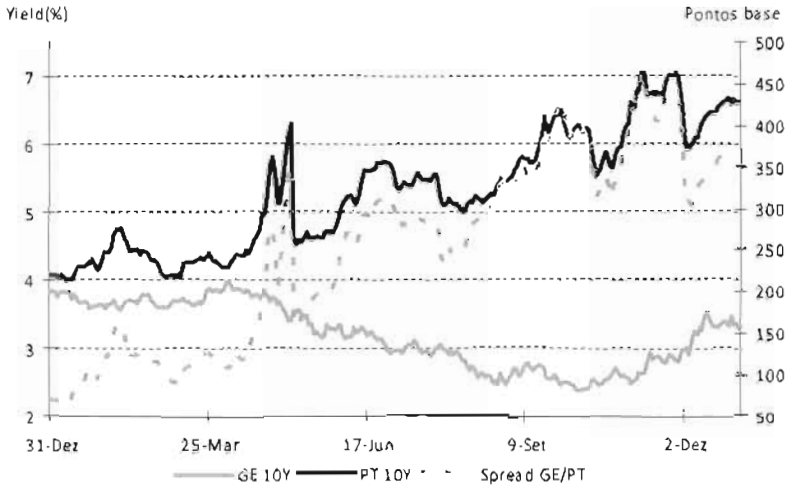
Fonte: Bloomberg.

4.4 Mercado de Obrigações

O mercado de obrigações soberanas esteve no centro das atenções, principalmente no segundo semestre de 2010. Depois do resgate à Grécia ocorrido em Maio, rapidamente propagou o contágio a outros paises periféricos da AE como a Espanha, Portugal e Irlanda, acabando esta última por necessitar também de uma intervenção de auxílio, a 28 de Novembro. As taxas de rendibilidade das obrigações dos estados atingiram máximos históricos e os bancos centrais viram-se obrigados a intervir para acalmar os mercados secundários.

A dívida pública portuguesa foi afectada pelo efeito de contágio da crise vivida pela Grécia e Irlanda e pelo fraco desempenho orçamental, que obrigou o Governo à adopção de medidas adicionais para o cumprimento das metas oficiais. O diferencial entre a taxa de rendimento a dez anos de uma obrigação portuguesa e uma alemã aumentou 296 pontos base. A rentabilidade de uma Obrigação do Tesouro a 10 anos encerrou 2010 com uma taxa de rendibilidade de 6,6%, chegando a atingir máximos de 7% em Novembro.

Obrigações do Tesouro Alemão e Português



Fonte. Bloomberg

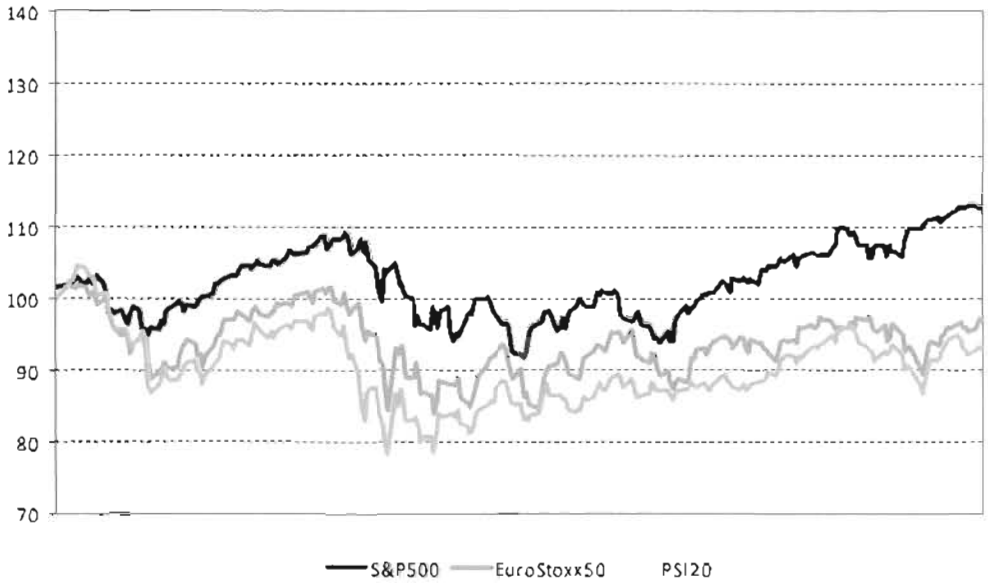
4.5. Mercado de Acções

Os principais índices accionistas dos Estados Unidos registaram valorizações significativas em 2010. O Dow Jones, Nasdaq, e S&P registaram subidas anuais de 11%, 17% e 13%, respectivamente. O ano foi caracterizado por uma forte volatilidade e incerteza em relação à sustentabilidade de uma potencial recuperação económica. Contudo, os mercados financeiros beneficiaram da divulgação de resultados positivos da generalidade das empresas e da manutenção das medidas de estímulo orçamentais e monetárias. Neste contexto, é importante destacar o anúncio, no mês de Dezembro, de que o Presidente Norte-Americano, Barack Obama, e os líderes republicanos no Congresso concordaram em prolongar, por mais dois anos, os cortes de impostos iniciados no mandato do anterior Presidente George W. Bush. Nesse mês, o Dow Jones, Nasdaq e S&P subiram 5,2%, 6,2% e 6,5%, respectivamente.

Na Zona Euro, a generalidade dos índices europeus, com excepção da Alemanha, sofreu fortes desvalorizações. Os índices CAC40, IBEX e Euro Stoxx 50 registaram correcções de 3%, 17% e 6%, respectivamente. Os mercados accionistas foram penalizados pelos receios em relação às consequências da grave crise financeira e de dívida soberana que afectou vários países da Europa, entre os quais Portugal, e pela possibilidade de efeito de contágio a outros países europeus. Por sua vez, o DAX registou uma subida anual de 16%, reflectindo a forte expansão do PIB alemão (3,6%) em 2010, sobretudo impulsionado pelas exportações.

A nível nacional, o índice de referência do mercado nacional, o PSI 20, registou uma desvalorização de 10%. A performance do PSI20 foi caracterizada por um nível de volatilidade elevada, com a desvalorização acumulada a Junho de 2010 a atingir 17%. As cotações das empresas do sector da construção foram as que sofreram maiores correcções, penalizadas pelas condições económicas e pela necessidade do Governo de reduzir significativamente os investimentos em obras públicas. A Manifer, a Mota-Engil e a Soares da Costa desvalorizaram mais de 55%. Por sua vez, o sector financeiro foi também bastante penalizado devido às fortes restrições em termos de acesso a financiamento por grosso e provável necessidade de reforço dos rácios de capital. O BCP, BES e BPI sofreram correcções de 31%, 37% e 35%, respectivamente. A Jerónimo Martins foi a empresa com o desempenho mais favorável em 2010, acumulando um ganho de 65,5%, beneficiando principalmente do bom desempenho da sua unidade polaca, que de forma regular superou as estimativas dos analistas, bem como da valorização do Zloty face ao euro.

Mercados Accionistas – Índices (Performance Relativa)

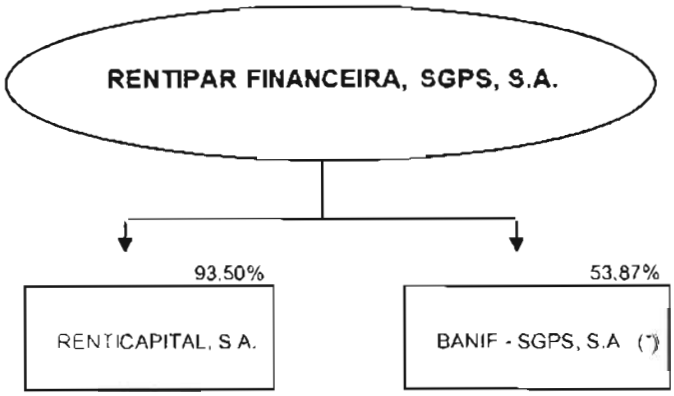


Fonte Bloomberg.

II. ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2010

Apresenta-se seguidamente o diagrama de participações financeiras detidas pela Rentipar Financeira em 31 de Dezembro de 2010.

Diagrama em 31 de Dezembro de 2010



* Ver o diagrama da Banif – SGPS, SA disponível na pág. 24.

II.1. – RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

Durante o exercício de 2010, a Rentipar Financeira prosseguiu, em particular, a sua política de concentração, desenvolvimento e rentabilização dos investimentos no sector financeiro potenciado pelo aproveitamento das sinergias entre as empresas participadas, sendo de destacar os seguintes factos:

— Reforço da participação accionista detida no capital do Banif-SGPS,S.A.de 50,18% para 53,87%, passando a deter directamente 53,87% do seu capital social e a ser-lhe imputável 59,74 % dos direitos de voto (nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários), através das seguintes operações:

(i) Aquisição de 2,4 milhões de acções representativas de 0,4% do capital social daquela entidade, investimento que ascendeu a 2,1 milhões de euros;

(ii) Participação no aumento do capital social da Banif – SGPS, S.A., de 490 milhões para 570 milhões de Euros, tendo a Rentipar Financeira subscrito um total de 58.755.133 acções a que correspondeu um investimento global de 58,8 milhoes de euros.

A Banif – SGPS, S.A. é a *holding* do denominado Banif - Grupo Financeiro, o qual inclui várias sociedades que actuam no sector financeiro e de seguros, cuja estrutura e composição se encontra mencionada no diagrama apresentado adiante:

— Recebimento de dividendos da Banif – SGPS, S.A. em 2010, no montante de 9,8 milhões de euros, contra um montante de 11,7 milhões de euros, recebidos em 2009;

— Redução do montante de financiamentos bancários durante 2010 no montante de cerca de 20 milhões de euros, resultante de diversos reembolsos, contratualmente definidos, o que explica a redução de 45% nos encargos financeiros;

— Concessão de apoios financeiros às empresas participadas, através de operações de suprimentos e de tesouraria, remuneradas e prestações suplementares não remuneradas, as quais permitiram em 2010 a obtenção de proveitos financeiros de 2,642 milhões de euros, contra 2,065 milhões de euros em 2009;

— Manutenção e actualização de um sítio na *Internet* com informação sobre o Grupo Rentipar - www.rentipar.pt.

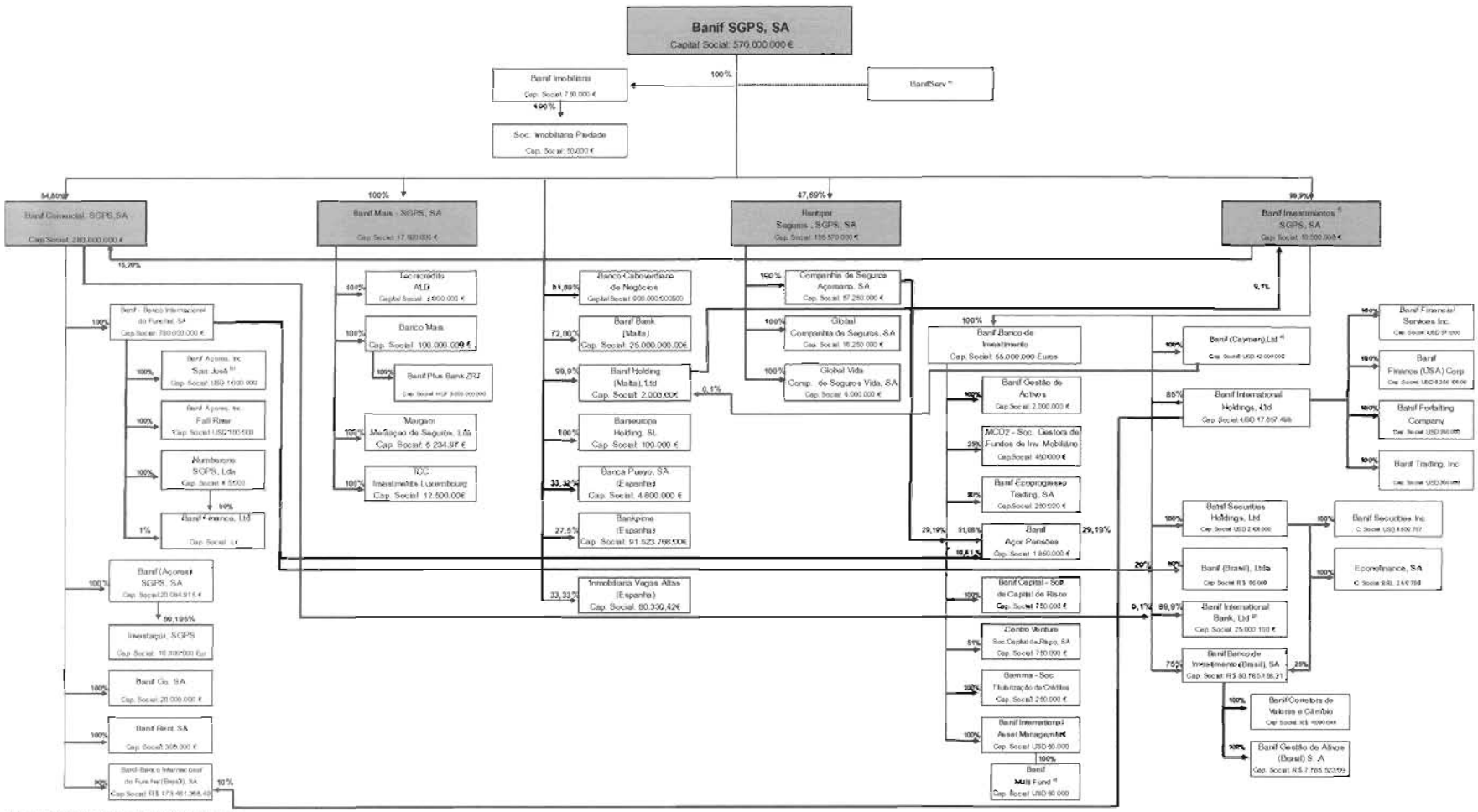
Já após o final do exercício, por proposta do Conselho de Administração da Rentipar Financeira, os accionistas deliberaram, em 21 de Janeiro de 2011, um aumento do capital social da sociedade no montante de 90 milhões, passando o capital social de 45 milhões para 135 milhões de euros. Este aumento de capital, reservado exclusivamente a accionistas, foi integralmente subscrito, realizado em dinheiro em 30% e destina-se a reforçar os fundos próprios da sociedade no contexto da actual regulamentação prudencial imposta pelo Banco de Portugal às sociedades sob a sua supervisão.

II.2 BANIF – GRUPO FINANCEIRO

1. SOCIEDADES *HOLDING*

Na página seguinte apresenta-se o diagrama de participações do Banif – Grupo Financeiro.

BANIF - GRUPO FINANCEIRO
DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES
31-12-2010



a) Em estudo de ser um ACE, a sua localização no diagrama pode ser reequacionada face à legislação dos ACE

b) Capital Social Realizado US$ 100

c) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por 100.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e 50.000 acções preferenciais sem voto 50.000 acções-USD 0,01/acção e 155.000 acções-EUR 0,01/acção

d) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por 26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 41.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 1

e) Capital Social Realizado USD 100

f) A percentagem de controlo de capital votante, por parte da Banif SGPS, é de 100%, sendo o capital social constituído por 1.998.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 5,00 e 2.000 acções preferenciais sem voto de valor nominal unitário de EUR 5,00

g) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por 25.000.000 de acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 1,00 e 10.000 acções preferenciais com o valor nominal unitário de EUR 0,01

1.1 Banif - SGPS, SA

Durante o ano 2010, a sociedade centrou a sua actividade na gestão das suas participações financeiras, complementada com a gestão da sua tesouraria e com a definição e dinamização de estratégias transversais às diversas sociedades participadas.

Durante o exercício de 2010 são de realçar os seguintes aspectos na vida desta sociedade:

- A 23 de Dezembro, a Banif SGPS, SA procedeu ao aumento do seu capital social de 490 milhões de euros para 570 milhões de euros, com a emissão de 80 milhões de acções.
- Na mesma data, a Sociedade procedeu à emissão de 50.000 obrigações, ordinárias, escriturais, ao portador, com o valor nominal unitário de 1.000 euros, representativas do empréstimo obrigacionista, Banif SGPS, SA – 2010/2013, no valor de 50 milhões de euros.
- No primeiro trimestre de 2010, a sociedade aumentou a sua participação no capital da Rentipar Seguros, SGPS, SA, tendo subscrito 4.706.878 acções, do respectivo aumento de capital, pelo valor de € 23.534.390,00 e adquirido 3.814.651 acções pelo montante de € 26.664.410,49, passando a deter um total de 12.930.529 acções, representativas de 47,69% do capital social daquela sociedade, sendo que o investimento total ascende a € 72.243.800,49.
- Dando cumprimento às cláusulas 4.6 e 4.7, do contrato relativo à integração da Tecnicrédito, SGPS, SA na Banif SGPS, celebrado a 7 de Agosto de 2009, a sociedade liquidou, a 15 de Março de 2010, junto dos então accionistas vendedores, um total de € 17.793.125,00.
- A Banif SGPS vendeu as 17.217.294 acções da Finibanco Holding, SGPS, SA, representativas de 9,84% do capital social daquela sociedade, pelo valor de 33,5 milhões de euros, no âmbito da oferta Pública de Aquisição apresentada pelo Montepio Geral – associação Mutualista.
- A Banif SGPS recebeu dividendos das suas participadas, no montante global de 47,4 milhões de euros, e colocou à disposição dos seus accionistas dividendos no valor de 19,5 milhões de euros, traduzidos num dividendo por acção de € 0,04. A Banif SGPS recebeu ainda dividendos da Banca Pueyo, SA no valor de 0,2 milhões de euros, da Sociedade Inmobiliária Vegas Altas, SA, no valor de 0,01 milhões de euros, e da Finibanco Holding, SGPS, SA, no valor de 0,3 milhões de euros.
- No que se refere aos principais indicadores e ao nível das contas individuais, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade ascendia a 1.298 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, enquanto, no final de 2009 atingia o montante de 1 081 milhões de euros, o que representa um crescimento de 20,06 %. No mesmo período, o Passivo fixou-se em 484 milhões de euros contra 339,7 milhões, no ano anterior, o que significa uma subida de 42.55%.
- Em 2010, a sociedade obteve um Resultado Líquido, lucro, de 14,4 milhões de euros, contra um Lucro de 12,1 milhões de euros em 2009, o que traduz um acréscimo de 18,80 %, elevando-se, no final de 2010, os seus capitais próprios a 814,2 milhões de euros, enquanto, no final de 2009, este agregado atingia o valor de 741,8 milhões de euros.
- A sociedade não dispunha, no final de 2010, de um quadro de pessoal próprio.
- Resume-se no quadro seguinte os principais indicadores da sociedade, comparados entre anos.

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo Liquido	1.298.494	1.081.494	20.06%
Passivo	484.268	339.710	42.55%
Capital Próprio	814.226	741.783	9.77%
Resultado Líquido	14.366	12.093	18.80%

1.2 Banif Comercial, SGPS, S.A.

A actividade da *sub-holding* Banif Comercial consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e crédito especializado.

Durante o exercício de 2010 são de realçar os seguintes aspectos na vida desta sociedade:

- A sociedade obteve, junto da sua accionista Banif SGPS, prestações acessórias de capital, com a natureza das prestações suplementares, no montante de 164 milhões de euros, que utilizou para subscrever integralmente o aumento de capital do Banif, no montante de 214 milhões de euros, de 566 milhões de euros para 780 milhões de euros.
- A sociedade recebeu dividendos das participadas, no montante global de 21,2 milhões de euros, tendo pago dividendos aos seus accionistas no valor de 20,5 milhões de euros.
- No que se refere aos principais indicadores, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade decresceu de 1.002,2 milhões de euros, no final de 2009, para 925,1 milhões de euros, no final de 2010.
- O Passivo, em comparação com o exercício transacto, decresceu de 437,2 milhões de euros para 214 milhões de euros.
- Os resultados de 2010 sofreram os efeitos negativos do abrandamento económico, tendo-se situando abaixo dos comparáveis do ano anterior, por terem passado de um Lucro de 21,1 milhões de euros, em 2009, para um Prejuízo de 4,5 milhões de euros, em 2010.
- Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010, a 711 milhões de euros, enquanto no final de 2009, eram de 565 milhões de euros.
- A Sociedade não dispunha, no final de 2010, de um quadro de pessoal próprio.
- Resume-se no quadro seguinte os principais indicadores da sociedade, comparados entre anos:

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	925.124	1.002.211	-7.69%
Passivo	214.003	437.234	-51.05%
Capital Próprio	711.121	564.977	25.87%
Resultado Liquido	-4.500	21.097	-78.67%

1.3 Banif Investimentos - SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu, fundamentalmente, na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas da banca de investimento, mercado de capitais e gestão de activos, a nível nacional e internacional.

Durante o exercício de 2010 são de realçar os seguintes aspectos na vida desta sociedade:

- Reforço do investimento em participações financeiras, acompanhando o aumento de capital da sua subsidiária, Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., no montante de 11,25 milhões de reais e adquirindo 85% do capital social da Banif International Holdings, Ltd., no montante de 15 milhões de dólares.
- A Banif Investimentos financiou a sua actividade através da obtenção de um financiamento junto do Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman, Ltd.), no montante de 5 milhões de euros, e de suprimentos concedidos pela accionista Banif Holding (Malta), Ltd., no montante de 15 milhões de dólares.
- A sociedade recebeu dividendos das suas participadas no valor global de 3,1 milhões de euros e pagou dividendos aos seus accionistas no valor de 1,4 milhões de euros.
- No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da Sociedade elevava-se a 284,0 milhões de euros em Dezembro de 2010, contra 281,4 milhões de euros em Dezembro de 2009, tendo sido apurado um Resultado Líquido negativo de 0,8 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2009, havia sido obtido um Resultado Líquido positivo de 1,3 milhões de euros. Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010 a 36,6 milhões de euros, contra 36,2 milhões de euros no final de 2009.
- A Banif Investimentos não dispunha, em 31 de Dezembro de 2010, de um quadro de pessoal próprio
- Resume-se no quadro seguinte os principais indicadores da sociedade, comparados entre anos:

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	283.951	281.414	0,90%
Passivo	247.373	245.212	0,88%
Capital Próprio	36.578	36.202	1,04%
Resultado Líquido	-779	1.321	-158,97%

1.4 Banif Mais, SGPS, SA

Na sequência da integração do grupo Tecnicrédito no Banif - Grupo Financeiro, em 4 de Junho de 2010 foi alterada a denominação social da sub-*holding* Tecnicrédito, SGPS, SA para Banif Mais SGPS, SA.

A actividade desta sociedade em 2010, consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade do crédito especializado e do *cross-selling* de produtos associados.

Durante o exercício de 2010 são de realçar os seguintes aspectos na vida desta sociedade:

- Ao nível das participações internacionais, a sociedade alienou, em 10 de Fevereiro de 2010, a participação de que era titular no capital social da instituição bancária brasileira Banco Pecúnia, SA. A referida participação, correspondente a 30% do respectivo capital social e direitos de voto, foi vendida por 38,7 milhões de reais e representou um encaixe financeiro, à taxa de câmbio aplicável, de cerca de 15,2 milhões de euros.
- Durante 2010, a Banif Mais SGPS, SA distribuiu dividendos ao seu accionista no valor de 26,25 milhões de euros.
- No que se refere aos principais indicadores, as demonstrações financeiras consolidadas de 2010 do sub-grupo Banif Mais apresentam um Activo Líquido de 927,1 milhões de euros, Capitais Próprios de 259 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado, de 23,5 milhões de euros. Quanto ao contributo da actividade por mercado geográfico para o Resultado Líquido consolidado, registaram-se 21,6 milhões de euros em Portugal, -1,8 milhões de euros em Espanha, 0,6 milhões de euros na Eslováquia, -0,02 milhões de euros na Polónia e 3,1 milhões de euros na Hungria.
- Resume-se no quadro seguinte os principais indicadores da sociedade, comparados entre anos:

(base IAS/IFRS em termos consolidados) Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo Liquido	927.099	927.331	0,0%
Passivo	668.059	665.609	0,4%
Capital Próprio	259.040	261.722	-1,0%
Resultado Líquido	23.496	23.638	-0,6%

1.5 Rentipar Seguros, SGPS, SA

As opções estratégicas da Rentipar Seguros SGPS, SA, têm prosseguido os desígnios da política de crescimento do Banif – Grupo Financeiro no sector segurador.

Durante o exercício de 2010 são de realçar os seguintes aspectos na vida desta sociedade:

- A Rentipar Seguros expandiu a sua dimensão, com a aquisição à CNP Assurances, no dia 3 de Março de 2010, das participações de 83,52% na Companhia de Seguros Global, S.A (Global) e de 83,57% na Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Global Vida).
- Em 12 de Maio de 2010, ficou concluído o processo de aquisição de 100% do capital social das referidas companhias seguradoras, o qual representou um investimento global superior a 137 milhões de euros.
- A fim de reforçar os capitais próprios da Rentipar Seguros, de modo a financiar as referidas aquisições, a sociedade procedeu, já em 2010, a um aumento do seu capital social, por entradas em dinheiro, no montante de 70 milhões de euros (que foi subscrito e realizado pelos seus accionistas Soil, SGPS, SA, Banif SGPS e Banif, na proporção das respectivas participações, pelo que o capital social da Rentipar Seguros passou para 135,57 milhões de euros), e a um reforço de Prestações Acessórias de Capital, no montante de 25 milhões de euros, concedidas pelos seus accionistas.
- A Rentipar Seguros é responsável pela gestão de um activo líquido consolidado de 1.472,9 milhões de euros e por mais de 509,7 milhões de euros de prémios brutos emitidos anuais

(crescimento de 14,2% face ao ano anterior), que correspondem a uma quota de mercado global agregada, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, de 3,4%, sendo de 7,4% nos Ramos Não Vida e 2% no Ramo Vida, as quais a posicionam entre as 5 maiores seguradoras portuguesas e entre as 3 maiores nos Ramos não Vida.

- Resume-se no quadro seguinte os principais indicadores da sociedade, comparados entre anos:

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	1.472.853	876.308	68,10%
Passivo	1.338.614	824.803	62,30%
Capital Próprio	134.239	51.505	160,60%
Resultado Líquido	4.438	-21.062	121,10%

Nota: O exercício de 2010 reflecte a incorporação da Global Seguros e Global Vida, a partir de 1 de Março de 2010 e o produto das suas operações desde a mesma data.

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.1 Recursos Humanos

O primeiro semestre do ano de 2010 ficou marcado pela implementação do projecto ValoresCentauro, tendo-se desenvolvido as seguintes acções: a) análise e preparação dos conteúdos para incorporação nos *learning maps*, meio de formação dirigido aos empregados sobre a cultura e valores do Banif – Grupo Financeiro; b) selecção e formação de 226 Formadores, neste projecto designados como Facilitadores, oriundos de todas as empresas do Grupo para a divulgação, apropriação e formação sobre os ValoresCentauro; c) realização de 659 acções de formação dirigidas aos cerca de 4.000 Colaboradores das várias empresas do Grupo, em Portugal, realizadas no Continente e Ilhas.

Relativamente aos quadros de pessoal do Grupo, apresentam-se os seguintes dados:

O número de Colaboradores do Banif – Grupo Financeiro, em 31 de Dezembro de 2010, era composto por 5.400 Colaboradores, menos 99 que em 30 de Junho de 2010 e menos 250 que no final de 2009. Em termos de peso relativo, o Banif, com 2.669 Colaboradores, representa 49,4% do total do quadro de pessoal do Grupo. Segue-se a Companhia de Seguros Açoreana que tinha, em 31 de Dezembro de 2010, um quadro com 514 Colaboradores, que representam 9,5% do total do Grupo.

2.2 Gestão dos Riscos da Actividade

A gestão dos riscos no Banif – Grupo Financeiro assenta na identificação e análise dos principais riscos aos quais o Grupo se encontra exposto, na medição e gestão adequada das diversas posições em risco e, por conseguinte, na determinação mais eficiente da alocação do capital.

O controlo e a gestão dos riscos assume-se cada vez mais como um pilar fundamental na garantia da rendibilidade e da sustentabilidade do negócio. A gestão do Grupo encontra-se cada vez mais focalizada na obtenção do equilíbrio entre risco e retorno, bem como na redução de potenciais efeitos adversos que podem influenciar a *performance* financeira do Grupo.

Cada entidade do Grupo possui a sua própria estrutura orgânica de gestão dos riscos, dimensionada em função da actividade e dos respectivos riscos associados, seguindo as políticas emanadas pelo Conselho de Administração.

O Grupo promove a revisão periódica das políticas e dos procedimentos instituídos para a gestão dos riscos de modo a reflectir os movimentos dos mercados, dos produtos e das melhores práticas. O Conselho de Administração é responsável pela definição das referidas políticas contando com o apoio do Órgão de Risco Corporativo na avaliação e monitorização dos riscos, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional – e, propondo sempre que necessário, novas políticas e medidas correctivas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

O Grupo recorre também a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis que estima e incorpora nos exercícios de auto - avaliação da adequação de capital interno (*ICAAP*) nos termos do Aviso n.º 15/2007 do Banco de Portugal, no âmbito do Pilar II de Basileia II.

A análise efectuada à adequação do capital tem demonstrado, até à data, que os fundos próprios do Grupo se apresentam suficientes para fazer face aos riscos incorridos.

2.2.1 Risco de Crédito

O Risco de Crédito, relacionado com a probabilidade de incumprimento do Cliente ou contraparte em cumprir os seus compromissos perante o Grupo, constitui um dos riscos mais relevantes a que encontra exposta a sua actividade.

A actividade de concessão e acompanhamento do crédito tem por base um conjunto de políticas orientadoras, que decorrem da estratégia de risco de crédito definida no Grupo, tendo em conta o desenvolvimento do negócio e das condições económicas, sendo essas políticas ajustadas, sempre que tal se justifique.

A gestão do risco de crédito e, bem assim, a delegação de competências, desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a Clientes previstos em normativos, os quais são alvo de actualizações e ajustamentos sempre que tal se mostre necessário.

Os normativos são de aplicação genérica no Grupo, porquanto incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização assim como regras de preparação, análise e acompanhamento do crédito concedido aos clientes.

Gestão do Risco de Crédito

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas.

A avaliação da carteira é realizada tendo em conta os objectivos qualitativos estabelecidos anualmente, e visa orientar os objectivos quantitativos definidos para a actividade comercial. Assim, fazem parte deste enquadramento, a definição de objectivos de notação de risco da carteira, de concentração/dispersão de exposição ao risco, de distribuição geográfica, sectorial, de grandes riscos, de riscos por colateral/garantias, entre outros. A informação de gestão, preparada regularmente, tem em conta estas variáveis e promove a sua divulgação pelas estruturas de decisão e órgãos de gestão.

Considerando as particularidades do *Portfolio* de crédito do Grupo, os modelos internos de notação de risco atendem às características especificas dos clientes, a variáveis históricas de relacionamento e às características das operações quer qualitativas quer quantitativas.

a) Medição do Risco de Crédito

Sistemas Internos de Notação de Risco

O Grupo recorre a metodologias para efectuar o cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios ao nível do Pilar I, muito embora ainda numa óptica menos sofisticada. Os métodos utilizados são:

- O Método *Standard* para o risco de crédito;
- O Método do Indicador Básico para o risco operacional;
- Método de Avaliação ao Preço de Mercado para o risco de mercado.

O Grupo dispõe de Modelos Internos de Notação de Risco para uma parte significativa do seu *portfolio* de crédito concedido, nomeadamente para os segmentos de negócio mais relevantes. Os modelos foram desenvolvidos internamente considerando as metodologias mais adequadas para cada um dos segmentos e/ou produtos. Com efeito, o Grupo dispõe de uma equipa com conhecimentos especializados, responsável pelos processos de construção e acompanhamento dos modelos desenvolvidos com base na experiência de incumprimento dos Clientes, e que combinam um vasto conjunto de variáveis sócio-demográficas, de relação da operação e financeiras, proporcionando uma capacidade de avaliação do crédito mais preditiva.

b) Análise do Risco de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2010, o total do activo do Grupo apresenta a seguinte exposição ao risco de crédito:

(Milhares de Euros)

	2010		2009	
	Exposição[1] máxima	Exposição[2] líquida	Exposição[1] máxima	Exposição[2] líquida
Activos financeiros detidos para negociação	461.311	461.311	352.487	352.487
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	393.508	393.508	470.314	470.314
Activos financeiros disponíveis para venda	294.410	294.410	105.371	105.371
Crédito a clientes	12.206.255	6.488.728	11.487.864	6.094.685
Investimentos detidos até à maturidade	63.939	63.939	80.399	80.399
Outros activos	2.291.260	2.291.269	1.945.770	1.945.770
Sub-Total	**15.710.692**	**9.993.165**	**14.442.205**	**9.049.026**
Passivos contingentes	3.783.518	3.783.518	2.730.094	2.730.094
Compromissos assumidos	1.197.193	1.197.193	1.611.862	1.611.862
Sub-Total	**4.980.711**	**4.980.711**	**4.341.956**	**4.341.956**
Total	**20.691.403**	**14.973.876**	**18.784.161**	**13.390.982**

[1] ***Exposição máxima*** *respeita ao valor líquido de balanço, sempre que aplicável*

[2] ***Exposição líquida*** *respeita à Exposição máxima deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avaliações e outros colaterais de fraco valor*

A exposição máxima representa o maior cenário de exposição ao risco do Grupo, à data de referência de 31 de Dezembro, nos exercícios de 2010 e 2009, tendo em conta que esta exposição não considera os colaterais e outros mitigantes associados aos activos financeiros. Os valores reflectem as posições financeiras relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em termos de exposição líquida, o efeito dos mitigantes apresenta-se significativo no crédito a clientes reflectindo um efeito redutor do risco de crédito de cerca de 47%.

Ainda, e em termos de exposição ao risco de crédito, o total dos activos do Grupo ponderados por classes de risco apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2010, os seguintes ponderadores médios:

(Milhares de Euros)

	2010		2009	
	Activos Ponderados[1]	Pond. de risco médio[2]	Activos Ponderados[1]	Pond. de risco médio[2]
Administrações e Sector Público	292.989	32%	150.623	27%
Empresas	4.049.703	95%	3.910.907	93%
Instituições	231.332	42%	146.979	34%
Carteira de Retalho	2.067.578	72%	2.033.846	73%
Posições garantidas por bens imóveis	1.536.741	41%	1.532.029	42%
Outras Classes de Risco	2.773.829	79%	2.296.442	76%
Total	**10.952.172**		**10.070.826**	

[1] *Não inclui posições extrapatrimoniais*

[2] *Ponderador de risco médio = Activos Ponderados / Posição original*

A decomposição dos activos ponderados por classes de risco demonstra que a exposição ao risco de crédito por segmento mantém-se em linha com a actividade desenvolvida pelo Grupo Banif, tendo em conta a contribuição significativa observada nos dois períodos pelos segmentos Empresas e Retalho de 37% e 19% em 2010 e, um acréscimo de 0,7 p.p observado pelo contributo do segmento Instituições.

Relativamente à exposição ao risco de crédito aos diferentes mercados, em 31 de Dezembro de 2010, o risco de concentração dos activos financeiros, assume a seguinte distribuição:

2010

(Milhares de Euros)

	Europa	América do Norte	América Latina	Resto do Mundo	Total
Activos financeiros detidos para negociação	118.383	1.478	340.923	527	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	306 917	568	73 385	12 628	393 508
Activos financeiros disponiveis para venda	242.890	32.397	8 105	11.018	294.410
Crédito a clientes	11 007.495	149.631	824.259	224 870	12 206.255
Investimentos detidos até à maturidade	42.499	16.557	4.744	139	63.939
Total	**11.718.184**	**200.631**	**1.251.426**	**249.182**	**13.419.423**

Face aos valores apresentados importa referir que o crédito a Clientes apresenta um risco de concentração significativo no mercado europeu e no mercado da América Latina representando 94% e 66% no total dos activos financeiros geridos em cada mercado.

Salienta-se ainda que os activos financeiros detidos para negociação apresentam uma relevância significativa no mercado da América Latina representando 27% dos activos geridos nesse mercado.

c) Estrutura da Carteira de Crédito

À data de 31 de Dezembro de 2010, o crédito a Clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

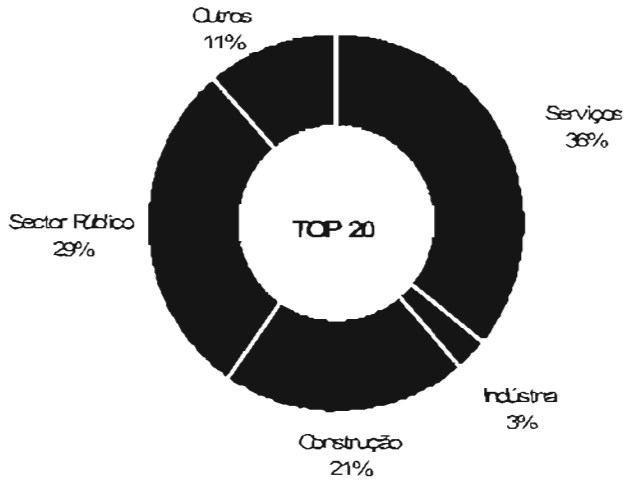
(Milhares de Euros)

	2010		2009	
	Exposição máxima	Exposição liquida	Exposição máxima	Exposição liquida
Indústria	820.900	630.994	752.485	589.755
Construção	1.357.119	809.467	1.265.967	753.998
Vendas a Retalho	531.330	334.952	477.295	306.633
Serviços[1]	2 681.060	1 604 389	2.235 247	1.261.230
Instituições financeiras e seguradoras	195.839	175.371	239 027	219.924
Sector Público	158.283	155.987	94 455	92.573
Outros (inclui Particulares)	6.461.724	2.777.568	6.423 388	2 870 572
Total	**12.206.255**	**6.488.728**	**11.487.864**	**6.094.685**

[1] *Serviços inclui actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas*

O segmento "Serviços" representa 22% do total da exposição máxima em 2010, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias, seguindo-se o segmento "Construção" contribuindo com 11% de exposição.

Ainda no que se refere à exposição de risco por sector, salienta-se que a exposição ao risco de crédito dos top-20 Clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Dezembro de 2010 (incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 1.675 milhões de euros. A distribuição do crédito pelos diversos sectores é apresentada, como segue:



Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado europeu, assumindo uma representatividade de 90%.

(Milhares de Euros)

	2010		2009	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Europa	11.007.495	5.477.757	10.503.431	5.255.380
América do Norte	149.631	101.080	153.469	105.265
América Latina	824.259	756.449	614.015	587.705
Resto do Mundo	224.870	153.442	216.949	146.335
Total	**12.206.255**	**6.488.728**	**11.487.864**	**6.094.685**

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil, com um valor na ordem dos 7%.

2.2.2 Risco de Mercado

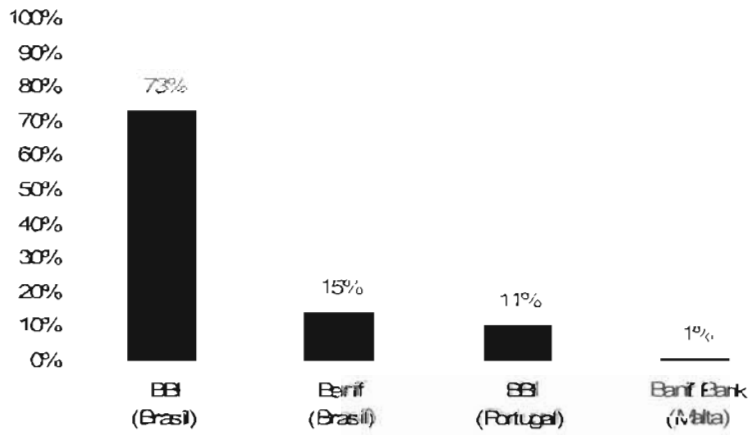
O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

Ao nível do Grupo, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias, não sendo política do Grupo a realização de *trading* de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para Clientes, através da realização de operações simétricas com outras contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de

riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo. Desta forma, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Grupo Banif se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de mercado da carteira de títulos detidos para negociação do Grupo Banif ascendeu, em termos absolutos, a 355 milhões de euros, composto por 347 milhões de euros de posições longas e 8 milhões de euros de posições curtas.

À data de 31 de Dezembro de 2010, a carteira de títulos de negociação pelas principais subsidiárias apresentava a seguinte repartição:



2.2.3 Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro. Neste caso, é avaliado o risco de taxa de juro numa perspectiva de médio/longo prazo, ao nível da carteira bancária que permita avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

Gestão do Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos periodos de *repricing* dos activos e dos passivos, sendo que, no exercício, manteve-se dentro dos limites superiormente aprovados.

A quantificação do risco de taxa de juro é efectuada através da metodologia prevista na Instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal e é processada através da multiplicação da posição líquida dos elementos registados na carteira de negociação (incluindo extra-patrimoniais), de cada banda temporal, por um factor de ponderação. Para o cálculo da posição ponderada total, é utilizada a *framework* da Instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal

Foram realizados no exercício, testes de esforço ao risco de taxa de juro da carteira bancária, com base nas metodologias preconizadas na Instrução n.º 19/2005 e Instrução n.º 32/2009 do Banco de Portugal. Adicionalmente, foi elaborado um relatório intercalar no âmbito do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (*ICAAP*), tendo-se concluído que a magnitude dos impactos simulados não é significativa.

Análise do Risco de Taxa de Juro

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros considera um choque *standard* positivo ou negativo de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo o Grupo determina o impacto nos seus indicadores de outras magnitudes de choque.

Desta análise, foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extrapatrimoniais que, por definição, não são sensíveis a variações ocorridas nas taxas de juro. A exposição do Grupo Banif, na sua larga maioria em Euros, não se encontra sujeita a volatilidades da taxa de juro de outras moedas de forma material

2.2.4 Risco Cambial

O risco cambial representa as flutuações de valor que os instrumentos financeiros podem sofrer decorrente de alterações verificadas nas taxas de câmbio.

Gestão do Risco Cambial

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

Análise do Risco Cambial

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, centra-se na carteira de crédito concedido em BRL, conforme divulgado no quadro seguinte:

(Milhares de Euros)

	2010	2009
EUR	10 962.300	10.447.593
BRL	646.333	462.143
USD	340.030	371.863
CVE	87.934	79.706
CHF	81.815	106.876
GBP	63 907	3.560
HUF	13.945	7.533
PLN	5.427	4.542
JPY	4 506	3.988
Outras	58	60
Total	**12.206.255**	**11.487.864**

2.2.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada.

A pressão imposta pelos mercados internacionais, relativamente ao excessivo endividamento dos países e instituições, veio traduzir-se numa subida do custo de financiamento, bem como numa maior dificuldade de obtenção de financiamentos para maturidades mais longas, o que veio implicar um redesenho da política de gestão de tesouraria e da política de financiamento das Instituições Financeiras.

Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Gaps* de liquidez.

As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos clientes, quer no mercado financeiro e Banco Central Europeu, continuaram a garantir, ao longo do exercício de 2010, a estabilidade dos recursos necessária ao desenvolvimento da actividade normal do Grupo. Apesar de uma redução generalizada verificada dos níveis de liquidez, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para os vários períodos analisados.

Em virtude da elevada volatilidade que caracterizou os mercados financeiros internacionais onde o Grupo actua, manteve-se um acompanhamento apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão eficiente diária.

Análise do Risco de Liquidez

À semelhança do risco de taxa de juro, foram realizados também testes de esforço relativos ao risco de liquidez bem como foi efectuado no âmbito do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno *(ICAAP)*, uma análise deste risco. A magnitude dos impactos simulados e a análise efectuada permitiram concluir que a exposição a este risco é aceitável dado o enquadramento macroeconómico verificado.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas, regularmente, análises quantitativas e qualitativas e *stress testings* que permitem identificar debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas num Plano de Contingência, que visem o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário.

2.2.6 Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

Gestão do Risco Operacional

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo, que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

As entidades do Grupo estão focadas e orientadas para a identificação de focos de risco e respectiva mitigação, que, sem prejuízo da responsabilização de toda a organização, assentam no contributo dos Gestores de Risco Operacional, distribuídos pelas diversas Direcções das entidades do Grupo.

Relativamente ao modelo de gestão de risco operacional adoptado pelo Grupo, é de salientar que o Risco Corporativo assume um papel de supervisão, validação e coordenação da informação recebida das várias entidades, bem como de apoio a todas as necessidades de formação relevantes, assegurando, deste modo, o desenvolvimento e a disseminação adequada da gestão do risco operacional no Grupo.

Perdas Operacionais

O registo de eventos de perda operacional, permite reforçar a sensibilidade para os diferentes tipos de risco e correspondentes acções de mitigação, sendo também um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco e, no futuro, suportar o cálculo das necessidades de capital económico e regulamentar.

O modelo de captação de perdas implementado consiste na identificação da perdas contabilizadas, sendo analisada toda a documentação que suporta essa contabilização, o que permite o seu registo na ferramenta informática com uma elevada qualidade de informação. Os registos são todos caracterizados quanto à sua fonte de risco, sendo quantificados e definidas acções correctivas ou de melhoria de procedimentos com vista à mitigação do risco que lhe deu origem.

A base de dados do registo de perdas tem vindo a aumentar nas diferentes entidades do Grupo, estando, neste momento, completamente consolidada ao nível do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A..

Plano de Continuidade de Negócio (PCN)

Considerando a dispersão geográfica do Grupo e o elevado número de actividades e áreas de negócio, o Conselho de Administração da Banif SGPS, aprovou, em 2010, um *framework* cujo objectivo visou garantir a coerência e uniformidade de procedimentos na abordagem à crise e ao desastre, promovendo a adopção de uma política de continuidade consistente com os níveis de resiliência legalmente recomendados e com as melhores práticas nesta área.

Assim, independentemente do esforço continuado que cada entidade do Grupo tem vindo a desenvolver neste sentido, o *framework* e a sua implementação ou adequação global permitirá uma resposta eficaz e coerente, em caso de desastre, aos seus requisitos de negócio e aos requisitos das entidades de supervisão, nacionais e internacionais.

2.3 Finanças

2010 revelou-se um ano especialmente complexo para o sistema financeiro português, na medida em que, para além da difícil conjuntura macroeconómica, a crise da dívida soberana europeia, que se foi desenrolando ao longo do ano, viria agravar ainda mais as dificuldades de acesso aos mercados de financiamento por grosso. A evolução das notações de *rating* soberano, que constituem uma âncora das notações atribuídas ao sector bancário, também não se revelou favorável, com a República Portuguesa a sofrer várias revisões em baixa por parte das agências mais credenciadas.

2.4 *Compliance*

No início do ano em apreço o Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA aprovou o Plano de Acção do Compliance Corporativo para 2010, o qual dá continuidade ao tratamento dos temas identificados na matriz de compliance como relevantes, no contexto das actividades desenvolvidas pelo Grupo.

Em 2010, foi implementado o reporte funcional regular ao Compliance Corporativo por parte das Unidades de Compliance das várias Entidades do Grupo. Este reporte é efectuado trimestralmente e suporta-se num modelo conciso e capaz de, a um tempo, veicular ao órgão corporativo a informação necessária ao exercício das suas funções de coordenação e de reporte ao órgão de administração do Grupo. No exercício em análise, cumpriram-se quatro períodos de reporte, estando presentemente a processar-se o tratamento da informação relativa ao quarto reporte (Dezembro de 2010).

A implementação do reporte funcional, acima referido, contribuiu também de forma sensível para uma maior articulação entre o Compliance Corporativo e as várias Unidades de Compliance do Grupo, bem como para uma interacção que se concretiza na troca de informação relevante e no apoio prestado às Unidades de Compliance, versando pedidos de esclarecimento e questões de compliance eminentemente práticas. Em sentido idêntico, importa sublinhar igualmente o trabalho desenvolvido com referência à sistematização de contributos e análise crítica de conteúdos no contexto da elaboração dos relatórios de controlo interno individuais das diversas Entidades do Grupo.

2.5 Auditoria

À Auditoria Interna Corporativa (AIC), estão atribuídas as seguintes funções principais:

a) Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política no universo do Grupo;

b) Coordenar a elaboração e a implementação do Programa Anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo;

c) Acompanhar as actividades do Grupo na área da auditoria interna e executar directamente ou coordenar a subcontratação das acções de auditoria nas entidades do Grupo que não disponham de órgão de auditoria interna próprio;

d) Garantir o reporte consolidado da auditoria interna do Grupo aos respectivos órgãos sociais e às entidades de supervisão.

Em 2010, a AIC realizou acções de auditoria directas, com o objectivo de avaliar os requisitos do sistema de controlo interno que devem ser implementados pela Banif SGPS, conforme previsto no nº 2 do artigo 24º do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal e efectuou a revisão independente do processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) tendo elaborado o parecer com as respectivas conclusões, apresentado ao Conselho de Administração da Banif SGPS.

3. BANCA COMERCIAL

3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banif na RAM durante o ano de 2010, desenvolveu-se num contexto marcado por dois factores de ordem e grandeza distintos, embora ambos com implicações directas no desenvolvimento da actividade.

Por um lado, verificou-se um agravamento da conjuntura macro e micro-económica e, por outro lado, foram sentidas as consequências da catástrofe natural que assolou a Madeira em Fevereiro de 2010 e que, a nível regional agravou as consequências de tal conjuntura adversa.

Não obstante este enquadramento, a Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (DCRAM), adaptou-se naturalmente à nova realidade do negócio bancário, procurando manter a evolução do negócio e a consolidação da sua posição de liderança no mercado regional.

A rubrica "Recursos de Clientes", evoluiu positivamente 8%, sobretudo devido à angariação de novos recursos junto do mercado da Emigração, fruto de um plano estruturado de deslocações à Venezuela, África do Sul e Reino Unido. Esta rubrica fechou com um total de 2.250,4 milhões de euros.

Por outro lado, o volume de crédito concedido a Clientes manteve-se praticamente inalterado, registando-se no final de 2010, uma carteira de 1.637,3 milhões de euros, valor que representa uma ligeira redução de 0,3%, face a 2009.

Rubrica	Variação
Recursos	8,10%
Crédito	-0,30%
Base de Clientes Activos	-0,80%
Base de Clientes	2,40%

3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

Durante 2010, a actividade do Banif na Região Autónoma dos Açores foi orientada para o cumprimento dos objectivos de negócio e para o reforço da posição de liderança do Banco na Região. O contexto económico adverso, que caracterizou o ano de 2010, impôs um reajustamento de estratégias e redefinição de prioridades.

No que respeita à carteira de Recursos de Balanço, conseguiu-se um crescimento líquido positivo de cerca de 1%, suportado, essencialmente, pela rubrica de Depósitos a Prazo, a qual neste ano, cresceu 5%. A Rede de Retalho teve um papel determinante na captação destes Recursos.

Rubrica	Variação homóloga 2010/2009
Recursos	1,1%
Crédito	5,4%
Base de Clientes	3,8%
Base de Clientes Activos	-0,8%

3.1.3 Actividade Comercial no Continente

3.1.3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio-Alto Rendimento

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco.

O ano de 2010 continuou a reflectir a conjuntura económico-financeira adversa que marcou o ano de 2009, com consequências directas na deterioração da carteira de crédito. Adicionalmente, as pressões internacionais sentidas ao nível da dívida soberana tiveram implicações no acesso ao financiamento internacional. Neste contexto, a DEP focou a sua actividade quer na consolidação do negócio de bom risco, quer na captação e manutenção de recursos de Clientes. Fruto desta estratégia, conseguiu-se uma melhoria do *GAP* comercial, que passou de 348% em 2009 para 293% em 2010.

Desta forma e relativamente a 2009, a DEP registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 206 milhões de euros (+20%), tendo atingido o montante de 1.246 milhões de euros no final de 2010. Relativamente ao Crédito concedido a Clientes, verificou-se um acréscimo de cerca de 36 milhões de euros (+1%), ascendendo o valor respectivo a 3.656 milhões de euros, no final do ano.

Ao nível da Carteira de Clientes Activos, a DEP registou uma diminuição de 2% face ao final ao ano anterior. Esta variação, relacionada com o agravamento da conjuntura económica e, consequentemente, com a deterioração da carteira de crédito, reflecte o aumento das situações de incumprimento e verificou-se maioritariamente no segmento de empresas.

Rubrica	Variação homóloga 2010/2009
Recursos Balanço	20%
Crédito	1%
Base de Clientes Activos	-2%

3.1.3.2 Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA), canalizou o esforço comercial na captação de recursos, na colocação de produtos estratégicos de crédito e na prestação de serviços no seu segmento alvo - particulares, pequenas empresas e profissionais liberais- aumentando a carteira de Clientes activos

A DRA continua a ser o canal principal da comercialização dos produtos estratégicos da Banca Comercial (Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria e Cartões), destacando-se na captação de recursos, na colocação de produtos de outras empresas do Grupo e no aumento da carteira de Clientes activos. Uma atitude de venda multiproduto continua a ser a estratégia seguida na abordagem comercial.

A DRA terminou o ano com uma Rede de 273 Agências e um rácio de 3,91 empregados por Balcão, dos mais baixos da Banca Portuguesa.

Comparando os finais de 2009 e 2010, a DRA registou uma variação positiva nos Recursos de +11%, tendo atingido o montante total de 2.932 milhões de euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendeu a 3.016 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de +5%, destacando-se o Crédito Imobiliário com +6%.
Assinala-se ainda o forte crescimento das Comissões geradas na DRA, que atingiram mais de 59 milhões de euros, representando um crescimento de 27%, face a 2009.

Rubrica	Variação 2009/2010
Recursos	11%
Crédito	5%
Base de Clientes Activos	9%
Base de Clientes	10%

3.1.4 Actividade Financeira

O ano de 2010 foi marcado por um agravamento generalizado das condições de mercado, com repercussões ao nível da confiança no sistema financeiro, que afectaram a liquidez das instituições bancárias. Nestas circunstâncias, assistiu-se a um aumento do recurso a operações de refinanciamento junto do BCE com um ligeiro decréscimo nos últimos meses do ano e também a uma forte procura por recursos de Clientes particulares. A Direcção Financeira desempenhou um papel importante na gestão integrada dos activos e passivos financeiros do Grupo, assegurando uma intervenção dinâmica ao nível dos mercados monetário e cambial e desenvolvendo todo o relacionamento institucional com contrapartes nacionais e internacionais, necessário ao bom funcionamento desta actividade. Foi também relevante o apoio prestado às Direcções Comerciais na conceptualização e desenvolvimento de produtos para venda nas redes comerciais.

A política de investimentos em activos financeiros de elevada liquidez foi conduzida com o apoio das equipas de análise do Banco de Investimento, seguindo um perfil conservador na selecção dos emitentes e privilegiando uma diversificação sectorial consistente com o enquadramento macroeconómico. Tendo por base as condições adversas de mercado, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando os investimentos nas suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando um elevado nível de liquidez do seu balanço.

Os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se em 553 milhares de euros em 2010, contra um resultado de 5,75 milhões de euros no exercício de 2009. O valor apurado resultou principalmente da reavaliação de derivados e dos passivos de justo valor.

O mercado cambial continuou marcado por uma grande volatilidade durante 2010. Os problemas surgidos na Grécia e na Irlanda, e a necessidade do cumprimento das metas do défice orçamental no âmbito da UE, obrigaram à adopção de um pacote de medidas, entre elas, a criação de um Fundo de Estabilização Financeiro Europeu no montante de 500 milhões de euros e o compromisso, por parte dos Estados Membros, da tomada de medidas necessárias à consolidação fiscal.
A divulgação de que o crescimento económico nos Estados Unidos da América, em 2009, se situou nos 2,2%, a publicação de indicadores económicos apontando para uma recuperação económica moderada e posteriores projecções de revisão em alta do crescimento mundial não foram suficientes para criar estabilidade nos mercados financeiros.

As autoridades monetárias prosseguiram as suas políticas expansionistas, com o FED a manter as suas taxas directoras na banda entre 0% e 0,25%, e o BCE nos 1%. De salientar que o BCE foi obrigado a repor algumas medidas extraordinárias, para além de promover a compra de divida pública da Zona Euro, a fim de restaurar a confiança dos mercados, afectada pelas crises grega e irlandesa.
A conjugação destes factores contribuiu para uma valorização do Dólar Americano face ao Euro, cotando-se nos 1,3362 no final de Dezembro.

A envolvente anteriormente mencionada foi um factor conducente à não obtenção de resultados significativos nas operações cambiais do Banco, que ascenderam, no final de 2010, a um valor de 783 milhares de euros, contra os 1,8 milhões de euros obtidos em 2009.

O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez, com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação desta abordagem.

A estabilidade da liquidez foi feita através do *funding* de clientes, do recurso ao mercado monetário e às operações de refinanciamento do BCE. Durante o ano de 2010, os Clientes do Banco continuaram a privilegiar os depósitos a prazo, certificados de depósito e em aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da instabilidade verificada nos mercados financeiros.

O total de activos elegíveis para desconto no BCE, existente na carteira no final de 2010, ascendia a 3 mil milhões de euros, com um valor total líquido de "*haircuts*" no montante de 1,9 mil milhões de euros, contra 1,8 mil milhões de euros e 1,15 mil milhões de euros, respectivamente, em 2009. Refira-se que, durante o corrente ano e com o objectivo de reforçar os activos elegíveis, foi estruturada uma nova operação de Titularização de Crédito Pessoal e Automóvel do Banif, Banif Go e Banif Mais, no montante de 390 milhões de euros, finalizada em Julho de 2010, e uma operação de Titularização de Crédito Hipotecário, no montante de 500 milhões de euros, que foi finalizada em Novembro de 2010.

No que diz respeito ao mercado de risco de crédito português, durante 2010 as principais agências de *rating* procederam ao corte das notações de *rating* da República Portuguesa (2 notas). Apesar de considerarem que Portugal não foi dos países da UE mais afectados pela crise económica global, as agências centram as suas atenções nas fracas perspectivas de recuperação económica e no elevado déficit orçamental. Mesmo depois de conhecidas as medidas anunciadas no Pacto de Estabilidade Económica, as Agências de Rating ainda mantêm a sua atenção sobre o potencial impacto negativo da envolvente macroeconómica global no nível das finanças públicas, desemprego e fraco desempenho da economia portuguesa no médio prazo.

Neste contexto, e como seria de esperar, os bancos portugueses viram as suas notações de *rating* serem cortadas com a mesma amplitude da República. Assim, também os *ratings* de longo e curtos prazo, do Banif – Banco Internacional do Funchal S.A, foram revistos em baixa.

As notações de *rating* do Banif são, actualmente:

	Longo prazo	Curto prazo	*Outlook*
Moody's (14/07/2010)	Baa3	P-3	Negativo
Fitch (08/11/2010)	BBB-	F3	Negativo

3.1.5 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, referentes aos periodos em análise foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Contudo, tendo em vista a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequado a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif SGPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A análise daqueles elementos contabilísticos e dos seus principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2010, do qual se destaca:

- O Lucro Líquido ascendeu a 36,2 milhões de euros no final de 2010, um aumento de 7,7 milhões de euros, que representa uma subida de 27,0% quando comparado com o resultado apurado em 2009;
- O *Cost to Income* evoluiu favoravelmente de 63,78% em 2009 para 60,86% em 2010, em consequência da conjugação da subida do Produto da Actividade em 1,3% e da descida dos Custos de Funcionamento em 3,3%.
- Os Capitais Próprios elevaram-se a 925,4 milhões de euros no final de 2010, um crescimento de 32,3% face a 2009, devido ao aumento de capital de 214 milhões de euros ocorrido já no final do exercício;
- A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) atingiu 5,19%, enquanto a Rendibilidade do Activo (ROA) ascendeu a 0,30%, contra 4,84% e 0,25%, respectivamente, em 2009.

Demonstração de Resultados

Em 2010 a conjuntura económico financeira agravou-se com a crise da divida soberana, que afectou Portugal e aprofundou as condições adversas nos mercados financeiros, nomeadamente a escassez generalizada de recursos. Mesmo neste ambiente desfavorável, o Banif alcançou um desempenho positivo, medido pela evolução do Produto de Actividade, que variou + 1,3% e pela expansão do Activo Líquido, com uma subida de 7,4%.

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, apresentou uma subida de 0,2% face ao final de 2009, elevando-se a 231,8 milhões de euros, apesar da diminuição dos dividendos distribuídos antecipadamente pela Sociedade Numberone SGPS, Lda, veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif - Grupo Financeiro, que passou de 39,6 milhões de euros em 2009 para 16,8 milhões de euros em 2010. O comportamento da margem financeira propriamente dita foi favorável, pois beneficiou, por um lado, da descida das taxas de juro passivas, iniciadas no ano anterior e que, devido à sua estrutura temporal, se prolongou em parte de 2010, enquanto as taxas activas mantiveram uma tendência de subida, na sequência da revisão em alta dos *spreads* de crédito. Neste contexto, estima-se que a margem unitária tenha melhorado cerca de +20 b.p. face ao exercício de 2009.

Os Lucros de Operações Financeiras em 2010 somaram 2,8 milhões de euros, contra 4,5 milhões de euros em 2009, menos 1,7 milhões de euros. A principal causa na diminuição registada decorreu dos Resultados de Activos e Passivos Financeiros Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados que, no cômputo geral, foram negativos em 7,8 milhões de euros, justificados principalmente pelas desvalorizações das Obrigações de Tesouro, em consequência das avaliações negativas do *rating* da Republica Portuguesa. Os Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda contribuíram positivamente para a formação dos Lucros de Operações Financeiras, principalmente em resultado da alienação de uma participação na Rentipar Seguros, que gerou uma mais-valia de 7,5 milhões de euros. Em Resultados de Alienação de Outros Activos foram contabilizados 2,3 milhões de euros, e em

Resultados de Reavaliação Cambial 0,8 milhões de euros, que comparam com -8,6 milhões de euros e 1,8 milhões de euros, respectivamente, registados em 2009.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Comissões por Prestação de Serviços e Reembolso de Despesas, apresentaram uma subida de 6,1%, passando de 88,7 milhões de euros em 2009, para 94,2 milhões de euros no exercício em análise. O aumento verificado neste agregado evidencia o alargamento registado no relacionamento comercial com a base de Clientes do Banco e a revisão das condições de preçário.

Em resultado da evolução das rubricas acima referidas, o Produto da Actividade, formado pela Margem Financeira, pelos Lucros de Operações Financeiras e pelas Comissões e Outros Resultados Líquidos, cresceu 1,3%, totalizando 328,8 milhões de euros.

Os custos de funcionamento do Banco, que incluem Custos com o Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações, ascenderam a 200,1 milhões de euros, menos 3,3% do que no exercício de 2009, conseguindo-se assim ganhos de eficiência na utilização dos recursos. Todas as componentes dos custos de funcionamento diminuíram entre 2009 e 2010. Os Custos com o Pessoal apresentaram uma diminuição de cerca de 0,2%, e nos Gastos Gerais Administrativos a poupança ascendeu 5,6 milhões de euros, ou seja, menos 7,2% do que o registado em 2009. As maiores poupanças registaram-se em publicidade, comunicações, deslocações e estadas. Como já referido, também ocorreram poupanças nas amortizações, menos 1,1 milhões de euros, que reflectem uma descida de 7,1%, como resultado da desaceleração da expansão da rede de unidades de negócio.

Como resultado da diminuição verificada nos custos de funcionamento, o rácio "*Cost to Income*" evidencia um acréscimo de eficiência de 2,92% p.p. (incluindo amortizações), tendo passado de 63,78%, no final de 2009, para 60,86%, respectivamente, um ano depois.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 143,2 milhões de euros, representando um crescimento de 7,5% quando comparado com o final do ano anterior.

As Provisões e Imparidade, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS ascenderam a 85,6 milhões de euros em 2010, que, apesar de inferior aos 97,3 milhões de euros registados em 2009, são ainda reflexo da actual conjuntura económica adversa.

Os impostos do exercício, em 2009 e 2010, são influenciados com o regime fiscal específico que incide sobre os dividendos recebidos de filiais no exterior.

Em resultado da evolução da actividade em 2010, o Lucro Líquido do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, em base IAS/IFRS, ascendeu a 36,2 milhões de euros, mais 27,0% do que o resultado obtido em final de 2009, que se fixou em 28,5 milhões de euros.

Relativamente aos resultados do exercício em base NCA's, que em 2010 se fixaram em 564 milhares de euros, a principal razão para a diferença resulta dos diferentes critérios entre as provisões constituídas nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que atingiram 131,7 milhões de euros (100,6 milhões de euros no final de 2009), e imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 85,6 milhões de euros (97,3 milhões de euros no exercício de 2009), diferença que, líquida de impostos diferidos, ascendeu a 33,1 milhões de euros

Balanço

No final de 2010, e como resultado da actividade comercial, as principais variações ocorridas no Balanço do Banif, foram as seguintes:

- Activo Líquido aumentou 7,4%;
- Crédito sobre Clientes Bruto subiu 4,8%,
- Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Títulos) subiu 10,7%,
- Capitais Próprios com um aumento de 226,0 milhões de euros, mais 32,3%.

Como já referido, o Activo Líquido apresentou um acréscimo de 7,4% relativamente ao final de 2009, ascendendo a 12.402,7 milhões de euros, mais 856,1 milhões de euros.

O Crédito a Clientes apresentou, no final de 2010, um saldo bruto de 10.419,1 milhões de euros, mais 4,8% do que no exercício anterior. Cerca de 41,8% do total do crédito está concedido a particulares, do qual 74% é crédito imobiliário. O crédito imobiliário ascendia, em 31 de Dezembro de 2010, a 3.223,0 milhões de euros, dos quais 2.774,4 milhões de euros se encontravam titularizados. Comparativamente a 2009, o saldo do crédito imobiliário aumentou na globalidade 4,4%, e o titularizado 11,8%. Para este último aumento contribui a realização, em 2010, de uma operação de securitização, a Atlantes Mortgages 7, que ascendeu a 397,8 milhões de euros.

Ainda no crédito a particulares, o crédito ao consumo ascendia no final de 2010 a 375,1 milhões de euros, contra 391,2 milhões de euros um ano antes, ou seja, desceu 4,1%. Em 2010, também foi concretizada uma operação de titularização de crédito ao consumo, a Atlantes Finance 3, que abrangeu 240,5 milhões de euros de créditos.

O crédito a empresas, que no final de 2010 representava cerca 57,7% do crédito total, ascendia a 6.013,9 milhões de euros, mais 6,1% do que no final de 2009.

Além das operações de titularização atrás referidas, o Banif realizou, em 2010, cessões de crédito, desreconhecidas do Balanço, no total de 83 milhões de euros, pelo preço de 65,8 milhões de euros, valores semelhantes às cessões realizadas em 2009, que somaram 75,3 milhões de euros, pelo preço de 68,1 milhões de euros.

O rácio de "Imparidade/Crédito Total" situou-se, no final de 2010, em 3,33% (3,05% em 31 de Dezembro de 2009), reflexo da actual conjuntura económica adversa.

Os Activos Financeiros Disponíveis para Venda ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010, a 451,4 milhões de euros, mais 327,1 milhões de euros do que em 2009. Neste aumento, cerca de 248,7 milhões de euros correspondem a variações nas obrigações adquiridas no âmbito das operações de securitização, nomeadamente pela aquisição da totalidade das obrigações decorrentes das operações concretizadas em 2010, a Atlantes Mortgages 7 e Atlantes Finance 3. O restante aumento corresponde a aquisições de diversas obrigações e de OT's.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se um aumento de 69,9 milhões de euros, aumento influenciado principalmente pela aquisição de unidades de participação e de obrigações Rentipar Seguros 2015.

Os Recursos de Bancos Centrais, nomeadamente do Banco Central Europeu, apresentam um aumento de saldo de 547,5 milhões de euros, mais 49,6% do que estava registado em 31 de Dezembro de 2009, passando a representar 15,0% do total do *funding*, contra 10,7% no ano anterior. O aumento verificado nestes recursos foi potenciado com o aumento da disponibilidade de colaterais resultantes das operações de securitização efectuadas no ano.

Os Recursos de Outras Instituições de Crédito evoluíram em sentido contrário, diminuindo 608,5 milhões de euros face a Dezembro de 2009, menos 37,5%, reduzindo o seu peso no total do *funding*, no final de 2010, para cerca de 9,2%, em comparação com 15,7% no final de 2009.

Os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes, Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Financeiros ao Justo Valor, apresentaram a seguinte evolução face ao final de 2009:

Valores em Milhões de euros

	2010	2009	Variação %
Depósitos de Clientes	7.158,3	6.606,4	8,4%
À ordem	1.311,3	1.189,6	10,2%
A prazo	5.303,6	4.773,3	11,1%
Poupança	503,4	600,1	-16,1%
Outros	39,9	43,4	-8,0%
Responsabilidades representadas por títulos	755,3	528,3	43,0%
Passivos ao justo valor	5,0	20,4	-75,7%
Recursos de Clientes	**7.918,6**	**7.155,1**	**10,7%**

Os Depósitos de Clientes subiram 8,4%, no período em análise, representando um aumento de 551,9 milhões de euros. Os Depósitos a Prazo aumentaram 530,4 milhões de euros, mais 11,1%, e os Depósitos à Ordem mais 121,7 milhões de euros, uma subida de 10,2%. Os restantes tipos de depósitos, Poupança e Outros, diminuíram 96,7 milhões de euros e 3,5 milhões de euros, respectivamente.

No final de 2010, os Passivos Financeiros ao justo valor apresentavam um saldo de 5,0 milhões de euros, que representava na sua totalidade obrigações de caixa BCA 2006/2011. A diferença de saldo para 2009, menos cerca de 15,4 milhões de euros, corresponde ao reembolso das obrigações de caixa Banif Euro Multiactivos 2005/2010 e Banif Eurostoxx 2005/2010.

Em Junho de 2010, o Banco emitiu Obrigações, BANIF 2010 FLOAT EUROMEDIUM TERM PROGRAM, no montante de 150,0 milhões de euros, com vencimento em Junho de 2011, registados na rubrica Responsabilidades Representadas por Títulos. A restante variação nesta rubrica decorre do aumento de Certificados de Depósito.

Os Capitais Próprios do Banco, em base IAS/IFRS, atingiram 925,4 milhões de euros no final de 2010, um aumento de 32,3% face ao registado no final de 2009, devido ao aumento do capital social do Banco, em 214,0 milhões de euros, realizado pela Banif Comercial, SGPS, SA em Dezembro de 2010.

Como resultado do reforço de capitais próprios, acima referido, o Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, subiu para 14,00%, no final de 2010, face a 13,23%, no final de 2009. O Rácio de Solvabilidade, em contas IAS/IFRS e determinado de acordo com as *Core Criteria* de Basileia, situava-se em 14,54% no final de 2010 (13,10% em 31 de Dezembro de 2009), enquanto o rácio *Core Tier I* atingiu 10,76% (8,93% em 31 de Dezembro de 2009).

Os Resultados Líquidos de 36,2 milhões de euros, conjugados com o aumento verificado ao nível da base de capital, proporcionaram um ROE de 5,19% (4,84% em 2009) e um ROA de 0,30% (0,25% em 2009), ambos calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Banco.

Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

milhares de €

	31-Dez-10	31-Dez-09	Variação Absoluta	Variação %
Balanço				
Activo Líquido	12.402.714	11.546.621	856.093	7,4%
Crédito s/ Clientes (Bruto)	10.419.117	9.940.935	478.182	4,8%
Recursos de Clientes (Incluindo Resp. Representadas por Títulos)	7.918.592	7.155.098	763.494	10,7%
Capitais Próprios	925.380	699.391	225.989	32,3%

	31-Dez-10	31-Dez-09	Variação Absoluta	Variação %
Demonstração de Resultados				
Margem Financeira (incluindo rendimento instrumentos capital)	231.818	231.320	498	0,2%
Lucro de Operações Financeiras	2.813	4.532	(1.719)	-37,9%
Outros Proveitos Líquidos	94.191	88.743	5.448	6,1%
Produto de Actividade	328.822	324.595	4.227	1,3%
Custos Administrativos	(185.671)	(191.481)	5.810	-3,0%
Cash-Flow	143.151	133.114	10.037	7,5%
Amortizações do exercício	(14.434)	(15.532)	1.098	-7,1%
Provisões / Imparidade	(85.604)	(97.385)	11.781	-12,1%
Resultados antes de Impostos	43.113	20.197	22.916	113,5%
Impostos	(6.937)	8.298	(15.235)	-183,6%
Resultado do Exercício	36.176	28.495	7.681	27,0%

	31-Dez-10	31-Dez-09	Variação Absoluta	Variação %
Outros Indicadores				
Imparidade de crédito/Crédito Total	3,33%	3,05%	-	-
Resultados antes de Impostos /Activo Líquido Médio	0,36%	0,18%	-	-
Produto Bancário /Activo Líquido médio	2,75%	2,90%	-	-
Resultados antes de Impostos /Capitais Próprios Médios	5,31%	3,43%	-	-
Cost to Income (Excluindo amortizações)	56,47%	58,99%	-	-
Cost to Income	60,86%	63,78%	-	-
Custos com o Pessoal / Produto Bancário	34,35%	34,86%	-	-
ROE	5,19%	4,84%	-	-
ROA	0,30%	0,25%	-	-
Rácio de Solvabilidade (*Core Criteria* de Basileia)	14,54%	13,10%	-	-
Tier 1 (*Core Criteria* de Basileia)	10,76%	8,93%	-	-
Nº de empregados	2.669	2.656	13	0,5%
Nº de Agências Bancárias	417	410	7	1,7%

3.2 Crédito Especializado

3.2.1 Banco Mais, SA

3.2.1.1 Actividade em Portugal

O ano de 2010 foi marcado pelos seguintes acontecimentos:

- O reforço da posição do Banco Mais no mercado de concessão de crédito para aquisição de veículos em Portugal;

- O *rebranding* do Banco Mais - que passou a adoptar a marca comercial Banif Mais - e o desenvolvimento e aproveitamento de sinergias no âmbito do Grupo;

- Preparação para o processo de integração no Banco Mais da actividade de crédito e leasing mobiliário da Banif Go, cujo projecto de cisão-fusão foi entregue ao Banco de Portugal no final do primeiro semestre e aprovado no final do ano de 2010.

Em 2010 o Banco Mais foi o operador que apresentou maior crescimento, atingindo, no último trimestre do ano, a 2.ª posição no mercado de veículos usados, com 12,9% de quota anual (7,6% em 2009). Também no mercado de veículos novos, o Banco Mais aumentou a quota de mercado para 3,3% (1,1% em 2009). No mercado de financiamento de motos o Banco Mais é um dos dois operadores que lideram o mercado, tendo atingido uma quota de mercado de 29,0% em 2010.

No ano em análise, o banco desenvolveu trabalhos de relevo no sentido de obter maiores níveis de sinergia e eficiência operacional, tirando partido da dinâmica de integração no Grupo Banif. Neste âmbito, há a assinalar as campanhas de *cross-selling* de produtos Banif/Banco Mais e a passagem progressiva para o Banco Mais das novas operações de crédito e de *leasing* mobiliário, anteriormente efectuadas pela Banif Go. Uma parte importante destas operações diz respeito a financiamentos para aquisição de equipamentos, o que levou à criação de uma nova direcção – a Direcção Comercial *Cross Selling* e Equipamentos.

Em Dezembro de 2010, o Banco de Portugal aprovou o processo de fusão dos activos afectos às actividades de crédito e *leasing* mobiliário da Banif Go no Banco Mais, devendo esta fusão, uma vez concretizada, reproduzir efeitos contabilísticos reportados a partir de 1 de Janeiro de 2011.

O Mercado Automóvel

Segundo a ACAP (Associação de Comércio Automóvel de Portugal), em Portugal, as vendas de veículos novos ascenderam a 223.491 unidades em 2010, o que representou um crescimento de 38,8%, face ao ano anterior.

No mês de Dezembro de 2010, o mercado de automóveis ligeiros de passageiros registou um forte crescimento de 61,9% em relação a igual mês do ano anterior, tendo sido comercializados 28.142 veículos. Este aumento deveu-se, essencialmente, a três factores que, de forma conjugada, conduziram a um aumento significativo da carga fiscal em 2011, e, consequentemente, provocaram uma antecipação da procura no final de 2010:

- Extinção do programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida para automóveis não exclusivamente eléctricos;

- Aumento da taxa normal de IVA de 21% para 23%;

- Aumento do Imposto Sobre Veículos (ISV) e do Imposto Único de Circulação (IUC).

Produção e Carteira

Em Portugal, 2010 foi um ano de incremento da actividade comercial, mantendo-se, contudo, critérios de análise muito restritivos. Assim, foram celebrados 21.013 contratos, aos quais correspondeu um volume de crédito de 169,2 milhões de euros.
Apesar do forte incremento da originação de novos contratos face ao ano anterior, a carteira de crédito, líquida de imparidade, em Portugal, apresentou ainda uma redução de cerca de 6%.

3.2.1.2 Actividade Internacional

Na Eslováquia, em 2010, o mercado automóvel registou um abrandamento acentuado, tendo o segmento de veículos ligeiros de passageiros novos decrescido 14%, face a 2009.

Na Polónia, o mercado automóvel melhorou o seu desempenho em 2010 face ao ano anterior, com o nível de vendas de automóveis ligeiros de passageiros novos a apresentar um aumento de 4,2%.

Neste contexto e dada restritividade mantida na concessão de crédito, as sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebraram, no ano em análise, 1.579 contratos, com um total de crédito concedido de 6,5 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 23,2% e de 26,3%, respectivamente, face a 2009.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha, o Banco Mais manteve, em 2010, o total enfoque na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo concessão de novos créditos.

BANCO MAIS, S.A.

Números significativos (base IAS) — Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação
Activo líquido	827.278	810.038	2,1%
Crédito Total	780.091	790.385	-1,3%
Capitais Próprios	215.824	198.185	8,9%
Produção global	173.772	97.943	77,4%
Margem Financeira	39.112	47.378	-17,4%
Produto da Actividade	49.596	63.989	-22,5%
Cash-Flow	28.282	42.721	-33,8%
Resultado líquido	19.726	22.943	-14,0%
Custos Pessoal/Produto Bancário	17,3%	12,9%	-
Cost to Income	45,1%	35,3%	-
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	6,5%	7,2%	-
ROE	11,0%	13,2%	-
ROA	2,3%	2,4%	-
RAI/Activo Líquido Médio	2,9%	3,5%	-
RAI/Capitais Próprios Médios	12,6%	17,8%	-
Imparidade do Crédito / Crédito Total	22,9%	18,9%	-
Rácio Solvabilidade	23,4%	25,1%	-
Pontos de Venda	20	29	-31,0%
N.º de Empregados	267	297	-10,1%

3.2.2 Banif Plus Bank, ZRT

A actividade da subsidiária do Banco Mais na Hungria acompanhou a tendência negativa do mercado automóvel húngaro em 2010, que registou um decréscimo de 28% do volume de vendas. No entanto, a quebra no número de contratos celebrados pela filial foi de apenas 5,4% (e de 1,1% em termos de valor de crédito concedido) uma vez que, no ano de 2009, havia tido uma diminuição bastante acentuada na concessão de crédito.

BANK PLUS, ZRT

Números significativos (base IAS/IFRS) — Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação
Activo liquido	113.021	120.415	-6,1%
Crédito Total	111.107	126.307	-12,0%
Capitais Próprios	29.923	35.052	-14,6%
Produção global	6.732	6.661	1,1%
Margem Financeira	9.914	11.820	-16,1%
Produto da Actividade	12.156	13.468	-9,7%
Cash-Flow	6.985	9.424	-25,9%
Resultado liquido	3.095	5.137	-39,8%
Custos Pessoal/Produto Bancário	29,0%	20,1%	-
Cost to Income	45,0%	32,5%	-
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	10,3%	9,8%	-
ROE	10,2%	15,2%	-
ROA	2,6%	3,7%	-
RAI/Activo Liquido Médio	3,1%	4,6%	-
RAI/Capitais Próprios Médios	12,2%	18,7%	-
Imparidade do Crédito / Crédito Total	14,4%	10,5%	-
Rácio Solvabilidade	21,2%	23,0%	-
Pontos de Venda	9	9	0,0%
N.º de Empregados	90	85	5,9%

3.2.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

3.2.3.1 Produção e Carteira

A produção global, no exercício de 2010, foi de 102,5 milhões de euros, dos quais, 70,1 milhões de Euros (68,4%) referentes a contratos de locação financeira mobiliária, 30,0 milhões de euros (29,3%) a contratos de locação financeira imobiliária e 2,4 milhões de euros (2,3%) relativos a contratos de crédito.

Em relação ao exercício anterior, verificou-se um decréscimo de 32,6% da produção global da empresa. Esta situação explica-se, basicamente, por dois motivos distintos: em primeiro lugar, a continua degradação da conjuntura económica, com reflexo nas políticas de maior contenção e restrição de crédito, e em segundo lugar, a transferência directa de negocio da Banif Go para a nova estrutura do Banif Mais. Em termos parcelares, há a referir que, em relação ao mesmo período, a

locação financeira mobiliária decresceu 26,8%, a locação financeira imobiliária decresceu 41,1% e os contratos de crédito decresceram 55,5%.

As redes de distribuição do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. contribuiram com cerca de 60,6% para a produção de leasing mobiliário, com 37,5% para a produção dos contratos de crédito e com a totalidade da produção de leasing imobiliário.

A carteira de crédito, antes de imparidade, em 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 490 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 16% relativamente ao exercício anterior.

No 1º. trimestre de 2011, irá verificar-se a extinção da Banif Go, enquanto entidade jurídica, com a integração de alguns dos seus activos e passivos no Banif Mais (ex. Banco Mais) e os restantes no Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

3.2.3.2 Conta de Exploração

A conta de exploração da Banif Go em 2010, reflete o impacto do processo de integração de toda a sua actividade no Banco Mais e para o Banif, o qual se desenvolveu ao longo de 2010 e se estima concluir até ao final do 1º. Semestre de 2011.

A margem financeira teve uma quebra de cerca de 112%, em relação ao exercício de 2009.

O *Cost to Income*, relação entre custos operativos e o produto *bancário*, teve um decréscimo relevante, tendo em conta a verificação de um valor de Produto Bancário negativo.

O resultado líquido apurado ascendeu a -2 milhões de euros, registando um decréscimo superior a 150% em relação ao ano transacto.
O *cash-flow* gerado, no montante de -7.083 milhares de euros, representou um decréscimo de 176,04% face ao mesmo período de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010, o número de colaboradores da sociedade era de 48.

Números significativos (base IAS/IFRS) — Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Produção global	102.532	152.149	-32,61%
Activo líquido	581.716	574.308	1,29%
Crédito Total	490.161	583.088	-15,94%
Capitais Próprios	56.725	51.608	9,92%
Margem Financeira	-1.549	12.109	-112,79%
Cash-Flow	-7.083	9.315	-176,04%
Resultado líquido	-2.021	3.711	-154,46%
ROE	-3,56%	7,19%	
ROA	-0,35%	0,65%	
Custos Pessoal/Produto Bancário	-192,79%	16,79%	
Cost to Income	-603,66%	34,15%	
Rácio Solvabilidade	28,30%	9,30%	
Crédito Vencido/Crédito Total	9,78%	7,75%	
Imparidade/Crédito Vencido	43,67%	44,31%	
Nº de Empregados	48	68	-29,41%

3.2.4 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA.

Em 2010 foram celebrados 2.800 novos contratos (3.125 no exercício de 2009), o que se traduziu num decréscimo de 10%, num investimento total de 26 milhões de euros. O referido decréscimo deveu-se, em grande parte, à decisão da redução da exposição a Clientes do segmento "Rent-a-Car", bem como à situação macroeconómica que se viveu em 2010.

Durante o ano, manteve-se a estratégia de proceder ao realuguer de viaturas, o que permitiu uma maior rentabilidade das mesmas antes da sua alienação.

O crescimento verificado no mercado de veículos ligeiros de passageiros foi, em grande parte, impulsionado pelas vendas a particulares, para as quais contribuiu o incentivo especial para o abate de viaturas com mais de 10 anos.

No final de 2010, a frota total sob gestão era de 4.671 veículos (4.387 no final de 2009), o que representa um acréscimo de 6%.

O resultado líquido do exercício de 2010 foi de 320 mil euros, o que representa um decréscimo de 41% face aos 541 mil euros de 2009. Para esta redução contribuiu, com um peso significativo, o aumento do custo de *funding* verificado em 2010.

A 31 de Dezembro de 2010, o número de colaboradores da sociedade era de 35. O crescimento verificado resulta da integração de 13 colaboradores oriundos da Banif Go, com o objectivo de dotar a estrutura organizacional da empresa dos profissionais necessários para alcançar os objectos que a empresa se propõe atingir no futuro próximo.

Números significativos

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Produção - nº Contratos	2.800	3.125	10%
Produção – Investimento	26.282	26.146	0,5%
Frota sob gestão	4.671	4.387	6%
EBITDA	14.323	12.343	16%
Activo	95.306	92.521	3%
Capitais Próprios	1.138	817	39%
Número de empregados	35	22	59%
Resultado Antes de Impostos	121	366	-67%
Resultado Líquido	320	541	-41%

3.3 Actividade Internacional do Grupo

3.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

À data de 31 Dezembro de 2010, o volume de activos do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. (Banif (Cayman), Ltd.), cifrava-se em cerca de 518 milhões de dólares, tendo-se verificado um decréscimo de 36,5%, comparativamente a 31 de Dezembro de 2009.

O decréscimo verificado no volume dos activos do Banif (Cayman), Ltd., é explicado essencialmente pelo comportamento das rubricas de Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados e Crédito a Clientes, que sofreram uma quebra de 107 e 171 milhões de dólares, respectivamente, face ao exercício anterior. Também a alienação da totalidade das participações detidas pelo Banif (Cayman), Ltd., no capital social da FINAB e da Banif International Holdings, Ltd. (BIH), durante o exercício de 2010, contribuíram para a redução do volume de activos do Banco face a 2009.

Relativamente ao Passivo do Banif (Cayman), Ltd., verificou-se um decréscimo de 38% face ao fecho do exercício do ano de 2009. Esta variação é essencialmente explicada pelo decréscimo ocorrido nas rubricas de Recursos de outras instituições de crédito, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos, as quais tiveram uma redução de 40%, 45% e 89%, respectivamente.

O Banif (Cayman), Ltd., apresentou um resultado líquido positivo, em 31 de Dezembro de 2010, de cerca de 111 mil dólares, o qual, no entanto representa uma diminuição de 75,2%, face a 31 de Dezembro de 2009.

Verificou-se, no período em análise, um crescimento significativo do Produto Bancário (145%), potenciado pelo incremento da Margem financeira e das Comissões. Contudo, o resultado gerado foi parcialmente absorvido pelos custos com pessoal e Correcções de valor associado ao crédito a Clientes e valores a receber de outras instituições de crédito.

Valores em Milhares de Dólares

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	518.283	816.780	-36,6%
Crédito Concedido	265.015	435.861	-39.2%
Depósito de Clientes	91.942	104.048	-11.6%
Capitais Próprios	42.910	48.750	-12.0%
Resultado Liquido	111	446	-75.1%

Em 31 de Dezembro de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.3362 Dólares (USD)

3.3.2 Banif International Bank, Ltd

À data de 31 de Dezembro de 2010, o volume de activos do Banif International Bank, Ltd. (BIB), ascendia a 636 milhões de dólares, verificando-se um acréscimo de 18%, comparativamente ao final do exercício de 2009.

O acréscimo verificado no volume dos activos do BIB é maioritariamente explicado pelas variações ocorridas nas rubricas de Crédito e Disponibilidades em outras instituições de crédito, face a 31 de Dezembro de 2009. Registou-se um decréscimo muito significativo da rubrica de Disponibilidades em outras instituições de crédito, em cerca de 81% (253 milhões de dólares), que por sua vez foi compensado pela variação positiva ocorrida na carteira de crédito, a qual teve um crescimento de cerca de 326 milhões de dólares, face ao final do exercício anterior.

No que respeita ao Passivo do BIB, verificou-se um acréscimo de 21%, face ao exercício de 2009. Esta variação é, essencialmente, explicada pelo comportamento das rubricas de Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de Clientes e outros empréstimos. Entre 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010, pese embora a redução de cerca de 68 milhões de dólares na carteira de Depósitos de Clientes, verificou-se um incremento de cerca de 156 milhões de dólares na captação de Recursos de outras instituições de crédito, o que compensou o efeito acima referido.

O BIB apresentou um resultado líquido negativo, em 31 de Dezembro de 2010, de cerca de 237 mil dólares. O resultado, apesar de se manter negativo, representou uma evolução positiva, face a 31 de Dezembro de 2009.

Esta melhoria do resultado, face a 2009, deveu-se essencialmente ao aumento do produto bancário, por via do incremento das receitas de serviços e comissões (5.438 milhões de dólares em 2010, face a 3.303 milhões de dólares em 2009).

Valores em Milhares de Dólares

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	635.755	538.998	18.0%
Crédito Concedido	469.344	143.021	228.2%
Depósito de Clientes	245.945	314.022	-21 7%
Capitais Próprios	43.772	48.354	-9.5%
Resultado Liquido	-237	-2.496	---

Em 31 de Dezembro de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.3362 Dólares (USD)

3.3.3 Banif Finance (USA) Corp.

A **Banif Finance (USA), Corp.** (BFUSA) é uma instituição de crédito hipotecário licenciada no Estado da Florida, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas.

De acordo com a regulamentação do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFUSA está sujeita a fiscalização governamental e correspondente legislação. A verificação ao nivel de *compliance* local é também levada a efeito, anualmente, por uma terceira entidade independente, a fim de reduzir os riscos legais e operacionais a que possa estar exposta.

No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia a compra e/ou construção de habitação própria ou para investimento a Clientes do Banif – Grupo Financeiro, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade de projecto, para além de uma avaliação feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Durante o ano de 2010, a sociedade continuou a exercer a sua actividade sob condições de mercado muito desafiantes. Continuando a aplicar critérios de concessão de crédito muito restritivos, a BFUSA financiou um total de 13 novas operações, no montante total de USD 20,3 milhões, valor que compara com os USD 56 milhões financiados em 2009.

Durante o exercício de 2010 a BFUSA constituiu provisões adicionais para risco de crédito no valor total de USD 2,9 milhões.

O lucro líquido da sociedade em 2010 foi de USD 2,4 milhões (USD 1,6 milhões em 2009).

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores

Valores em milhares de dólares

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	264.997	302.953	-13%
Capitais Próprios	12.986	10.595	23%
Proveitos Totais	19.074	23.377	-18%
Lucro Líquido	2.391	1.565	53%

3.3.4 Banif Financial Services, Inc.

A **Banif Financial Services, Inc.** (BFS) é uma sociedade constituída em Novembro de 2000, registada no Estado da Flórida, que fornece aos seus Clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

A BFS actua nos EUA como *US Investment Adviser* e tem como missão:

- Desenvolver e apoiar os negócios do Banif - *Private Wealth Management*, contando, para tal, com uma equipa de *Investment Advisers* que, a partir de Miami, cobre os mercados do Brasil, Venezuela e Argentina;

- Articular com a sede do Banif – Grupo Financeiro em Lisboa, com o Banif Brasil, com o Banif (Cayman), com o BIB e outros prestadores de serviços, todo o processo de criação, implementação e manutenção de serviços e produtos do Banif - *Private Wealth Management*.

No final de 2010, a sociedade contava com um total de 265 Clientes e um total de activos sob gestão de USD 154 milhões (USD 118 milhões no final de 2009).

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Valores em milhares de dólares

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	382	365	5%
Capitais Próprios	361,4	357	1%
Proveitos Totais	465	740	-37%
Lucro Líquido	4	4	2%

3.3.5 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

Das 15 maiores economias do mundo, o Brasil foi um dos países que apresentou uma menor queda do Produto Interno Bruto em 2009, conseguindo mitigar o impacto da crise de 2008. O Brasil foi ainda o país que, no ano de 2010, conseguiu o maior crescimento do Produto Interno Bruto, de entre o referido conjunto de países, alcançando 7,5% de crescimento. Este desempenho resultou de um clima político de cariz marcadamente social mas que também tem permitido o crescimento do sector privado, melhorando a distribuição de rendimentos e incentivado o desenvolvimento das suas infra-estruturas. Foi ainda o resultado de um conjunto de medidas de redução de impostos sobre a indústria, principalmente a automóvel, que atingiu vendas de 3,6 milhões de unidades, levando o Brasil a ser o quarto maior produtor automóvel mundial, e da forte expansão do crédito ao consumo e imobiliário para a população de baixo rendimento e de classe média, o que promoveu uma forte competição, entre os bancos privados, pelo referido segmento de mercado.

O Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. ('Banif Brasil') manteve-se fiel ao objectivo de se vir a tornar num importante banco de média dimensão, aumentando progressivamente a sua quota de mercado e oferecendo um serviço personalizado aos Clientes de classe média e alta. O banco aposta num conceito de "banca de relacionamento", oferecendo produtos de private banking. Mantém ainda uma importante área de crédito ao consumo, com a Banif Financeira, o BanifCard, e o BanifInvest e de serviços de apoio à exportação, capitalizando a vocação internacional do Grupo e fazendo uso da sua importante rede comercial a nível internacional. Por fim, a actividade do banco é ainda complementada pelos serviços do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA, principalmente na venda de serviços nas operações de mercado de capitais e asset management.

Este ano, no contexto do crescimento do país e das fortes medidas económicas implementadas, o Banif Brasil cresceu significativamente, sendo reconhecido como um banco de grande dinâmica, com uma uma estratégia definida e de grande envolvimento com o Brasil. O Banif Brasil é já uma marca brasileira reconhecida e continua melhorando a sua posição no ranking das instituições bancárias daquele país. De acordo com as estatísticas das associações bancárias e do Banco Central do Brasil, o Banif Brasil é, actualmente, o 20.º em operações do comércio exterior e câmbio, o 62.º em depósitos e o 79.º em activos.

O resultado líquido do Banif Brasil continuou fortemente impactado pelo critério conservador na constituição de provisões. Porém, cresceu 115%, atingindo 1,9 milhões de reais, destacando-se a forte evolução do Produto Bancário, em 38%, que atingiu 94,7 milhões de reais, quando comparados aos 68,8 milhões de reais do ano anterior. Os referidos indicadores justificam a continuidade do trabalho desenvolvido e a estratégia seguida nos últimos 14 anos, de constituir o Banif Brasil como um banco comercial com uma presença marcante no mercado brasileiro (que já é o sétimo do mundo), que reflecte positivamente na marca "Banif" e se traduz num continuo e forte contributo para o Grupo e para os seus Accionistas.

Valores em Milhares de Reais

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	1.978.000	1.486.465	33 %
Crédito Líquido	1.194.371	898.470	33 %
Recursos de Clientes	1.042.321	750.597	39 %
Capitais Próprios	176.744	160.184	10 %
Produto Bancário	94.791	68.800	38 %
Cash Flow	27.621	47.709	- 42 %
Resultado Líquido	1.929	899	115 %
Pontos de Venda	25	25	-
Número de Colaboradores	322	303	6 %

Em 31-12-2010:1 Euro equivalente a Reais 2,2130
Em 31-12-2009:1 Euro equivalente a Reais 2,5113

3.3.6 Banca Pueyo, S.A.

A Banca Pueyo, S.A. (Banca Pueyo) contava, em finais de 2010, com 88 agências bancárias nas Comunidades Autónomas da Estremadura, Madrid e Sevilha.

A Banca Pueyo desenvolve a actividade típica de um banco comercial destinado a clientes de retalho, abrangendo não só os produtos típicos bancários, contas correntes e de depósitos, depósitos a prazo, contratos de crédito e de *leasing*, mas também outros, como os depósitos e a intermediação de valores mobiliários e ainda a comercialização de seguros de diferentes ramos, de fundos de investimento e planos de pensões.

A Banca Pueyo é a sociedade-mãe de um grupo de empresas, entre as quais se encontram, como mais significativas, uma sociedade gestora de fundos de pensões - Pueyo Pensiones EGFP, S.A. - e uma sociedade agente de seguros – Pueyo Mediación OBSV, S.A.-.

Durante o exercício de 2010, a Banca Pueyo manteve a estratégia de expansão da sua rede de Agências, tendo inaugurado 4 novas Agências, todas na Estremadura.

A actividade do sector bancário espanhol, em 2010, esteve marcada pela crise económica internacional e pela reestruturação das Caixas de Aforro. A necessidade de liquidez por parte do sector financeiro provocou uma elevada concorrência pelos depósitos dos Clientes, o que manteve a remuneração dos mesmos em níveis elevados, com a consequente redução da margem financeira. Por este motivo, um dos principais objectivos da Banca Pueyo durante todo o ano de 2010 foi o de conseguir um crescimento equilibrado entre Crédito e Recursos de Clientes, de modo a não fazer depender o seu crescimento de outro tipo de recursos, mantendo os seus excelentes rácios de liquidez.

Em resultado desta política, foi possível atingir um crescimento de 3,41% no Crédito Concedido e de 4,13% nos Depósitos de Clientes, valores muito positivos dada a conjuntura económica verificada durante todo o exercício de 2010. Estes números permitem à Banca Pueyo iniciar o exercício de 2011 em óptimas condições de liquidez para atingir os objectivos propostos para o mesmo.

O Crédito a Clientes atingiu, em 31 de Dezembro de 2010, o montante de 664 milhões de euros. Deste valor, 70% está coberto por garantias reais, quase exclusivamente hipotecárias.

Os Depósitos de Clientes atingiram o montante de 831 milhões de euros.

Todos estes dados de crescimento estão acompanhados de um Rácio de Crédito Vencido de 2,12% sobre o total da Carteira de Crédito, muito abaixo da média do sector em Espanha, com uma cobertura por provisões de 159%.

Quanto a resultados, o Grupo Banca Pueyo obteve, em 2010, um Lucro Líquido de 5,8 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 23,41% em relação ao resultado do exercício anterior. Esta diminuição resulta, essencialmente, da redução da margem financeira e dos montantes destinados ao fortalecimento do balanço através da constituição de provisões para imparidade.

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	982.806	936.551	+4,93%
Crédito Concedido Bruto	663.943	642.055	+3,41%
Depósitos de Clientes	831.446	798.499	+4,13%
Capitais Próprios	81.170	76.622	+5,94%
Margem Financeira	28.746	30.906	-7,26%
Produto da Actividade	12.767	15.081	-7,38%
Resultado Líquido	5.761	7.521	-23,41%
ROA	0,5%	0,81%	---
ROE	6,87%	9,56%	---
Crédito Vencido/Crédito Total	1,65%	1,31%	----
Cost-to-Income	50,45%	48,41%	----
Número de Agências	88	84	+3,70%
Número de Empregados	230	227	+1,01%

3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

Depois de um assinalável crescimento em 2006 e 2007, os anos seguintes foram de forte desaceleração da actividade económica, em Cabo Verde, em virtude da crise financeira mundial que afectou negativamente o turismo, a construção e os fluxos de investimento directo estrangeiro, conforme se constata da evolução das taxas de crescimento real do PIB, com valores próximos de 10% p.a. em 2006 e 2007, que foram reduzidos para cerca de 4 a 5% p.a. nos anos de 2008 e 2010, sendo que, em 2011, as previsões apontam para 5,5% p.a.

A taxa média de inflação tem registado valores moderados nos últimos anos – com excepção do período compreendido entre 2006 e 2008, em virtude do elevado crescimento da economia – sobretudo em resultado da política cambial que liga o Escudo Cabo-Verdiano (CVE) ao Euro. As perspectivas de evolução para a economia de Cabo Verde mantêm-se positivas, baseadas no aumento do investimento directo estrangeiro e do investimento público, em especial ligado aos sectores do turismo e da construção.

Para o BCN, o ano de 2011 foi marcado por uma expansão selectiva da carteira de crédito, que apresentou uma variação (em termos líquidos) de cerca de 10%, e por uma redução da carteira de recursos de Clientes, em cerca de 17%, o que está associado à saída de fundos de um conjunto de Clientes institucionais e empresas internacionais ligadas ao turismo e à construção. Em termos de quota de mercado, o BCN detém cerca de 12% no crédito e de 9% em recursos, o que compara com 12% e 11% em 2009, respectivamente.

A nível da conta de resultados, os Resultados Líquidos aumentaram cerca de 22%, o que decorre dos seguintes contributos: (1) redução da margem financeira em cerca de 7%, o que espelha o aumento do custo de *funding* local, num mercado com taxas de transformação crescentes e elevados requisitos de disponibilidades mínimas de caixa, (2) aumento de 43% nas comissões líquidas, o que reflecte a revisão de preçário e a introdução de novos serviços (p.ex., Western Union); (3) aumento do produto bancário em cerca de 4%; (4) aumento dos custos com pessoal em 6%, em resultado da estabilização do quadro de pessoal, após os últimos anos de expansão da Rede de Agências; (5) redução dos gastos gerais administrativos em 12%, em virtude da continuidade da política de contenção de custos decorrente do PCC - Plano de Controlo de Custos iniciado em 2009; (6) aumento das imparidades do exercício em cerca de 53%, reflectindo também a manutenção do grau de cobertura da carteira de crédito vencido em níveis próximos aos evidenciados em 2009.

O ano de 2010 foi ainda marcado pelo aumento da carteira de crédito em incumprimento (segundo Circular E125.30 do BCV, corresponde a crédito com mais de 90 dias e de cobrança duvidosa), que passou de 1,30% para 2,24% da carteira total, apesar dos esforços das áreas comerciais e do reforço do Gabinete de Recuperação de Crédito. Contudo, é de salientar que os valores apresentados ainda se situam claramente abaixo da média do mercado (cerca de 3,5%). O grau de cobertura do crédito em incumprimento pela imparidade é de 166% vs. 174% em 2009.

Em 2010, o BCN passou a contar com uma presença física verdadeiramente nacional, em todas as 9 ilhas habitadas, ao inaugurar, em Setembro, a sua 21ª Unidade de Negócios na ilha da Brava. O banco procedeu ainda ao lançamento de novos produtos de poupança e à introdução do *factoring*, onde foi inovador no mercado.

Contas IFRS, Em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	114.438	130.102	-12,0%
Crédito Concedido Bruto	91.309	82.046	11,3%
Depósitos de Clientes	82.130	98.923	-17,0%
Capitais Próprios	10.374	9.280	11,8%
Margem Financeira	4.530	4.846	-6,5%
Produto da Actividade	6.266	6.057	3,5%
Cash Flow de Exploração	2.994	2.650	13,0%
Resultado Líquido	716	586	22,2%
ROA	0,63%	0,45%	38,9%
ROE	6,90%	6,31%	9,3%
Crédito em Incumprimento / Crédito Total	2,24%	1,30%	72,3%
Imparidade / Crédito em Incumprimento	165,56%	173,83%	-4,8%
Cost - to – Income	62,95%	67,70%	-7,0%
Nº de Agências	21	20	5,0%
Nº de Colaboradores	124	123	0,8%

Nota: cotação em 31 Dezembro de 2009 = 31 Dezembro de 2010 (currency peg existente)1 Euro = 110,265 CVE

3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd

O Banif Bank (Malta) plc (Banif (Malta)) foi constituído a 27 de Março de 2007. Foi criado como uma subsidiária totalmente detida pela Banif SGPS com um capital social autorizado e emitido de 50 milhões de euros e 15 milhões de euros, respectivamente.

O Banco obteve, também a 27 Março de 2007, a licença para operar como Instituição de Crédito nos termos do *Banking Act*, Cap 371 das Leis de Malta. O Banco disponibiliza uma completa gama de serviços a residentes e não residentes, através de uma rede de 8 Agências, um Centro de Empresas e um Centro Privado.

Em 2008 um conjunto de investidores locais foram convidados a participar no capital social do Banco tendo, no total, subscrito 28% do mesmo. Mais tarde naquele ano, a empresa aumentou o seu capital social para 25 milhões de acções ordinárias, 60% das quais foram pagas na subscrição tendo as restantes 40% sido pagas em 2009.O capital social ascendeu, assim, a 25 milhões de euros. Não ocorreram quaisquer aumentos de capital durante o ano em análise.

Desempenho financeiro

Em 2010, o Banif (Malta) continuou a prosseguir a sua estratégia de crescimento com vista a tornar-se uma referência no mercado bancário local. O Banif (Malta) apresentou um crescimento significativo na sua carteira, tanto em termos de empréstimos como de depósitos, o que se reflectiu de igual forma no correspondente produto da actividade. A carteira de crédito cresceu 96,3 milhões de euros, representando um aumento de 162% quando comparado com os 59,5 milhões de euros alcançados no final de 2009, enquanto a carteira de depósitos cresceu 287,6 milhões de euros, representando um aumento de 197% quando comparado os 146,1 milhões de euros alcançados no final de 2009. Este crescimento foi acompanhado por investimentos em infra-estruturas, tanto em termos de recursos como em soluções e produtos oferecidos aos seus Clientes.

Em 2010, o Banif (Malta) obteve um produto da actividade total de 5,126 milhões de euros, representando um aumento de 176% relativamente aos 1,855 milhões de euros registados em 2009.A margem financeira fixou-se em 3,311 milhões de euros (2009: 1,104 milhões de euros).

Os rendimentos de serviços e comissões foram de 806 milhões de euros (2009: 335 milhões de euros) enquanto os rendimentos de *trading* foram de 1,009 milhões de euros (2009: 416 milhões de euros). O banco aumentou a actividade de *trading* durante o ano em análise, nas vertentes de negociação de derivativos cambiais, com alguns Clientes, assim como da compra e venda de títulos de dívida soberana e privada cotados localmente e títulos emitidos por empresas do Grupo cotadas em bolsas estrangeiras.

No total, o produto da actividade cobriu 60,26% (2009: 27,64%) das despesas. Os custos operacionais totais, incluindo gastos com pessoal, depreciação de activo imobilizado e amortização de activos intangíveis totalizaram 8,507 milhões de euros (2009: 6,712 milhões de euros). As despesas com pessoal, incluindo Administração, representam 43,63% (2009: 42,22%) do total dos custos operacionais.

Em 2010, o Banco registou uma perda de 2,675 milhões líquidos de impostos, representando uma redução de 855 milhões de euros quando comparado com os 3,530 milhões registados em 2009.

Em consonância com a política de provisionamentos do Banif (Malta) e tendo em consideração o crescimento da carteira de empréstimos registado durante o ano em análise, o banco provisionou um total de 670 milhões de euros (2009: 367 milhões de euros) para imparidade por perdas em 2010. A provisão total para imparidades no final de 2010 situou-se em 1,186 milhões de euros, representando 0,76% da carteira total de empréstimos (2009: 0,86%). A redução percentual deveu-se principalmente a uma série de cobranças para as quais fora feita uma provisão específica em 2009.

A perda antes de impostos do exercício ascendeu a 4,051 milhões de euros (2009: 5,224 milhões). Tendo em consideração essa perda e o facto de, da mesma resultar uma compensação nos impostos relativos a lucros futuros, houve lugar a um diferimento de 1,378 milhões de euros em impostos. Daqui resultou um aumento do activo fiscal diferido reconhecido para 5,283 milhões de euros.

O total do activo atingiu 458,641 milhões de euros (2009. 170,366 milhões), dos quais 432,307 milhões de euros são relativos a aplicações em instituições de crédito e empréstimos a clientes, representando 94,26% (2009: 84,74%) da base total de activos. A componente do passivo relativo a depósitos somou 433,679 milhões de euros (2009:146,066 milhões), com um rácio de transformação de depósitos em crédito a Clientes de 36,19% (2009: 40,73%).

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo Líquido	458.641	170.366	169.21
Crédito Concedido Bruto	156.950	60.004	161.57
Depósitos de Clientes	433.679	146.066	196.91
Capital Social	25.000	25.000	-
Margem Financeira	1.123	1.235	-0.112
Crédito Vencido / Total Crédito	2.7%	0,00%	2.7
Produto da Actividade	5.126	1.855	176.33
Resultados Líquidos	-2.675	-3.530	24.22
ROA	-0.88%	-3,1%	2.22
ROE	-28.11%	-30,57%	2.46
Rácio de Solvabilidade	8.32%	17,89%	9.57
Cost to Income	165.96%	361,83%	195.87
Número de Agências	8	8	-
Número de Empregados	137	115	19.13

4. BANCA DE INVESTIMENTO

4.1 Banif – Banco de Investimento, SA

Os resultados do Banif - Banco de Investimento, S.A. ("Banco de Investimento") evoluíram de forma vincadamente positiva em 2010 e de tal forma que:

- No plano individual, o resultado líquido passou de 1,7 milhões de euros para € 5,8 milhões de euros, graças a um aumento do produto bancário de quase 5 milhões de euros que, contrastando com uma redução dos custos operacionais de quase 5%, permitiu baixar o *cost-to-income ratio* para 53%;

- No plano consolidado, o resultado líquido atingiu 8,2 milhões de euros, avançando cerca de 4,5 milhões de euros (+ 120%) sobre o resultado de 2009 e elevando o retorno sobre capitais próprios para 12.2%. O *cost-to-income ratio* caiu de 72% para 61% graças à conjunção de maiores proveitos (+8%) e menores custos operacionais (-9%)

O crescimento do Produto Bancário consolidado foi impulsionado pelo acréscimo de 3 milhões de euros (+26%) registado no agregado "Margem Financeira e Resultados de Operações Financeiras", enquanto as Comissões Líquidas decresciam de 21,8 milhões de euros para 21,4 milhões de euros. Nos custos operacionais destaca-se uma forte correcção nos serviços e fornecimentos de terceiros (- 3 milhões de euros) que compensou largamente os acréscimos (muito menos significativos) nos custos com o pessoal e nas amortizações.

Valores em Milhares de Euros

Contas Individuais	2010	2009	Variação %
Activo Liquido	1.322.666	989.007	34%
Capitais Próprios	60.968	62.030	-2%
Produto da Actividade	28.512	23.621	21%
Cash-Flow	14.493	8.666	67%
Resultado do Exercício	5.836	1.742	235%
ROA	0,5%	0,2%	-
ROE	10,6%	3,6%	-
Cost-to-Income	53,1%	67,2%	-
Rácio de Solvabilidade		11,0%	-

Valores em Milhares de Euros

Contas Consolidadas	2010	2009	Variação %
Activo Liquido	1.339.229	986.850	36%
Capitais Próprios *	94.185	74.373	27%
Produto da Actividade	35.916	33.312	8%
Cash-Flow	15.102	10.219	48%
Resultado do Exercicio	8.182	3.714	120%
ROA	0,7%	0,4%	-
ROE	12,2%	6,6%	-
Cost-to-Income	61,4%	72,4%	-
* Interesses minoritários		18.894	2.110
dos quais fundos de investimento		16.700	

4.2 A Actividade da Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

4.2.1 Banif Securities Inc.

O ano de 2010 trouxe uma evolução importante e muito positiva para a Banif Securities.

A decisão estratégica de transferir a infra-estrutura de *trading* e vendas para o escritório de Miami foi essencial para o sucesso em 2010, assim como o "investimento" em novos colaboradores, profissionais experientes e talentosos que mostraram resultados importantes, principalmente em Renda Fixa. A *joint venture* com a IXE foi encerrada.

As medidas de racionalização operacional que, justapostas à formação dos colaboradores, optimizando a sua eficiência e eficácia e potencializando o *cross selling* dentro do Grupo, muito contribuíram para que a Banif Securities obtivesse o melhor resultado dos últimos cinco anos.

Importante notar também que, em 2010, a Banif Securities foi auditada pela FINRA, principal reguladora de *broker-dealers* nos Estados Unidos, tendo recebido um relatório limpo.

4.2.2 Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.

Mercê do seu posicionamento no mercado e de reputação adquirida, o Banif Banco de Investimento (Brasil), SA consolidou a sua participação no mercado de operações estruturadas, oferecendo, para além de debentures e notas promissórias, soluções como a estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e a emissão e distribuição de certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Merece destaque a participação do banco como coordenador da distribuição pública da 5ª emissão de debentures do BNDES Participações SA, com o valor de 2 mil milhões de reais.

As áreas de *M&A* e *Structured Finance* têm trabalhado na exploração de uma base alargada de Clientes e *targets*, incidindo particularmente nos que sustentam interesses no eixo Portugal – Brasil e se situam nos segmentos de *Mid* e *Upper Mid Caps*. Entre as realizações mais importantes de 2010 contam-se a assessoria numa operação de aquisição no segmento de *business process outsourcing*, diversos trabalhos executados em processos de licitação relacionados com a Copa 2014 e os mandatos obtidos junto da Contour Global do Brasil, da PREVI e do Consórcio HFGG.

Enquanto a área de Gestão de Activos levava a cabo um processo de reestruturação interna e redução de custos, na Corretagem foram acordados, com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, os termos e condições da venda, a este grupo financeiro, de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio SA (Banif CVC), venda essa que não chegou a materializar-se, por razões meramente processuais, no ano de 2010, estimando-se a sua conclusão durante o exercício de 2011.

Em relação ao negócio de corretagem de retalho, o mais significativo da Banif CVC, é de registar uma quebra, ao longo do exercício, nos volumes negociados e ordens executadas, fruto da diminuição do peso da pessoa física na BM&F / Bovespa. Apesar disso, a operação fechou o ano registando um crescimento de receitas.

Indicadores	2010	2009	2008	Variação % 2010 - 2009
Activo Líquido	855.218	888.229	967.898	-4%
Capitais Próprios	127.072	124.878	112.429	2%
Produto Bancário	(1.386)	4.684	111.998	-130%
Cash Flow	(39.966)	(35.770)	73.709	-12%
Resultado do Exercício	(12.367)	(9.751)	72.093	-27%

4.2.3 Banco de la Pequeña e Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)

Num ano particularmente difícil para o sector financeiro em Espanha, o Bankpime não foi excepção.

O negócio corrente foi afectado pela intensa competitividade nos depósitos, conduzindo a uma queda de quase 3 milhões de euros na margem financeira. O aumento de 12% verificado nas comissões – resultante do bom desempenho dos fundos, aliás com a Bankpyme SGIIC a ser considerada uma das gestoras mais rentáveis nos últimos 15 anos; foi insuficiente para contrabalançar a referida quebra no diferencial de juros, tal como insuficiente foi o esforço realizado na racionalização de custos, no âmbito da qual se destacou a mudança da sede do banco para a Calle Pedro i Pons, medida com um efeito muito positivo no resultado operacional e no *cash flow* de exploração.

A situação económica e financeira vivida em Espanha reflectiu-se no aumento das provisões de crédito do Bankpime, como no resto do sector financeiro, condicionando os resultados da conta de exploração. Assim, durante o exercício de 2010, o resultado do Grupo Bankpime foi de -29.473 milhares de Euros (27,5% atribuído ao Grupo Banif) devido, basicamente, às provisões extraordinárias realizadas na carteira de crédito, de acordo com as novas exigências normativas do Banco de Espanha.

	2010	2009	Variação %
Activo Liquido	600.931	687.666	- 12,6%
Capitais Próprios	25.807	55.403	-53,42%
Produto da Actividade	22.135	22.910	-3,38%
Cash-Flow de Exploraçao	-4.754	-3.832	-24,06%
Resultado Liquido	-29.473	-12.840	- 129,54%

5. SEGUROS

Após a quebra registada em 2009, o Sector Segurador Português recuperou em 2010 o ritmo de crescimento de produção. O Segmento Vida, apesar de enquadrado numa grande instabilidade dos mercados financeiros, sofreu uma expansão positiva, fruto da aposta em produtos de risco reduzido O Segmento Não Vida começou a apresentar uma recuperação face à *performance* negativa dos anos anteriores.

O mercado segurador nacional ascendeu a cerca de 16,3 mil milhões de euros em volume de negócio, que, segundo dados provisórios da APS, estima-se corresponderem a cerca de 10% do PIB. Verificou-se um aumento de 0,9% do volume de negócios Não Vida Automóvel cresceu cerca de 0,4%, enquanto que o Ramo Acidentes de Trabalho sofreu uma quebra de cerca de 4%. O negócio do Ramo Vida cresceu cerca de 17,2%, tendência essa especialmente evidenciada pelos Planos Poupança Reforma.

A Rentipar Seguros, SGPS, SA, detentora da Companhia de Seguros Açoreana, reforçou o seu posicionamento no mercado, com a aquisição, em Março de 2010, da Companhia de Seguros Global, S A. e da Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A, à CNP Assurances. Ambas as referidas seguradoras vieram a ser incorporadas, por fusão, na Açoreana já em Janeiro de 2011, menos de um ano após a sua aquisição.

Neste contexto, a *performance* das três Seguradoras da Rentipar Seguros consolidou a dinâmica e a capacidade de desenvolvimento sustentado que a sociedade apresenta, afirmando-a como um *player* incontornável no sector segurador português, merecendo destaque:

- O crescimento obtido nos produtos estratégicos do Ramo Vida, nomeadamente o Plano Poupança Reforma (PPR), com um incremento de 3,7% face a 2009 e os produtos de risco, com uma variação positiva de 0,5% face ao exercício anterior,

- A evolução do volume de negócios em Não Vida registou um decréscimo de 2,4% face ao ano anterior, tendo a Rentipar Seguros uma quota de mercado de 7,4% (considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS – Associação Portuguesa de Seguradoras);

- O exercício de 2010 foi marcado pelo processo de integração da Global e da Global Vida na Açoreana, que viria a culminar com a fusão por incorporação das duas primeiras nesta última. A dinâmica e a celeridade que se verificaram neste processo constituíram uma das suas

principais marcas. Salienta-se a este nível, a celeridade com que foram realizadas a migração tecnológica, para uma única plataforma de sistemas de informação, a oferta comercial única e os acordos de produção firmados entre 95% dos agentes da Global e Açoreana, concluídos em onze meses.

- Após o reforço da cultura corporativa, baseado no desenvolvimento de um projecto de Responsabilidade Social em prol da educação designado: UNIDOS NA ESCOLA, criado, em 2009 para combater o abandono escolar na Região Autónoma dos Açores, em 2010 este projecto foi estendido à Região Autónoma da Madeira, com o objectivo de melhorar as condições dos estabelecimentos de ensino através da aquisição de material didáctico, equipamentos escolares ou cabazes alimentares. A Açoreana, além de oferecer o valor angariado na campanha, duplica ainda o respectivo montante.

- A notoriedade, experiência e profissionalismo dos Corretores parceiros da Açoreana, conduziu à realização do III Fórum de Corretores, que teve por objectivo principal uma maior aproximação entre a Açoreana e os Corretores, para reflectir sobre a actual conjuntura económica, contando com a intervenção do Professor Doutor José Neves Adelino, professor de Finanças da Universidade Nova de Lisboa;

- De modo a apresentar serviços de excelência, ganhando cada vez mais espaço no mercado, captar novos clientes e manter o nível de satisfação dos parceiros, pela primeira vez os Agentes da Açoreana participaram nas quatro Comissões Executivas que ocorreram em 2010, de modo a passar a mensagem comum de confiança, segurança e vontade de concretizar objectivos, para que o "crescimento esteja presente na cabeça de todos";

- No início de 2010, a Madeira foi assolada por uma intempérie que deixou um rasto de destruição por toda a ilha, tendo as Seguradoras accionado de imediato equipas de profissionais qualificados para avaliar os danos e proceder à imediata regularização dos valores devidos aos Clientes. As Companhias de Seguros Açoreana e Global, com a sua equipa de sinistros Não Vida, foram igualmente as primeiras a chegar ao local do tornado que assolou as localidades de Tomar, Sertã e Ferreira do Zêzere no final de 2010, o que permitiu a avaliação rápida dos prejuízos acusados. Após 24 horas sobre a intempérie, já haviam sido vistoriados a totalidade dos sinistros identificados, tendo sido iniciado, de imediato, o pagamento das indemnizações aos segurados. A Açoreana e a Global foram as únicas Seguradoras com destacamento específico para a gestão desta tragédia;

- Em termos de reforço do alinhamento organizacional, deu-se seguimento ao ciclo orçamental descentralizado, construído a partir do *input* das diversas Direcções da Companhia para obtenção de uma melhor interacção e trabalho de equipa para atingir os objectivos globais. Controlo, rigor e transparência, são as palavras-chaves deste modelo de construção do orçamento, que foi estendido à realidade da Global e da Global Vida, tendo o Plano Trienal 2011-2013 e o orçamento de 2011 já sido efectuados numa perspectiva agregada.

5.1 Principais indicadores consolidados da Rentipar Seguros, SGPS, SA

Em termos de evolução económica, o volume de produção consolidada, medido através dos prémios brutos emitidos, em 2010, ascendeu os 509 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 14,2% face ao ano transacto.

O Ramo Vida registou uma produção consolidada de 235,9 milhões de euros (decréscimo de 11,3% face a 2009). O volume de prémios consolidados Não Vida ascendeu a 274 milhões de euros (crescimento de 51,9% face ao ano transacto).

A quota global de mercado agregada, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 3,4%, sendo de 7,4% nos Ramos Não Vida e 2% no Ramo Vida.

Os resultados líquidos consolidados obtidos, no valor de 4,4 milhões de euros, representam um crescimento de 121,1% face aos valores consolidados do ano transacto.

A evolução do *cash-flow* operacional consolidado acompanha o aumento dos resultados líquidos consolidados e atinge cerca de 7,9 milhões de euros em 2010, o que representa um crescimento de 134% face a 2009.

O activo líquido consolidado atingiu os 1.472,9 milhões de euros e os capitais próprios consolidados alcançaram os 134,2 milhões de euros, o que representam crescimentos acima dos 68% e 160% respectivamente, face a 2009.

Tendo em conta as necessidades de financiamento para a aquisição das participações da Global e da Global Vida, bem como o reforço dos níveis da margem de solvência, os accionistas da Rentipar Seguros procederam ao reforço dos capitais próprios desta sociedade em 95 milhões de euros, respeitante a cerca de 70 milhões de euros do aumento do capital social e 25 milhões de euros de reforço em prestações suplementares de capital.

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Prémios Vida	235.850	266.003	-11,3%
Prémios Não Vida	274.018	180.348	51,9%
Prémios Totais	509.869	446.351	14,2%
Cash Flow Operacional	7.849	-23.075	134,0%
Activo Líquido	1.472.853	876.301	68,1%
Investimentos Líquidos	1.176.013	727.900	61,6%
Capitais Próprios	134.239	51.498	160,7%
Resultados Líquidos	4.438	-21.069	121,1%

Nota: O exercício de 2010 reflecte a incorporação da Global Seguros e Global Vida, a partir de 1 de Março de 2010 e o produto das suas operações desde a mesma data.

5.2 Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

O volume de produção da Açoreana, medido através dos prémios brutos emitidos em 2010, ascendeu os 405,9 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 9,1% face ao ano transacto.

O Ramo Vida registou uma produção de 218, 4 milhões de euros (decréscimo de 17,9% face a 2009), não obstante a produção de PPR cresceu cerca de 15,4% face a 2009. O volume de prémios Não Vida ascendeu a 187,5 milhões de euros (crescimento de 3,9%).

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 2,5%, sendo de 4,5% nos Ramos Não Vida e 1,8% no Ramo Vida.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e por 52 Delegações próprias.

A rede de mediação, que integra cerca de 3.071 mediadores com apólices em vigor, representava, no final de 2010, 46,1% na estrutura de distribuição da Companhia de Seguros Açoreana.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 70,9% da produção do Ramo Vida e por 4,6% da produção dos Ramos Não Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de -2,5 milhões de euros, embora negativos, revelam uma excelente recuperação face a 2009. Não obstante, reflectem ainda o contexto económico adverso em que a actividade se desenvolveu, acrescido de uma grande volatilidade dos mercados financeiros.

O Activo Líquido atingiu os 846, 9 milhões de euros e os capitais próprios alcançaram os 34,5 milhões de euros, cujo decréscimo em relação ao ano anterior está directamente relacionado com a desvalorização da carteira de activos financeiros, por consequência da instabilidade da *performance* dos mercados de capitais.

Principais Indicadores Económico-Financeiros da Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Prémios Vida	218.436	266.003	-17,9%
Prémios Não Vida	187.450	180.348	3,9%
Prémios Totais	405.887	446.351	-9,1%
Cash Flow Operacional	-2.775	-28.909	90,4%
Activo Líquido	846.857	875.248	-3,2%
Investimentos Líquidos	697.532	727.900	-4,2%
Capitais Próprios	34.536	50.764	-32,0%
Resultados Liquidos	-2.466	-24.944	90,1%

5.3 Global Companhia de Seguros, S.A.

O volume de produção da Global, medido através dos prémios brutos emitidos, alcançou, em 2010, os 119,7 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 10,9% face ao ano transacto.

A quota de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS é de 2,9%.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 3,20 milhões de euros, são bastante superiores em cerca de 150% face aos registados no exercício anterior.

O Activo Líquido atingiu os 251,5 milhões de euros, e os capitais próprios alcançaram os 37,8 milhões de euros, o que representa uma variação de 4% e -0,7% respectivamente face a 2009

Principais Indicadores Económico-Financeiros Global Companhia de Seguros, S.A.

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Prémios Totais	119.700	134.367	-10,9%
Cash Flow Operacional	5.525	-7.279	175,9%
Activo Líquido	251.533	241.779	4,0%
Investimentos Líquidos	205.665	190.179	8,1%
Capitais Próprios	37.803	38.088	-0,7%
Resultados Líquidos	3.201	-6.462	149,5%

5.4 Global Vida Companhia de Seguros Vida, S.A

Em termos de evolução económica, o volume de produção da Global Vida, medido através dos prémios brutos emitidos, alcançou, em 2010, os 23,0 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 58% face ao ano transacto.

A quota de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento é de 0,2% no Ramo Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 374 milhares de euros, inferiores aos registados no exercício anterior, reflectem o impacto negativo em resultados financeiros da desvalorização da carteira de activos.

O Activo Líquido atingiu os 283,3 milhões de euros, e os capitais próprios alcançaram os 16,3 milhões de euros, em linha com os níveis registados no ano anterior.

Principais Indicadores Económico-Financeiros Global Vida Companhia de Seguros Vida, S.A

Valores em Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Prémios Totais	22.987	54.708	-58,0%
Cash Flow Operacional	782	2.583	-69,7%
Activo Líquido	283.324	284.234	-0,3%
Investimentos Líquidos	272.817	272.504	0,1%
Capitais Próprios	16.322	16.506	-1,1%
Resultados Líquidos	374	1.775	-78,9%

II.3 RENTICAPITAL – INVESTIMENTOS FINANCEIROS, S.A.

A actividade desenvolvida pela Empresa em 2010 consistiu na gestão de uma carteira de activos financeiros, sendo de realçar os seguintes factos mais relevantes:

A carteira é composta por acções e obrigações de entidades, algumas das quais cotadas em bolsa, investimentos esses que no final de 2010 e 2009 ascendiam a 23 e 24 milhões de euros, respectivamente;

Relativamente a esta carteira, recebeu-se, em 2010, 335 mil euros de dividendos, relativos ao exercício de 2009, contra 203 mil euros de dividendos recebidos em 2009;

A nível da margem financeira, diferença entre juros obtidos e juros suportados, em 2009 apurou-se um saldo negativo de 328 mil euros e em 2010 um saldo positivo de 498 mil euros, sendo a razão da inversão neste indicador justificada pelos juros obtidos nos activos financeiros adquiridos com os fundos resultantes da alienação de uma participação financeira no Banif, no final de 2009;

Os resultados negativos apresentados pela Empresa são resultantes da grande volatilidade vivida nos mercados financeiros nos últimos anos e que provocaram uma desvalorização acentuada nos activos financeiros detidos na carteira, bem como da adopção das novas regras contabilísiticas (SNC) que determinaram ajustamentos ao valor porque se encontravam registados alguns activos financeiros.

A evolução dos principais indicadores da Renticapital foi a seguinte:

(Em milhares de euros)	2010	2009	%
Activo liquido	38.436	42.622	-10%
Capitais próprios	27.459	31.653	-13%
Volume de negócios	945	386	145%
Resultados Liquidos	-5.474	-8.670	163%

III – ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

III.1 – Contas Separadas

1.1. Balanço

A Rentipar Financeira - SGPS, SA, empresa-mãe da Rentipar – Grupo Financeiro, prepara e apresenta contas separadas, vulgarmente designadas por contas individuais, em base NCA (Normas de Contabilidade Ajustadas), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005). Da análise comparativa destes documentos contabilísticos destaca-se o seguinte:

No que respeita à estrutura financeira global no final de 2010, refira-se que o montante dos capitais próprios ascendia a 423 milhões de euros, cobrindo 77% do valor dos activos naquela data. Comparando este valor com o montante do recurso a capitais alheios remunerados (126 milhões de euros), verifica-se que o rácio de cobertura destes por capitais próprios é de 336% (280% retirando as prestações suplementares de capital), evidenciando a sólida estrutura financeira da Rentipar Financeira e a sua capacidade de endividamento, para suportar financeiramente futuros investimentos de expansão das suas actividades.

Efectuando uma comparação, entre 2010 e 2009, das rubricas do activo no balanço da Rentipar Financeira, a variação mais relevante, aumento, verificou-se na rubrica de "Investimentos em filiais e associadas" e, diminuição, na rubrica de "Aplicações em instituições de crédito", resultando estes da alienação de uma participação em 2009, cujo recebimento ocorreu apenas em 2010, tendo estes fundos contribuído para o reforço da participação e participação no aumento de capital na Banif SGPS, S.A. Na rubrica de passivo é de realçar a variação ocorrida nas rubricas de "Responsabilidades representadas por titulos", diminuição, resultante do reembolso de empréstimos bancários.

1.2. Demonstração de resultados

O lucro de 9,378 milhões de euros, obtido em 2010 representa uma variação significativa em relação ao lucro de 2009, 34,887 milhões de euros, sendo de realçar nesta comparação:

- Aumento na margem financeira, de 1,426 milhões de euros, negativa, para 2,921 milhões de euros, positiva, resultante de um aumento dos juros credores e de uma diminuição dos juros devedores. Estas variações resultam sobretudo do aumento no montante das operações activas e da redução das operações passivas, sendo de realçar nas primeiras o recebimento no final de 2009 de 70 milhões de euros de prestações suplementares e o recebimento durante 2010 de 80 milhões de euros resultantes da alienação no final de 2009 de uma participada. Durante o ano de 2010 verificou-se um agravamento dos encargos inerentes aos financiamentos bancários, com a subida das taxas de juro de referência, e sobretudo pelo agravamento dos "spreads";

- No final de 2009 dois accionistas efectuaram à Rentipar Financeira prestações suplementares de capital, remuneradas, no montante de € 70 milhões. Esta operação visou reforçar os fundos próprios no âmbito da regulamentação prudencial actualmente em vigor no sector financeiro. De acordo com o definido na Ficha Técnica desta operação, e dado que a Rentipar Financeira estava em incumprimento com a Regulamentação de Adequação de Capital definida pelo Banco de Portugal, não se efectuou em 30.12.2010 o pagamento dos respectivos juros. Ainda de acordo com as caracteristicas desta operação, a remuneração anual não paga em 30.12.2010 é não cumulativa, pelo que os respectivos mutuantes perderam o direito à mesma, esta situação reforça o descrito acima quanto à melhoria verificada na margem financeira entre anos;

- Redução dos rendimentos obtidos das participadas de 11,7 milhões para 9,8 milhões de euros. Em 2010 e 2009 o montante corresponde a dividendos pagos pela Banif – SGPS, S.A.;

- Resultados negativos de 2,2 milhões de euros em 2010, relacionados com a desvalorização de activos registados ao justo valor, que em 2009 tinham valorizado 1,5 milhões de euros;

- Em 2010 não se verificou nenhuma operação, semelhente à verificada em 2009, que consistiu na alienação das participações detidas na Finpro SGPS, S.A. e na Vestiban,S.A., por um valor global de 95,4 milhões de euros, da qual resultou uma mais-valia, liquida, de 21,8 milhões de euros.

Face ao acima exposto, verifica-se em 2010 um decréscimo significativo no *cash flow* bruto de exploração face a 2009, o qual passou de 32,9 para 9,3 milhões de euros, sendo a operação de alienação de duas participadas, atrás referida, o facto mais relevante para esta variação.

III.2 - Contas Consolidadas

De acordo com as disposições legais aplicáveis, a Rentipar Financeira - SGPS, S.A. é a empresa-mãe do Grupo Banif e, consequentemente, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal numa base consolidada.

Relativamente às contas consolidadas da Rentipar Financeira SGPS, evidenciam-se, em primeiro lugar, os factos mais relevantes que caracterizaram a actividade do exercício de 2010:

- O Lucro consolidado foi de 12,9 milhões de euros, uma diminuição de 75% quando comparado com o resultado obtido no período homólogo de 2009;

- O ROE (*Return on Equity*) situou-se em 2,2%, que compara com 9,6% no final de 2009;

- O Activo Líquido elevou-se a 15.685,2 milhões de euros, registando um crescimento de 8,8% face ao final do exercício anterior;

- O Crédito a Clientes, excluindo títulos contabilizados em empréstimos e outras contas a receber, totalizou 12.247,7 milhões de euros, mais 5,9% do que no final de 2009. No mesmo período, o rácio de "Imparidade do Crédito/Crédito Total" subiu de 4,35% para 4,73%;

- O rácio de solvabilidade, calculado estritamente de acordo com as *Core Criteria* de Basileia, situou-se em 8,80% no final do exercício de 2010.

Apresenta-se, seguidamente, com maior detalhe, a análise das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010, assim como os respectivos comparativos de 2009.

Análise aos resultados

O Produto da Actividade do Grupo atingiu 549,8 milhões de euros no final do exercício 2010, registando um aumento de 3,4% em termos homólogos. Para este desempenho contribuiram vários factores, nomeadamente;

- Um aumento de 22,5% na Margem Financeira para 351,2 milhões de euros, resultante sobretudo da integração da Tecnicrédito SGPS, SA (actualmente Banif Mais, SGPS, SA), ocorrida em Setembro de 2009, e que representou um contributo de 57,2 milhões de euros para a margem financeira do Grupo em 2010. Assumindo o contributo a 100% do Banif Mais SGPS, SA para o ano de 2009, em vez de apenas o último trimestre, esse incremento ter-se-ia situado em 3,7%, traduzindo, por um lado, o crescimento da carteira de crédito e, por outro, a recuperação da margem de intermediação total[2] da actividade bancária comercial em Portugal. Este indicador aumentou 20 pontos base, em termos médios anuais, para cerca de 2,02% no fim de 2010, em resultado de uma política de progressivo ajustamento dos *spreads* do crédito, nomeadamente no segmento empresarial, e paralelamente a um rigoroso controlo do custo de captação de depósitos a prazo. Essa estratégia permitiu compensar o aumento do custo de *funding* obtido nos mercados de dívida titulada, no âmbito do qual se destaca o empréstimo de 500 milhões de euros emitido em Maio de 2009 com garantia da República Portuguesa;

- Um incremento de 9,9% nas comissões liquidas, para 121,4 milhões de euros, em linha com o crescimento da actividade comercial e de banca de investimento do Grupo;

- Uma redução nos Resultados de Operações Financeiras de 72,4 milhões de euros em 2009 para 39,8 milhões de euros em 2010. No entanto, importa salientar que, em 2009, foram contabilizados ganhos brutos de 31,6 milhões de euros com a recompra de passivos emitidos pelo Grupo, (que comparam com apenas 14,8 milhões de euros registados em 2010), e ainda de 20,5 milhões de euros com as mais-valias na venda das participações na Zon Madeira, Zon Açores e Via Litoral. Por outro lado, em 2010, o Grupo registou um ganho de 12,1 milhões de euros na alienação da participação na Finibanco - Holding, SGPS, SA em resultado da OPA lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Relativamente à estrutura de custos, os Gastos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal (Custos de Funcionamento) totalizaram 329,5 milhões de euros, subindo 10,6% face a 2009, essencialmente devido à integração do Banif Mais, SGPS, SA. Assumindo o contributo a 100% do

[2] *Margem da carteira de crédito adicionada da margem da carteira de recursos de clientes de balanço.*

Banif Mais para o ano de 2009, em vez de apenas o último trimestre, os custos de funcionamento teriam apresentado um acréscimo homólogo de 4,1%. Este aumento é essencialmente explicado pela componente internacional, nomeadamente a actividade no Brasil, onde o Grupo tem vindo a investir aproveitando o bom momento económico do país. Efectivamente, os custos de funcionamento domésticos apresentaram uma queda de 2%, um número revelador do forte esforço de contenção de custos, quer em termos de pessoal, quer de gastos administrativos, e que é particularmente relevante tendo em conta que o Grupo abriu 9 agências bancárias em Portugal durante o ano de 2010. Globalmente, o rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade)[3] subiu de 62,5%, no final do exercício de 2009, para 66,7%, no final do exercício de 2010.

Assim, o *Cash Flow* de exploração consolidado do Grupo Rentipar ascendeu a 220,3 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 5,8% relativamente ao final do exercício de 2009.

No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas do exercício, registou-se, em 2010, uma queda homóloga de 7,3% para 123,9 milhões de euros. Contudo, importa salientar que o resultado de 2009 havia sido afectado por uma imparidade no montante de 16,1 milhões de euros relativa à participação financeira no Finibanco – Holding, SGPS, SA, que compara com apenas 4,8 milhões de euros contabilizados em 2010 para esse efeito. Assim, a participação detida no Finibanco teve um impacto global líquido de 7,2 milhões de euros em 2010, entre a imparidade registada e a mais-valia (bruta) obtida na respectiva venda.

Foram ainda registados cerca de 9,1 milhões de euros em imparidades referentes ao *goodwill* em participações financeiras, dos quais se destaca a imparidade de 7,7 milhões de euros relativa à participação de 27,5% detida no Bankpime (Espanha).

Relativamente à avaliação das imparidades da carteira de crédito, e atendendo à actual conjuntura económica, o Grupo manteve uma política prudente e conservadora, de que resultou um reforço da imparidade no montante de 107,9 milhões de euros no final do exercício de 2010, face a 112,2 milhões de euros no final do exercício de 2009.

Assim o Grupo Rentipar registou um Resultado líquido antes de Impostos de 56,8 milhões de euros, uma queda de 25,7% relativamente ao ano transacto. A carga fiscal média suportada em 2010 atingiu 16,1 milhões de euros (28,3% dos Resultados Antes de Impostos) No ano anterior, a carga fiscal média foi apenas de 1,4 milhões de euros (1,8%), decorrente, essencialmente, do facto de as diferenças de consolidação negativas registadas nesse ano (+41,5 milhões de euros) não estarem sujeitas a imposto.

Os resultados líquidos consolidados do Grupo Rentipar, atingiram 12,9 milhões de euros no final do exercício de 2010, representando uma queda de 75,5% em termos homólogos. Importa salientar que o lucro obtido em 2009 beneficiou de ganhos extraordinários associados a vendas de activos e recompra de dívida num montante total de 52,1 milhões de euros.

Balanço

Activo

O Activo Líquido do Banif - Grupo Financeiro totalizava 15.685,2 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2010, registando um crescimento de 8,8% face ao final do exercício de 2009.

Neste âmbito, o Crédito Bruto Concedido a Clientes, deduzido de títulos classificados em empréstimos concedidos e contas a receber, atingiu 12.842,6 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010, subindo cerca de 5,9% em termos homólogos. Este incremento não reflecte, no entanto, alguma diferenciação no padrão de evolução intra-anual, já que o *stock* de crédito bruto total (incluindo títulos classificados

[3] *Estes rácios excluem as actividades não financeiras e auxiliares. O produto da actividade inclui o resultado de 'Investimento em associadas' excluídas da consolidação.*

em empréstimos concedidos e contas a receber) se manteve praticamente inalterado em torno de 12.800 milhões de euros durante a segunda metade do ano.

O peso do Crédito no total do Activo Liquido era de 78% no final de 2010 contra 79,4% no final de 2009. Por segmentos, o crédito vivo concedido a Empresas, que representava 48,2% da carteira de crédito vivo, no final de 2010 (50,0% no final de 2009), apresentou um decréscimo de 2,2%. Por sua vez, o Crédito a Particulares, que representava, no final de 2010, 48,0% da carteira de crédito vivo (46,0% no final de 2009), aumentou 7,2%, no período em análise.

No mesmo período, o rácio de Imparidade do Crédito/Crédito Total subiu de 4,49% para 4,86%, influenciado sobretudo pelo agravamento dos níveis de incumprimento do crédito às empresas, por sua vez resultante de uma conjuntura económica bastante desfavorável. Considerando apenas a actividade de banca comercial doméstica, correspondente grosso modo ao universo do Banif e que representa cerca de 80% da actividade creditícia do Grupo, o rácio de Imparidade do Crédito/Crédito Total situou-se em 3,37%, que compara com 3,05% em 2009.

Passivo

Na actual conjuntura de escassez de liquidez, os Recursos de Bancos Centrais têm assumido maior representatividade como fonte de financiamento. Face ao final de 2009, apresentam um aumento de 741,6 milhões de euros, ascendendo a 1.938,1 milhões de euros, no final de 2010. Em termos líquidos, isto é, deduzidos de aplicações feitas pelo Grupo junto do BCE, o financiamento situava-se em 1.688 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010. Este crescimento decorre da tomada de fundos em operações de refinanciamento do Banco Central Europeu, realizada pela banca comercial do Grupo, que utilizou como colateral obrigações adquiridas no âmbito de operações de securitização de crédito à habitação e de crédito ao consumo, que no final de 2010 totalizavam cerca de 3.300,0 milhões de euros.

Os Recursos de Instituições de Crédito caíram 29,9% face ao final de 2009, reflectindo a falta de liquidez verificada nos mercados, cifrando-se em 1.286,9 no final de 2010.

Em termos de recursos, merece referência o crescimento anual de 15,3% registado nos Depósitos de Clientes e de 18,5% nos Recursos de Clientes de balanço, que atingiram 8.815 milhões de euros no final de 2010. A evolução bastante positiva deste agregado ficou a dever-se a uma política agressiva de captação de depósitos, assente na prospecção activa da base de clientela do Grupo, em especial ao nível da Rede de Agências do Continente, que concentrou a sua acção comercial na obtenção de recursos de Clientes em detrimento da venda de produtos associados ao crédito. Assim, o rácio de transformação do Grupo (considerando a totalidade de recursos de Clientes em balanço) situou-se em 145% a Dezembro de 2010, uma queda de 16 pontos percentuais face ao ano anterior.

Considerando mais uma vez apenas a actividade de banca comercial doméstica, que agrega cerca de 80% dos recursos totais de clientes em balanço do Grupo, o rácio de transformação fechou o ano de 2010 em 144%, face a 150% no fim de 2009.

Os activos sob gestão da banca de investimento do Grupo ascendiam a 2.885 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010, reflectindo um incremento de 15,8%, que ficou a dever-se, sobretudo, à integração dos Fundos de Gestão Passiva do BPP e FICA (Fundo de Cinema e Audiovisual), bem como da carteira de activos da seguradora Global – Companhia de Seguros, SA e Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA.

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios, deduzidos de Interesses Minoritários, registaram um aumento de 5,2%, de 547 milhões de euros para 576 milhões de euros entre o final dos exercícios de 2009 e 2010, essencialmente em resultado dos seguintes factores (aumentos (+); diminuições (-)):

(+) **Resultado do exercício** de 2010 de 12,9 milhões de euros;

(-) **Diminuição das reservas de reavaliação** em 9 milhões de euros;

(+) **Aumento de outras reservas e resultados transitados** relativos ao exercício de 2009 no montante de 77,6 milhões de euros.

Os Fundos Próprios de Base do Grupo (*Tier* 1), em base IAS/IFRS e Basileia, totalizavam 1.129,7 milhões de euros a Dezembro de 2010, enquanto os Activos Ponderados (*'Risk Weighted Assets'*) ascendiam a 12.832,4 milhões de euros, resultando num rácio de *Tier* 1 de 8,8%, que compara com 8,96% no final do exercício de 2009. O *Core Tier* 1 do Grupo, também em base IAS/IFRS e Basileia, era, no final do exercício de 2010, de 7,66% (contra 7,43% no final do exercício de 2009).

Por seu turno, os Fundos Próprios Totais do Grupo Rentipar elevavam-se a 1.347,7 milhões de euros, a que correspondia um rácio de solvabilidade total de 10,5% (contra 11,37% no final do exercício de 2009).

IV. ANÁLISE DE RISCOS

A análise de riscos de actividade do Grupo Rentipar encontra-se divulgada na nota 44 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

V - FACTOS RELEVANTES

Já após o final do exercício, por proposta do Conselho de Administração da Rentipar Financeira, os accionistas deliberaram, em 21 de Janeiro de 2011, um aumento do capital social da sociedade no montante de 90 milhões, passando o capital social de 45 milhões para 135 milhões de euros. Este aumento de capital, reservado exclusivamente a accionistas, decorreu até ao dia 4 de Março de 2011 e foi integralmente subscrito e realizado em dinheiro em 30%, tal como tinha sido deliberado.

Tanto quanto é do conhecimento da Administração, no período que medeia entre o encerramento do exercício e a data deste relatório, não ocorreram quaisquer outros factos, para além do referido, que pela sua relevância, tenham impacto nas demonstrações financeiras da Empresa reportadas a 31 de Dezembro de 2010.

VI – PERSPECTIVAS FUTURAS

No âmbito do plano estratégico de actividades, a Rentipar Financeira prosseguirá, em 2011, a gestão dos seus investimentos, com especial incidência na especialização e potenciação do desenvolvimento do sector financeiro, incluindo ligações a nível internacional.

Neste contexto, assumem particular relevância os seguintes objectivos que pretendemos concretizar durante o ano de 2011:

- Manter uma estrutura financeira equilibrada que permita suportar os investimentos perspectivados, sem comprometer os indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade;
- Acompanhar os negócios e o apoio financeiro às nossas participadas, quer através do acompanhamento de operações de aumento de capital, quer através da concessão de suprimentos, contribuindo dessas formas para o crescimento sustentado das suas actividades;

- Conseguir uma maior racionalização na utilização de recursos e potenciação de sinergias entre as empresas do Grupo financeiro;

- Desenvolvimento de projectos nas áreas das novas tecnologias, que permitam uma maior eficiência nas operações do Grupo financeiro, quer internamente, quer com o exterior.

VII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício de 2010, numa base individual, registaram um lucro de € 9.377.703,48. Tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, estando cumprido o requisito de reserva legal, e visando o fortalecimento da situação financeira da Rentipar Financeira, propomos que os resultados líquidos do exercício sejam transferidos na íntegra para a rubrica de resultados transitados.

VIII - NOTAS FINAIS

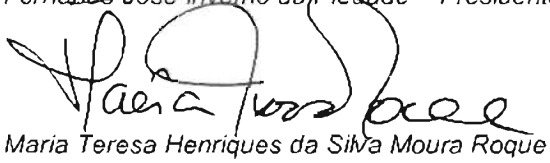
No passado dia 19 de Maio de 2010, após um prolongado período de internamento hospitalar, deu-se o óbito do Presidente do Conselho de Administração da Rentipar Financeira, Senhor Comendador Horácio da Silva Roque.
É, acima de tudo ao Comendador Horácio da Silva Roque, ao seu espírito visionário, à sua capacidade empreendedora e à sua sagacidade enquanto gestor, que a Rentipar Financeira deve o seu nascimento, o seu crescimento e a sua consolidação como Grupo.
Mais do que um líder carismático e do que um accionista de referência, o Comendador Horácio da Silva Roque personificou, desde a primeira hora, a ambição e o dinamismo deste Projecto, que sempre assumiu de forma plena e incondicional, exibindo, com orgulho e em todas as ocasiões, cedendo-lhes o prestígio e o respeito que sempre soube merecer de todos os sectores da sociedade.
Neste momento, ainda difícil, cabe a este Conselho de Administração neste documento materializar a consternação que o óbito do Comendador Horácio da Silva Roque representou para todos os Colaboradores desta sociedade e para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, depositam no Grupo Rentipar Financeira o seu apreço, os seus interesses e as suas expectativas.
No devido tempo, e neste documento se reforça, o Conselho de Administração deliberou aprovar um voto de pesar pelo óbito do Comendador Horácio da Silva Roque, manifestou a sua solidariedade para com a respectiva família e reafirmou a sua determinação na condução da actividade da sociedade, no âmbito do Grupo, com total respeito pelos valores e princípios que o Comendador Horácio da Silva Roque sempre personificou.
Por último, aos Conselhos de Administração, quadros directivos e restantes colaboradores das empresas do Grupo Rentipar, agradecemos a forma como se empenharam na condução e desenvolvimento dos negócios sociais, assim como no zelo e dedicação colocados ao serviço do Grupo.

Ao Conselho Fiscal e aos membros da Mesa da Assembleia Geral agradecemos o apoio prestado

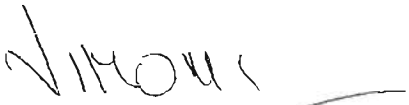
Lisboa, 4 de Abril de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

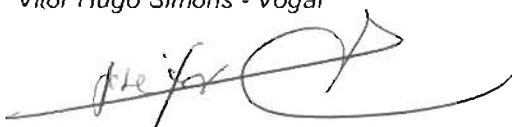
Fernando José Inverno da Piedade – Presidente



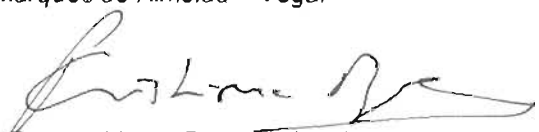
Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro – Vice-Presidente



Vitor Hugo Simons - Vogal



José Marques de Almeida – Vogal



Paula Cristina Moura Roque - Vogal

RENTIPAR FINANCEIRA – SGPS, SA

ANEXO I AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

(artigo 70.º/2 b) do Código das Sociedades Comerciais)

1. O capital da Rentipar Financeira – SGPS, SA ("Rentipar Financeira"), em 31 de Dezembro de 2010, era de quarenta e cinco milhões de euros, encontrando-se representado por nove milhões de acções ao portador, convertíveis por indicação dos seus titulares.
2. Todas as acções da Rentipar Financeira são ordinárias, inexistindo acções privilegiadas.
3. À luz do artigo 5.º/2 do contrato da sociedade, a transmissão de acções é livre.
4. A Rentipar Financeira não é emitente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado.
5. Atento o facto de as acções da Sociedade serem ao portador, sendo livre a sua transmissão, a titularidade das mesmas e a repartição do capital social só podem ser aferidas, com segurança, pelo Conselho de Administração, com base na lista de presenças da última assembleia geral da Sociedade, a qual teve lugar em 21 de Janeiro 2011:

Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque	50,56%
Rentipar Investimentos SGPS, S.A.	22,22%
Fundação Horácio Roque IPSS	11,67%

6. Inexiste qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital da Rentipar Financeira.
7. A cada cem acções corresponde um voto. Inexistem outras restrições ou limitações convencionais ao exercício do direito de voto.
8. Inexistem quaisquer acordos parassociais que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da Rentipar Financeira.
9. O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de nove membros eleitos pela Assembleia Geral.

RENTIPAR FINANCEIRA – SGPS, SA

ANEXO II AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(artigos 447.º/5 e 448.º/4 do Código das Sociedades Comerciais)

1. Informação sobre as acções e obrigações da Rentipar Financeira - SGPS, S.A ("Rentipar Financeira") e das sociedades com as quais a Rentipar esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas pelos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, bem como pertencentes a sociedades nas quais aqueles igualmente integram os respectivos órgãos sociais.

1.1. Relativa a membros do Conselho de Administração

1.1.1. **Dr. Fernando José Inverno da Piedade (Presidente)**: Em 31 de Dezembro de 2010, detinha directamente 20.082 acções da Banif – SGPS, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, de cujo Conselho de Administração é Suplente.

Em 21 de Dezembro de 2010, subscreveu, por exercício de direitos de preferência em operação de aumento de capital, 2.510 acções da Banif – SGPS, SA, ao preço de € 1,00 por cada acção.

A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif - SGPS, SA.

A Fundação Horácio Roque - Instituição Particular de Solidariedade Social, entidade da qual é Presidente do Conselho de Administração, era titular de 3.171.385 acções da Banif - SGPS, SA.

1.1.2. **Sr. Vítor Hugo Simons (Vogal)**: Em 31 de Dezembro de 2010, detinha directamente 15.475 acções da Banif – SGPS, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira.

Em 2 de Junho de 2010, adquiriu 1.000 acções da Banif – SGPS, SA, ao preço de € 0,84 por cada acção.

Em 21 de Dezembro de 2010, subscreveu, por exercício de direitos de preferência em operação de aumento de capital, 1.934 acções da Banif – SGPS, SA, ao preço de € 1,00 por cada acção.

A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif SGPS, SA.

1.1.3. **Dr. José Marques de Almeida (Vogal)**: Em 31 de Dezembro de 2010, detinha directamente 1.117.440 acções da Banif – SGPS, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, de cujo Conselho de Administração é Vogal.

Em 21 de Dezembro de 2010, subscreveu, por exercício de direitos de preferência em operação de aumento de capital, 139.680 acções da Banif – SGPS, SA, ao preço de € 1,00 por cada acção.

A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Presidente do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif - SGPS, SA.

A Fundação Horácio Roque - Instituição Particular de Solidariedade Social, entidade da qual é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 3.171.385 acções da Banif - SGPS, SA.

2. Informação sobre os accionistas titulares de acções representativas de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital da Rentipar Financeira, em 31 de Dezembro de 2010, em conformidade com o disposto no art.º 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais:

Também nesta sede importa vincar que, atento o facto de as acções da Sociedade serem ao portador, sendo livre a sua transmissão, a titularidade das mesmas e a repartição do capital social só podem ser aferidas, com segurança, pelo Conselho de Administração, com base na lista de presenças da última assembleia geral da Sociedade, a qual teve lugar em 21 de Janeiro 2011

2.1. Accionistas detentores de mais de metade do capital da Rentipar Financeira:

Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque

2.2. Accionistas detentores de mais de um décimo e menos de um terço do capital da Rentipar Financeira

Rentipar Investimentos - SGPS, SA

Fundação Horácio Roque

1 – Demonstrações Financeiras Separadas
1.1- Balanço

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2010			31-12-2009
		Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	6	-	6	6
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	422	-	422	489
Activos financeiros detidos para negociação	7	65	-	65	69
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	4.098	-	4 098	6 265
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	9	4.500	-	4 500	81 510
Crédito a clientes	10	41.456	-	41.456	41.520
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	11	56	(53)	3	2
Activos intangíveis		-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	385.489	-	385 489	324 510
Activos por impostos correntes	13	36	-	36	26
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outros activos	14	113.180	-	113.180	105.499
Total do Activo		549.308	(53)	549.255	559.896
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	15	-	-	126 186	146 230
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes		-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	16	-	-	65	40
Total do Passivo		-	-	126.251	146.270
Capital	17	-	-	45.000	45.000
Prémios de emissão		-	-	-	-
Outros instrumentos de capital		-	-	70.000	70 000
Acções próprias		-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	17	-	-	298 628	263 739
Resultado do exercício	17	-	-	9.378	34.887
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Total do Capital		-	-	423.004	413.626
Total do Passivo + Capital		-	-	549.255	559.896

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.2- Demonstração de Resultados

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares	18	6.356	4.782
Juros e encargos similares	18	(3.434)	(6.208)
Margem financeira		2.922	(1.426)
Rendimentos de instrumentos de capital	19	9.835	11.739
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	20	(585)	(470)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	21	(2.167)	1.546
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos	22	-	21 841
Outros resultados de exploração	23	(214)	(120)
Produto bancário		9.791	33.110
Custos com pessoal	24	(191)	(118)
Gastos gerais administrativos	25	(219)	(75)
Amortizações do exercício	11	(1)	(1)
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	12,14	-	1.992
Resultado antes de impostos		9.380	34.908
Impostos		(2)	(21)
Correntes	13	(2)	(21)
Diferidos		-	-
Resultado após impostos		9.378	34.887
Do qual Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		9.378	34.887

O Técnico Oficial de Contas

Rafaela Duarte

O Conselho de Administração

1.3- Demonstração do Rendimento Integral

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Resultado Liquido	17	9.378	34.887
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		9.378	34.887

O Técnico Oficial de Contas

Rafalde Duarte

O Conselho de Administração

1.4- Demonstração de Variações em Capital Próprio

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

DEMONSTRAÇOES DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Prémios Emissão	Reservas Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31-12-2009		45 000	70.000	-	9 000	12.608	242.131	34.887	413.626
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior									
Transferência para reservas		-	-	-	-	-	34.887	(34.887)	-
Rendimento integral		-	-	-	-	-	-	9.378	9.378
Saldos em 31-12-2010	17	45.000	70.000	-	9 000	12.608	277.018	9.378	423.004
Saldos em 31-12-2008		45.000	-	-	9 000	12 608	227.187	14.945	308.740
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior									
Transferência para reservas		-	-	-	-	-	14.945	(14 945)	-
Prestações suplementares		-	70.000	-	-	-	-	-	70.000
Rendimento integral		-	-	-	-	-	-	34 887	34.887
Saldos em 31-12-2009	17	45.000	70.000	-	9 000	12 608	242.131	34.887	413.626

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.5- Demonstração de Fluxos de Caixa

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Resultados de Exploração:			
Resultado Líquido do Exercício		9.378	34.887
Amortizações do Exercício	11	1	1
Imparidade Activos Financeiros	14	-	(1.992)
Dotação para Impostos do Exercício	13	2	21
Mais valia alienação FINPRO	22	-	(33 750)
Menos valia alienação Vestiban - Gestão de Investimentos, SA	22	-	11.909
Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		2 167	(1.546)
Dividendos Recebidos	19	(9 835)	(11 739)
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de aplicações em Instituições de crédito	9	77 010	(61.482)
(Aumento)/Diminuição de Crédito a clientes	10	-	42.053
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		(7.627)	(62.574)
Aumento/(Diminuição) de passivos financeiros representados por títulos	15	(20 044)	(43 986)
(Diminuição)/Aumento de outros Passivos		25	(166)
Fluxos das actividades operacionais		51.077	(128 364)
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Aquisição de acções Banif - SGPS, SA	12	(60.979)	(74.631)
Aquisição de acções Rentipar	12	-	(1.750)
Alienação de acções Vestiban - Gestão de Investimentos, SA	12	-	6.049
Alienação de acções FINPRO, SGPS, SA (aumento de capital)	12	-	89.313
Prestações suplementares Rentipar	12	-	11.000
Dividendos recebidos	19	9.835	11.739
Fluxos das actividades de investimento		(51.144)	41.720
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Prestações suplementares	17	-	70.000
Fluxos das actividades de financiamento		-	70.000
TOTAL		(67)	(16.644)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5,6	495	17.139
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5,6	428	495
		(67)	(16.644)
Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	5	6	6
Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	6	422	489

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 85, 5º, 1050 – 030 Lisboa, que tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades.

Em 04 de Abril de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 20 de Abril de 2010.

2. ADOPÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia.

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;

- as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – items cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designada como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.
- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além nas já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais. As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.

- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente.
- IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do *Goodwill* adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do *Goodwill* é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.
- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de *Joint Ventures*.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.
- IAS 7 - Demonstração de Fluxos de caixa - Clarifica as operações que devem ser classificadas como actividades de investimento, definindo que apenas os dispêndios que resultam num activo reconhecido na demonstração da posição financeira são elegíveis para classificação como actividades de investimento.

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que não foram adoptadas antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Sociedade.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do inicio do primeiro exercicio com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercicio com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercicio com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;

· Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do inicio do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

· Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;

· Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do *surplus* do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio
Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do inicio do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafos 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITÍCAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS,
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros, e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3 2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

3.4 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos à ordem junto de outros bancos no país.

3.5 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica "Investimentos em filiais e associadas" corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.6 Instrumentos financeiros

3.6.1 Activos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui os activos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch)*;

ii) os activos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou

iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados".

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido. São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, estes activos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

3.6.2 Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente Responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

3.7 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui outros equipamentos.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Outro equipamento	4 anos

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.9 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade.

4. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade em 2010 e 2009 resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Caixa em euros	6	6
	6	6

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Depósitos à ordem		
No País	422	489
	422	489

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31-12-2010		31-12-2009	
	Quantidade	Valor de balanço	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de capital				
REN, SGPS, SA	25.000	65	25.000	69

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010		31-12-2009	
	Quantidade	Valor de balanço	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de capital				
EDP Renováveis	945.000	4.098	945.000	6.265

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Depósitos		
No País	4.500	81.500
Juros de aplicações	-	10
	4.500	81.510

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Crédito a clientes		
Outros créditos e valores a receber	41.456	41.520
	41.456	41.520

Em "Outros créditos e valores a receber" estão registadas apólices Top Invest emitidas pela Companhia de Seguros Açoreana.

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no periodo foi:

	Saldo em 31-12-2009		Aumentos		Amortizações do exercicio	Valor (liquido) em 31-12-2010
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (liquido)		
Equipamento	1	1	2	-	-	2
Instalações Interiores	5	3	-	-	1	1
Material de transporte	48	48	-	-	-	-
TOTAL	54	52	2	-	1	3

12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Nome da sociedade	Quantidade	% de participação	31-12-2010 Valor participação	31-12-2010 Imparidade	31-12-2009 Valor participação	31-12-2009 Imparidade
Banif, SGPS, SA	307.063.133	53,87%	355.350	-	294.371	-
Renticapital, Investimentos Financeiros, S.A.	6.350	93,50%	11.139	-	11.139	-
Renticapital, Investimentos Financeiros, S.A.- Prestações suplementares	-	-	19.000	-	19.000	-
			385.489	-	324.510	-

Banif SGPS:
Capitalização bolsista: 495.900 milhares de euros
Capitais próprios consolidados de 2010: 1.278.877 milhares de euros
Resultado do exercício consolidado de 2010. 33.426 milhares de euros

Renticapital, Investimentos Financeiros, SA:
Capital Próprio de 2010: 27.459 milhares de euros
Resultado do exercicio. -5.474 milhares de euros

A sociedade não apurou imparidade referente aos investimentos em filiais e associadas.

Em 2009, a Sociedade reverteu 1.870 milhares de euros de imparidade referente à participação na FINPRO, SGPS, alienada nesse ano.

Operações realizadas no exercício de 2010:

- Aquisição de 61.193.442 acções da Banif – SGPS, SA, das quais 58.755.133 acções são referentes ao aumento de capital da Banif – SGPS, SA realizado em Dezembro de 2010, pelo montante de 60.979 milhares de euros.

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Pagamentos especiais por conta	36	26
	36	26

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL	31-12-2010	31-12-2009
Resultado antes do imposto	**9.380**	**34.908**
Resultado Líquido do exercício	9.378	34.887
SOMA	**9.378**	**34.887**
Prémios de seguros e contribuições	1	1
IRC e outros imp.incidentes directa ou indirectamente sobre lucros	2	21
Correcções relativas a exercícios anteriores	20	123
Ajustamentos de valores de activos não dedutíveis ou para além dos limites legais	-	-
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	-	441
ENCARGOS FINANCEIROS	450	1.473
SOMA	**9.851**	**36.946**
Mais-valias contabilísticas	-	21.841
Outros	4	-
Rendimentos nos termos do artigo 51 º	9.835	11.739
Reversões de ajustamentos de valores de activos tributados	-	1.993
SOMA	**9.839**	**35.573**
Prejuízo para efeitos fiscais	-	-
Lucro tributável	**12**	**1.372**
APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL		
PREJUÍZO FISCAL	-	-
TOTAL DOS PREJUÍZOS FISCAIS	**1.934**	**3.306**
DEDUÇÕES :		
Prejuízos fiscais deduzidos	12	1.372
CÁLCULO DO IMPOSTO		
Derrama	-	21
Tributações Autónomas (art. 81.º)	2	-
	2	**21**

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Suprimentos	110.375	23.875
Proveitos a receber	1.147	1.305
Outros activos	1.658	80.319
Imparidade	-	-
	113.180	105.499

Em 31 de Dezembro de 2010, os suprimentos, remunerados, respeitam a 10.375 milhares de euros à Renticapital, Investimentos Financeiros, SA e 100.000 milhares de euros à Banif – SGPS, SA.
Na rubrica "Outros Activos", referente a 31/12/2009, estava registado um valor de 80 milhões de euros referentes à verba ainda não recebida da alienação da sociedade FINPRO, SGPS, SA.
Em 2009, a Sociedade reverteu 122 milhares de euros de imparidade de "aplicações diversas".

15 RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Papel Comercial	26.291	46.216
Obrigações	99.895	100.014
	126.186	146.230

a) Em 30 de Dezembro de 2008, a Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros com maturidade em 30 de Dezembro de 2012.
A taxa de juro nominal bruta das Obrigações será equivalente a:
- 6,25% p.a. no primeiro semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista; e - "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no segundo semestre de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,50% no terceiro e quarto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,75% no quinto e sexto semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.
- "Euribor 6 meses", cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 2,00% no sétimo e oitavo semestres de vida do Empréstimo Obrigacionista.

Os juros serão pagos semestral e postecipadamente, a partir da data de subscrição, em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, sujeito à ocorrência do reembolso antecipado, ocorrendo a primeira data de pagamento de juros em 30 de Junho de 2009 e a última data de pagamento de juros na data de maturidade do Empréstimo Obrigacionista ou na data de reembolso antecipado, caso este se verifique.
O Empréstimo Obrigacionista tem uma duração máxima de 4 (quatro) anos a contar da data de subscrição e será reembolsado, ao par, com reembolso de 50% do montante da Emissão em 30 de Dezembro de 2011 no sexto semestre de vida das Obrigações (€ 50.000.000) e os 50% remanescentes do montante da Emissão na Data de Maturidade, ou seja, em 30 de Dezembro de 2012 (€ 50.000.000), desde que não ocorra o reembolso antecipado.
A Sociedade poderá reembolsar antecipadamente, ao par, o Empréstimo Obrigacionista, total ou parcialmente, no último caso por redução ao valor nominal, em qualquer Data de Pagamento de Juros ("Datas de Reembolso Antecipado"), inclusive, a partir de 30 de Junho de 2009. Para o efeito, a Sociedade deverá anunciar o Reembolso Antecipado mediante um pré-aviso de no mínimo 30 (trinta) dias e no máximo 60 (sessenta) dias relativamente à Data de Reembolso Antecipado, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável).

b) A Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu 3 programas de papel comercial no montante de 26.400 milhares euros (-118 milhares euros de despesas com encargo diferido e 9 milhares de euros de encargos financeiros), com o seguinte detalhe:

Entidade	Montante	Vencimento	Taxa de Juro
Millennium	1.500	2013	2,687%
Santander	12.400	2012	2,516%
CGD	12.500	2013	3,028%

A Sociedade utilizou 106.551 078 acções da Banif – SGPS, SA como caução das operações de emissão de obrigações e papel comercial.

A sociedade reembolsou as seguintes emissões:

- Amortização parcial da emissão de papel comercial (Millennium) no montante de 13,5 milhões de euros,
- Amortização parcial da emissão de papel comercial (Santander) no montante de 6,35 milhões de euros.

16. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Credores e outros recursos	45	23
Outros	20	17
	65	40

17. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Capital	45.000	45.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital	70.000	70.000
Acções próprias	-	-
Rerserva legal	9.000	9.000
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas e resultados transitados	289.626	254.739
Resultado do exercicio	9.378	34.887
Dividendos antecipados	-	-
Total do Capital	423.004	413.626

O capital social é constituído por 9.000.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

Em 2009, foram concedidas prestações suplementares pela Rentipar Investimentos, SGPS, SA e Fundação Horácio Roque à sociedade nos montantes de 44 milhões de euros e 26 milhões de euros, respectivamente.

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Juros de aplicações em IC	2.108	188
Juros de apólices	1.605	2.529
Juros de suprimentos	2.643	2.065
	6.356	4.782

JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Juros de recursos em IC	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	3.417	5.995
Juros suprimentos e prestações suplementares	17	213
	3.434	6.208

19. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Dividendos		
Banif - SGPS, SA	9.835	11.739
	9.835	11.739

20. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Garantias e avales	400	345
Outras	185	125
	585	470

21. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos de dívida	-	-
Instrumentos de capital	(2.167)	1.546
	(2.167)	1.546

Nesta rubrica, em 2010, foram registadas perdas no montante de 2.348 milhares de euros e ganhos no montante de 181 milhares de euros relacionadas com as alterações de cotação das acções da EDP Renováveis,

22. RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 2009, a Sociedade alienou de 242.000 acções da sociedade Vestiban – Gestão de Investimentos, SA com uma menos valia no montante de 11.909 milhares de euros e alienou 8.774.913 acções da sociedade FINPRO, SGPS, SA com uma mais-valia no montante de 33.750 milhares de euros.

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Outros proveitos	1	9
Reembolso de despesas	16	6
Outros Impostos	(230)	(12)
Outros encargos	-	(122)
Quotização	(1)	(1)
	(214)	(120)

24 CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	191	118
	191	118

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Serviços especializados	145	36
Comunicação	2	3
Publicidade e edições de publicações	-	18
Deslocações, estadas e representação	38	-
Outros	34	18
	219	75

A rubrica "serviços especializados" inclui 102 milhares de euros de custos referentes a auditores externos e consultores.

26 SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	Empresas do grupo	
	31-12-2010	31-12-2009
Disponibilidades em IC	138	334
Aplicações em IC	4.500	81 510
Suprimentos	110.375	23.875
Outros créditos e valores a receber	41.456	41.520
Outros Activos	1 147	1.168
Custos	699	14
Proveitos	14 580	13.921

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões especificas para saldos com entidades relacionadas.

Empresas do Grupo

Banif – SGPS, SA
Renticapital, Investimentos Financeiros, S.A.
Banif Comercial, SGPS, S.A.
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.
Banif (Açores) SGPS, S.A.
Banif Finance, Ltd.
Banif & Comercial Açores, Inc San José
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River
Investaçor, SGPS, S.A.
Investaçor Hoteis S.A.
Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.
Turotel, Turismo e Hoteis dos Açores, S.A.
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.
Banif - Banco de Investimento, S.A.
Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.
Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A.
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.
Gamma - Soc. Titularização de Créditos, S.A.
Numberone SGPS, Lda
Banif International Asset Management Ltd.
Banif Multifund Ltd.
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd
Banif Internacional Holdings, Ltd
Banif Financial Services, Inc
Banif Finance (USA) corp.
Banif Forfaiting Company, Ltd.
Banif Trading, Inc.
Banif Securities, Inc.
Econofinance, S.A
Banif Securities Holding, Ltd
Banif (Brasil), Ltd.
Banif International Bank, Ltd
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.
Banif Gestão de Activos (Brasil), S.A.
Banif - Imobiliária, S.A.
Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.
Banifserv-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação A.C.E.
Banif Bank (Malta) PLC
Banco Caboverdiano de Negócios S.A.
Banif Holding (Malta) PLC
Banif Mais, SGPS, SA
Tecnicrédito ALD
Banco Mais, SA
Banif Plus Bank ZRT
Margem Mediação de Seguros, Lda
TCC Investments Luxembourg
Ecoprogresso Trading, SA
Banieuropa Holding, SL
Banif US Real Estate
Beta Securitizadora
FIP Banif Real Estate
SPE Panorama
Art Invest
Banif Fortuny
Infra Invest FEIA
Banif Nitor FI Ações
Banif Nitor Maestro FIM
Banif Nitor Institucional FIM
Imogest
Capven
Banif Inv. Conservador
Banif Inv. Moderado
Banif Iberia
Banif Renda Habitação

Banif Gestão Imobiliária
Banif Gestão Patrimonial
Banif Equity Hedge FIM
Gestarquipark
ZACF - Participações Ltda
Banif Gestão Activa
Gavea Empreend. e Participações
Rentipar Seguros, SGPS, SA
Banca Pueyo
Bankpime
Inmobiliaria Vegas Altas
Espaço 10
MCO2
Pedidos Liz
Centaurus Reality Goup
Banif Europa Leste

27. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento que exigisse ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos referentes a 31-12-2010.

Em 21 de Janeiro de 2011 reunidos em Assembleia Geral, os accionistas da Rentipar Financeira deliberaram proceder a uma operação de aumento de capital no montante de € 90.000.000, passando o mesmo dos actuais € 45.000.000 para € 135.000.000.

No dia 4 de Março de 2011, foi concluida a fase de subscrição do aumento do capital social. Neste âmbito, foram subscritas 18.000.000 novas acções ordinárias e nominativas, com o valor nominal de € 5 cada, o que, conforme acima referido, irá conduzir à alteração do capital social da Rentipar Financeira de € 45.000.000 para € 135.000.000.
À data deste documento foi já realizado 30 % do capital subscrito, correspondente a € 27.000.000, devendo os restantes 70 % ser realizados, em uma ou mais vezes, após notificação do Conselho de Administração para esse efeito, o mais tardar, no prazo de cinco anos contados da deliberação de aumento do capital social, a qual data de 21 de Janeiro de 2011.
Em sequência do aumento do capital social, a estrutura de participações da Rentipar Financeira passou a ser a seguinte:
Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque: 16,85 %
Rentipar Investimentos – SGPS, SA: 48,00 %
TERCRIS Foundation: 5,19 %
Fundação Horácio Roque: 29,9 %

2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas
2.1 - Balanço

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2010			31-12-2009
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor liquido	Valor liquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	118.740	-	118.740	306.526
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	218.106	-	218.106	200.833
Activos financeiros detidos para negociação	8	459.102	-	459.102	351.649
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	386.111	-	386.111	475.902
Activos financeiros disponíveis para venda	10,42	298.529	(4.119)	294.410	105.371
Aplicações em instituições de crédito	11	491.022	-	491.022	322.114
Credito a clientes	12,42	12.842.567	(594.857)	12.247.710	11.529.383
Investimentos detidos até à maturidade	13	63.939	-	63.939	80.399
Activos com acordo de recompra	14	51.004	-	51.004	36.500
Derivados de cobertura	15	-	-	-	884
Activos não correntes detidos para venda	16,42	172.835	(5.379)	167.456	85.552
Propriedades de investimento	17	272.590	-	272.590	199.808
Outros activos tangíveis	18	432.774	(162.815)	269.959	286.684
Activos intangíveis	19	90.096	(68.557)	21.539	26.403
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	20,42	86.365	(4.870)	81.495	57.833
Activos por impostos correntes	21	27.383	-	27.383	24.909
Activos por impostos diferidos	21	74.048	-	74.048	63.126
Provisões técnicas de resseguro cedido		-	-	-	-
Outros activos		447.819	(7.172)	440.647	359.366
Devedores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros activos	22	447.819	(7.172)	440.647	359.366
Total do Activo		16.533.030	(847.769)	15.685.261	14.513.242
Recursos de Bancos Centrais	23	-	-	1.938.147	1.196.559
Passivos financeiros detidos para negociação	24	-	-	145.259	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	-	-	118.886	220.249
Recursos de outras instituições de crédito	26	-	-	1.286.879	1.813.496
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	-	-	7.722.471	6.690.679
Responsabilidades representadas por títulos	28	-	-	2.479.345	2.377.732
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura	15	-	-	1.303	2.606
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	29	-	-	15.230	14.881
Provisões técnicas		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	21	-	-	10.850	8.448
Passivos por impostos diferidos	21	-	-	32.211	24.687
Instrumentos representativos de capital	30	-	-	45.651	47.975
Outros passivos subordinados	31	-	-	268.178	322.483
Outros passivos		-	-	349.227	468.188
Credores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros passivos	32	-	-	349.227	468.188
Total do Passivo		-	-	14.413.637	13.272.313
Capital	33	-	-	45.000	45.000
Prémios de emissão		-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	33	-	-	70.000	70.000
Acções próprias		-	-	-	-
Reservas de reavaliação	33	-	-	(5.695)	3.334
Outras reservas e resultados transitados	33	-	-	453.453	375.826
Resultado do exercício	33	-	-	12.982	52.938
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Interesses minoritários	34	-	-	695.884	693.832
Total do Capital		-	-	1.271.624	1.240.929
Total do Passivo + Capital		-	-	15.685.261	14.513.242

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.2 – Demonstração de Resultados

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares	35	752.488	775.876
Juros e encargos similares	35	(400.937)	(489.136)
Margem financeira		351.551	286.740
Rendimentos de instrumentos de capital	36	905	1.524
Rendimentos de serviços e comissões	37	145.187	125.956
Encargos com serviços e comissões	37	(23.717)	(15.378)
Resultados de activos e passivos avallados ao justo valor através de resultados	38	(4.875)	(23.251)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	13.130	22.508
Resultados de reavaliação cambial	38	10.778	41.577
Resultados de alienação de outros activos	39	2.895	25.501
Prémios líquidos de resseguro		-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-
Outros resultados de exploração	39	53.951	86.520
Produto da actividade		549.805	531.697
Custos com pessoal	40	(185.097)	(170.525)
Gastos gerais administrativos	41	(144.415)	(127.217)
Amortizações do exercício	18,19	(37.328)	(34.669)
Provisões líquidas de reposições e anulações	29	1.121	(2.993)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	42	(107.944)	(112.178)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	42	(5.113)	(19.243)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	42	(8.015)	(1.136)
Diferenças de consolidação negativas		-	20.840
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	20	(2.176)	(8.050)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		60.838	76.526
Impostos		(16.160)	(1.499)
Correntes	21	(13.037)	(12.576)
Diferidos	21	(3.123)	11.077
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		44.678	75.027
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses que não controlam	34	(31.696)	(22.089)
Resultado consolidado do exercício		12.982	52.938

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.3 – Demonstração do Rendimento Integral

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		44.678	75.027
Outro rendimento integral			
Activos Financeiros Disponíveis para Venda			
Ganhos / (perdas) no justo valor	33	(5 897)	(4 481)
Impostos ganhos / (perdas) no justo valor	33	1 616	723
Ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	(7 362)	18 282
Impostos ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	1.723	(4.524)
Ganhos em reavaliações imóveis	33	642	7.736
Impostos Ganhos em reavaliações imóveis	33	(518)	(639)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	773	(1.453)
Impostos de instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	(6)	-
		(9.029)	15.647
Variações cambiais	33	8 472	4.602
Total do rendimento integral líquido de impostos, antes de interesses que não controlam		44.121	95 276
Interesses que não controlam	34	(31 696)	(22 089)
Total do rendimento integral, líquido de impostos		12.425	73.187

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRACOES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	NOTAS	Capital	Outros Instrumentos de Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas de Reavaliação	Resultados Transitados	Outras Reservas	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldos em 31-12-2009	33	45.000	70.000	-	-	3.334	407.984	(32.159)	52.938	693.832	1.240.929
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	52.938	-	(52.938)	-	-
Rendimento integral		-	-	-	-	(9.029)	-	8.472	12.982	-	12.425
Acções preferenciais	33	-	-	-	-	-	-	755	-	(2.754)	(1.999)
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	21.473	21.473
Alteração no interesses em propriedade com controlo	4	-	-	-	-	-	-	16.667	-	(16.667)	-
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	(1.204)	-	-	(1.204)
Saldos em 31-12-2010		45.000	70.000	-	-	(5.695)	460.922	(7.470)	12.982	695.884	1.271.624
Saldos em 31-12-2008	33	45.000	-	-	-	(446)	380.893	(52.387)	27.091	446.616	846.767
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											-
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	27.091	-	(27.091)	-	-
Prestações suplementares	33	-	70.000	-	-	-	-	-	-	-	70.000
Rendimento integral		-	-	-	-	3.780	-	16.469	52.938	-	73.187
Recompra de acções preferenciais	33	-	-	-	-	-	-	7.828	-	-	7.828
Diferenças de consolidação: operações Interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	3.918	-	(3.918)	-
Alteração no interesses de propriedade sem perda controle	33	-	-	-	-	-	-	(8.872)	-	-	(8.872)
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	251.134	251.134
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	885	-	-	885
Saldos em 31-12-2009		45.000	70.000	-	-	3.334	407.984	(32.159)	52.938	693.832	1.240.929

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.5 - Demonstração de Fluxos de Caixa

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS ,SA E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVIDADE OPERACIONAL

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Resultados de Exploração:			
Resultado liquido do exercício	33	12.982	52.938
Imparidade em crédito concedido	42	197.944	112.178
Outras perdas por imparidade	42	12.756	20.379
Provisões do exercício	29	(1.121)	2.993
Amortizações do exercício	18,19	37.328	34.689
Dotação para impostos do exercício	21	16.160	1.499
Interesses que não controlam	34	31.696	22.089
Derivados (liquido)	38	25.644	69.416
Resultados de empresas excluídas da consolidação	20	2.176	8.050
Dividendos reconhecidos	36	(905)	(1.524)
Juros pagos de passivos subordinados	35	14.706	12.183
Juros pagos de passivos não subordinados		18.042	0
Ganhos não realizados em propriedades de investimento	39	(11.853)	6.254
Diferenças de consolidação negativa		-	(20.840)
		265.555	320.284
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros detidos para negociação	8	(76.863)	(58.974)
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	89.791	(213.042)
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros disponíveis para venda	10	(194.152)	36.868
(Aumento)/Diminuição de aplicações em outras instituições de crédito	11	(168.908)	(78.448)
(Aumento)/Diminuição de investimentos detidos até à maturidade	13	16.460	3.604
(Aumento)/Diminuição de empréstimos a clientes	12	(826.271)	(432.468)
(Aumento)/Diminuição de activos não correntes detidos para venda	16	(84.403)	(16.200)
(Aumento)/Diminuição de activos com acordo de recompra	14	(14.504)	54.783
(Aumento)/Diminuição de outros activos		(39.012)	104.271
Diminuição/(Aumento) de recursos de bancos centrais	23	741.588	230.716
Diminuição/(Aumento) de passivos financeiros detidos para negociação	24	4.276	24.092
Diminuição/(Aumento) de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	(101.363)	(46.947)
Diminuição/(Aumento) de recursos de outras instituições de crédito	26	(526.617)	(539.811)
Diminuição/(Aumento) de recursos de clientes	27	1.031.792	203.741
Diminuição/(Aumento) de responsabilidades representadas por títulos	28	(48.387)	(154.468)
Diminuição/(Aumento) de outros passivos		(124.552)	(13.854)
Impostos sobre o rendimento			2.658
		(317.125)	(850.497)
Fluxos das actividades operacionais		(51.570)	(530.213)
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Investimento em subsidiárias e associadas	20	(108.723)	(2.000)
Alienação de subsidiárias e associadas		-	9.313
Caixa e equivalentes na subsidiária adquirida		-	92.804
Aquisição de activos tangíveis	18	(36.181)	(50.688)
Alienação de activos tangíveis	18	14.128	27.531
Aquisição de activos intangíveis	19	(6.119)	(8.473)
Aquisição de propriedades de investimento	17	(47.654)	(51.477)
Alienação de propriedades de investimento	17	11.000	8.525
Dividendos recebidos	36	905	1.524
Fluxos das actividades de investimento		(172.644)	27.059
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Prestações suplementares recebidas	33	-	70.000
Emissão de passivos subordinados	31	-	107.606
Reembolso de passivos subordinados	31	(54.141)	(111.146)
Juros pagos de passivos subordinados		(14.706)	(15.061)
Emissão de obrigações não subordinadas	28	150.000	500.000
Reembolso de obrigações não subordinadas		-	(34.544)
Instrumentos representativos de capital	30	-	40.826
Juros pagos de obrigações não subordinadas		(18.042)	-
Dividendos pagos de acções preferênciais	33	(9.410)	(9.967)
Fluxos das actividades de financiamento		53.701	547.714
		(170.513)	44.560
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	6,7	507.359	462.799
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6,7	336.846	507.359
		(170.513)	44.560
Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	6	57.929	65.828
Depósitos à ordem em bancos centrais	6	60.490	240.698
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	7	137.323	117.403
Cheques a cobrar	7	26.865	28.750
Outros	7	54.239	54.680
		336.846	507.359

Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Grupo Rentipar (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º85 – 5º, 1050 – 030 Lisboa, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 20.

Em 04 de Abril de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 20 de Abril de 2010, que tem o poder de as alterar. No entanto, a Gestão do Grupo admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. ADOPÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia.

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis
A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – items cobertos elegíveis.
Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.
- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes
Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos especificos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa
Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços
Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além nas já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

· IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.

· IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.

· IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente.

· IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do *Goodwill* adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do *Goodwill* é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.

· IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de *Joint Ventures*.

· IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Liquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

- IAS 7 - Demonstração de Fluxos de caixa - Clarifica as operações que devem ser classificadas como actividades de investimento, definindo que apenas os dispêndios que resultam num activo reconhecido na demonstração da posição financeira são elegíveis para classificação como actividades de investimento.

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em periodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que não foram adoptadas antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

· Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;

· Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;

· Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do inicio do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:
· Os direitos forem atribuidos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
· Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercicio com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do *surplus* do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio
Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafos 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas."

3. BASES DE APRESENTACÃO E POLITÍCAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*) tal como adoptadas na União Europeia, em 31 de Dezembro de 2010, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02, e no pressuposto da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, arredondado para o milhar mais próximo.

3.2 Informação comparativa

O Grupo não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão do Grupo, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas e pressupostos por parte da gestão mais significativos são as seguintes:

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, dado que a Gestão do Grupo considera que o Grupo e a empresa – mãe têm os meios e capacidade de continuar os negócios no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão do Grupo teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash-flows* e capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros que não pode ser determinado através de cotações (*marked to market*) disponíveis em mercados activos, é determinado através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos de *discounted cash-flows* (*marked to model*). Os dados de *input* nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis no mercado. Contudo, quando tal não é possível é utilizado julgamento para estabelecer o justo valor, nomeadamente ao nível da liquidez, taxas de correlação e volatilidade (ver Notas 3.10.2 e 45).

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamento. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio durante mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio

O justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio, classificados em Outros Activos Tangíveis, são determinados com base em avaliações efectuadas por peritos independentes. Estas avaliações têm por base estimativas de rendimento e de custos de manutenção ou substituição e ainda valores comparáveis de mercado.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nivel de resultados fiscais futuros esperado.

Consolidação de entidades de finalidade especiais (SPE)

O Grupo recorre à constituição de entidades de finalidade especiais (SFE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos e emissão de dívida.
O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesses SPE.
A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma (planos de benefícios definidos) é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

3.4 Principios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Rentipar Financeira, SGPS, S.A. e entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), incluindo fundos de investimento em que o Grupo detém mais de 50% das unidades de participação e entidades de propósito especiais (SPE'S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade. As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluidas na consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo no âmbito de operações de titularização de créditos e emissão de divida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", incluída no capital próprio.

3.5 Concentrações de actividades empresariais e goodwill

A aquisição de subsidiárias é registada de acordo com o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, de activos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente atribuiveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que, se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição ("goodwill negativo"), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o goodwill positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o goodwill apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O goodwill imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do goodwill é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o goodwill respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.6 Investimentos em associadas

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam nem subsidiárias, nem "*Joint ventures*", nem participações detidas através de fundos de investimento, de capital de risco ou de Bancos (*seed capital*), classificados como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no reconhecimento inicial. Considera-se que

existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação liquida da associada. Deste modo, o goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados. O valor do investimento é anualmente objecto de análise de imparidade.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

3.7 Empreendimentos conjuntos

Corresponde a investimentos em entidades em que o Grupo partilha o controlo com outra parte, por acordo contratual em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade exigem o consenso unânime das partes que partilham o controlo.

Os interesses do Grupo em empreendimentos conjuntos são reconhecidos utilizando o método de consolidação proporcional. A consolidação proporcional é um método de contabilização em que a parte do Grupo em cada um dos activos, passivos, rendimentos e gastos da entidade conjuntamente controlada é combinada linha a linha com itens equivalentes das demonstrações financeiras do Grupo. De acordo com este método, não existem interesses que não controlam.

3.8 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção. Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.8.1 Demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas, sem efeito fiscal, por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

3.9 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.10 Instrumentos financeiros

3.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.10.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor registadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa

inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os passivos financeiros designados como passivos ao justo valor através de resultados referem-se a instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que o Grupo não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, à data de referência das presentes demonstrações financeiras, esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e instrumentos de capital para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição no caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando o direito ao seu recebimento é estabelecido, Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponiveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos com acordo de recompra

Esta rubrica corresponde ao valor de compra do activo acrescido do juro implícito no preço de revenda, que está a ser reconhecido de acordo com o princípio da especialização. O Grupo não reconhece os activos na rubrica da sua natureza, uma vez que não assume os riscos ou benefícios da detenção dos mesmos.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, estes activos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" ou "Juros e encargos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (*write-off*), quando não há expectativas realísticas de recuperação desses montantes, incluindo através das garantias associadas (colaterais). Esta avaliação é independente dos procedimentos de abate ao activo de empréstimos nas contas individuais das subsidiárias, ao abrigo das normas locais aplicáveis a essas entidades.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado,

usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Justo valor

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros registados nas categorias de Activos e Pasivos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("*bid*") conhecida;
- No caso de instrumentos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("*discounted cash flow*", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.10.3 Imparidade de Activos Financeiros

Activos Financeiros ao custo amortizado

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registe uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito liquida de recuperações e reversões". Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

Activos Financeiros disponíveis para venda

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras os activos financeiros disponíveis para venda são analisados, quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2009) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2009) pode ser considerado significativo ou prolongado.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

3.10.4 Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, mas, embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option)*.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

À data das demonstrações financeiras são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Cobertura de Justo Valor

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo, o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Cobertura de fluxos de caixa

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

3.10.5 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

i) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
ii) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "*pass-through*"; e
iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição

ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

3.10.6 Reclassificação entre categorias de instrumentos Financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros. Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira, mediante a verificação de determinadas circunstâncias, instrumentos financeiros das categorias de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Activos financeiros disponiveis para venda, Outros créditos e valores a receber ou para Activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às caracteristicas de cada categoria. O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros com data a partir de 1 de Julho de 2008 e 31 de Outubro de 2008. (Mais detalhes sobre estas reclassificações nas notas 12 e 14)

As reclassificações são registadas ao justo valor dos instrumentos na data da reclassificação que se torna, assim, a nova base do custo amortizado nas novas categorias para os activos financeiros reclassificados para as categorias de Outros créditos e valores a receber ou Activos financeiros detidos até à maturidade.

Para um activo financeiro reclassificado da categoria Activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas nesse activo anteriormente reconhecidas em Reservas são amortizadas para os resultados do exercício durante a vida remanescente do activo financeiro pelo método da taxa de juro efectiva. Se se considerar posteriormente a existência de imparidade nestes activos, o montante que ainda se encontra reconhecido em reservas é reciclado na demonstração de resultados.

O Grupo pode reclassificar activos de negociação que não sejam derivados da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Outros créditos e valores a receber se os activos cumprirem a definição de um empréstimo ou conta a receber e o Grupo tiver a intenção e capacidade de deter o activo no futuro ou até à sua maturidade. Se um activo financeiros for reclassificado e posteriormente o Grupo estimar um aumento nos fluxos de caixa futuros em resultado de uma melhor perspectiva de recuperação desses recebimentos de caixa, o efeito desse aumento é registado como um ajustamento à taxa efectiva desde a data da alteração da estimativa.

As reclassificações são feitas discricionariamente pela Administração do Grupo e são determinadas instrumento a instrumento. O Grupo não faz qualquer reclassificação para a categoria de Activos financeiros ao justo valor através de resultados após o reconhecimento inicial.

3.11 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponivel para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente por o Grupo não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de Investimento".

3.12 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço. Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídos nos resultados do ano a que respeitam.
As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor liquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.13 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio os imóveis utilizados pelo Grupo no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como "custo estimado" de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangivel é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de beneficios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor liquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica "Outros Resultados de exploração".

3.14 Locação

O Grupo classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificados como locações financeiras as operações em que os riscos e beneficios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

3.14.1 Locações operacionais

Como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Como locador

Os activos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas e são registadas no balanço em "outros activos tangíveis", ao custo, deduzido de amortizações e por perdas de imparidade.

As rendas relativas aos contratos de locação operacional são registadas em proveitos do período a que respeitam.

3.14.2 Locações financeiras

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em "Outros activos fixos tangíveis", pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas em encargos financeiros e amortizações, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo. Os juros suportados são registados como custos financeiros. Os activos em regime de locação

financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

3.15 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a "software", encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.16 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às

valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.17 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões e assistência médica

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e planos de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a companhias de seguros.

As entidades do Grupo, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

a) Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Os empregados desta Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), em 1 de Janeiro de 2009, que passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro

Nos termos do referido diploma, o Regime Geral da Segurança Social passará a assegurar a protecção dos empregados do BBCA nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade da Sociedade a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte. A taxa contributiva será de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), que é extinta. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo do BBCA passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT).

De acordo com a orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal, atendendo que se mantém inalterado o plano do ACT e que não existe redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados devem manter-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

A assistência médica dos empregados bancários é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelo respectivo Sindicato. O SAMS proporciona aos seus beneficiários serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com regulamentação interna.

Em 2008, a Sociedade celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à

Segurança Social para os seus empregados, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos por este AE.

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

Assim, a Sociedade proporciona aos seus empregados os seguintes benefícios com pensões e assistência médica:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
  - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
  - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.

- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;

- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;

- Plano de Pensões BBCA (benefício definido), fechado a novas adesões, em que a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados do BBCA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, em conformidade com o ACT e Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, nos termos do qual o direito à pensão dos empregados no activo do BBCA passa a ser coberto pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do ACT. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades da Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
- Fundo de Pensões BBCA, que financia o Plano de Pensões do BBCA.

b) Outras entidades do Grupo

As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A., a Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veiculos Automóveis, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., Banif Mais, S.A, Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, SA e Margem – Mediação de Seguros, Lda, proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões autónomos.

Para os planos de benefício definido, o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método *"Projected Unit Credit"*, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 46). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

O aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, que correspondem ao acréscimo por a reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade, são reconhecidos em custos do exercício.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

O Grupo avalia, para cada plano de benefício definido, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em contribuições futuras necessárias.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registadas na rubrica de "Outros passivos" por contrapartida da rubrica de Resultados.

3.18 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este

possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflicta o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.19 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital, quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

3.20 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponiveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

3.21 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efectiva dos mesmos.

3.22 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica "rendimento de serviços e comissões", durante o periodo de vigência das mesmas.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as empresas do Grupo incluidas no perímetro de consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	31-12-2010		31-12-2009	
			% participação efectiva	Interesses minoritários	% participação efectiva	Interesses minoritários
Renticapital, Investimentos Financeiros	Portugal	Rentipar Financeira, SGPS, SA	93,50%	6,50%	93,50%	6,50%
Banif - SGPS, SA	Portugal	Rentipar Financeira, SGPS, SA	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Comercial, SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A. Banif - Investimentos - SGPS, S.A	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif (Açores) SGPS, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Finance, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A Numberone, SGPS, Lda	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif & Comercial Açores, Inc San José	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Investaçor, SGPS, S.A.	Portugal	Banif (Açores) SGPS, S.A.	31,89%	68,11%	29,70%	70,30%
Investaçor Hoteis S.A.	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	31,89%	68,11%	29,70%	70,30%
Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	26,60%	73,40%	24,77%	75,23%
Turotel, Turismo e Hoteis dos Açores, S.A.	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	31,28%	68,72%	29,14%	70,86%
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Ltda.	Portugal	Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	26,60%	73,40%	24,77%	75,23%
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Comercial, SGPS Banif International Holdings, Ltd	53,06%	46,94%	49,42%	50,58%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimentos, S.A.	33,34%	66,66%	31,05%	68,95%
Banif Capital - Soc. de Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	53,87%	46,13%	40,14%	59,86%
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	27,47%	72,53%	25,59%	74,41%
Gamma - Soc. Titularização de Créditos, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Numberone SGPS, Lda	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif International Asset Management Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Multifund Ltd.	Ilhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Internacional Holdings, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	45,79%	54,21%	42,65%	57,35%
Banif Financial Services, Inc	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	45,79%	54,21%	42,65%	57,35%
Banif Finance (USA) corp.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	45,79%	54,21%	42,65%	57,35%
Banif Forfaiting Company, Ltd.	Bahamas	Banif Internacional Holdings Ltd	45,79%	54,21%	42,65%	57,35%
Banif Trading, Inc.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	45,79%	54,21%	42,65%	57,35%
Banif Securities, Inc.	E.U.A	Banif Securities Holding, Ltd	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Econofinance, S.A	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif (Brasil), Ltd.	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A. Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif International Bank, Ltd	Bahamas	Banif Comercial - SGPS, S.A. Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A. Banif Securities Holding, Ltd	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Gestão de Activos (Brasil), S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif - Imobiliária, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banifserv-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de	Portugal	ACE (*)	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	38,79%	61,21%	36,13%	63,87%
Banco Caboverdiano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Banif - SGPS, S.A.	27,85%	72,15%	25,94%	74,06%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	31-12-2010 % participação directa	31-12-2010 Interesses minoritários	31-12-2009 % participação directa	31-12-2009 Interesses minoritários
Banif Mais, SGPS, SA	Portugal	Banif - SGPS, SA	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Tecnicrédito ALD	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banco Mais, SA	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Plus Bank ZRT	Hungria	Banco Mais SA	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Margem Mediação de Seguros, Lda	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
TCC Investments Luxembourg	Luxemburgo	Banif Mais, SGPS, SA	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Ecoprogresso Trading, SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	26,94%	0,00%	25,09%	0,00%
Banleuropa Holding, SL	Espanha	Banif - SGPS, SA	53,87%	0,00%	50,18%	0,00%
Banif US Real Estate	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Beta Securitizadora	Brasil	FIP Banif Real Estate	53,47%	46,53%	49,80%	50,20%
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	53,47%	46,53%	49,80%	50,20%
SPE Panorama	Brasil	FIP Banif Real Estate	50,79%	49,21%	47,30%	52,70%
Art Invest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	33,71%	66,29%	30,40%	69,60%
Banif Fortuny	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	53,87%	46,13%	25,09%	74,91%
Infra Invest PEIA	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Nitor FI Ações	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	44,23%	55,77%	35,14%	64,86%
Banif Nitor Maestro FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	50,67%	49,33%	46,08%	53,92%
Banif Nitor FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	37,63%	62,37%
Banif Nitor Institucional FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	35,64%	64,36%	48,85%	51,15%
Imogest	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	33,72%	66,28%	30,41%	69,59%
Capven	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif Capital - Soc. de Capital de Risco S.A Banif - Banco de Investimento, S.A.	35,91%	64,09%	30,14%	69,86%
Banif Inv. Conservador	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	33,56%	66,44%	44,91%	55,09%
Banif Inv. Moderado	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	31,84%	68,16%	38,77%	61,23%
Banif Iberia	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	26,91%	73,09%	30,72%	69,28%
Banif Renda Habitação	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Gestão Imobiliária	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	53,87%	46,13%	50,18%	49,82%
Banif Gestão Patrimonial	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	37,24%	62,76%	-	-
Banif Equity Hedge FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	47,32%	52,68%	-	-
Gestarquipark	Portugal	Imogest	33,72%	66,28%	-	-
ZACF - Participações Ltda	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	53,06%	46,94%	-	-
Banif Gestão Activa	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	28,92%	71,08%	-	-
Gavea Empreend. e Participações	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	53,06%	46,94%	-	-

(*) A Banifserv – ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Grupo:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	85,0%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,5%
Banif GO	8,0%
Banif Banco de Investimento, SA	1,5%
Banif Rent - Aluguer, gestão e Comércio de Veículos Automóveis	4,0%

O detalhe das entidades associadas está divulgado na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as entidades de propósitos especiais incluídas na consolidação foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Natureza	31-12-2010 % participação	31-12-2009 % participação
Atlantes Mortgage Nº1 plc	Veículos de Securitização	53,87%	50,18%
Atlantes Mortgage Nº2 plc	Veículos de Securitização	53,87%	50,18%
Atlantes Mortgage Nº3 plc	Veículos de Securitização	53,87%	50,18%
Atlantes Mortgage Nº4 plc	Veículos de Securitização	53,87%	50,18%
Atlantes Mortgage Nº5 plc	Veículos de Securitização	53,87%	50,18%
Atlantes Mortgage Nº6 plc	Veículos de Securitização	53,87%	-
Atlantes Mortgage Nº7 plc	Veículos de Securitização	53,87%	-
Azor Mortgage Nº 1	Veículos de Securitização	53,87%	50,18%
Azor Mortgage Nº 2	Veículos de Securitização	53,87%	50,18%
Atlantes Finance Nº1	Veículos de Securitização	53,87%	-
Euro Invest Series 3A, 3B, 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	53,87%	50,18%
Trade Invest Series 14	Emissão de Dívida Estruturada	53,87%	50,18%

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2010, as alterações verificadas no Grupo foram as seguintes:

- Aumento de capital no montante de 10 milhões de euros no Banif Bank (Malta).
- Aumento de capital no montante de 214 milhões de euros no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, subscrito na totalidade pela Banif Comercial, SGPS, SA.
- Aumento de capital no montante de 15 milhões de BRL no Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), subscrito pela Banif Comercial, SGPS (90%) e Banif Internacional Holdings, Ltd (10%).
- Aumento de capital no montante de 15 milhões de BRL no Banif – Banco de Investimento (Brasil), subscrito pela Banif Investimentos, SGPS (75%) e Banif Securities Holdings (25%).
- Aumento de capital no montante de 3,9 milhões de euros na Banif Gestão de Activos (Brasil), subscrito pelo Banif – Banco de Investimento (Brasil).
- Diminuição de capital no Bankpime, por incorporação de reservas, no montante de 66,7 milhões de euros.
- Venda de 31.814.651 acções (14,7%) da Rentipar Seguros, SGPS do Banif – Banco Internacional do Funchal à Banif - SGPS, SA, pelo montante de 26.664 milhares de euros.
- Aquisição de 100% da sociedade ZACF pelo Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), investimento de 293 milhares de euros.
- Aquisição de 100% da sociedade Gavea Empreend. e Participações pelo Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil).
- Alienação da participação na FINAB (60%), pelo montante de 125 milhares de USD.
- O Grupo procedeu à consolidação da Atlantes Mortgage N.º6, Atlantes Mortgage N.º7 e Atlantes Finance N.º3, referente a operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário.
- O Grupo procedeu à consolidação, devido à aquisição de unidades de participação, dos fundos de investimento Banif Gestão Patrimonial, Banif Equity Hedge FIM, Gestarquipark, Banif Gestão Activa.
- Aquisição de 61.193.442 acções da Banif – SGPS, SA, das quais 58.755.133 acções são referentes ao aumento de capital da Banif – SGPS, SA realizado em Dezembro de 2010, pelo montante de 60.979 milhares de euros.

5. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial, SGPS, SA, que agrega a actividade de banca comercial e de crédito especializado, e Banif – Investimentos - SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo, que não tem materialidade.

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Grupo correspondem à forma como a informação analisada pela Gestão do Grupo:

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação.

Banca de Investimento – Abrange a actividade de intervenção no mercado primário e secundário de capitais, por conta própria ou por conta de terceiros, como sendo transacções, *corporate finance* e aquisições e fusões.

Gestão de Activos – Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação.

Holdings e Outros – Abrange todas as operações efectuadas pelas holdings do Grupo e segmentos não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

O *reporting* por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, Resto da União Europeia, América do Norte (EUA), América Latina (Brasil) e resto do mundo.

Os reportes utilizados pela Gestão têm como base informação contabilística de acordo com as IAS/IFRS, excluindo operações não recorrentes.

5.1 – Segmentos de negócio

31-12-2010	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	116.509	2.218	-	13	118.740
Disponibilidades em outras instituições de crédito	133.981	82.541	1.154	430	218.106
Activos financeiros detidos para negociação	85.704	343.997	29.336	65	459.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	143.193	133.752	86.898	22.268	386.111
Activos financeiros disponíveis para venda	100.609	192.951	-	1.250	294.410
Aplicações em instituições de crédito	472.363	6.042	12.617	-	491.022
Crédito a clientes	11.982.024	522.312	-	63.374	12.247.710
Investimentos detidos até à maturidade	3.548	60.391	-	-	63.939
Activos com acordo de recompra	22.615	28.389	-	-	51.004
Derivados de cobertura	-	-	-	-	0
Activos não correntes detidos para venda	153.445	2.657	-	11.354	167.456
Propriedades de investimento	37.671	-	177.331	57.588	272.590
Outros activos tangíveis	177.158	17.922	6.998	67.983	269.969
Activos intangíveis	15.809	4.297	24	1.409	21.539
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	29.850	8.247	684	42.814	81.495
Activos por impostos correntes	17.645	4.467	724	4.547	27.383
Activos por impostos diferidos	47.355	19.807	1	6.885	74.048
Outros activos	253.462	60.390	26.428	100.369	440.647
Total do Activo	**13.472.939**	**1.489.980**	**341.993**	**380.349**	**15.685.261**
Recursos de bancos centrais	1.650.966	287.181	-	-	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação	28.349	116.773	137	-	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	104.501	14.388	-	-	118.888
Recursos de outras instituições de crédito	1.042.591	180.788	11.500	52.020	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.438.399	282.207	-	1.865	7.722.471
Responsabilidades representadas por títulos	2.155.350	126.657	-	187.338	2.470.345
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1.303	-	-	-	1.303
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.016	4.702	633	978	15.330
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	8.000	2.789	-	61	10.850
Passivos por impostos diferidos	20.103	1.721	-	10.387	32.211
Instrumentos representativos de capital	40.000	-	-	5.651	45.651
Outros passivos subordinados	253.465	14.713	-	-	268.178
Outros passivos	201.582	140.396	8.060	1.189	349.227
Total do Passivo	**12.953.625**	**1.172.272**	**18.230**	**269.510**	**14.413.637**

31-12-2009	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	300.164	6.347	1	15	306.526
Disponibilidades em outras instituições de crédito	172.453	27.689	8	684	200.833
Activos financeiros detidos para negociação	89.729	228.859	28.514	4.549	351.649
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	167.477	169.463	63.463	75.495	475.902
Activos financeiros disponíveis para venda	12.600	65.161	-	27.610	105.371
Aplicações em instituições de crédito	301.903	2.059	18.151	-	322.114
Crédito a clientes	10.951.454	474.042	-	103.887	11.529.383
Investimentos detidos até à maturidade	-	80.399	-	-	80.399
Activos com acordo de recompra	12.960	23.540	-	-	36.500
Derivados de cobertura	884	-	-	-	884
Activos não correntes detidos para venda	82.197	-	-	3.356	85.552
Propriedades de investimento	42.344	-	155.206	2.258	199.808
Outros activos tangíveis	95.478	23.215	6.989	161.051	286.684
Activos intangíveis	7.568	4.142	49	14.644	26.403
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	28.695	15.013	-	14.126	57.833
Activos por impostos correntes	15.341	3.913	1.128	4.522	24.909
Activos por impostos diferidos	38.440	12.291	1	12.393	63.126
Outros activos	176.129	39.015	23.369	120.853	359.366
Total do Activo	**12.495.812**	**1.175.151**	**296.874**	**545.445**	**14.513.242**
Recursos de bancos centrais	1.103.424	93.136	-	-	1.196.559
Passivos financeiros detidos para negociação	26.360	57.738	232	-	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	182.919	37.330	-	-	220.249
Recursos de outras instituições de crédito	1.532.630	270.178	8.306	2.382	1.813.496
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.415.574	257.856	-	17.249	6,690,679
Responsabilidades representadas por títulos	2.155.510	52.189	-	170.032	2.377.732
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	2.606	-	-	-	2.606
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.822	4.080	-	979	14.881
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	8.131	210	-	101	8.445
Passivos por impostos diferidos	20.405	28	484	3.793	24.687
Instrumentos representativos de capital	40.000	-	-	7.975	47.975
Outros passivos subordinados	307.456	15.027	-	-	322.483
Outros passivos	269.447	149.734	6.632	42.376	468.188
Total do Passivo	**12.074.286**	**937.509**	**15.634**	**244.886**	**13.272.313**

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31-12-2010	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	325.995	24.414	1.844	(702)	351.551
Margem Financeira: Inter - Segmentos	14.488	3.272	184	(17.944)	-
Margem financeira	**340.483**	**27.686**	**2.028**	**(18.646)**	**351.551**
Rendimento de instrumentos de capital	385	176	-	344	905
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	99.092	34.144	10.017	1.934	145.187
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	9.399	1.174	3.562	596	14.731
Rendimento de serviços e comissões	108.491	35.318	13.579	2.530	159.918
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(16.744)	(3.489)	(726)	(756)	(23.717)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(3.950)	(377)	(6.606)	(1.526)	(12.459)
Encargos com serviços e comissões	(22.694)	(3.866)	(7.334)	(2.282)	(36.176)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(3.163)	(2.620)	3.257	(2.349)	(4.875)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(71)	1.149	-	-	1.078
Resultados de Reavaliação Cambial	8.675	2.253	(30)	(120)	10.778
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.435	-	-	1.460	2.895
Outros Resultados de Exploração	41.758	1.958	1.976	8.209	53.901
Produto da Actividade	**475.299**	**62.054**	**13.476**	**(10.854)**	**539.975**
Custos com Pessoal	(154.192)	(24.231)	(3.406)	(3.268)	(185.097)
Outros gastos administrativos	(111.590)	(24.043)	(6.988)	(4.087)	(146.858)
Amortizações do exercício	(32.458)	(2.449)	(90)	(2.337)	(37.328)
Provisões líquidas de anulações	1.121	-	-	-	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(106.472)	(1.472)	-	-	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(233)	(53)	-	-	(286)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(2.065)	-	(834)	-	(2.899)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.034	(4.401)	33	1.157	(2.176)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**70.444**	**5.411**	**2.191**	**(19.389)**	**58.678**
	(8.126)	(3.960)	(2.313)	(1.761)	(16.160)
Correntes	(5.338)	(5.306)	(2.313)	(80)	(13.037)
Diferidos	(2.788)	1.346	-	(1.681)	(3.123)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**62.318**	**1.451**	**(122)**	**(21.130)**	**42.518**
Interesses que não controlam	(8.681)	(62)	(1.157)	(17.612)	(28.512)
Resultado do Exercício	**52.637**	**1.389**	**(1.279)**	**(38.742)**	**14.006**

O resultado recorrente de 2010 não inclui a imparidade do goodwill (4,9 milhões de euros) e a mais valia líquida na alienação da participação financeira do Finibanco Holdings, SGPS (3,87 milhões de euros).

31-12-2009	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	269.160	24.639	2.363	(9.422)	286.740
Margem Financeira: Inter - Segmentos	12.699	(612)	255	(12.342)	-
Margem financeira	**281.859**	**24.027**	**2.618**	**(21.764)**	**286.740**
Rendimento de instrumentos de capital	326	278	-	920	1.524
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	80.426	33.983	11.266	281	125.956
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	2.219	2.250	2.236	524	7.229
Rendimento de serviços e comissões	82.645	36.233	13.502	805	133.185
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(12.307)	(1.932)	(451)	(688)	(15.378)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(2.662)	(730)	(4.793)	(307)	(8.492)
Encargos com serviços e comissões	(14.969)	(2.662)	(5.244)	(995)	(23.870)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(8.765)	(24.268)	1.584	5.989	(25.460)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	985	1.150	-	2.828	4.963
Resultados de Reavaliação Cambial	16.024	23.474	6	2.073	41.577
Resultados de Alienação de Outros Activos	2.901	53	-	22.547	25.501
Outros Resultados de Exploração	48.601	(7.858)	5.541	16.627	62.911
Produto da Actividade	**409.607**	**50.427**	**18.007**	**29.030**	**507.071**
Custos com Pessoal	(137.492)	(21.122)	(2.411)	(9.500)	(170.525)
Outros gastos administrativos	(83.779)	(21.536)	(7.998)	(12.641)	(125.954)
Amortizações do exercício	(17.845)	(1.854)	(145)	(14.825)	(34.669)
Provisões líquidas de anulações	(24.354)	(2.927)	-	24.288	(2.993)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(115.442)	3.264	-	-	(112.178)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.788)	(197)	-	-	(1.985)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	203	5	(772)	(572)	(1.136)
Diferenças de Consolidação negativas	9.783	-	-	-	9.783
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	(306)	(1.776)	-	(1.330)	(3.412)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**36.587**	**4.284**	**6.681**	**14.450**	**64.002**
	4.511	(4.039)	(854)	3.197	2.815
Correntes	(6.582)	(3.882)	(2.024)	(88)	(12.576)
Diferidos	11.093	(157)	1.170	3.285	15.391
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**43.098**	**246**	**5.827**	**17.647**	**66.817**
Interesses que não controlam	(10.928)	3	(720)	(9.551)	(21.196)
Resultado do Exercício	**32.170**	**249**	**5.107**	**8.096**	**45.621**

O resultado recorrente de 2009 não inclui as mais valias na alienação da Zon Açores, Zon Madeira e Via Litoral (7,5 milhões de euros), diferença de consolidação negativa (11 milhões de euros), Imparidade da participação Finibanco Holdings, SGPS (6,5 milhões de euros), Imparidade em activos financeiros (3,2 milhões de euros) e outros (1,5 milhões de euros):

5.2 – Segmentos geográficos

31-12-2010	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	95.179	6.607	6.228	-	10.726	118.740
Disponibilidades em outras instituições de crédito	204.921	1.911	4.017	4.338	2.869	218.056
Activos financeiros detidos para negociação	83.944	3.594	361.164	-	400	459.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	349.862	-	31.738	-	4.510	386.111
Activos financeiros disponíveis para venda	276.176	-	1.498	-	16.736	294.410
Aplicações em instituições de crédito	459.965	356	29.711	956	34	491.022
Crédito a clientes	10.996.596	157.292	619.913	203.419	270.490	12.247.710
Investimentos detidos até à maturidade	60.391	-	3.409	-	139	63.939
Activos com acordo de recompra	28.389	-	22.615	-	-	51.004
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	146.112	-	21.344	-	-	167.456
Propriedades de investimento	241.689	-	9.834	21.087	-	272.590
Outros activos tangíveis	242.869	5.470	17.039	293	4.288	269.959
Activos intangíveis	20.082	620	613	-	224	21.539
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	38.234	43.261	-	-	-	81.495
Activos por impostos correntes	10.466	-	16.917	-	-	27.383
Activos por impostos diferidos	37.709	5.951	30.619	129	230	74.048
Outros activos	314.520	1.753	103.116	10.467	10.788	440.647
Total do Activo	**13.617.104**	**226.215**	**1.279.779**	**240.729**	**321.434**	**15.685.261**
Recursos de bancos centrais	1.938.147	-	-	-	-	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação	144.425	78	360	-	396	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.343	-	20.313	-	94.230	118.886
Recursos de outras instituições de crédito	1.136.169	-	140.521	120	10.069	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.915.176	437.256	35.919	-	334.120	7.722.471
Responsabilidades representadas por títulos	1.864.250	-	580.759	-	44.336	2.479.345
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1.303	-	-	-	-	1.303
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	9.607	-	5.158	-	465	15.230
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	4.804	58	3.058	2.738	192	10.850
Passivos por impostos diferidos	28.518	-	1.696	-	1.997	32.211
Instrumentos representativos de capital	45.651	-	-	-	-	45.651
Outros passivos subordinados	268.178	-	-	-	-	268.178
Outros passivos	182.377	1.264	148.476	3.604	13.506	349.227
Total do Passivo	**12.532.948**	**438.656**	**936.260**	**6.462**	**499.311**	**14.413.637**

31-12-2009	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	283.896	5.051	2.655	-	14.924	306.526
Disponibilidades em outras instituições de crédito	167.644	2.458	6.218	1.663	22.850	200.833
Activos financeiros detidos para negociação	63.464	3.267	284.685	-	253	351.849
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	433.803	-	34.343	-	7.756	475.902
Activos financeiros disponíveis para venda	86.803	-	9.587	-	8.981	105.371
Aplicações em instituições de crédito	278.585	-	28.333	1.271	13.925	322.114
Crédito a clientes	10.539.300	60.186	436.199	225.369	268.349	11.529.383
Investimentos detidos até à maturidade	80.399	-	-	-	-	80.399
Activos com acordo de recompra	-	-	36.500	-	-	36.500
Derivados de cobertura	884	-	-	-	-	884
Activos não correntes detidos para venda	74.442	-	11.110	-	-	85.552
Propriedades de investimento	187.661	-	-	12.147	-	199.808
Outros activos tangíveis	252.435	5.781	23.646	484	4.338	286.684
Activos intangíveis	24.742	442	907	-	312	26.403
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	12.841	44.992	-	-	-	57.833
Activos por impostos correntes	10.039	-	14.870	-	-	24.909
Activos por impostos diferidos	35.934	3.905	21.240	831	1.216	63.126
Outros activos	284.082	564	53.883	3.826	17.009	359.366
Total do Activo	**12.816.954**	**126.626**	**964.156**	**245.593**	**359.913**	**14.513.242**
Recursos de bancos centrais	1.196.559	-	-	-	-	1.196.559
Passivos financeiros detidos para negociação	84.330	-	-	-	-	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	15.930	-	42.356	-	161.963	220.249
Recursos de outras instituições de crédito	1.715.341	-	82.383	8.012	7.760	1.813.496
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.148.713	147.475	11.088	-	385.407	6.690.679
Responsabilidades representadas por títulos	2.006.310	-	338.946	-	32.476	2.377.732
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	2.606	-	-	-	-	2.606
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	14.117	516	-	-	248	14.881
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	1.589	26	5.372	1.456	5	8.448
Passivos por impostos diferidos	21.947	-	891	29	1.820	24.687
Instrumentos representativos de capital	47.975	-	-	-	-	47.975
Outros passivos subordinados	322.483	-	-	-	-	322.483
Outros passivos	291.751	1.087	147.174	8.930	19.246	468.188
Total do Passivo	**11.887.651**	**149.102**	**628.208**	**18.427**	**608.925**	**13.272.313**

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31-12-2010	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	268.664	2.286	67.928	9.430	3.252	351.561
Margem Financeira: Inter - Segmentos	1.212	2.035	(5.022)	(6.854)	8.629	-
Margem financeira	**269.887**	**4.321**	**62.906**	**2.576**	**11.881**	**351.561**
Rendimento de instrumentos de capital	813	-	-	-	92	905
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	111.773	446	25.243	4.899	3.032	145.187
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	10.529	-	-	1.144	3.058	14.731
Rendimento de serviços e comissões	122.302	446	25.243	5.237	6.690	159.918
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(16.440)	(245)	(3.496)	(226)	(3.316)	(23.717)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(8.579)	(34)	-	(3.844)	(21)	(12.499)
Encargos com serviços e comissões	(27.019)	(279)	(3.496)	(4.064)	(1.318)	(36.176)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(6.666)	68	(493)	2	2.214	(4.875)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	1.078	-	-	-	-	1.078
Resultados de Reavaliação Cambial	6.581	530	3.304	(152)	515	10.778
Resultados de Alienação de Outros Activos	(2.348)	-	2.362	2.915	(34)	2.895
Outros Resultados de Exploração	70.305	(377)	(11.791)	451	(4.687)	53.901
Produto da Actividade	**434.913**	**4.709**	**78.035**	**6.965**	**15.353**	**539.975**
Custos com Pessoal	(140.040)	(3.758)	(34.283)	(3.305)	(3.711)	(185.097)
Outros gastos administrativos	(105.896)	(3.830)	(32.709)	(2.232)	(2.021)	(146.688)
Amortizações do exercício	(33.015)	(613)	(2.924)	(56)	(720)	(37.328)
Provisões líquidas de anulações	1.121	-	-	-	-	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(98.819)	(670)	461	(2.635)	(6.281)	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(286)	-	-	-	-	(286)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(2.899)	-	-	-	-	(2.899)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.136	(3.312)	-	-	-	(2.176)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**58.215**	**(7.474)**	**8.580**	**(1.283)**	**2.620**	**60.678**
	(15.931)	1.446	(178)	(1)	(1.501)	(16.160)
Correntes	(7.730)	-	(5.115)	-	(192)	(13.037)
Diferidos	(8.201)	1.446	4.942	(1)	(1.309)	(3.123)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**40.285**	**(6.028)**	**8.407**	**(1.284)**	**1.120**	**42.520**
Interesses que não controlam	(27.916)	784	(334)	(121)	(926)	(28.512)
Resultado do Exercício	**12.369**	**(5.244)**	**8.073**	**(1.385)**	**193**	**14.008**

31-12-2009	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	212.967	929	62.599	9.747	502	286.743
Margem Financeira: Inter - Segmentos	(609)	933	(5.520)	(5.671)	10.791	-
Margem financeira	**212.334**	**3.858**	**57.079**	**4.176**	**11.293**	**286.740**
Rendimento de instrumentos de capital	1.524	-	-	-	-	1.524
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	96.479	126	25.879	1.439	1.834	125.956
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	5.038	-	5	2.189	3	7.229
Rendimento de serviços e comissões	101.517	126	25.883	3.822	1.837	133.185
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(13.070)	(47)	(1.517)	(29)	(906)	(15.378)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(7.052)	(5)	(933)	(444)	(58)	(8.492)
Encargos com serviços e comissões	(20.122)	(52)	(2.450)	(483)	(763)	(23.870)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(10.984)	146	(30.123)	-	15.501	(25.460)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	4.077	-	886	-	-	4.963
Resultados de Reavaliação Cambial	13.769	108	26.526	2.066	109	41.577
Resultados de Alienação de Outros Activos	21.285	-	408	3.808	-	25.501
Outros Resultados de Exploração	77.126	(182)	(6.867)	1.462	(8.627)	62.911
Produto da Actividade	**400.524**	**3.904**	**70.341**	**14.851**	**19.350**	**507.070**
Custos com Pessoal	(135.627)	(2.892)	(26.893)	(2.360)	(2.763)	(170.425)
Outros gastos administrativos	(92.109)	(3.117)	(24.742)	(3.300)	(2.686)	(125.954)
Amortizações do exercício	(31.121)	(557)	(2.575)	(32)	(743)	(34.668)
Provisões líquidas de anulações	(1.911)	-	-	-	(1.082)	(2.993)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(80.116)	(367)	(6.684)	(15.864)	(9.248)	(112.178)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.985)	-	-	-	-	(1.985)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.136)	-	-	-	-	(1.136)
Diferenças de Consolidação negativas	15.292	-	-	-	-	15.292
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	(5.225)	(497)	-	-	-	(5.723)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	**66.587**	**(5.425)**	**9.947**	**(6.735)**	**2.828**	**67.202**
	(1.443)	1.700	(3.048)	(4)	1.296	(1.499)
Correntes	(4.073)	-	(8.503)	-	-	(12.576)
Diferidos	2.630	1.700	5.455	(4)	1.296	11.077
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	**65.144**	**(3.725)**	**6.899**	**(6.739)**	**4.125**	**65.704**
Interesses que não controlam	(19.108)	988	(355)	(473)	(1.133)	(20.081)
Resultado do Exercício	**46.036**	**(2.737)**	**6.544**	**(7.212)**	**2.991**	**45.623**

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	57.929	65.828
Depósitos à ordem em Banco Centrais	60.490	240.698
Juros de disponibilidades	321	-
	118.740	306.526

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais incluem o montante de 42.253 milhares de euros, que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa no Banco de Portugal. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Cheques a cobrar	26.865	28.750
No país	26.759	28.401
No estrangeiro	106	349
Déposito à ordem	137.323	117.403
No país	13.417	8 710
No estrangeiro	123.906	108.693
Outros	53.918	54.680
	218.106	200.833

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País, em 31 de Dezembro de 2010, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2011.

8 ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	115.023	84.433
Instrumentos de dívida	278.656	222.214
Instrumentos de capital	65.423	45.002
	459.102	351.649

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

A carteira de títulos de negociação em 31 de Dezembro de 2010 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos e a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	50.000	450,74	22.537
NTN-F	46.971	444	20.844
NTN-F	40.869	456	18.623
NTN-B	18.350	904	16.596
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	33.300	426,98	14.219
NTN-F	32.117	436	13.997
CCI - AMBEV	13.717.943	1	13.718
NOTAS PROMISSÓRIAS UNIDAS	15	0,45	13.545
NTN-B	13.813	894	12.342
DEBENTURES TRISUL	20.000	0,45	9.560
NTN-B	10.637	894	9.504
NTN-B	8.970	904	8.113
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	2	3.411	6.822
NTN-F	14.131	456	6.439
DEBENTURES TRISUL	10	0,45	4.570
NTN-B	5.000	894	4.468
TESOURO BRASIL	9.840	444	4.371
LFT	2.000	0,45	4.056
NTN-B	4.250	904	3.844
LFT	1.882	0,45	3.817
NTN-B	4.000	903	3.612
NTN-B	3.513	0,45	3.143
CDB POS-TBANCO FATOR	5.000	0,45	2.278
NTN-B	2.500	894	2.234
NTN-F	5.000	436	2.179
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	1.730.000	109,50%	1.923
NTN-B	2.078	894	1.857
CCI - OR	1.811.046	1	1.811
CCB SMI	3.748.410	0,45	1.691
CCB SMI	3.594.826	0,45	1.622
CCB SMI	3.438.443	0,45	1.551
CCB SMI	3.294.317	0,45	1.486
NTN-B	1.620	894	1.447
CCB SMI	3.150.272	0,45	1.421
LFT	700	0,45	1.420
CCB SMI	3.016.545	0,45	1.361
NTN-F	3.029	444	1.344
LFT	623	0,45	1.264
NTN-F	2.883	436	1.256
TELEMAR N LESTE SA	1.390.000	86,81%	1.225
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09/12	995.000	110,16%	1.119
PETROBRAS INT FINANCE 07/02/13	1.231.000	86,81%	1.110
PETROBRAS INTL FINANCE	1.076.000	88,50%	971
FIMBANK 4.25%	958.000	100,00%	958
LFT	448	0,45	908
PETROBRAS INTL FINANCE CO	1.010.000	77,46%	802

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
CIA SANEAMENTO BASICO 11/16	950.000	82,51%	792
MIDI PLC BOND 7% 2016 - 2018	766.100	101,85%	780
DEBENTURES UNIDAS	392	0,45	767
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	920.000	82,32%	758
MELITA CAPITAL PLC 2014/2016	754.100	100,00%	754
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 10/49	835.000	86,25%	731
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	742.000	97,85%	727
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/15	800.000	77,83%	634
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	790.000	77,65%	630
LFT	305	0,45	619
LFT	305	2.028	619
NOTAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	1.331	464,68	618
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 REGS	790.000	75,42%	615
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	1.400	439,15	615
CIA SEG ACORES SA 17/12/2017	685.000	80,00%	549
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	608.000	84,19%	525
LFT	232	0,45	471
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	333.000	135,46%	461
BANCO DAYCOVAL SA	560.000	75,03%	434
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	423.000	99,25%	425
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	961	439,15	422
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/22	740.000	53,10%	414
TELE N L PARTICIPACOES	540.000	76,15%	412
TELEMAR N L TLMP 5 1/8 12/17	400.000	96,75%	388
BR PROPERTIES SA BRPRSA9 12/49-15	500.000	74,84%	382
FED REPUBLIC OF BRASIL	407.000	89,62%	372
PETROLEOS MEXICANOS	325.000	104,13%	356
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 03/15	405.000	79,14%	325
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	398.000	80,64%	322
NATIONAL STEEL SA	390.000	74,84%	303
PETROLEOS MEXICA PEMEX 8 05/03/19	329.000	90,37%	300
4.8% BANK OF VALLETTA PLC SUB BONDS 202(	293.700	100,29%	295
EURO INVEST LIMITED 6 29/12/2011	289.000	100,00%	289
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	370.000	75,21%	282
FED REPUBLIC OF BRAZIL 11/01	250.000	100,55%	274
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	295.000	84,57%	257
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	273.000	90,93%	249
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	281.000	82,70%	233
FED REPUBLIC OF BRAZIL	422.000	52,10%	231
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	5.750.000	99,00%	230
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	254.000	81,44%	208
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	225.000	87,37%	198
5.35% BANK OF VALLETTA PLC SUB BONDS 201	185.900	103,29%	192
GP INVESTMENTS LTD 12/23/2049	251.000	74,84%	191
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	175.000	97,25%	178
BANCO BRADESCO 8 3/4 10/13	200.000	85,32%	173
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	210.000	81,48%	171
FIMBANK 4.25%	166.617	100,00%	167
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 03/01/2018	202.000	79,70%	164

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
NTN-B	180	894	161
VOTORANTIM OVERSEAS 01/14	189.000	82,51%	161
MARFRIG OVERSEAS LTD 11/16/2016	198.000	78,58%	157
BANCO NAC DESENV ECON 07/20	200.000	76,52%	157
GERDAU HOLDINGS INC	180.000	81,76%	151
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	170.000	78,58%	137
INTL FINANCE CORPORATION 9 1/4	265.000	46,30%	126
BERTIN LTDA 10/05/16	150.000	80,83%	124
BANCO INDUSTR E COMRCL	153.000	75,59%	119
EURO INVEST LIMITED 5 29/12/2011	157.000	74,28%	117
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	135.000	83,17%	115
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA 02/15	150.000	74,46%	114
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 3 1/8 04/13	142.000	75,96%	108
BANCO FIBRA SA	140.000	74,65%	105
NTN-B	103	0,45	91
NTN-B	103	0,45	91
FED REPUBLIC OF BRASIL	105.000	83,45%	90
UNIBANCO 8.7 07/29/49	118.000	74,93%	90
BRASKEM INTL LTD	97.000	88,12%	86
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	103.000	80,83%	85
MIDI PLC BOND 7%	80.802	101,48%	82
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	98.000	82,32%	81
BANCO VOTORANTIM SA	100.000	76,34%	78
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 03/15	100.000	76,30%	77
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	85.000	78,58%	69
SUL AMERICA PARTICIPAÇÕES 02/15/12	132.000	78,02%	69
BFF INTERNATIONAL LTD 7 1/4 01/20	85.000	77,83%	68
LTN	150	451	68
LFT	33	0,45	67
LFT	33	0,45	67
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	60.000	107,48%	66
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	136.000	45,09%	64
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	78.000	80,83%	64
PETROBRAS INTL FINANCE	71.000	87,56%	63
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	83.000	75,03%	62
VALE SA	50.000	101,33%	52
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	56.000	86,06%	50
MIZZI ORGANISATION FINANCE - 6.2%	49.300	100,65%	50
NTN-F	109	0,45	48
FIBRIA OVERSEAS FINANCE	60.000	78,58%	48
NTN-B	53	0,45	46
ODEBRECHT FINANCE LTD	50.000	87,37%	44
VALE OVERSEAS LIMITED 5 5/8 09/19	48.000	79,73%	39
BANCO SANTANDER SANBBZ4 1/2 04/15	50.000	76,34%	39
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	45.000	79,98%	37
FED REPUBLIC OF BRASIL 27	30.000	114,65%	35
BANCO MERCANT DO BRASIL 9 5/8 07/20	39.000	78,21%	32
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	30.000	103,09%	32
BANCO DO BRASIL (CI) 09/14	33.000	88,31%	30

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
TELEMAR N LESTE SA 5 1/2 10/20	35.000	72,33%	26
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/20	16.000	121,43%	20
BANCO BMG SA	25.000	75,40%	19
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	35.000	75,87%	18
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	21.000	80,08%	17
BANCO MERCANT DO BRASIL	20.000	77,08%	16
LFT	5	0,45	10
CIA BRAS BEBIDAS 09/13	10.000	86,25%	9
LFT	4	0,45	8
JBS FINANCE II LIMITED	10.000	75,59%	8
GOL FINANCE 04/03/2017	8.000	75,59%	6
HSBC BANK MALTA PLC 4.6% - 01/02/2017	4.659	101,91%	5
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	5.000	85,32%	4
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	1.000	92,52%	1
			278.656

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
LINDENCORP DESENV. IMOB. SA	10.599.669	1,36	21.891
REN, SGPS, SA	25.000	2,58	65
REAL ESTATE BRASIL	3.226	0,45	18.372
FIDC CREDIPAR	20.000	0,45	9.074
COTAS DE FDO. EM DIREITOS CRÉDITO	13.199.476	0,00	5.952
MAPFRE PLUS	2.807.760	0,45	2.061
MULTI FUND REALTY CO	1	1565,30	1.565
CETIP	109.753	10,53	1.155
FIDC ODEBRECHT	2	0,45	900
MILLENNIUM TIBR6	21.600.000	0,45	877
GRAU ORYX	193.248	0,45	825
CTIP3 ON	53.169	0,45	560
MAPFRE INVERSION FIM	454.232	0,45	548
OREN DINAMICO	779.674	0,45	462
NP TATICO FIM	924.386	0,45	456
NP HEDGE FIC DE FIM	430.785	0,45	231
NP INSTITUCIONAL FIM	495.003	0,45	231
COTAS AMAZONIA FIP COTAS AMAZON	190.000	0,45	107
BMF	10.000	5,93	59
BPI SGPS	18.629	1,38	26
CIPAN	27.451	0,19	5
IMPRESA SGPS	100	1,40	0
PARMALAT FINANZIARIA SPA	30.000	0,00	0
			65.423

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos de capital	249.440	233.769
Instrumentos de dívida	136.671	242.133
	386.111	475.902

A carteira de títulos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2010 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	38.000.000	100,75%	39.321
RENTIPAR SEGUROS 2015	28 500.000	100,00%	28.710
TESOURO BRASIL	10.828	2.028,1	21.960
BAYER 0% MAR 11	14.795.000	98,62%	14.591
HSH NORDBK 3,5%OUT15	10.000 000	95,10%	9.571
HSH NORDBK 3,85%OUT14	5.000.000	104,52%	5.260
O.T. PGB 3.2% 04/15/11	3.000.000	99,69%	3.059
REP ANGOLA FLT 15NOV2012 (USD)	3 500.000	74,84%	2.631
AÇOREANA TX VR DEZ 17	2.452.000	100,00%	2 454
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	2.000.000	68,61%	1.375
DEUTSCHE BANK AG LONDON	2.000.000	63,22%	1.264
BAYER HIPO 05MAI2014	1 250 000	97,09%	1.247
RABOBANK NEDELAND	5.000	95,50%	477
ESFG VAR PERP	10.000	67,75%	677
BVMF	1.458.448	0,5	657
PETR	1.262.805	0,4	560
MILK	1 218.580	0,4	547
EURO INVEST 1 5% 29DEZ2049	371.000	99,82%	371
MWET	515.052	0,4	227
TRADE INVEST LIMITED - SERIE 7 -TRANCHE A	220.000	98,10%	216
MILK	476.456	0,5	214
DB GLOB MAST L 07/07	836	155,9	130
OT 5.45% Sel. 2013	126 000	101,32%	130
Irish Gov 4 01/15/14	90.000	90,88%	84
PGB 4 3/8 06/16/14 JUN	80.000	97,38%	80
TELEBRAS	153.842	0,5	69
PORTB 0 11/18/11	60.000	96,32%	58
USIMINAS	114.086	0,4	51

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
SOCGEN Var 49-13	50.000	98,00%	51
DB GLOB MAST SER4-05	238	209,6	50
OGXP	100.846	0,4	45
CXGD 4.375% 13/05/13	40.000	92,49%	38
MTNA 9.375% 06/16	29.000	122,24%	37
BESPL Float 03/12	40 000	90,00%	36
BCP Finance 02/12	40 000	88,25%	36
ENIIM 4.75 11/17	28.000	106,13%	30
KPN 5.625% 09/30/24	27.000	106,11%	29
Vodafone 4.65% 01/22	27 000	101,67%	29
ALOFP 4.125% 02/17	28.000	101,06%	29
COFP 5.5% 01/15	25.000	108,44%	28
BNP Var 06/49-18	26 000	103,50%	28
GERDAU	54.024	0,4	24
FIB	50 475	0,4	22
TITIM 5,25% 02/22	20.000	96,48%	20
BBVASM Var 10/49	20.000	98,00%	20
SGOFP 4 10/08/18	20.000	98,20%	20
ISPIM Var 10/49	20.000	96,05%	20
ENEL FIN 5% 09/14/22	18 000	101,67%	18
UCGIM Var 12/49	15 000	95,70%	15
CYRE	21 362	0,4	10
UNIPAR	19.245	0,4	9
BACR 4 7/8 12/29/49	10.000	78,00%	8
ROSSI	15.926	0,4	7
PMAM	14.918	0,4	7
NATURA	13.798	0,4	6
PDGR	12.125	0,4	5
MPXE	9.282	0,4	4
			136.671

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
BANIF IMOPREDIAL	10.376.209	7,5	77.918
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERGIA	95.000.000	0,5	42.837
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	3.700	18.754,7	34.696
APLICAÇÃO URBANA XIV SA	450.000	36,4	16.375
NEW ENERGY FUND	200	48.848,6	9.770
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	82	56.498,9	4.633
PORTO NOVO	41.575	106,3	4.371
AVIVA CENT EUROP FUN	5.299.712	0,8	4.240
B.EURO ACCOES	2.220.851	1,9	4.125
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	31.690	113,6	3.599
PREFF-PAN EURO R EST	29.750	80,7	2.400

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, exceto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
GED SUR FCR-CL B	49.900	44,6	2.223
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII (CL B)	40.000	51,2	2.049
HOZAR PORTUGAL SA	502.391	2,5	1.239
FINE ART FUND	18.170	66,8	1.198
BANIF NITOR REF DI	1.166	1,0	1.166
BANIF GLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	1.000.000	1,0	1.044
JPM GREATER CHINA	151.073.527	0,0	1.022
DWS INVEST CONV.	6.960	131,8	917
SCHRODER CONV BOND	8.556	104,0	890
BELM ASSET BASED LEN	39.401	21,4	843
FRANKLIN MUTUAL BEAC	33.662	18,1	611
ESPIRITO SANTO FINL	42.107	14,0	589
GALP ENERGIA-SGPS SA	40.000	14,3	574
SCHRODER EMERG MKT	59.944	9,3	557
COMPªQUINTAS SGPS SA	360.000	1,5	536
F&C GL CONVERT BOND	34.120	14,9	508
PICTET US EQUI SEL R	5.928	82,0	486
PICTET JAPAN EQU SEL	7.112	67,8	482
BNY MELLON ARX CASH	332.743	1,4	469
MELLON CASH II FI CP	756.621	0,6	469
MELLON CASH III FICP	756.655	0,6	469
MELLON CASH IV FI CP	756.655	0,6	469
MELLON CASH V FI CP	756.747	0,6	469
DB GLOB MAST SER4-05	2.170	209,6	455
BANIF PROPERTY	432	1.000,0	432
CIMPOR ,SGPS -NO	82.500	5,1	418
PETROBRASPN	32 000	12,3	395
REPSOL S.A.	17 000	20,9	354
DB GLOB MAST L 07/07	1 988	155,9	310
BBVA SA	38.000	7,6	287
BELM RX SPC FI DEC08	3.982	71,8	286
OGX PETROLEOON	29.000	9,0	262
J.MARTINS-PO	22 200	11,4	253
SLC AGRICOLAON NM	25 000	9,9	248
LOJAS RENNERON NM	9 100	25,4	231
TELEFONICA, S.A.	13.000	17,0	221
EDP RENOVÁVEIS	48.000	4,3	208
PESCANOVA SA	8.400	24,6	207
NATURAON NM	9.400	21,5	202
AMILON NM	24.400	8,0	195
ODONTOPREVON NM	17.200	11,3	195
SONAE.COM	143.415	1,4	194
TEIXEIRA DUARTE, SA	259.737	0,7	190
TECNICAS REUNIDAS SA	3.800	47,6	181
DROGASILON NM	28.200	6,1	172
GREFF- EURO R EST A	2.292	71,5	164
PORTUCEL SGPS EM-95	71.000	2,3	162
INAPA	416.372	0,4	156
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	249.750	0,6	155

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
FERBASAPN	25.000	6,1	152
P.TELECOM -NO EM-95	18 000	8,4	151
OBRASCON HUARTE	6.600	22,7	150
FLEURY S.A.	12.000	12,0	144
GAMESA SA	25.000	5,7	143
BR PROPERTON	15.000	8,2	123
GRIFOLS SA	12.000	10,2	122
MELLON GLOB ASIAN EQ	45.821	2,6	120
INDITEX	2.100	56,0	118
BROOKFIELD INCORPORACOES S.A.	30.000	3,9	117
SEMAPA-SGPS-NOM.	14.000	8,3	116
BRADESCOPN EJ N1	7.000	14,7	103
MELLON GLOBAL FUND	78.362	1,3	100
SITA	97	1,0	97
PICTET EMERGING MKTS	217	436,9	95
MINERVAON NM	30.000	3,1	94
HYPERMARCAS S/A	8.800	10,2	89
MELLON FIR DI LP	93.088	0,9	83
MELLON RF II	133.252	0,6	83
MELLON RF III	133.236	0,6	83
MELLON RF X	133.244	0,6	83
MELLON RF IX	133.250	0,6	83
MELLON RF VII	133.255	0,6	83
MELLON RF VIII	133.245	0,6	83
MELLON RF VI	133.262	0,6	83
MELLON RF IV	133.259	0,6	83
MELLON RF V	133.253	0,6	83
ZON MULTIMEDIA	24.000	3,4	81
COFINA - SGPS	115.000	0,7	79
BR MALLS PARON NM	10.000	7,7	77
PICTET LAT AME "R"	737	100,1	74
BELM ASSET BASED B+	7.837	9,0	70
FIDELITY AMERIC USD	18 340	3,8	69
FIBRIA CELULOSE S A	5 700	11,9	68
SACYR VALLEHERMOSO	14.000	4,8	67
ENACOL	64	1,0	64
VUELING AIRLINES	6.500	9,7	63
BRISA - NOM. (PRIV.)	12.000	5,2	63
VISCOFAN SA	2 200	28,4	62
SAG GEST- SGPS	120 000	0,5	61
ALTRI SGPS SA	18.000	3,4	61
MAPFRE	29.000	2,1	60
EBRO FOODS	3.800	15,8	60
BSCH	7.500	7,9	59
PICTET CONV. BONDS	444	105,7	47
PIONEER ABS RETURN	431	109,1	47
ALLIANZ RCM US EQ AT	545	79,8	44
ROSSI RESIDON NM	6.300	6,7	42
ALLIANZ RCM EU EQ AT	229	166,9	38

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
SCHRODER EUROP.LARGE	242	146,2	35
ARCELOR MITTAL SPAIN	1.100	28,4	31
ISHARES MSCI EMERG	897	34,1	31
TELECINCO SA	3.500	8,2	29
SPDR TRUST SERIES 1	276	94,1	26
BANIF EURO FINANCEIR	5.402	4,8	26
ECODIESELON NM	50.000	0,5	23
DASAON NM	2.200	10,1	22
REDECARDON NM	2.300	9,5	22
JP MORGAN EUROP PROP	4	5.528,0	22
DWS AKTIEN STRA DEUT	122	172,6	21
FCP	19.920	0,9	18
DWS INV.DIVIDEND NC	138	111,4	15
DWS INVEST EUROP EQ	48	116,8	6
GED SUR FCR-CL A	100	44,6	4
EDP RENOVÁVEIS	945.000	4,3	4.098
ALTRI,SGPS	100.000	3,4	339
BPI	183.215	1,4	254
IMPRESA	430.000	1,4	602
PORTUCEL	285.000	2,3	649
EDP	50.000	2,5	124
BCP	9.517.132	0,6	5.539
MARTIFER	90	1,5	-
EDP RENOVAVEIS	50.000	4,3	217
SLN	1.000		3
MOTA-ENGIL	285.000	1,7	497
JERÓNIMO MARTINS	52.448	11,4	598
COFINA	140.000	0,7	97
SONAE,SGPS	150.000	0,8	117
TEIXEIRA DUARTE	150.000	0,7	110
CORTICEIRA AMORIM	500.000	1,2	580
E. SANTO FINANCIAL GROUP	21.000	14,0	294
GALERIAS NAZONI	750	0,0	-
SHOTGUN PICTURES	10.000	0,0	-
			249.440

Conforme politica contabilística apresentada na Nota 3.6, o Grupo classifica na carteira de títulos de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" as participações em fundos de investimento superiores a 20% e que não detenha o controlo, quando detidos através de fundos de investimento, de capital de risco ou de bancos, atendendo às características destas operações (*seed capital*).

O montante de 3.096 milhares de euros de Obrigações do Tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.
Títulos no montante de 59.869 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

As obrigações HSH NORDBK, no montante de 14.736 milhares de euros, estão como caução junto do Mercado de Operações de Intervenção.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos de dívida	275.314	46.434
Instrumentos de capital	23.215	80.023
Imparidade	(4.119)	(21.086)
	294.410	105.371

A carteira de títulos disponíveis para venda tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2010.

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de divida		
BTA BANK JSC - GDR'S	27 324	186
BTA BANK 10,75% JUL18	5.646.324	4.800
Natureza e espécie	**Quantidade**	**Valor de balanço**
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	1.000.000	1.011
GAS NATURAL CAPITAL 4 1/8 01/18	1.000.000	908
DAIMLER AG 4 1/8 01/17	1.500 000	1.605
VODAFONE GROUP PLC 01/22	3.000.000	3.159
BARCLAYS BANK PLC 01/17	4.500.000	4.616
ALSTOM 4 1/8 02/17	500.000	516
CASINO GUICHARD 4,379 02/17	250.000	263
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	1.000.000	1.003
INDEPENDENCIA INTERNATIO 12/30/16	287.100	18
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL 0 12	3.000.000	2.624
VEOLIA ENVIRONNEMENT	500.000	558
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	500.000	567
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	300.000	306
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	5.000.000	5.101
ENI SPA 4 06/29/20	1.000.000	997
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 07/13/22	2 000.000	1.973
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	500 000	491
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	500.000	489
AREVA SA 3 1/2 03/21	1.000.000	932
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	500.000	482
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	500.000	477
BBVA SENIOR FINANCE SA 2 3/4 09/12	2.000.000	1 977
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	2.000.000	2 006
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	3 250.000	3.134
BANCO BPI SA 3 07/17/12	1 000.000	970
BANCO BPI SA 01/12	5 000.000	4.721
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	950.000	956
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	100.000	101
OBRIG. TESOURO SETEMBRO 1998/2013	5 787.980	5.978
OBRIG. TESOURO 09/14JUN2019 4,75%	33 750.000	30.738
BES 5,625% 5JUN2014	5.000.000	4.545
CGD 3,625% JUL14	5.000.000	4.729
CGD 5,125% FEV14	3.750.000	3.637
BCP 3,625% 19JAN2012	5.000.000	5.077
BCP 4,75% OUT14	5.000.000	4.674
RENTIPAR SEGUROS 2015	10 000.000	10.117
GRÉCIA 4,3% MAR 12	2 000 000	1.899
GERMAN BOND OBL 1 3/4 10-09-2015	2.000	201
UK BOND UKT 4 3/4 09-07-2015	1.700	225
BK IRLAND 4 4,625% SET14	2.500 000	2.115
CAJAMADRID 4,25% FEV 14	5.000.000	5.091
NTN-B	50	45
NTN-B	100	89
NTN-B	400	357
TESOURO Cabo Verde		10.247
		275.314

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
Instrumentos de capital			
HABIPREDE SA	5 000	1.250	-
NOVA COMPANHIA GRANDE HOTEL	50 300	184	(155)
COMPANHIA DAS QUINTAS SGPS, S A	34 317	172	(120)
AÇÕES MILLENIUM	20.300 000	1.007	-
ACÇÕES NÃO RESIDENTES	24	24	-
FOMENTINVEST SGPS	3 076 924	5 915	-
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	10.125	120	-
GED SUR CAPITAL S A , SGECR	30.000	27	-
NEW ENERGY FUND	19	928	-
PREFF-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	12.750	1.016	-
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	1 543.012	1 204	-
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	15	81	-
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	300.000	1.626	-
FINE ART FUND (CP)	12.645	1.188	-
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	3.000	701	-
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	4	-
S W.I F.T.	14	11	-
VISA CLASS C	2.533	65	-
FINANGEST	526	535	(180)
SIBS,SA	103 436	445	-
UNICRE, SA	35.076	916	-
KALOUMA HOLDINGS LTD	1.168.000	699	-
CEIM, LDA	800	4	-
COLISEU MICAELENSE, S A	83	0	-
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	50.000	150	(2)
GARVAL	500	1	-
IMOVALOR	19.890	281	-
LISGARANTE	500	1	-
MACEDO & COELHO	188	0	-
NORGARANTE	500	1	-
NORMA-AÇORES - SOC.ESTUD.APOIO DESENV. REG.	10.000	50	-
PRETÓRIA LDA	5.736	6	-
LUSITANIA SEGUROS	476	228	(129)
SC BRAGA SAD	20	0	-
SOGEO - SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, SA.	24.529	122	-
TEATRO MICAELENSE, S A	83	0	-
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITI. INSUL.	2.000	11	-
BEIRA VOUGA	20.317	10	(10)
BEIRA VOUGA ACÇÕES PREF	21.500	10	(10)
AÇORLINE	3.280	3.280	(3 280)
ACT - C -INDÚSTRIA DE CORTIÇAS, S.A	170.410	852	(233)
SOCIED.INTERB.SIST.PAGTO.-SISP	91	91	-
		23 215	(4.119)

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o exercício de 2010, é apresentado na Nota 42.

O montante de 35.201 milhares de euros de Obrigações do tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

Titulos no montante de 32.491 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇOES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Mercado monetário interbancário	250.000	150.000
Operações de compra com acordo de revenda		
No país	-	-
No estrangeiro	-	-
Depósitos		
No país	2.988	8.570
No estrangeiro	175.323	62.665
Empréstimos		
No país	-	-
No estrangeiro	20.784	54.121
Aplicações a muito curto prazo		
No país	-	-
No estrangeiro	40.425	44.180
Outros	1.502	2.578
Total	**491.022**	**322.114**

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas de Crédito	31-12-2010	31-12-2009
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.858.327	1.837.912
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	281.340	326.298
Empréstimos	2.616.700	2.540.690
Descobertos	90.604	80.385
Factoring	172.284	195.475
Locação Financeira	389.884	452.338
Outros	331.172	351.464
Crédito a Particulares		
Habitação	3.369.796	3.152.029
Consumo	1.064.837	956.674
Outras finalidades		
Empréstimos	668.146	562.079
Contas Correntes	201.571	208.376
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	17.877	26.819
Locação financeira	91.959	135.634
Descobertos	54.256	48.128
Outros	244.609	185.269
Outros créditos e valores a receber (titulados)	482.193	290.560
Crédito e juros vencidos	831.401	640.284
Rendimentos a receber	91.012	72.056
Despesas com rendimento diferido	-	-
Receitas com rendimento diferido	(15.401)	(15.888)
Imparidade em Crédito Concedido	(594.857)	(517.199)
Total	**12.247.710**	**11.529.383**

Dos empréstimos a empresas, o montante de 94.170 milhões de euros está a ser utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica "Outros créditos e valores a receber" inclui 214.844 milhares de títulos de dívida, dos quais o montante de 147.267 milhares de euros estão utilizado como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica "Crédito e juros vencidos" inclui prestações vencidas há mais de 90 dias.

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 3.298.791 milhares de euros de créditos objecto de securitização.

O crédito relativo à locação financeira é o seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Rendas e valores residuais vincendos:		
Até 1 ano	53.890	54.163
De 1 ano até 5 anos	260.972	333.709
Mais de 5 anos	253.848	288.190
	568.710	676.062
Juros vincendos:		
Até 1 ano	(7.930)	(6.699)
De 1 ano até 5 anos	(23.406)	(26.673)
Mais de 5 anos	(55.531)	(54.718)
	(86.867)	(88.090)
Capital vincendo:		
Até 1 ano	45.961	47.464
De 1 ano até 5 anos	237.565	307.036
Mais de 5 anos	198.317	233.472
	481.843	587.972

Valores residuais não garantidos que acresçam ao benefício do locador: 37.111 milhares de euros.
As rendas e valores residuais vincendos representam o valor mínimo de locação a receber.

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quantidade	Valor de balanço	Valor de mercado 2010	Valor de mercado 2009
GRANITE MORTGAGES PLC	1.000.000	984	1.034	1.082
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	3.000.000	1.022	1.076	1.139
HARVEST CLO SA	1.500.000	1.499	1.554	1.260
MARLIN (EMC-III) BV	7.000.000	520	533	537
GRANITE MORTGAGES PLC	2.000.000	744	781	854
HARBOURMASTER CLO	5.000.000	4.497	2.764	1.026
ALFA BANK	2.000.000	72	75	392
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	2.500.000	481	503	1.011
	Total	9.819	8.320	7.301

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 680 milhares de euros no resultado do exercício de 2010.

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 3). Não foram registas perdas por imparidade em titulos de divida classificados nesta rubrica.

13. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos de divida	63.939	80.399
	63.939	80.399

Títulos no montante de 36.839 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

A carteira de títulos de investimentos detidos até à maturidade tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2010:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de dívida		
CERTIFICADO DEPÓSITO BANCÁRIO	7.648.095	3.409
NATIONAL BANK OF GREECE SA	1.000.000	935
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.435
GE CAPITAL EURO FUNDING	4.200.000	4.204
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.490
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.492
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.904
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.524
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.439
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.436
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	5.004
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.989
BANCO BMG SA	1.000.000	742
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	800.000	594
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	1.500.000	1.681
PORTUGAL TEL INT FIN	3.900.000	3.921
CRITERIA CAIXACORP SA	2.500.000	2.571
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	8.000.000	8.308
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	2.400.000	2 594
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	5.000.000	5.128
TECNICIL IMOBILIÁRIA	91	91
SOGEI	48	48
		63.939

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quantidade	Valor de balanço	Valor de mercado 2010	Valor de mercado 2009
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.435	2.532	2.619
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.490	2.494	2.426
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.492	2.589	2.563
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.903	2.913	2.834
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.524	5.548	5.137
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.439	2.399	2.330
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.436	1.370	1.361
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	5.004	4.956	4.967
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.989	4.812	4.938
	Total	**29.712**	**29.613**	**29.175**

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 99 milhares de euros no resultado do exercício de 2010.

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com cotações de mercado (nível 2).

Não foram registas perdas por imparidade em títulos de dívida classificados nesta rubrica.

14. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os activos com Acordo de Recompra, cujo valor ascende a 51.004 milhares de euros (em 2009 o valor ascendia a 36.500 milhares de euros), correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais existe o acordo de os revender por um preço pré-estabelecido, que estão registados no Banco Banif Brasil e Banif - Banco de Investimento

Os títulos (colateral) apresentam a seguinte composição:

Título	Valor de Balanço
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	22.615
ROYAL BANK OF SCOTLAND FLOAT 09/12	235
ENI SPA 4 3/4 11/17	252
GE CAP EUR FUND FLOAT 05/25/12	441
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	276
GLENCORE FINANCE EUROPE	460
BANCO ESPIRITO SANTO FLOAT 02/11	389
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL 0 11	305
MORGAN STANLEY & CO INTL	275
BANCO COMERCIAL PORTUGUES 01/12	25.756
	51.004

15. DERIVADOS

Derivados de Negociação

Os instrumentos financeiros derivados, em que o Grupo é contraparte com as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados, correspondentes aos seguintes tipos de instrumentos:

Descrição	Valores Nocionais	31-12-2010		31-12-2009	
		Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbios					
Swap FX	3.054.552	2 172	6 949	6.238	3.375
Divisas	296.132	10.207	7 950	8.732	4.616
Contratos sobre taxas de juro					
Interest Rate Swaps	4.330 937	44 919	52 377	23.240	29 313
Contratos sobre acções / índices					
Equity Swap	0	-	-	646	12
Contratos sobre crédito					
Credit Default Swap	128.749	54.783	68 406	38.165	42.707
Futuros e outras operações a prazo					
Operações a prazo divisas	279.459	2.942	1.222	7.412	228
	8.089.829	115.023	136.904	84.433	80.251

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 8) e o justo valor negativo em "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 24).

Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
Interest rate swaps	-	884
Passivo		
Interest rate swaps	(1.303)	(2.606)
	(1.303)	(1.722)

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2010 e de acordo com os critérios contabilísticos aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data

instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

O Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (*Cash flow hedge*) e apresenta na sua carteira de derivados, *swaps* de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. No exercício em análise está registado por contrapartida de Reservas de Reavaliação o montante de 1.706 milhares de euros, correspondendo à parte efectiva do justo valor dos derivados de cobertura de *cash - flow*. O efeito no exercício de 2010 foi de 1.474 milhares de euros.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisadas como segue:

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Valor Mercado
Interest rate swaps	Bullets	Taxa de juro	35.000	(251)
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	30.000	(776)
Interest rate swaps	Obrigações de securitização	Taxa de juro	27.329	(276)
			92.329	(1.303)

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

Até 3 meses	12.776	(129)
De 3 meses a 1 ano	34.553	(398)
De 1 ano até 5 anos	45.000	(776)
	92.329	(1.303)

Conforme disposto na IFRS 7, os derivados de cobertura estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 2) (Ver Nota 45)

16. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2009	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimento do exercício					Saldo líquido em 31-12-2010	Imparidade acumulada
			Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas	Perdas de imparidade revertidas		
Imóveis	65.923	-	88.116	(8.124)	(288)	(3.025)	814	143.416	5.108
Equipamento	2.068	-	301	(203)	-	-	-	2.166	271
Outros activos tangíveis	2.151	-	7.775	-	-	-	-	9.926	-
Participações	15.410	-	11.948	(15.410)	-	-	-	11.948	-
Total	85.552	-	108.140	(23.737)	(288)	(3.025)	814	167.456	5.379

O Grupo alienou de 30% do Banco Pecúnia (Brasil) ao Banco Société Générale Brasil, SA pelo montante de 15,4 milhões de euros.

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo essencialmente a imóveis.

17. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2009	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Reavaliações	Alienações	Transferências			Diferenças de câmbio	Saldo em 31-12-2010
						Imóveis de serviço próprio	Activos detidos p/ venda	Outros activos		
Edifícios e terrenos	199.808	14.361	47.653	11.853	(11.000)	-	288	8.283	1.344	272.590
	199.808	14.361	47.653	11.853	(11.000)	-	288	8.283	1.344	272.590

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

As propriedades de investimento apresentam no exercício os seguintes valores:

- Rendimento de rendas: 3.773 milhares de euros
- Gastos operacionais directos: 854 milhares de euros

Os imóveis temporariamente não arrendados elevam-se a 141.005 milhares de euros, sendo o montante de 29.935 milhares de euros referentes a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

18. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.13, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2009.

18.1 – Movimento ocorrido no período

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2009	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos: Aquisições	Aumentos: Reavaliações (líquido)	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade do exercício	Alienações	Abates	Regularizações	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2010
Imóveis	151.149	-	3.655	-	4.249	(8.918)	-	(568)	(367)	-	727	149.927
Equipamento	33.640	-	6.257	-	1.547	(10.158)	-	(39)	(1.337)	400	745	31.055
Activos em locação operacional	75.642	-	24.311	-	1.971	(11.232)	-	(13.521)	-	-	-	77.171
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	26.046	-	1.787	-	(16.303)	-	-	-	-	-	-	11.530
Outros activos tangíveis	207	-	173	-	-	(104)	-	-	-	-	-	276
Total	286.684	-	36.183	-	(8.537)	(30.411)	-	(14.128)	(1.704)	400	1.471	269.959

O valor líquido dos imóveis, caso os mesmos estivessem contabilizados pelo método do custo, seria 131.072 milhares de euros.

18.2 – Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional

Maturidade Residual	Valor Bruto	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 Ano	291	28	-
Entre 1 e 5 Anos	76.880	21.811	-
Superior a 5 Anos	-	-	-
	77.171	21.839	-

Os activos fixos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas

19. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2009	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates	Regularizações	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2010
Goodwill	2.134	-	-	-	-	(725)	-	-	1.409
Activos intangíveis em curso	13.566	-	4.494	(3.447)	-	-	-	-	14.613
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	9.866	-	1.625	3.371	(6.831)	(129)	(3.532)	91	4.461
Outros activos intangíveis	837	-	0	330	(86)	(25)	-	-	1.056
Total	26.403	-	6.119	254	(6.917)	(879)	(3.532)	91	21.539

A rubrica Goodwill corresponde às seguintes participações:

Relativamente a 31 de Dezembro de 2010, o Grupo realizou os seguintes testes de imparidade ao goodwill:

- Para a sociedade Investaçor, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 1.195 milhares de euros), e foi efectuado em 2010 uma actualização do mesmo, sendo registado uma imparidade de 314 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash-Flows*, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação, foram utilizados os seguintes parâmetros:
  - Taxa de inflação: 2,00% (2009: 2,00%)
  - Taxa de rendimento real: 3,00% (2009:2,50%)
  - Taxa de risco: 4,00% (2009:4,00%)

- Taxa de actualização: 9,26% (2009: 8,73%)
- Taxa de risco adicional (perpetuidade): 1,00% (2009: 1,00%)
- Taxa de capitalização: 8,19% (2009: 7,67%)

- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 470 milhares de euros em 2007 e 115 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2010 uma actualização do mesmo, sendo registada uma imparidade de 57 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows. Na avaliação foram utilizados os seguintes parâmetros:
  - Euro Risk free Rate (Rf): 3,21% (2009: 3,20%)
  - Mature Market Risk Premium (Rm - Rf): 5,50% (2009: 5,50%)
  - Country Rating B1, Default spread: 4,50% (2009: 6,50%)
  - Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets: 1,5 (2009: 1,5)
  - Adjusted Risk Premium: 12,25% (2009: 15,25%)
  - Implied KE: 16,66% (2009: 18,32%)
  - Perpetual growth rate: 3,00% (2009: 3,00%)
  - Período de análise considerado foi de 6 anos

- No exercício de 2010 o Grupo registou uma imparidade, no montante de 949 milhares de euros, relativa à totalidade do goodwill da sociedade Banif Gestão Activos (Brasil), SA, verificou-se que os pressupostos de apuramento de goodwill à data de aquisição deixaram de se verificar no corrente ano.

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comummente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No exercício de 2010 não foram registas perdas por imparidade em activos intangíveis.

20. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

				31-12-2010					
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total do Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Banif - SGPS, SA	25,69%	34.487	449	134.239	4.438	1.140
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanueva de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	17,89%	15.064	14.787	83.922	5.761	1.834
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11 Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	14,81%	3.719	3.807	25.101	(59.474)	(4.399)
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 5 Villanueva de la Serena	Imobiliário	Banif - SGPS, SA	17,96%	1.385	-	7.766	112	20
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliario	Banif Investimentos - SGPS, SA	13,47%	-	-	(941)	(65)	(9)
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	13,47%	771	-	5.351	(254)	(34)
Pedidos.Liz	Portugal	Fundo de Investimento	Imogest	16,86%	-	-	6	(7)	(1)
Centaurus Reality Soup	São Paulo - Brasil	Imobiliário	Banif Holding (Malta) Banif International Holdings	22,50%	6.484	-	29.602	(30)	-
Banif Europe Lease	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Fundo de Investimento	Banif - Banco de Investimento, SA	21,70%	583	-	2.686	169	37
					62.452	19.043	287.732	(19.926)	(2.176)

				31-12-2009					
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total do Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido	Imparidade goodwill
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-058 Lisboa	Seguradora	Banif - SGPS, SA Banco Comercial dos Açores S.A	23,93%	12.281	419	51.505	(16.784)	(4.016)	-
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanueva de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	16,72%	14.445	14.256	86.397	7.521	1.257	-
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11 Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	13,80%	7.569	7.806	54.999	(12.640)	(1.772)	182
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 5 Villanueva de la Serena	Imobiliária	Banif - SGPS, SA	12,54%	1.295	-	7.660	167	17	-
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliária	Banif Investimentos - SGPS, SA	12,54%	-	-	(696)	(222)	(28)	-
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	10,04%	40	-	450	-	-	-
					35.740	22.274	206.135	(25.958)	(14.541)	182

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Bankpime foram realizados teste de imparidade, com recurso à metodologia dos *"Discouted Free Cash Flows to Equity"* e com os seguintes pressupostos:

- Bankpime:
CoE: 12,5% (2009:10,9%)
Financiamento da variação dos Activos (min. Tier I): 8,0% (2009: 8,0%)
Taxa de crescimento – perpetuidade: 3,0% (2009: 2,0%)
Taxa de imposto: 30,0% (2009: 30%)
P/E Múltiplo implicito – Valor Terminal: 9,2 (2009: 13,6)
Periodo de análise: 9 anos

A estimativa de valor para o Bankpime oscila entre 50,8 milhões de euros (valor transaccional) e 66 milhões de euros (valor intrínseco). O Grupo na análise da imparidade do Bankpime utilizou o valor transaccional.

- Banca Pueyo:
RoE – Sustentável/Longo Prazo: 13,0%
CoE – Cost of Equity: 11,0% (2009: 9,5%)
g: 3,0% (2009: 2,0%)
P/BV Implícito: 1,24
Período de análise: 7 anos
Rentipar Seguros, SGPS:

Taxa de inflação:2,00%
Taxa de rendimento real: 2,92%
Taxa de risco:4,71%
Taxa de actualização: 9,92%
Taxa de risco adicional (perpetuidade):0,00%
Taxa de capitalização: 7,92%
Taxa de juro sem risco: 4,98%
Taxa de crescimento nominal na perpetuidade: 2,0%
Período de análise: 7 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comummente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

Com base nos teste efectuados foi registado uma imparidade de 4.176 milhares de euros no goodwill do Bankpime (182 milhares de euros em 2009) e 512 milhares de euros no goodwill da Banca Pueyo.

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2010, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

- A Rentipar Seguros, SGPS, SA adquiriu uma participação de 100% do capital social e direitos de voto da Global – Companhia de Seguros, SA e de 100% no capital social e direitos de voto da Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA, pelo montante de 137,2 milhões de euros, cujo processo ficou concluído em Março de 2010.
- A Rentipar Seguros, SGPS, SA aumentou o capital social de 65,57 milhões de euros para 135,57 milhões de euros no exercício de 2010.

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Grupo (Nota 3), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

21.1 Impostos correntes

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Brasil - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	12.657	10.958
Grupo Banif Mais, SGPS	3.679	3.505
Banif Banco de Investimento (Brasil) SA	3.450	3.260
Banif - SGPS SA	2.759	2.687
Banif (Açores) SGPS SA	768	525
Banif Corretora Valores Cambios	636	457
Banif Gestão de Activos	625	1.044
Banif Go	468	411
Banif	467	467
Banif Investimentos - SGPS SA	382	142
Banif Banco de Investimento	308	73
Banif Imobiliária	255	859
Renticapital	243	54
BanifServ	185	1
Banif Rent SA	107	78
Banif Gestão de Activos (Brasil)	87	89
Beta Securitizadora	82	101
Gamma	47	10
Açortur	36	40
Rentipar Financeira	36	26
Turotel	23	26
Investaçor Hoteis SA	21	22
Banif Capital	16	4
Gestarquipark	12	-
Banif Comercial - SGPS SA	9	8
Numberone SGPS	5	5
Soc Imobiliária Piedade	5	5
Econofinance SA	5	4
Investaçor SGPS SA	5	6
Centro Venture	3	2
Banif Açor Pensões	1	35
Hotel do Pico	1	5
	27.383	24.909

Os activos por impostos correntes registados no Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. incluem 6.093 milhares de euros (R$13.511 mil: R$7.452 mil crédito de COFINS e R$6.059 mil de actualização monetária) de créditos reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal do Brasil, em processo relativo ao alargamento de Base do Cofins, que aguardam compensação contra impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil. No seguimento desta decisão, a Receita Federal do Brasil pretende, com efeitos retroactivos, o alargamento da base de cálculo do Cofins, situação considerada pelo Grupo com probabilidade de êxito remota.

21.2 Impostos diferidos

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente		
Outros riscos e encargos	36	100
Imparidade de crédito concedido	1.513	(4.637)
Diferimento de tributação de mais valias		
Alienação de imobilizado	-	(3)
Prejuizos fiscais reportaveis		
Prejuizos fiscais reportaveis	39.341	23.162
Valorizações não aceites para efeitos fiscais		
Propriedades de investimento	(2.428)	(571)
Imóveis de serviço próprio	(3.371)	(2.726)
Activos disponíveis para venda	(3.793)	(711)
Activos ao justo valor através de resultados	(664)	11.261
Outros		
Benefícios dos empregados	7.354	7.933
Comissões	177	1.144
Outros	3.672	3.487
TOTAL	**41.837**	**38.439**
Impostos diferidos activos	74.048	63.126
Impostos diferidos Passivos	32.211	24.687

Os activos por impostos diferidos são referentes essencialmente a imposto diferidos por prejuízos fiscais no montante de 39.341 milhares de euros (23.162 milhares de euros em 2009). Os passivos por impostos diferidos são essencialmente referentes a propriedades de investimento, imóveis de serviço próprio e activos disponíveis para venda (9.592 milhares de euros).

	31-12-2010
Saldo em 1 de Janeiro	38.439
Entrada de novas entidades no perimetro	-
Reconhecido em resultados	(3.123)
Reconhecido em reservas	6.521
Saldo em 31 de Dezembro	**41.837**

O Grupo, em 31 de Dezembro de 2010, apresenta o montante de 39.341 milhares de euros de imposto diferido activo, oriundos de prejuízos fiscais, essencialmente das seguintes entidades: Banif: 8.316 milhares de euros, BBI Brasil: 8.762 milhares de euros, Grupo Banif Mais: 752 milhares de euros, Banif – SGPS, SA: 11.321 milhares de euros e Banif Bank Malta: 5.351 milhares de euros. É convicção da Gestão do Grupo que estes valores serão recuperados.

21.3 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

	Taxa	31-12-2010 Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		60.838
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,00%	17.643
Amortizações não aceites	0,03%	19
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-5,54%	(3.369)
Menos valias em activos tangíveis (líquidas)	-0,52%	(316)
Imparidade Goodwill	2,32%	1.414
Benefícios fiscais	-0,50%	(303)
Outras diferenças definitivas:		
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	1,04%	631
Benefícios de empregados	-1,47%	(897)
Mais valia em participações financeiras	-5,74%	(3 495)
Outros	7,95%	4.834
	26,56%	16.160

	Taxa	31-12-2009 Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		76.526
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	20.279
Amortizações não aceites	0,38%	293
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-11,39%	(8 715)
Efeitos das taxas diferentes aplicadas em sucursais no Estrangeiro	-1,33%	(1.021)
Menos valias em activos tangiveis (líquidas)	-1,80%	(1.378)
Benefícios fiscais	-0,49%	(379)
Outras diferenças definitivas:		
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	2,23%	1.703
Benefícios de empregados	-0,19%	(143)
Diferença de consolidação negativa	-7,22%	(5.523)
Outros	-4,73%	(3.617)
	1,96%	1.499

Perdas fiscais não usadas relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço:

- Banif – Investimentos – SGPS: 444 milhares de euros
- Banif – SGPS, SA: 21.848 milhares de euros
- Banif (Açores), SGPS, SA: 405 milhares de euros
- Renticapital – Investimentos Financeiros, SA: 844 milhares de euros

22. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Ouro	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	525	511
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1
	548	534
Bonificações a receber	10.335	6.409
	10.335	6.409
Suprimentos	22.116	22.095
Devedores diversos	155.396	201.989
Sector público administrativo	6.855	5.327
Outros rendimentos a receber	5.026	3.400
Fundo de pensões (Nota 46)	17.329	14.422
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	405	1.166
Seguros	786	1.958
Posição cambial	7.105	5.571
Aplicações - conta caução	2.979	1.629
Outros activos	218.939	101.293
	436.936	358 850
Perdas de imparidade	(7.172)	(6.427)
	440.647	359.366

A rubrica "outros activos", em 2010, inclui 68.339 milhares de euros de adiantamento relativo à compra de imóveis ao fundo de investimento BANIF IMOPREDIAL, a concretizar em 2011.

23. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Recursos de Bancos Centrais	1.937.628	1.193.799
Juros de recursos de Bancos Centrais	519	2.760
	1.938.147	1.196.559

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme Nota 28 relativo a títulos emitidos no âmbtito de operações de securitização, Nota 12 relativo a Crédito a clientes, Nota 9, 10 e 13 relativas a títulos.

24. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	136.904	80.251
Posições a descoberto	8.355	4.079
	145.259	84.330

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que, de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – "*Fair Value Option*", foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2010	31-12-2009
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	4.957	20.352
Euro Invest Série 8	19.518	30.410
Euro Invest Série 9	42.020	39.993
Trade Invest Série 14	-	59.910
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	5.521	5.025
Banif - Banco Investimento (Brasil)	20.476	37.330
Banif Cayman	42.837	47.183
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(16.443)	(19.954)
	118.886	220.249

Em 31 de Dezembro de 2010, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Detidas pelo Grupo	Valor balanço
BBCA 2006/2011	31-03-2006	31-03-2011	1.º Ano: taxa fixa de 3,25%, restantes 4 Anos: Euribor 6 meses acrescida de 1%	4.957	(252)	4.705
Euro Invest S8	13-04-2007	13-04-2012	5%	19.518	(8.875)	10.643
Euro Invest S9	22-10-2007	22-10-2012	6%	42.020	(1.632)	40.388
BBI Brasil	2010	26-03-2012	5,3%	5.642	(680)	4.962
BBI Brasil	2010	26-03-2012	5,0%	14.834	(5.004)	9.830
Banco Banif Brasil 2014	17-12-2004	17-12-2014	7%	5.521		5.521
Banif Cayman Zero Coupon	02-06-2008	02-06-2018	-	42.837		42.837
				135.329	(16.443)	118.886

Em 2010, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banif Euro Stoxx 50 2005/2010: 5.848 milhares de euros
- Banif SFE Dólar Multi-activos 2005-2010: 1.309 milhares de euros
- Banif Euro Multi-activos 2005-2010: 3.823 milhares de euros
- Banif Cayman 2008-2010 USD: 6.128 milhares de euros
- Banif Cayman 2008 – 2010 EUR: 2.000 milhares de euros
- BBI Brasil 2010: 5.488 milhares de euros
- BBI Brasil 2010: 4.660 milhares de euros
- BBI Brasil 2010: 7.143 milhares de euros
- BBI Brasil 2010: 20.039 milhares de euros
- Trade Invest S14: 53.455 milhares de euros

26. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	165.761	326.106
Empréstimos	294.750	284.946
Outros	13.879	4.042
	474.390	615.094
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	589.724	55.570
Empréstimos	54.103	1.017.254
Operações de venda com acordo de recompra	151.558	65.497
Outros	11.788	54.045
	807.173	1.192.366
Encargos financeiros	5.316	6.036
	1.286.879	1.813.496

27. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Depositos		
À Vista	1.646.769	1.280.928
A prazo	5.504.642	4.749.996
Poupança	108.826	117.128
Outros	409.842	498.252
	7.670.079	6.646.304
Outros débitos		
Empréstimos	908	3.179
Outros	51.484	41.196
	52.392	44.375
Total	7.722.471	6.690.679

28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2010	31-12-2009
Banif Finance	357.902	552.464
Banif	652.292	498.854
Atlantes Mortgage N.º3	524.246	560.917
Atlantes Mortgage N.º2	305.817	330.203
Atlantes Mortgage N.º4	550.000	550.000
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	500.000
Atlantes Mortgage N.º6	87.159	-
Atlantes Mortgage N.º7	397.000	-
Azor Mortgage N.º2	252.900	269.889
Atlantes Mortgage N.º1	188.534	210.704
Azor Mortgage N.º1	78.817	88.578
Atlantes Finance N.º3	341.116	-
Banif - SGPS	100.000	50.000
Banif Go	-	20.000
Banif Cayman	84.969	32.613
Banif International Bank Ltd	35.000	35.000
Beta Securitizadora	19.540	18.616
Rentipar Financeira, SGPS	126.400	146.250
Grupo Banif Mais SGPS	348.329	462.713
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(3.147.026)	(2 300.299)
Sub - Total	1.802.995	2.026.502
Certificados de depósito	661.616	339.447
Encargos Financeiros	14.734	11.783
	2.479.345	2.377.732

Em 31 de Dezembro de 2010, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Detidas pelo Grupo	Valor balanço
Banif Finance 2007-2012	22-05-2007	22-05-2012	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	280.482	-	280.482
Banif Finance 2010-2013 EUR	23-10-2010	23-10-2013	6,00%	40.000	-7.456	32.544
Banif Finance 2010-2013 USD	23-10-2010	23-10-2013	5,00%	37.423	-7.039	30.384
Atlantes Mortgage Nº1 classe A	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,27%	151.034	-9.470	141.564
Atlantes Mortgage Nº1 classe B	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,65%	22.500	-	22.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe C	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 1,30%	12.500	-	12.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe D	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 3,75%	2.500	-	2.500
Azor Mortgage Nº1 classe A	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	50.817	-3.536	47.281
Azor Mortgage Nº1 classe B	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,38%	19.000	-	19.000
Azor Mortgage Nº1 classe C	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,75%	9.000	-	9.000
Atlantes Mortgage Nº2 classe A	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,33%	279.917	-279.917	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe B	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,95%	18.400	-18.400	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe C	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 1,65%	7.500	-7.500	-
Azor Mortgage Nº2 classe A	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	206.400	-206.400	-
Azor Mortgage Nº2 classe B	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,8%	46.500	-46.500	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe A	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,2%	482.846	-482.846	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe B	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,5%	41.400	-41.400	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe A	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	514.250	-514.250	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe B	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	35.750	-35.750	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe A	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	455.000	-455.000	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe B	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	45.000	-45.000	-
Atlantes Mortgage Nº6 classe A	30-06-2010	23-10-2016	4,5%	87.159	-87.159	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe A	19-11-2010	19-11-2066	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	357.300	-357.300	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe B	19-11-2010	19-11-2066	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	39.700	-39.700	-
Atlantes Finance N.º3 classe A	29-07-2010	29-04-2026	Euribor 3 meses acrescida 1,1%	167.079	-167.079	-
Atlantes Finance N.º3 classe B	29-07-2010	29-04-2026	Euribor 3 meses acrescida 2,5%	174.037	-174.037	-
Banif - SGPS 2008 - 2011	15-07-2008	15-07-2011	1.º ano: 6,25%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 0,75%	50.000	-2.508	47.492
Banif - SGPS 2010 - 2013	21-12-2010	21-12-2013	6,00%	50.000	-	50.000
Banif Cayman Zero Coupon EUR 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	20.000	-	20.000
Banif Cayman Zero Coupon USD 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	14.968	-	14.968
Banif Cayman	22-10-2007	22-10-2012	Euribor 6 meses acrescida 1,4%	50.000	-50.000	-
Beta Securitizadora 2017	08-06-2008	06-06-2017	11,00%	2.652	-	2.652
Beta Securitizadora 2018	08-11-2008	06-11-2018	10,50%	1.106	-	1.106
Beta Securitizadora	31-12-2008	-	-	1.990	-	1.990
Beta Securitizadora	2010	30-09-2026	-	13.791	-	13.791
Banif Internacional Bank	13-04-2007	13-04-2012	Euribor 6 meses acrescida 0,25%	35.000	-35.000	-
Banco Mais PC 8ªemissão	08-10-2009	06-04-2011	1,88%	20.000	-	20.000
BMORE Finance N.º5 plc	01-11-2007	01-11-2017	Conduit +1%	275.000	-	275.000
Banco Mais 2007/2012	26-10-2007	26-10-2012	3,25%	30.000	-	30.000
BMORE N.º4 Class A Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,20%	-	-	-
BMORE N.º4 Class B Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,35%	-	-	-
BMORE N.º4 Class C Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,55%	15.329	-	15.329
BMORE N.º4 Class D Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,94%	8.000	-	8.000
Banif 2009 - 2012 com garantia República Portuguesa	08-05-2009	08-05-2012	3,25%	502.292	-46.759	455.533
Banif 2011	24-06-2010	27-06-2011	Euribor 12 meses +0,50%	150.000	-	150.000
Rentipar Financeira - papel comercial 2013		2013	2,69%	1.500	-	1.500
Rentipar Financeira - papel comercial 2011		2012	2,52%	12.400	-	12.400
Rentipar Financeira - papel comercial 2010		2013	3,03%	12.500	-	12.500
Rentipar 2008 - 2012	30-12-2008	30-12-2012	1.º Semestre: 6,25%, 2.º Semestre: Euribor 6 meses + 1,50%, 3.º e 4.º Semestres: Euribor 6 meses + 1,50%, 5.º e 6.º Semestres: Euribor 6 meses + 1,75%, 7.º e 8.º semstres: Euribor 6 meses + 2,00%	100.000	-27.020	72.980
				4.950.021	-3.147.026	1.802.995

Em 2010, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Bmore N.º3 C Class: 4.128 milhares de euros
- Banco Mais 2007/2010: 50.000 milhares de euros
- Banco Mais 2005/2010: 20.000 milhares de euros
- Banif Finance 2006/2010: 268.892 milhares de euros
- Banif Go 2006: 15.000 milhares de euros
- Amortização parcial da emissão de papel comercial emitido pela Rentipar Financeira, SGPS (Millennium) no montante de 13,5 milhões de euros,
- Amortização parcial da emissão de papel comercial emitido pela Rentipar Financeira, SGPS (Santander) no montante de 6,35 milhões de euros.

Operações de Titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBCA (a 2ª do Grupo Banif) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.
Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veiculo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de *rating*, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de

Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBCA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.
Nesta emissão, o BBCA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.
O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º6

Em Junho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º6, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 91 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 6, Classe A e B com um valor nominal agregado de 113 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º7

Em Novembro de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º7, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito hipotecário residencial cujo valor ascendeu a 397 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de

obrigações titularizadas Atlantes Mortgage n.º7, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 460,55 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º3

Em Julho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º3, no âmbito da qual o Banif, Banco Mais e Banif Go cederam à Gamma uma carteira de crédito automóvel, leasing automóvel, aluguer de longa duração e crédito ao consumo, cujo valor ascendeu neste caso a 382,5 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance N.º 3, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 411,2 milhões de euros.

BMORE Finance N.º4 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sedeada em Dublin, no âmbito da qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par. O prazo total da operação é de 10 anos, com um revolving period de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

BMORE Finance N.º5 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 5 plc foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. Esta é uma operação integrada, em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper* com um *revolving period* de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em 400 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage nº.4, Atlantes Mortgage N.º5, Atlantes Mortgage N.º7, Azor Mortgage N.º2 e Atlantes Finance N.º3 estão detidas por entidades do Grupo, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

29. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de Dezembro de 2010 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31/12/2010
Provisões para garantias e compromissos	2.404	3.082	-	(3.360)	2.126
Contingências fiscais	9.887	-	1.470	(171)	11.186
Outras provisões	2.590	2.783	-	(3.455)	1.918
Total	14.881	5.865	1.470	(6.986)	15.230

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica "provisões para contingências fiscais", encontra-se registado, o montante de 1.076 milhares de euros (1.714 milhares de euros em 2009) relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

Operações não incluídas no balanço:

- As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Garantias prestadas (das quais:)	1.071.263	923.651
Garantias e avales	870.638	825.031
Aceites e endossos	-	64.302
Cartas de Crédito e Stand-by	-	3.145
Créditos documentários abertos	200.625	31.173

- As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Outros passivos eventuais (dos quais:)	2.804.954	1.864.490
Fianças e Indemnizações	-	-
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Activos dados em Garantia	2.804.954	1 864.490
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	1.197.193	1.611.862
Compromissos irrevogáveis	411.516	410.970
Compromissos revogáveis	785.677	1.200.892
	4.002.147	3.476.352

Os "Activos dados em garantia" correspondem a títulos cedidos em *repo's* e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal, emissões de papel comercial da Rentipar Financeira e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

30. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica "Instrumentos representativos de capital" correspondem às seguintes situações:

- Remuneração fixa dos VMOCs (fixa. 0,03 Eur por VMOCs / ano). A Banif – SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 5.651 milhares de euros referentes a esta remuneração fixa dos VMOCs.
- Valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, emitidos pelo Banif, nas seguintes condições:
  Emissão: 50 milhões de euros
  Data emissão: 30/12/2009
  Data maturidade: indeterminada
  Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:
  (i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;
  (ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

Em 31/12/2010, existem 10 milhões de euros detidos por entidades do Grupo.

31 OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2010	31-12-2009
Banif - Banco de Investimento	30.000	30.000
Banco Mais	5.688	5.814
Banif - Banco Internacional do Funchal	428.388	433.868
Banif Go	21.000	21.000
Banif Finance Ltd	158.784	182.826
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(373.424)	(349.265)
Sub total	270.436	324.243
Encargos Financeiros e encargos diferidos	(2.258)	(1.760)
	268.178	322.483

Em 31 de Dezembro de 2010, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Detidas pelo Grupo	Valor balanço
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	29-06-2006	29-06-2016	Primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 0,875%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	15.000	-15.000	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	05-05-2007	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 1,35%	15.000	-250	14.750
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	16-07-2001	16-07-2011	1º cupão: 5,375%; cupões seguintes Euribor 6 meses acrescida de 0,75%	12.498	-8.720	3.778
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	45.000	-18.536	26.464
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	30.272	-30.272	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38.040	-38.040	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23.056	-23.056	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000	-15.000	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	6,47%	75.000	-75.000	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	24.948	-1.063	23.885
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/06/2014: 4,5%, restante período: Euribor 6 meses acrescida 2,75%	99.682		99.682
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	19.892	-1.677	18.215
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000	-777	9.223
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25.000	-25.000	-
BBCA 2008 - perpétua	30-06-2008	perpétua	até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000	-10.000	-
Banif Go 2005 -2015	30-06-2005	30-06-2015	Euribor 12 meses acrescida 1,5%	6.000	-6.000	-
Banif Go 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acreşcido 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000	-15.000	-
Banif Finance 2004 - 2014	29-12-2004	29-12-2014	até ao 21º cupão: Euribor 3 meses acrescida 0,80%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,30%	14.890	-1.197	13.693
Banif Finance 2006 - perpétua	22-12-2006	perpétua	até 22 de Dezembro de 2016: Euribor 3 meses acrescido 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescido 2,37%	32.754		32.754
Banif Finance 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescido 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,25%	11.140		11.140
Banif Finance 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	3%, Passivo emitido a 75%	100.000	-88.836	11.164
Banco Mais 2011	Dez-04	Mar-11	taxa fixa: 2,25% mais juro suplementar	5.688		5.688
				643.860	-373.424	270.436

A Banif Finance e Banif recompraram emissões no montante de 47.538 milhares de euros e 5.000 milhares de euros, respectivamente

32. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Credores e Outros Recursos	60.700	171.396
Por gastos com pessoal	31.095	30.592
Por gastos gerais administrativos	3.883	2.532
Outros juros e encargos similares	3.826	3.213
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	4.284	548
De garantias prestadas o outros passivos eventuais	211	215
Posição cambial	6.246	7.910
Sector público administrativo	20.923	17.108
Outros	218.059	234.674
Total	349.227	468.188

33. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Capital	45.000	45.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital	70.000	70.000
Acções próprias	-	-
Reservas de reavaliação	(5.695)	3.334
Reserva Legal	9.000	9.000
Outras reservas e resultados transitados (livres)	444.453	366.825
Resultado do exercício	12.982	52.938
Dividendos antecipados	-	-
Interesses que não controlam	695.884	693.832
Total do Capital	1.271.624	1.240.929

O capital social é constituído por 9.000.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

A informação sobre o rácio de solvabilidade, em base IFRS e Basileia, está apresentada no capítulo III – Análise às Contas Separadas e Consolidadas do Relatório de Gestão.

O resultado consolidado do Grupo, foi determinado da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Rentipar Finaceira, SGPS, SA	9.378	34.886
Banif - Grupo Financeiro	18.007	27.133
Renticapital, Investimentos Financeiros, SA	(4.628)	(6.963)
Anulação dividendos	(9.835)	(11.735)
Ajustamentos de consolidação	60	9.617
	12.982	52.938

34. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de interesses que não controlam apresenta a seguinte composição:

Entidade	31-12-2010 Valor balanço	31-12-2009 Valor balanço	31-12-2010 Resultado	31-12-2009 Resultado
Banif - SGPS, SA	450.439	453.630	(20 629)	(9.484)
Rentipartal - Investimentos Financeiros, SA	1.721	2.028	(322)	(484)
Banif Finance	133.760	134 996	(9 410)	(10 471)
Imogest	53 122	54.717	(1.160)	(1 378)
Banif Cayman	13.009	12.822	(579)	(680)
Investaçor Hoteis SA	5 591	4 748	122	(138)
Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores	5 349	5 222	(40)	38
Banco Caboverdiano de Negocios	5.011	4.593	(346)	(550)
Banif Nitor Institucional FIM	4 496	288	(234)	(9)
Banif Gestão Patrimonial	4.300	-	317	-
Banif Bank (Malta)	3 923	4.856	811	919
Banif Iberia	3.017	1.925	6	(10)
Gestarquipark	2 424	-	(96)	-
Banif International Holdings	2.363	2.099	-	(165)
Banif Gestão Activa	1.873	-	(35)	-
Turotel - turismo e Hóteis dos Açores	1.643	1 466	53	113
Banif Açor Pensões	1 542	1 446	(47)	(50)
Capven	1.313	1.795	157	651
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	1.195	1.060	(5)	(170)
Art Invest	1.037	1 011	(77)	146
Banif Equity Hedge	949	-	(85)	-
SPE Panorama	481	458	22	2
Investimentos Turísticos e Similares Hóteis e Apart-Hotel Pico	457	448	15	(16)
Banif Maestro	423	482	(24)	(12)
Banif Nitor FI Ações	397	196	-	(19)
Banif Inv. Moderado	358	147	(11)	-
Banif Inv. Conservador	309	59	(5)	-
FIP Banif Real Estate	279	248	(11)	1
Centro Venture	261	260	-	(2)
Beta Securitizadora	46	28	(4)	(2)
Banif Financial Services Inc	41	23	-	-
Banif Trading Inc	20	20	2	-
ZACF	5	-	-	-
Banif Forfaiting Company	(70)	132	148	(124)
Banif Finance (USA)	(1.129)	408	(271)	(131)
Investaçor SGPS SA	(4.071)	(4.632)	42	77
Finab	-	181	-	(105)
Banif Capital	-	55	-	55
Banif Fortuny	-	4.778	-	222
Banif Nitor FIM	-	1.839	-	(313)
	695.884	**693.832**	**(31.696)**	**(22.089)**

A rubrica de interesses que não controlam relativos à Banif Finance é constituido por:

- Emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Em 2009 foram efectuadas recompras no montante de 47,9 milhões de euros.

- Emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 dólares, no montante de 15 milhões de Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anuais e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão total, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 10 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade anualmente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

A rubrica de interesses que não controlam relativa ao Banif Cayman respeita à:

- Emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

35. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades	2.474	2.602
Juros de aplicações em IC	19.301	25.757
Juros de crédito a clientes	554.035	566 578
Juros de crédito vencido	12.784	11 588
Juros e rendimentos similares de outros activos	151.612	159.281
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	12.282	10.070
	752.488	775 876
Juros e encargos Similares		
Juros de recursos de bancos centrais	12.770	11.692
Juros de recursos de outras IC	44.140	59.044
Juros de recursos de clientes	146.818	188.509
Juros de emprestimos	2 540	10.082
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	86.210	78.982
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	36.992	74.294
Juros de passivos subordinados	14.706	12.183
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	16.350	7.064
Outros	40 411	47.286
	400 937	489.136

36. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Dividendos de activos financeiros disponiveis para venda	905	1.524
	905	1.524

37. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	14.592	12.041
Operações de crédito	1.863	1.246
Anuidades	3.551	3.255
Gestão de cartões	11.165	9.725
Transferência de valores	1.138	1.023
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	12.239	14.041
Administração de valores	1.406	554
Cobrança de valores	5.636	4.728
Depósito e guarda de valores	320	303
Outros serviços prestados	24.835	22.747
Outras comissões recebidas	68.442	56.293
	145.187	125.956
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	5.380	3.828
Por outros serviços recebidos	11.163	7.780
Outras comissões pagas	7.174	3.770
	23.717	15.378

Em rendimento com comissões encontram-se registados 12.239 milhares de euros (14.041 milhares de euros em 2009) de gestão de investimentos colectivos em valores mobiliários.

38. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	133.438	199.647
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	55.644	41.912
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	362.616	430.407
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	14.003	22.508
	565.701	694.474
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	122.660	158.070
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	43.124	30.268
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	380.011	465.302
Perdas em activos financeiros disponiveis para venda	873	-
	546.668	653.640

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS E OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Outros proveitos		
Prestação de Serviços	7.188	7.193
Recuperação de crédito e juros	7.253	4.643
Reembolso de despesas	14.012	14.826
Ganhos na alienação de outros activos não financeiros	2.895	25.501
Renda de locação operacional	17 092	14.327
Recompra passivos emitidos	14 800	32.111
Outros	91.724	45.779
	154.964	144.380
Outros custos		
Quotizações e donativos	737	666
Contribuições para FGD e FGCAM	4.183	2.288
Outros impostos	10.720	10.963
Perdas na alienação de créditos a clientes	26	-
Outros	82.452	38.442
	98.118	52.359

40. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Remuneração dos orgãos de gestão e fiscalização	11.519	9.230
Remuneração de empregados	124.477	114.750
	135.996	123.980
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	31.434	27.668
Encargos com pensões:		
- Plano de benefício definifo (Nota 46.1.2 e Nota 46.1.4)	4.429	6.692
- Planos de contribuições definidas	2.610	2.984
Outros encargos sociais	2.822	2.281
	41.295	39.625
Outros custos com pessoal	7.806	6.920
Total	**185.097**	**170.525**

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Serviços especializados	45.397	38 514
Comunicações	14.552	13.306
Publicidade e edição de publicações	10.081	11 754
Deslocações, estadas e representação	5.879	6.283
Conservação e reparação	8.518	6.881
Água, energia e combustíveis	5.737	4.855
Rendas e alugueres	25 996	22.261
Seguros	3.050	2.791
Transportes	2.081	2.111
Material de consumo corrente	1 445	1.673
Formação de pessoal	710	1.072
Outros	20.969	15.716
Total	**144.415**	**127.217**

A rubrica "serviços especializados" inclui os seguintes valores com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e sua rede de empresas, conforme referido na alínea b) n.º1 dp Artº 508º - F do Código das Sociedades Comerciais.

Serviços de revisão legal de contas: 1 273 milhares de euros
Outros serviços de garantia de fiabilidade: 214 milhares de euros
Serviços de consultoria fiscal: 24 milhares de euros
Outros: 5 milhares de euros

42. IMPARIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 31 de Dezembro de 2010 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2009	Entrada de entidades no perímetro da consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2010
Imparidade em credito concedido	517.199	-	177.095	(30.286)	(69.151)	594.857
Total	517.199	-	177.095	(30.286)	(69.151)	594.857

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 31 de Dezembro de 2010 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2009	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2010
Activos Financeiros disponíveis para venda	21.086	5.113	(22.080)	-	4.119
Activos não correntes detidos para venda	4.269	3 025	(1.101)	(814)	5.379
Investimentos em associadas e filiais	182	4 688	-	-	4 870
Goodwill	-	371	-	-	371
Devedores e outras aplicações	6.427	1.449	-	(704)	7.172
Total	31.964	14.646	(23.181)	(1.518)	21.911

43. RESULTADOS POR ACÇÃO

43.1 Resultados por acção básicos

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Básicos		
Resultado do exercício	12 982	52 938
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	9 000 000	9 000.000
Resultado por acção básico (expresso em € por acção)	**1,44**	**5,88**

43.2 Resultados por acção diluídos

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Diluídos		
Resultado do exercício	12.982	52.938
N.º médio de acções:		
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	9.000.000	9.000.000
Numero médio ponderado de acções ordinárias ajustadas para cálculo do ganho por acção diluído (em €)	9.000.000	9.000.000
Resultado por acção diluído (expresso em € por acção)	1,44	5,88

44. GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

A gestão dos riscos no Grupo assenta na identificação e análise dos principais riscos aos quais o Grupo se encontra exposto, na medição e gestão adequada das diversas posições em risco e, por conseguinte, na determinação mais eficiente da alocação do capital.

O controlo e a gestão dos riscos assume-se cada vez mais como um pilar fundamental na garantia da rendibilidade e da sustentabilidade do negócio. A gestão do Grupo encontra-se cada vez mais focalizada na obtenção do equilíbrio entre risco e retorno, bem como na redução de potenciais efeitos adversos que podem influenciar a *performance* financeira do Grupo.

Cada entidade do Grupo possui a sua própria estrutura orgânica de gestão dos riscos, dimensionada em função da actividade e dos respectivos riscos associados, seguindo as políticas emanadas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS.
O Grupo promove a revisão periódica das políticas e dos procedimentos instituídos para a gestão dos riscos de modo a reflectir os movimentos dos mercados, dos produtos e das melhores práticas. O Conselho de Administração é responsável pela definição das referidas políticas contando com o apoio do Órgão de Risco corporativo na avaliação e monitorização dos riscos, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional – e, propondo sempre que necessário, novas políticas e medidas correctivas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

Ainda, e em termos de estruturas de suporte à gestão dos riscos, existem outros Órgãos que assumem um papel importante na área de gestão e controlo dos riscos do Grupo, nomeadamente:

- Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO – *Assets and Liabilities Committee*): é um Órgão consultivo do Grupo que assiste o Conselho de Administração da Banif SGPS na gestão estratégica das principais massas de balanço e, bem assim, na gestão do risco estrutural do Grupo. O ALCO reúne-se com uma periodicidade trimestral e, no desempenho das suas funções, analisa a informação macroeconómica do país e das principais economias regionais, de forma a antecipar impactos na exposição ao risco e na actividade financeira do Grupo. Analisa também a evolução do balanço consolidado do Grupo e de cada uma das suas principais subsidiárias, quer em termos de saldos de crédito e recursos de clientes, quer de margens, disponibilizando ao Conselho de Administração os elementos necessários para a definição dos objectivos estratégicos comerciais (captação de recursos, concessão de crédito e políticas de investimento financeiro), de gestão da estrutura de capital, e respectivos prazos, e *pricing*/margens.

O Grupo recorre também a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis que estima e incorpora nos exercícios de auto - avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) nos termos do Aviso n.º 15/2007 do Banco de Portugal, no âmbito do Pilar II de Basileia II.

Adequação de Capital Interno (ICAAP)

O Grupo dispõe de um modelo interno de avaliação dos seus recursos financeiros disponíveis – Modelo de *Risk Taking Capacity* – que garante a adequação dos níveis de capital e recursos financeiros existentes para fazer face aos riscos actuais e a assumir no futuro, sem afectar a sua solvabilidade, respeitando os objectivos estratégicos definidos.

O modelo considera os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto, dos quais se salientam o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco cambial, o risco operacional, os sistemas de informação, *compliance* e o risco reputacional.

Na aferição dos recursos financeiros existentes, o Grupo considera duas perspectivas que se complementam: a perspectiva da gestão corrente e a perspectiva da liquidação. Estas perspectivas agrupam e hierarquizam as diferentes componentes de capital que se encontram disponiveis para fazer face a diferentes cenários de perdas, respectivas severidades e consequentes impactos na solvabilidade.
No processo de determinação do *Risk Taking Capacity* os diferentes recursos financeiros são classificados de acordo com a sua acessibilidade, liquidez, utilização e respectiva repercussão no mercado (efeito reputacional), protecção dos accionistas e elegibilidade por parte das entidades de supervisão.

O modelo de *Risk Taking Capacity* do Grupo assenta na captação da visão económica associada a cada elemento passível de constituir uma fonte de capital interno, assim como na categorização em perspectivas de cobertura de capital e hierarquização por niveis de segurança. Esta hierarquização facilita a interpretação e implementação da estratégia em termos da sua política de adequação de capital e perfil de risco assumido.

O Grupo agrega os recursos financeiros disponíveis em quatro níveis de segurança e quantifica a contribuição de cada um para o nível de capital interno do Grupo.

Após a quantificação dos riscos e recursos financeiros disponíveis, o Grupo desenvolve um conjunto de acções de adequação de capital interno, nomeadamente a alocação de capital económico pelas suas diversas entidades e áreas de negócio.

Numa base anual, o Grupo analisa a adequação do capital face à evolução prevista dos riscos e dos recursos financeiros disponíveis para o prazo de dois anos, quer para o cenário base quer para os cenários de agravamento da conjuntura macroeconómica onde são consideradas como principais variáveis, a taxa de inflação, taxa de desemprego, o PIB e a taxa de juro.

A análise efectuada à adequação do capital tem demonstrado, até à data, que os fundos próprios do Grupo se apresentam suficientes para fazer face aos riscos incorridos.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito, relacionado com a probabilidade de incumprimento do Cliente ou contraparte em cumprir os seus compromissos perante o Grupo, constitui um dos riscos mais relevantes a que o Grupo se encontra exposto.

A actividade de concessão e acompanhamento do crédito tem por base um conjunto de políticas orientadoras, que decorrem da estratégia de risco de crédito definida no Grupo, tendo em conta o desenvol–vimento do negócio e das condições económicas, sendo essas políticas ajustadas, sempre que tal se justifique.

A gestão do risco de crédito e, bem assim, a delegação de competências, desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a Clientes previstos em normativos, os quais são alvo de actualizações e ajustamentos sempre que tal se mostre necessário.

Os normativos são de aplicação genérica no Grupo, porquanto incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização assim como regras de preparação, análise e acompanhamento do crédito concedido aos clientes.

Gestão do Risco de Crédito

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas.

A avaliação da carteira é realizada tendo em conta os objectivos qualitativos estabelecidos anualmente, e visa orientar os objectivos quantitativos definidos para a actividade comercial. Assim, fazem parte deste enquadramento, a definição de objectivos de notação de risco da carteira, de concentração/dispersão de exposição ao risco, de distribuição geográfica, sectorial, de grandes riscos, de riscos por colateral/garantias, entre outros. A informação de gestão, preparada regularmente, tem em conta estas variáveis e promove a sua divulgação pelas estruturas de decisão e órgãos de gestão.

Considerando as particularidades do Portfolio de crédito do Grupo, os modelos internos de notação de risco atendem às caracteristicas específicas dos clientes, a variáveis históricas de relacionamento e às caracteristicas das operações quer qualitativas quer quantitativas.

a) Medição do Risco de Crédito

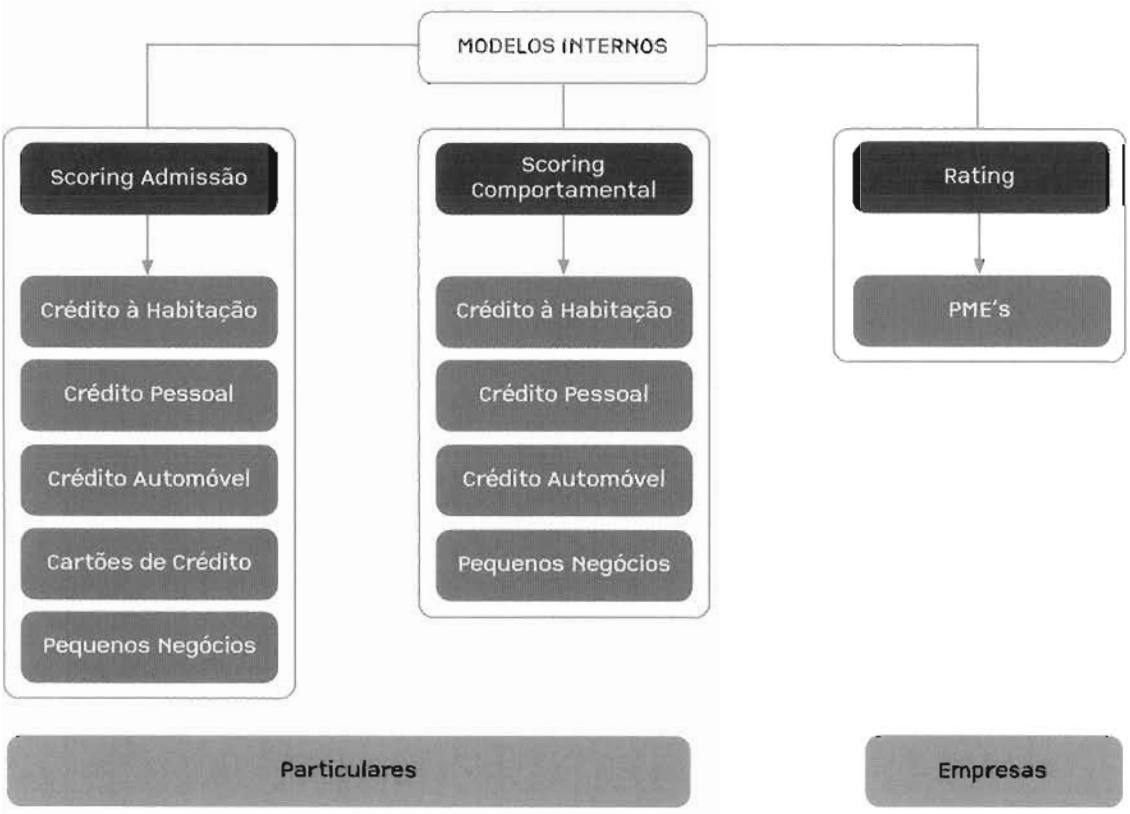
Sistemas Internos de Notação de Risco

O Grupo recorre a metodologias para efectuar o cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios ao nível do Pilar I, muito embora ainda numa óptica menos sofisticada. Os métodos utilizados são:

- O Método *Standard* para o risco de crédito;
- O Método do Indicador Básico para o risco operacional;
- Método de Avaliação ao Preço de Mercado para o risco de mercado.

O Grupo dispõe de Modelos Internos de Notação de Risco para uma parte significativa do seu *portfolio* de crédito concedido, nomeadamente para os segmentos de negócio mais relevantes. Os modelos foram desenvolvidos internamente considerando as metodologias mais adequadas para cada um dos segmentos e/ou produtos. Com efeito, o Grupo dispõe de uma equipa com conhecimentos especializados, responsável pelos processos de construção e acompanhamento dos modelos desenvolvidos com base na experiência de incumprimento dos Clientes, e que combinam um vasto conjunto de variáveis sócio-demográficas, de relação da operação e financeiras, proporcionando uma capacidade de avaliação do crédito mais preditiva.

Os sistemas internos de notação de risco desenvolvidos subdividem-se nas seguintes categorias:



Modelos internos de *Scoring* e *Rating*

- Modelos Internos de *Scoring* – Admissão e Comportamental
  Os modelos de Scoring de Admissão permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD), sendo utilizados no momento da concessão do crédito. Estes modelos permitem também classificar uma operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito ao longo da sua vida útil, através do comportamento irregular ou não, da contraparte da operação, com mais de um ano de vida.

- Modelo Interno de *Rating*
  O modelo de *Rating* atribui a cada Cliente (Empresa), uma classificação de risco de acordo com a sua probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte. Este modelo comporta as vertentes de admissão e comportamental, considerando a regularidade de actualização para cada entidade.

b) Análise do Risco de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2010, o total do activo do Grupo apresenta a seguinte exposição ao risco de crédito:

(Milhares de Euros)

	2010		2009	
	Exposição[1] máxima	Exposição[2] líquida	Exposição[1] máxima	Exposição[2] líquida
Activos Financeiros detidos para negociação	459.102	459.102	351.649	351.649
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	386.111	386.111	475.902	475.902
Activos Financeiros disponíveis para venda	294.410	294.410	105.371	105.371
Crédito a Clientes	12.247.710	6.530.183	11.529.383	6.136.204
Investimentos detidos até à maturidade	63.939	63.939	80.399	80.399
Outros Activos	2.233.989	2.233.989	1.970.538	1.970.538
Sub-Total	**15.685.261**	**9.967.734**	**14.513.242**	**9.120.063**
Passivos contigentes	3.876.217	3.876.217	2.788.141	2.788.141
Compromissos assumidos	1.197.193	1.197.193	1.611.862	1.611.862
Sub-Total	**5.073.410**	**5.073.410**	**4.400.003**	**4.400.003**
Total de exposição a risco de crédito	**20.758.671**	**15.041.144**	**18.913.245**	**13.520.066**

[1] ***Exposição máxima***: *respeita ao valor líquido de balanço, sempre que aplicável*

[2] ***Exposição líquida***: *respeita à Exposição máxima deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor*

A exposição máxima representa o maior cenário de exposição ao risco do Grupo, à data de referência de 31 de Dezembro, nos exercícios de 2010 e 2009, tendo em conta que esta exposição não considera os colaterais e outros mitigantes associados aos activos financeiros. Os valores reflectem as posições financeiras relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em termos de exposição líquida, o efeito dos mitigantes apresenta-se significativo no crédito a clientes reflectindo um efeito redutor do risco de crédito de cerca de 47%.

Ainda, e em termos de exposição ao risco de crédito, o total dos activos do Grupo ponderados por classes de risco apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2010, os seguintes ponderadores médios:

(Milhares de Euros)

	2010		2009	
	Activos Ponderados[1]	Pond. de risco médio[2]	Activos Ponderados[1]	Pond. de risco médio[2]
Administrações e Sector Público	292.989	32%	175.308	27%
Empresas	4.091.703	95%	3.953.190	94%
Instituições	231.428	44%	146 979	34%
Carteira de Retalho	2 087 700	72%	2.033 846	73%
Posições garantidas por bens imóveis	1.536.741	41%	1.532.029	42%
Outras Classes de Risco	2.725.984	78%	2.375.936	76%
Total	**10.946.545**		**10.217.288**	

[1] *Não inclui posições extrapatrimoniais*

[2] *Ponderador de risco médio = Activos Ponderados / Posição original.*

A decomposição dos activos ponderados por classes de risco demonstra que a exposição ao risco de crédito por segmento mantém-se em linha com a actividade desenvolvida pelo Grupo, tendo em conta a contribuição significativa observada nos dois periodos pelos segmentos Empresas e Retalho de 37% e 19% em 2010 e, um acréscimo de 0,7 p.p. observado pelo contributo do segmento Instituições.

Relativamente à exposição ao risco de crédito aos diferentes mercados, em 31 de Dezembro de 2010, o risco de concentração dos activos financeiros, assume a seguinte distribuição:

2010 (Milhares de Euros)

	Europa	América do Norte	América Latina	Resto do Mundo	Total
Activos financeiros detidos para negociação	116.174	1.478	340.923	527	459.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	299.521	568	73.395	12 627	386.111
Activos financeiros disponíveis para venda	242.890	32.397	8.105	11 018	294 410
Crédito a clientes	11.048.950	149.631	824 259	224.870	12.247.710
Investimentos detidos até à maturidade	42 499	16.557	4.744	139	63.939
Total	**11.750.034**	**200.631**	**1.251.426**	**249.181**	**13.451.272**

Face aos valores apresentados importa referir que o crédito a Clientes apresenta um risco de concentração significativo no mercado europeu e no mercado da América Latina representando 94% e 66% no total dos activos financeiros geridos em cada mercado.

Salienta-se ainda que os activos financeiros detidos para negociação apresentam uma relevância significativa no mercado da América Latina representando 27% dos activos geridos nesse mercado.

c) Estrutura da Carteira de Crédito

À data de 31 de Dezembro de 2010, o crédito a Clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

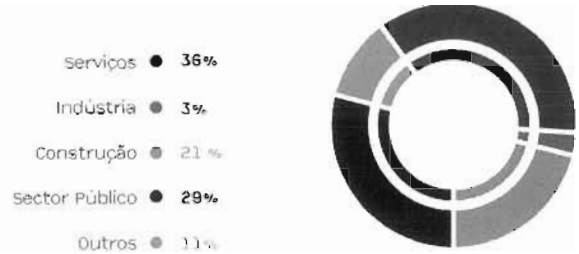
(Milhares de Euros)

	2010		2009	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Indústria	820.900	630.994	752.485	589.755
Construção	1.357.119	809.467	1 265.967	753.998
Vendas a Retalho	531.330	334.952	477.295	306.633
Serviços	2.681.060	1.604.389	2.235.247	1.261.230
Instituições financeiras e seguradoras	237.295	216.827	280.547	261.444
Sector Público	158.283	155.987	94.455	92 573
Outros (inclui Particulares)	6.461.723	2.777.567	6.423.387	2.870.571
Total	**12.247.710**	**6.530.183**	**11.529.383**	**6.136.204**

O segmento "Serviços" representa 22% do total da exposição máxima em 2010, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias, seguindo-se o segmento "Construção" contribuindo com 11% de exposição.

Ainda no que se refere à exposição de risco por sector, salienta-se que a exposição ao risco de crédito dos top-20 Clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Dezembro de 2010 (incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 1.675 milhões de euros. A distribuição do crédito pelos diversos sectores é apresentada, como segue:

Distribuição Sectorial
Top 20



Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado europeu, assumindo uma representatividade de 90%.

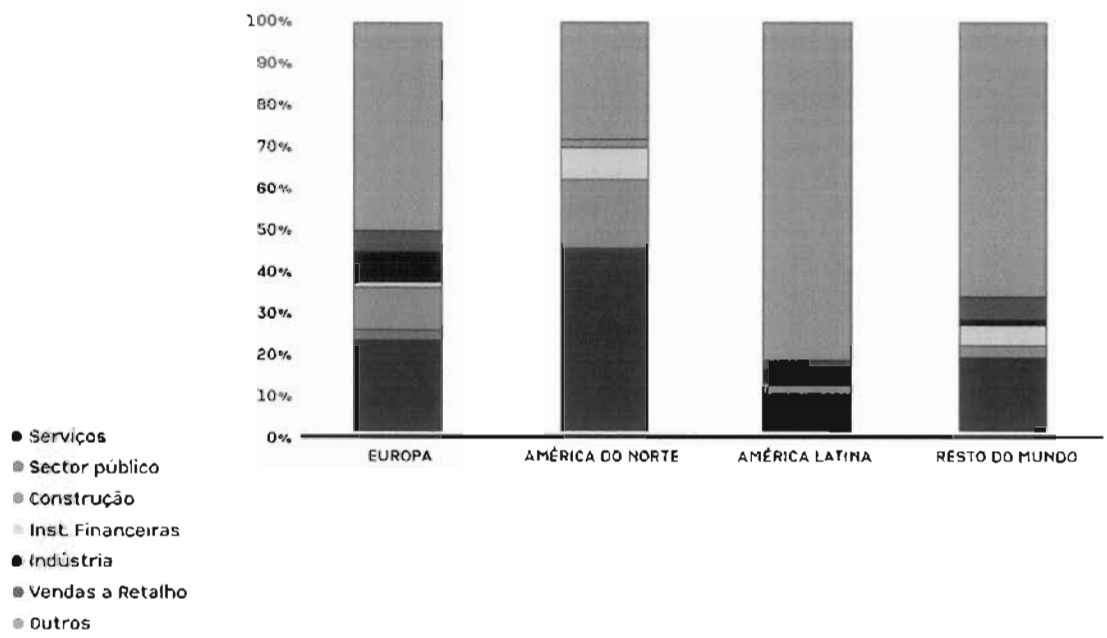
(Milhares de Euros)

	2010		2009	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Europa	11.048.950	5.519.212	10.544.950	5.296.899
América do Norte	149.631	101.080	153.469	105.265
América Latina	824.259	756.449	614.015	587.705
Resto do Mundo	224.870	153.442	216.949	146.335
Total	**12.247.710**	**6.530.183**	**11.529.383**	**6.136.204**

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil, com um valor na ordem dos 7%.

Exposição aos mercados por distribuição sectorial

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição do Grupo aos mercados por sector de actividade assume a seguinte distribuição:



Montantes médios por intervalos de exposição

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação, apresenta os seguintes montantes:

2010 (Milhares de Euros)

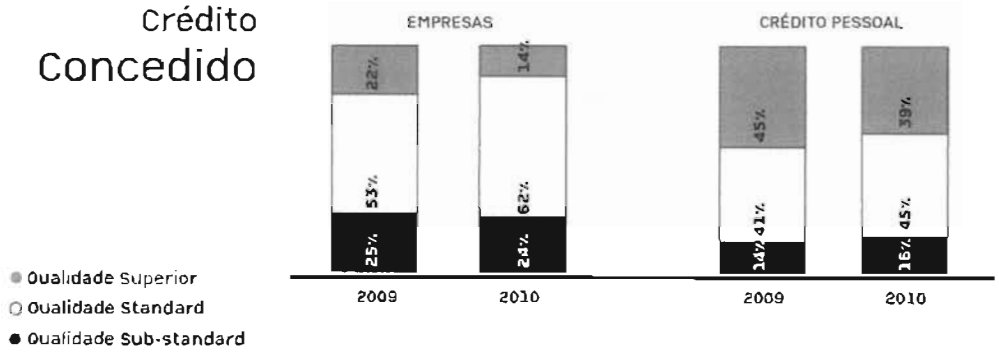
Intervalo de valor por Operação	Nr Clientes	Crédito	Exposição média	Peso
] 0M a 0,5M]	425 626	7.377.949	17	60,2%
] 0,5M a 2,5M]	1.348	1.746.515	1.296	14,3%
] 2,5M a 5M]	223	877.025	3.933	7,2%
] 5M a 10M]	103	775 125	7.525	6,3%
] > 10M [	63	1.471.096	23.351	12,0%
Total	**427.363**	**12.247.710**		

Face aos valores apresentados, 74,7% do montante total do crédito resulta de operações com uma exposição ao risco de crédito até 2,5 milhões de Euros, o que denota a disseminação existente no crédito concedido.

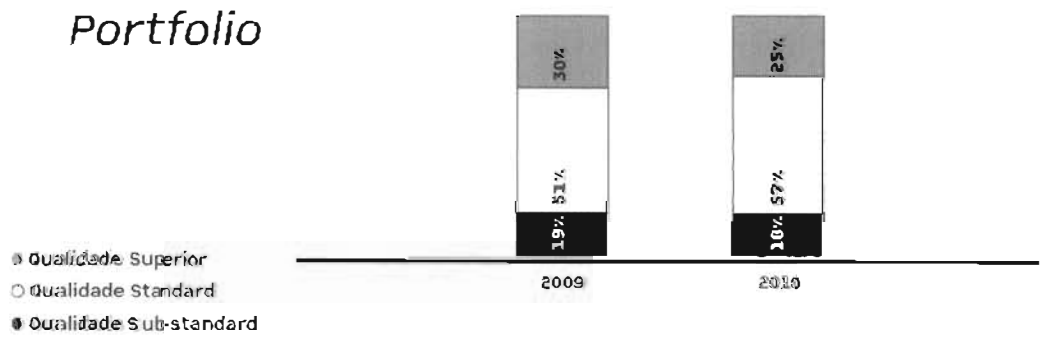
d) Qualidade do Crédito e Outros Activos Financeiros

Crédito Concedido

A repartição da carteira de crédito do Grupo por notação de risco para os principais segmentos de negócio, a 31 de Dezembro de 2010, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:



A evolução da carteira total do crédito apresenta a seguinte distribuição:



A distribuição da qualidade do crédito a Clientes baseia-se na classificação atribuída às carteiras das entidades mais representativas do Grupo, desagregadas pelos segmentos mais significativos e qualificadas em três níveis de risco. A carteira de crédito foi objecto de avaliação interna de risco, baseada nas Probabilidades de *Default* (PD) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As *PD's* foram agregadas por níveis de risco de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade *Standard* e de Qualidade *Sub-Standard*.

Ainda e, no que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade apresentam a 31 de Dezembro de 2010, os seguintes valores:

	Milhares de Euros	
	2010	2009
Crédito a Clientes (1), do qual:	12.586.267	11.889.493
Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias	831.401	640.284
Imparidade do crédito	(594.857)	(517.199)
Indicadores (%)		
Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias/Crédito a Clientes	6,61%	5,39%
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	4,73%	4,35%

(1) Deduzidos de títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber

Os indicadores apresentados demonstram que, no exercício de 2010, se registou uma degradação da qualidade da carteira de crédito. Esta situação prendeu-se não apenas com o aumento dos valores das perdas por imparidade estimadas no âmbito da análise individual mas também, pelo agravamento verificado no parâmetro *LGD – Loss Given Default*, nomeadamente no Segmento Empresas, após o exercício de actualização dos parâmetros do Modelo de Imparidade do Grupo.

O valor de crédito e juros vencidos inclui 131.883 milhares de euros de crédito abatido ao activo nas contas individuais das Entidades do Grupo.

Compromissos e Garantias

Para fazer face às necessidades dos seus Clientes, o Grupo disponibiliza um conjunto de compromissos e passivos contingentes. Muito embora estas obrigações não sejam reconhecidas em balanço, estes compromissos apresentam risco de crédito e, por conseguinte, o Grupo considera-as como parte integrante do referido risco.

Os valores de exposição máxima para compromissos e garantias assumidos pelo Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2010, encontram-se divulgados na nota 29.

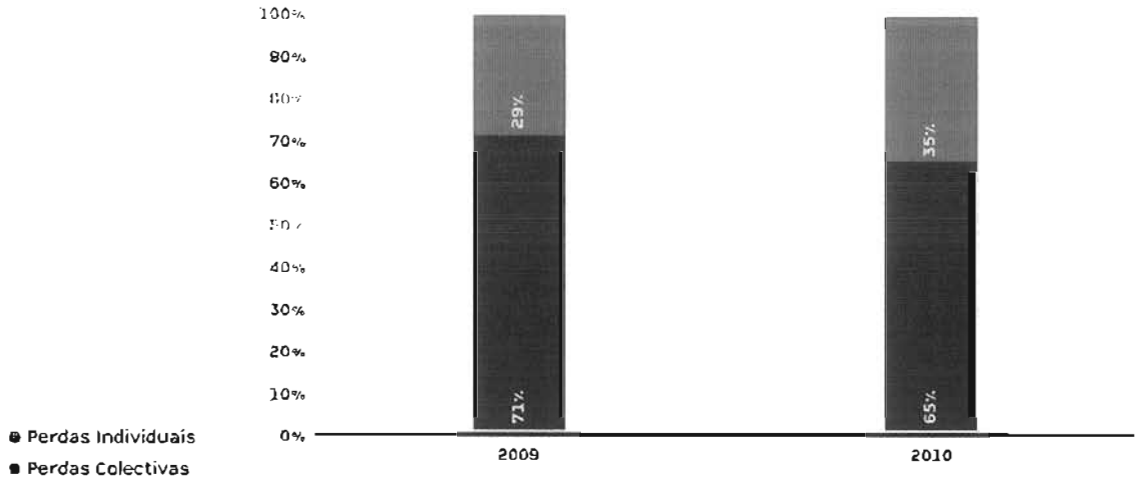
Avaliação de Imparidade

À data de 31 de Dezembro de 2010, o valor das perdas por imparidade colectiva e individual, incluindo as perdas extrapatrimoniais, ascendem a 390.968 milhares de euros (2009 – 370.832 milhares de euros) e 206.603 milhares de euros (2009 – 148.770 milhares de euros), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, o crédito analisado individualmente ascendeu a 1.608.980 milhares de euros.

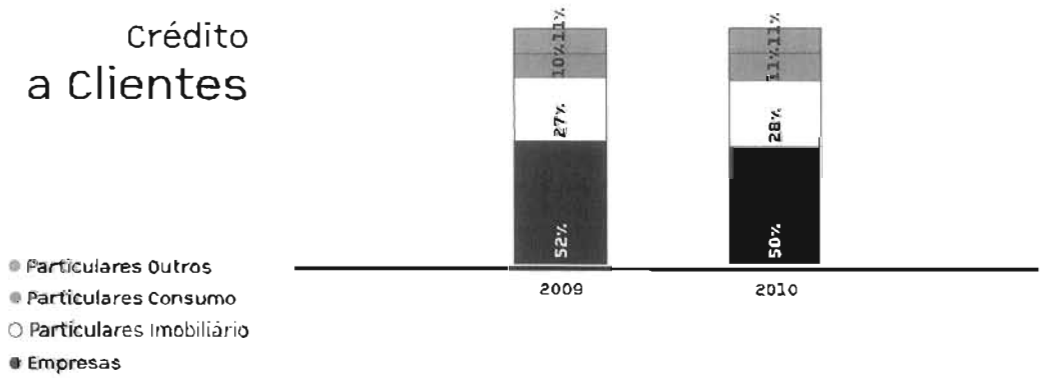
No final do exercício, a contribuição das perdas individuais para o montante total das perdas estimadas para o crédito concedido no Grupo e responsabilidades extrapatrimoniais com natureza de crédito, é apresentado como segue:

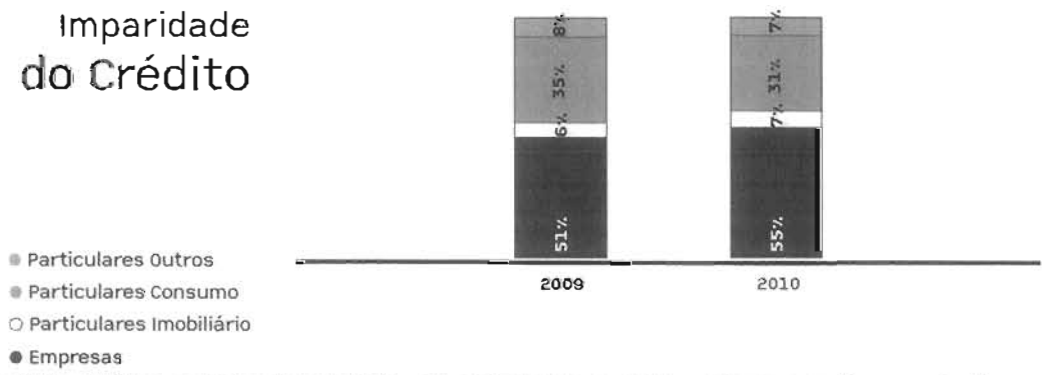
(Montantes expressos em milhares de Euros, exceplo quando expressamente indicado)



Ainda no exercício findo em 2010, o justo valor dos colaterais associados às operações analisadas individualmente, para efeitos do apuramento da imparidade individual, ascendem a cerca de 889.457 milhares de euros (2009: 543.687 milhares de euros). Os colaterais associados a estas operações são representados essencialmente, por hipotecas, títulos e depósitos.

O montante do crédito concedido, face às perdas estimadas por segmento, para os exercícios de 2010 e 2009, apresenta os seguintes valores:





Em 2010, verifica-se uma degradação da carteira de crédito a clientes do Segmento Empresas cuja imparidade representa cerca de 55% do total da imparidade do crédito estimado, face a 51% registada em 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010, a imparidade do crédito concedido apresenta a seguinte movimentação face a 2009:

Milhares de Euros

	EMPRESAS	PARTICULARES CONSUMO	PARTICULARES IMOBILIÁRIO	PARTICULARES OUTROS	TOTAL
Saldo 2009	265.295	179.701	29.371	42.832	517.199
Reforços	110.733	43.028	13.863	9.471	177.095
Utilizações e regularizações	(18.091)	(8.570)	-	(3.625)	(30.286)
Reversões e recuperações	(31.132)	(27.404)	(3.904)	(6.711)	(69.151)
Saldo 2010	326.805	186.755	39.330	41.967	594.857

Milhares de Euros

	EMPRESAS	PARTICULARES CONSUMO	PARTICULARES IMOBILIÁRIO	PARTICULARES OUTROS	TOTAL
Saldo 2008	174.675	173.569	19.533	31.218	398.995
Reforços	183.889	19.679	11.510	27.607	242.685
Utilizações e regularizações	2.898	(5.293)	-	(1.294)	(3.689)
Reversões e recuperações	(96.167)	(8.254)	(1.672)	(14.699)	(120.79
Saldo 2009	265.295	179.701	29.371	42.832	517.199

Crédito e Juros Vencidos

À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante de crédito e juros vencidos há mais de 90 dias por classes de incumprimento apresenta a seguinte desagregação:

2010 Milhares de Euros

	3-6 MESES	6-12 MESES	1-3 ANOS	>3 ANOS	TOTAL
Empresas	34.754	90.952	193.553	103.121	422.380
Particulares consumo	10.402	21.743	89.882	89.457	211.484
Particulares imobiliário	303	1.047	40.199	11.906	53.455
Particulares outros	3.788	16.792	55.516	67.986	144.082
TOTAL	49.247	130.534	379.150	272.470	831.401

2009					Milhares de Euros
	3-6 MESES	6-12 MESES	1-3 ANOS	>3 ANOS	TOTAL
Empresas	19.249	90.832	103.413	130.578	344.072
Particulares consumo	4.297	20.571	95.203	79.579	199.650
Particulares imobiliário	1.476	5.607	13.663	6.440	27.186
Particulares outros	2.614	8.178	31.581	27.003	69.376
TOTAL	27.636	125.188	243.860	243.600	640.284

Créditos Renegociados

As políticas seguidas pelo Grupo para a renegociação de créditos, em situação de crédito vencido, pressupõem a realização de procedimentos de regularização, como seguem:

- Pagamento dos juros vencidos;
- Reforço de garantias;
- Reclamação junto das Instâncias Judiciais com vista à recuperação dos valores em dívida;
- Reclamação, quando aplicável, de montantes a receber relativo a indemnizações decorrentes de sinistros reclamados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito não vencido, mas cujas condições foram renegociadas ascende aos seguintes valores:

		Milhares de Euros
	2010	2009
Empresas	28.483	6.272
Particulares - Consumo	5.593	2 357
Particulares - Imobiliário	344	1.273
Particulares - Outros	2.098	488
TOTAL	36.518	10.390

Outros Activos Financeiros

Os quadros seguintes apresentam as carteiras de títulos de dívida e derivados ventiladas por ratings externos (emissão/emitente). Os *ratings* das carteiras foram apurados com base nos *ratings* das agências internacionais Moody's, Fitch e S&P, segundo as regras de Basileia II.

2010					(Milhares de Euros)
	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	1.616	205.545	19	170.970	378.150
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	60.106	22.273	2.631	48.669	133.619
Activos financeiros disponíveis para venda	183.337	97.605	18.692	35.494	275.128
Créditos a clientes	80.626	7.613	17.194	14.178	89.611
Investimentos detidos até à maturidade	16.701	25.764	1.338	136	63.939
Total:	**332.386**	**298.740**	**39.874**	**269.447**	**940.447**
Em %	35,3%	31,8%	4,2%	28,7%	100%

2009 (Milhares de Euros)

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	7.789	150.388	7.016	141.216	306.409
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	105.215	37.378	-	90.540	233.133
Activos financeiros disponíveis para venda	6.288	2.016	9.815	28.315	46.434
Investimentos detidos até à maturidade	62.992	10.782	6.625	-	80.399
Total	**182.284**	**200.564**	**23.456**	**260.071**	**666.375**
Em %	27,4%	30,1%	3,5%	39,0%	100%

HIGH GRADE	[AAA TO A-]
STANDARD GRADE	[BBB+ TO BBB-]
SUB-STANDARD GRADE	<=BB+
NOT RATED	NR

A identificação dos títulos incluídos nas diversas carteiras encontra-se descrita nas notas 8, 9, 10, 13 e 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

e) Monitorização do Risco de Crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Grupo e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos.
O Grupo dispõe de um sistema de identificação de eventos de risco que permite a detecção de situações de provável incumprimento de Clientes.

A gestão dos referidos eventos de risco assume uma relevância significativa conseguida pela atribuição de responsabilidades na gestão dos alertas, pelas competências atribuídas aos responsáveis na prestação e actualização da informação e, por fim, pela definição das acções a desenvolver em face da classificação preditiva dos referidos sinais.

Com a preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas, a monitorização do risco de crédito é efectuada, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas, a rendibilidade ajustada ao risco e eventual aplicação de medidas correctivas.

f) Mitigação do Risco de Crédito

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido - bem como o grau de cobertura necessário, dependem do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte.

O Grupo dispõe de procedimentos internos no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais com critérios específicos de avaliação.

No entanto, existem alguns colaterais que, por natureza, estão associados a determinado tipo de crédito concedido, a saber:

- No crédito de médio/longo prazo a Particulares, como o crédito imobiliário, o colateral tem normalmente a natureza de garantia real, nomeadamente a hipoteca do imóvel e/ou penhor de depósitos;

- No crédito de curto prazo a Particulares são normalmente exigidas apenas garantias pessoais;

- No caso do crédito a Empresas, nomeadamente o crédito *revolving*, são solicitadas garantias pessoais dos sócios/accionistas sendo que, nalguns casos, são exigidas garantias reais, tais como a hipoteca de imóveis ou penhor de depósitos ou títulos. Estas situações variam em função do risco atribuído ao Cliente e da maturidade do crédito concedido a Empresas.

Os colaterais que, por incumprimento do Cliente, são executados e passam para a posse do Grupo são, na sua generalidade, vendidos para o cumprimento total ou parcial da dívida.

g) Processo de Recuperação de Créditos

O acompanhamento dos Clientes que apresentam sinais de alerta ou crédito em incumprimento e, a recuperação de créditos, são assegurados com base em modelos organizacionais, processos e prazos que privilegiam uma celeridade de actuação, diferenciados em função dos respectivos segmentos de negócio.
A gestão da recuperação de crédito é assegurada numa óptica de Cliente, e assenta na função de "Recuperador de Crédito" enquanto elemento responsável pela liderança do processo e coordenação do envolvimento dos restantes intervenientes que participam no seu desempenho.

Os Clientes do segmento Retalho são geridos com base em estruturas centralizadas, transitando entre as diferentes fases e equipas de acordo com prazos pré-definidos, que asseguram a sua gestão com base em procedimentos uniformizados, que variam em função da natureza dos clientes e dos créditos e garantias associadas.

Os Clientes do segmento Empresas são geridos por núcleos de recuperação, em função da sua proveniência geográfica. A sua transferência para essas estruturas processa-se mediante decisão das Unidades de Negócio, sob a supervisão de um órgão superior. Os Clientes transferidos para recuperação são objecto de acompanhamento e recuperação com base em estratégias definidas numa óptica casuística, que privilegiam, sempre que possivel, a via negocial.

Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

Gestão do Risco de Mercado

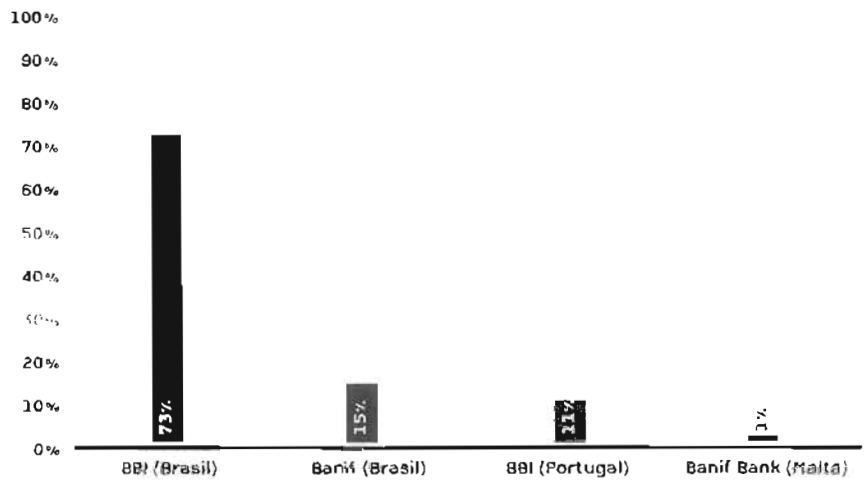
Ao nível do Grupo, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias, não sendo política do Grupo a realização de *trading* de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para Clientes, através da realização de operações simétricas com outras contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo. Desta forma, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Grupo Banif se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de mercado da carteira de títulos detidos para negociação do Grupo ascendeu, em termos absolutos, a 355 milhões de euros, composto por 347 milhões de euros de posições longas e 8 milhões de euros de posições curtas.

A gestão do risco de mercado é realizada de uma forma autónoma pelas várias subsidiárias, reflectindo as especificidades e vantagens competitivas, entre as quais a proximidade e o conhecimento local dos mercados em que operam, com particular ênfase para as instituições que actuam no Brasil, nomeadamente a unidade de banca de investimento, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, e a unidade de banca comercial, Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA e, ainda, o Banif - Banco de Investimento, SA, em Portugal.

Em termos consolidados, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo as sociedades participadas, representa a maior fatia da carteira de negociação, com um peso de 73%, seguido do Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA com 15% e do Banif Banco de Investimento, SA, em Portugal, com um peso de 11%. As posições das restantes subsidiárias são residuais.

À data de 31 de Dezembro de 2010, a carteira de títulos de negociação pelas principais subsidiárias apresentava a seguinte repartição:



A gestão do risco de mercado no Grupo é desenvolvida com o apoio da ferramenta BarraOne, a qual permite analisar o risco das carteiras, desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente, entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual, por sua vez, é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos niveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem caracteristicas económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco, numa perspectiva *forward-looking*.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o BarraOne desagrega o risco, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.

O cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) é assim decomposto pelos seguintes factores:

Risco Cambial – componente de VaR atribuível ao de risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor, o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.

Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuivel ao risco de mercado per si, excluindo o risco cambial O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico e correlação.

Risco Global – consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, spread, mercados emergentes e hedge funds, commodities. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

Acções: cada activo é classificado no sector onde melhor se enquadra (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector. Além disso, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo;

Obrigações: os activos são analisados em duas vertentes: i) Taxa de Juro (*Yield Curve*), que inclui o risco que decorre das alterações da inclinação da curva de rendimentos e da curvatura (*twist* ou *butterfly*) e ii) *Spread*, que analisa a diferença entre a curva *Swap* e a curva de divida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação de VaR;
Mercados Emergentes: mede o risco adicional pelo facto do emitente ser de um pais emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.

Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

De referir que as instituições do Grupo Banif a operar no Brasil, nomeadamente a unidade de banca de investimento, Banif Banco de Investimento (Brasil), SA e a unidade de banca de comercial, Banif -Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, possuem um sistema próprio de controlo e gestão de risco de mercado, utilizado igualmente com objectivos de reporte prudencial, de acordo com as regras da entidade de supervisão, o Banco Central do Brasil. Em termos regulamentares, o Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA não procede à distinção entre carteira bancária e de negociação, procedendo ao cálculo do VaR para a totalidade das posições.

O sistema MAPS, propriedade da MAPS, SA Soluções e Serviços, é uma importante ferramenta de suporte à gestão e controlo dos riscos destas duas instituições, sendo uma referência no mercado financeiro brasileiro, utilizado pelos principais bancos deste país, permitindo o controlo de limites, testes de aderência e testes de esforço, elaboração de relatórios para a gestão e de reporte ao Banco Central do Brasil.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o MAPS desagrega o risco para o cálculo do VaR.

Análise do Risco de Mercado

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do Value-at-Risk (VaR) para as carteiras de títulos de negociação do Grupo. O VaR foi apurado seguindo o modelo paramétrico, para um horizonte de 10 dias e com um intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do Banco de Portugal (Aviso n.º 8/2007). A referir que, no cômputo global, as carteiras são compostas maioritariamente por títulos de renda fixa.

O sistema BarraOne foi aplicado às carteiras de negociação das várias entidades do Grupo, à excepção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo participadas, tendo em consideração que o sistema usado internamente para controlo e gestão de risco de mercado, o MAPS, revela-se mais adequado ao tratamento das respectivas carteiras, dadas as características dos activos, entre os quais unidades de participação de fundos de investimento e outros instrumentos financeiros locais. A carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo sociedades participadas, correspondia a cerca de 261 milhões de euros à taxa de câmbio de final do ano. O VaR total carteira do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, excluindo a Beta Securitizadora[2], cifrava-se em BRL 2.771 mil (ou 1.250 mil euros) no final do ano, sendo composta maioritariamente por títulos de clívida pública brasileira (66%).

No que diz respeito à carteira do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Brasil), com um valor de mercado de cerca de 52 milhões de euros no final do ano, era composta por títulos com elevada liquidez, cerca de 73% composta por dívida pública brasileira, de taxa fixa, em

moeda local, com maturidade de curto prazo (inferior a 2 anos), e uma *duration* de cerca de um ano. O VaR total da carteira ascendia a BRL 1.015 mil (458 mil euros) no final do ano.

A carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento, SA, em Portugal, incluindo sociedades participadas, que ascendia a cerca de 37 milhões de euros em valor absoluto, a 31 de Dezembro de 2010, era composta quase exclusivamente por títulos de renda fixa, com cerca de metade da carteira denominada em dólares. A componente de acções assume um peso imaterial, que se traduzia num valor de mercado de cerca de 25 mil euros. Relativamente risco-país, cerca de 48% da carteira corresponde a investimento em títulos do Brasil. O VaR da carteira de negociação da unidade de banca de investimento em Portugal ascendia a 653 mil euros no final do ano.

Nos quadros seguintes, apresenta-se o VaR para a carteira consolidada a 31 de Dezembro de 2010, desagregada pelas várias subsidiárias do Grupo, reflectindo a gestão independente e local das respectivas carteiras de negociação e o risco de mercado próprio a que estão sujeitas.

Decomposição do VaR da carteira do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA:

Milhares

	VaR DA CARTEIRA	VaR DA CARTEIRA
Risco Total	2.771	1.250
Risco de mercado	2.771	1.250
Acções	-	-
Fundos	349	157
Obrigações	2.423	1.092
Risco cambial	-	-

[2] Os títulos da Beta Securitizadora ascendem a cerca de 15 milhões de Euros de valor de mercado, correspondente a cerca de 4% do valor da carteira de negociação do Grupo.

Decomposição do VAR da carteira do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil):

	VaR DA CARTEIRA	VaR DA CARTEIRA
Risco Total	1.015	458
Risco de Mercado	1.015	458
Risco Global (factores comuns)	985	444
Acções	428	193
Sector	312	141
Estilo	376	170
Obrigações	887	400
Curva de Rendimento	892	402
Spread	238	107
Mercados Emergentes	-	-
Correlação – factores comuns	(330)	(149)
Risco Específico	247	111

Decomposição do VaR da carteira do Banif - Banco de Investimento, SA[3] e outros:

	Milhares
	VaR DA CARTEIRA (EUR)
Risco Total	653
Risco de Mercado	429
Risco Global (factores comuns)	399
Acções	205
Sector	205
Estilo	1
Obrigações	345
Curva de Rendimento	301
Spread	144
Mercados Emergentes	167
Correlação – factores comuns	(317)
Risco Especifico	158
Risco Cambial	634
Correlação Moeda/Mercado	(410)

[3] Para efeitos de simplificação, incluem-se no quadro as exposições de carteira de negociação do Banif (Malta), com um valor de mercado de cerca de 3,2 milhões de euros.
Desta forma, o VaR total agregado das carteiras de negociação das várias entidades do Grupo ascende a cerca de 2,3 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010, representando menos de 1% do respectivo valor de mercado em base consolidada. O rácio do VaR total nos fundos próprios de base consolidados do Grupo (*Tier 1*), assume um peso muito reduzido.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro. Neste caso, é avaliado o risco de taxa de juro numa perspectiva de médio/longo prazo, ao nível da carteira bancária que permita avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

Gestão do Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos, sendo que, no exercício, manteve-se dentro dos limites superiormente aprovados.

A quantificação do risco de taxa de juro é efectuada através da metodologia prevista na Instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal e é processada através da multiplicação da posição líquida dos elementos registados na carteira de negociação (incluindo extrapatrimoniais), de cada banda temporal, por um factor de ponderação. Para o cálculo da posição ponderada total, é utilizada a *framework* da Instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal.

Foram realizados no exercício, testes de esforço ao risco de taxa de juro da carteira bancária, com base nas metodologias preconizadas na Instrução n.º 19/2005 e Instrução n.º 32/2009 do Banco de Portugal. Adicionalmente, foi elaborado um relatório intercalar no âmbito do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), tendo-se concluído que a magnitude dos impactos simulados não é significativa.

Análise do Risco de Taxa de Juro

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros considera um choque *standard* positivo ou negativo de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo o Grupo determina o impacto nos seus indicadores de outras magnitudes de choque.

Desta análise, foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extrapatrimoniais que, por definição, não são sensíveis a variações ocorridas nas taxas de juro. A exposição do Grupo, na sua larga maioria em Euros, não se encontra sujeita a volatilidades da taxa de juro de outras moedas de forma material.
Análise de sensibilidade impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

(valores expressos em milhares de Euros)

		2010	2009
EUR	Impacto na Situação Líquida	(85.592)	(74.730)
	Fundos Próprios	1.207.929	1.323.664
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	**-7,1%**	**-5,6%**
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	(4.924)	14.664
	Margem Financeira	351.551	286.740
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	**-1,4%**	**5,1%**
USD	Impacto na Situação Líquida	(14.510)	(7.496)
	Fundos Próprios	1.207.929	1.323.664
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	**-1,2%**	**-0,2%**
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	(5.609)	(10.533)
	Margem Financeira	351.551	286.740
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	**-1,6%**	**-3,7%**
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	(100.101)	(77.226)
	Fundos Próprios	1.207.929	1.323.664
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	**-8,3%**	**-5,8%**
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	(10.532)	4.131
	Margem Financeira	351.551	286.740
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	**-3,0%**	**1,4%**

Risco Cambial

O risco cambial representa as flutuações de valor que os instrumentos financeiros podem sofrer decorrente de alterações verificadas nas taxas de câmbio.

Gestão do Risco Cambial

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de

cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

Análise do Risco Cambial

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, centra-se na carteira de crédito concedido em BRL, conforme divulgado no quadro seguinte:

Milhares de Euros

	2010	2009
EUR	10.962.300	10.447.593
BRL	646.333	462.143
USD	340.030	371.863
CVE	87.934	79.706
CHF	81.815	106.876
GBP	63.907	3.560
HUF	13.945	7.533
PLN	5.427	4.542
JPY	4.506	3.988
Outras	58	60
Total	12.206.255	11.487.864

Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada.

A pressão imposta pelos mercados internacionais, relativamente ao excessivo endividamento dos países e instituições, veio traduzir-se numa subida do custo de financiamento, bem como numa maior dificuldade de obtenção de financiamentos para maturidades mais longas, o que veio implicar um redesenho da política de gestão de tesouraria e da política de financiamento das Instituições Financeiras.

Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Gaps* de liquidez.

As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos clientes, quer no mercado financeiro e Banco Central Europeu, continuaram a garantir, ao longo do exercício de 2010, a estabilidade dos recursos necessária ao desenvolvimento da actividade normal do Grupo. Apesar de uma redução generalizada verificada dos níveis de liquidez, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative*

gap mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para os vários periodos analisados

Em virtude da elevada volatilidade que caracterizou os mercados financeiros internacionais onde o Grupo actua, manteve-se um acompanhamento apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão eficiente diária.

Análise do Risco de Liquidez

À semelhança do risco de taxa de juro, foram realizados também testes de esforço relativos ao risco de liquidez bem como foi efectuado no âmbito do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), uma análise deste risco. A magnitude dos impactos simulados e a análise efectuada permitiram concluir que a exposição a este risco é aceitável dado o enquadramento macroeconómico verificado.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas, regularmente, análises quantitativas e qualitativas e *stress testings* que permitem identificar debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas num Plano de Contingência, que visem o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário.

Concentração de Risco por data de maturidade

2010 (Milhares de Euros)

	Até 1 Mês	1-3 Meses	3-6 Meses	6-12 Meses	1-5 Anos	>5 Anos	Total
Passivo	**3.778.723**	**2.444.919**	**1.829.764**	**1.384.902**	**3.133.846**	**1.841.483**	**14.412.637**
Recursos de Bancos Centrais e outras IC's	1.486.536	328.228	159.178	362.539	688.999	199.546	3.225.026
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.060.752	2.020.211	1.440.726	888.443	1.348.526	23.813	7.722.471
Responsabilidades representadas por títulos	228	43.659	209.050	109.212	857.758	1.259.438	2.479.345
Passivos Subordinados	-	5.964	-	583	116.335	145.326	268.178
Outros Passivos	289.877	46.590	17.268	24.063	26.989	298.600	703.387
Provisões	1.330	267	3.542	92	95.239	(85.240)	15.230
Capital e reservas	-	-	-	-	-	1.271.624	1.271.624
Total	**3.778.723**	**2.444.919**	**1.829.764**	**1.384.902**	**3.133.846**	**3.113.107**	**15.685.261**
Activo							
Crédito a IC's	421.824	70.118	33.127	19.709	77.137	87.219	709.128
Crédito a Clientes	481.983	930.660	1.257.541	1.842.582	3.570.872	4.164.072	12.247.710
Activos financeiros	27.524	6.196	55.798	217.908	282.210	549.986	1.139.623
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	364.079	364.079
Outros Activos	391.130	28.174	5.763	228.790	29.239	541.625	1.224.721
Total	**1.322.467**	**1.035.148**	**1.352.230**	**2.308.983**	**3.959.458**	**5.706.981**	**15.685.261**

2009 (Milhares de Euros)

	Até 1 Mês	1-3 Meses	3-6 Meses	6-12 Meses	1-5 Anos	>5 Anos	Total
Passivo	**2.181.354**	**1.942.555**	**2.151.725**	**2.086.469**	**2.929.602**	**1.980.608**	**13.272.313**
Recursos de Bancos Centrais e outras IC's	133.729	141.705	498.009	1.120.058	996.953	119.601	3.010.055
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.870.538	1.721.029	1.502.857	801.024	728.827	66.404	6.690.679
Responsabilidades representadas por títulos	5.307	34.844	128.218	72.837	1.013.514	1.123.012	2.377.732
Passivos Subordinados	-	-	-	515	170.328	151.640	322.483
Outros Passivos	171.780	44.977	22.641	92.035	19.980	505.070	856.483
Provisões	-	-	-	-	-	14.881	14.881
Capital e reservas	-	-	-	-	-	1.240.929	1.240.929
Total	**2.181.354**	**1.942.555**	**2.151.725**	**2.086.469**	**2.929.602**	**3.221.537**	**14.513.242**
Activo							
Crédito a IC's	148.881	95.873	82.153	94.600	58.244	43.196	522.947
Credito a Clientes	892.977	1.152.085	1.000.798	1.946.804	3.308.679	3.428.040	11.529.383
Activos financeiros	25.704	10.320	122.876	185.470	134.621	453.931	932.922
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	313.087	313.087
Outros Activos	511.397	32.389	85.507	184.710	46.695	354.205	1.214.903
Total	1.378.959	1.290.667	1.291.334	2.411.584	3.548.239	4.592.459	14.513.242

A análise dos desfasamentos (*Gap´s*) verificados entre os prazos de maturidade dos instrumentos financeiros considerados, permite também verificar concentrações de risco de liquidez nos vários prazos.

2010 (Milhares de Euros)

	GAP	GAP Acumulado	% GAP / Total Activo	% GAP Acumulado /Total Activo
Até 1 Mês	(2.572.649)	(2.572.649)	-16,4%	-16,4%
1-3 Meses	(1.409.762)	(3.982.411)	-9,0%	-25,3%
3-6 Meses	(477.550)	(4.459.961)	-3,0%	-28,4%
6-12 Meses	882.618	(3.577.343)	5,6%	-22,8%
1-5 Anos	1.004.539	(2.572.804)	6,4%	-16,4%
>5 Anos	2.572.804	-	16,4%	-

2009 (Milhares de Euros)

	GAP	GAP Acumulado	% GAP / Total Activo	% GAP Acumulado /Total Activo
Até 1 Mês	(802.571)	(802.571)	-5,6%	-5,6%
1-3 Meses	(762.683)	(1.565.254)	-5,3%	-10,8%
3-6 Meses	(981.910)	(2.547.164)	-6,8%	-17,6%
6-12 Meses	325.115	(2.222.049)	2,3%	-15,4%
1-5 Anos	772.680	(1.449.369)	5,4%	-10,0%
>5 Anos	1.449.369	-	10,0%	-

Em 2010, prosseguiu o projecto para o desenvolvimento de um Modelo de ALM - Asset and Liabillity *Management* que visa introduzir melhorias efectivas na actividade de gestão de activos e passivos no Banco. Este projecto, cuja conclusão se prevê para 2011, permitirá aperfeiçoar

as metodologias de medição e gestão dos vários riscos de balanço e, bem assim, alinhar os procedimentos e estrutura organizacional de acordo com as melhores práticas de mercado.

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

Gestão do Risco Operacional

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo, que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

As entidades do Grupo estão focadas e orientadas para a identificação de focos de risco e respectiva mitigação, que, sem prejuízo da responsabilização de toda a organização, assentam no contributo dos Gestores de Risco Operacional, distribuídos pelas diversas Direcções das entidades do Grupo.

Relativamente ao modelo de gestão de risco operacional adoptado pelo Grupo, é de salientar que o Risco Corporativo assume um papel de supervisão, validação e coordenação da informação recebida das várias entidades, bem como de apoio a todas as necessidades de formação relevantes, assegurando, deste modo, o desenvolvimento e a disseminação adequada da gestão do risco operacional no Grupo.

Considerando a heterogeneidade das entidades que compõem o Grupo, bem como a sua dispersão geográfica, no decurso de 2010 o Grupo promoveu um trabalho de *self-assessment* com o objectivo de aferir sobre o grau de desenvolvimento da gestão do risco operacional nas entidades do Grupo e, bem assim, informar-se sobre as normas regulamentares de Risco Operacional a que cada entidade está sujeita.

Os resultados deste trabalho permitiram ao Órgão de Risco Corporativo identificar e suprir as principais necessidades de formação existentes, bem como consolidar informação, uniformizar procedimentos e actividades indispensáveis à preparação da candidatura, ao Banco de Portugal, à aplicação do Método de Abordagem *Standard*.

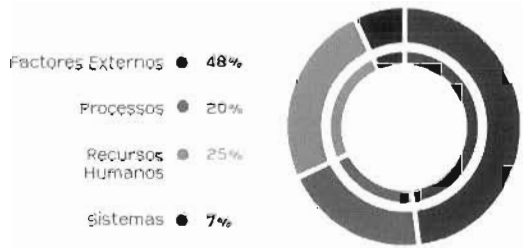
Perdas Operacionais

O registo de eventos de perda operacional, permite reforçar a sensibilidade para os diferentes tipos de risco e correspondentes acções de mitigação, sendo também um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco e, no futuro, suportar o cálculo das necessidades de capital económico e regulamentar.

O modelo de captação de perdas implementado consiste na identificação de perdas contabilizadas, sendo analisada toda a documentação que suporta essa contabilização, o que permite o seu registo na ferramenta informática com uma elevada qualidade de informação. Os registos são todos caracterizados quanto à sua fonte de risco, sendo quantificados e definidas acções correctivas ou de melhoria de procedimentos com vista à mitigação do risco que lhe deu origem.

A base de dados do registo de perdas tem vindo a aumentar nas diferentes entidades do Grupo, estando, neste momento, completamente consolidada ao nível do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.

Os resultados do exercício de captação de perdas, em termos de distribuição de eventos de perda e por categorias de risco, apresentam, em 2010, as seguintes representatividades:



Plano de Continuidade de Negócio (PCN)

Considerando a dispersão geográfica do Grupo e o elevado número de actividades e áreas de negócio, o Conselho de Administração da Banif SGPS, aprovou, em 2010, um *framework* cujo objectivo visou garantir a coerência e uniformidade de procedimentos na abordagem à crise e ao desastre, promovendo a adopção de uma política de continuidade consistente com os níveis de resiliência legalmente recomendados e com as melhores práticas nesta área.

Assim, independentemente do esforço continuado que cada entidade do Grupo tem vindo a desenvolver neste sentido, o *framework* e a sua implementação ou adequação global permitirá uma resposta eficaz e coerente, em caso de desastre, aos seus requisitos de negócio e aos requisitos das entidades de supervisão, nacionais e internacionais.

Ainda neste âmbito, o Conselho de Administração da Banif SGPS, aprovou a formação de uma equipa, de âmbito corporativo, para o apoio e coordenação de todo o projecto, ao nível do Grupo. Desta forma, espera-se um desenvolvimento acentuado no decorrer do primeiro semestre de 2011, com a elaboração e aprovação superior de um plano de implementação ou adequação global.

45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e respectivos métodos de valorização:

31/12/2010

		Técnicas de avaliação		
	Valor de mercado ou cotação	Análise de mercado	Outras	Total
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	259.985	144.334	54 783	459.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	320 090	66 021		386.111
Activos financeiros disponíveis para venda	249 604	10.117	34.689	294.410
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação		76 853	68.406	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		118.886		118.886

31/12/2009

		Técnicas de avaliação		
	Valor de mercado ou cotação	Análise de mercado	Outras	Total
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	176.131	137.353	38.165	351.649
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	354.745	121.157	-	475.902
Activos financeiros disponíveis para venda	84 511	10.644	10 216	105 371
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	41.623	42.707	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	220.249	-	220.249
Responsabilidade representadas por títulos	-	480 434	-	480.434

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nivel 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado;
- Outras (Nível 3): esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

A reconciliação entre saldos de abertura e saldos de fecho do nível 3 é a seguinte:

	31-12-2009	Total (perdas)/ganhos	Aquisições	Alienações	Transferências de níveis	31-12-2010
Activos financeiros detidos para negociação						
Derivados de crédito	38.165	16.618	-	-	-	54 783
Activos financeiros disponíveis para Venda						
Instrumentos de capital	10.216	-	6.050	(4.948)	-	11 318
Instrumentos de dívida	-	-	23.371	-	-	23.371
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados de crédito	(42 707)	(25.699)	-	-	-	(68.406)

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.10.2.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos *swaps* de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2010, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

	Moeda	
Prazo	EUR	USD
1 dia	0,25%	0,20%
7 dias	0,35%	0,23%
15 dias	0,43%	0,23%
1 mês	0,62%	0,23%
2 meses	0,78%	0,25%
3 meses	0,96%	0,29%
4 meses	1,07%	0,34%
5 meses	1,16%	0,40%
6 meses	1,26%	0,46%
7 meses	1,31%	0,51%
8 meses	1,35%	0,56%
9 meses	1,40%	0,62%
10 meses	1,44%	0,56%
11 meses	1,48%	0,51%
1 ano	1,53%	0,45%
2 anos	1,56%	0,83%
3 anos	1,89%	1,31%
4 anos	2,23%	1,76%
5 anos	2,56%	2,21%
6 anos	2,75%	2,54%
7 anos	2,93%	2,86%
8 anos	3,06%	3,04%
9 anos	3,19%	3,23%
10 anos	3,32%	3,41%
20 anos	3,70%	4,03%
30 anos	3,50%	4,13%

As alterações ao justo valor de "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" imputáveis a alterações de risco de crédito da entidade tiveram um impacto de 517 milhares de euros nos resultados de 2010 (917 milhares de euros em 2009).

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Nos quadros seguintes apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado.

31/12/2010

	Valor de balanço	Justo valor	Ganho/perda não reconhecido
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	709.128	709.128	-
Créditos e outros valores a receber	12.247.710	12.246.211	(1.499)
Activos não correntes detidos para venda	167.456	175.496	8.040
Investimentos detidos até à Maturidade	63.939	63.840	(99)
Passivos			
Recursos de IC's	1.286.879	1.286.879	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.722.471	7.722.471	-
Responsabilidade representadas por títulos	2.479.345	2.479.345	-

31/12/2009

	Valor de balanço	Justo valor	Ganho/perda não reconhecido
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	829.473	829.473	-
Créditos e outros valores a receber	11.529.383	11.526.630	(2.753)
Activos não correntes detidos para venda	85.552	88.629	3.077
Passivos			
Recursos de IC's	3.010.055	3.010.055	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.690.679	6.690.679	-
Responsabilidade representadas por títulos	1.897.298	1.897.298	-

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Para o crédito a taxa fixa superior a um ano, estimou-se o justo valor pela actualização dos fluxos de caixa esperados, à taxa média das operações efectuadas em Dezembro de 2010 (condições correntes de mercado).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

46. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

46.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

46.1.1 Descrição Geral

Conforme descrito na Nota 3.16, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) proporciona aos seus empregados diversos planos de benefícios com pensões e assistência médica, que abrangem:

- Plano de Pensões I, de benefício definido (BD), que deu continuidade ao Plano de Pensões de BD anterior ao Acordo de Empresa (AE), integra não só os reformados, como decorre directamente da legislação aplicável, como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos), com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos pelo AE;
- Plano de Pensões II, de contribuição definida (CD), integra todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos pelo AE. Relativamente aos empregados integrados neste Plano II, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais, em função dos respectivos salários, e a atribuição de uma contribuição inicial, a afectada às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras;
- Plano de Pensões III, também de contribuição definida (CD), que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, foi definido um plano especifico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários;
- Plano de Pensões BBCA, de beneficio definido (BD), que abrange os empregados integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, em 1 de Janeiro de 2009, e os reformados existentes à data da fusão por incorporação.

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas por dois Fundos de Pensões:

- Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram;
- Fundo de Pensões BBCA (ex- Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.), fundo fechado, constituído em 29 de Dezembro de 1988, que tem por objecto financiar as obrigações do Plano de Pensões BBCA.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, entidade relacionada, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são da responsabilidade da actuária Dr.ª Ana Marta Vasa, da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada.

46.1.2 Plano de Pensões I (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2010, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 90 Pensionistas (86, em 2009) e 12 Activos (18, em 2009), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.548 Activos (2.411, em 2009), para efeitos de responsabilidades com SAMS.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2010	2009
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto - Resp. com Pensões	5,00%	5,00%
Taxa de Desconto - Resp. com SAMS	5,50%	6,00%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,00%	5,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2009, manteve-se da taxa de desconto para o benefício de pensões de reforma do Plano de Pensões I, e reduziu-se de 6,00% para 5,5% para o benefício do SAMS, também integrado no Plano de Pensões I. Esta alteração teve por objectivo reflectir a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor das taxas de desconto referidas corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA"), e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos benefícios.

Dado que a população abrangida pelo benefício de pensões se encontra fechada a novas adesões e já se encontra na sua maioria a receber pensão, a duração das suas responsabilidades é apenas de 9 anos. Em contrapartida, para o benefício com os SAMS o plano não se encontra fechado a novas adesões e a duração das suas responsabilidades é de 17 anos.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

		2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades:			
Pensões em pagamento		18.052	18.799
Serviços passados de activos		2.196	3.015
Encargos com SAMS		5.971	4.986
	Total	26.219	26.800
Justo valor dos activos do Plano		(25.865)	(26.930)
	Deficit	354	(130)
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos			
"Corredor"		(2.622)	(2.693)
Excesso ao "Corredor"		(1.959)	(2.353)
	Total	(4.581)	(5.046)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço		(4.227)	(5.176)

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2010, era de 3.443 milhares de euros (349 milhares de euros, em 2009).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 2.622 milhares de euros (2.693 milhares de euros, em 2009) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 1.959 milhares de euros (2.353 milhares de euros, em 2009), será amortizado por 4,9 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano para cada um dos benefícios.

Em 31 de Dezembro de 2010, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 867 milhares de euros (771 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009), ou a redução de 867 milhares de euros (765 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009) e um acréscimo nos custos do exercicio (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 25,5 milhares de euros (5,7 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009), ou a redução 25,5 milhares de euros (0,9 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009).

c) Gastos reconhecidos no exercicio

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões I:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	220	76
Custo dos juros	1.390	1.502
Rendimento esperado	(1.205)	(1.388)
Perdas actuariais reconhecidas no ano	545	1.982
Encargos suportados benef. / outros	0	(19)
Total gastos do exercício	950	2.154

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2009) na medida em que todos se reformaram por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	26.800	26.123
Custo do serviço corrente	220	76
Custo dos juros	1.390	1.502
Perdas (ganhos) actuariais	(632)	544
Pensões Pagas	(1.559)	(1.445)
Valor Actual das Responsabilidades finais	26.219	26.800

e) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2010	2009
Valor do Fundo no início do ano	26.930	25.913
Rendimento esperado	1.205	1.388
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(712)	(64)
Contribuição entregue ao fundo	0	1.139
Pensões pagas pelo fundo	(1.559)	(1.445)
Valor do Fundo no final do ano	25.865	26.930

Em 2010 não foram efectuadas contribuições para o Plano de Pensões I, na medida em que estavam cumpridos os níveis de financiamento requeridos pelo Aviso nº 12/2001, do Banco de Portugal, e Instituto de Seguros de Portugal (SP). Em 2009, as contribuições foram no montante de 1.139 milhares de euros e realizadas em numerário.

Em 2011, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 537 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos do fundo estavam assim distribuídos.

	2010		2009	
	Montante	%	Montante	%
Acções	871	3,4%	1.629	6,0%
Fundos de Investimento	5.302	20,5%	8.156	30,3%
Dívida Pública	1.614	6,2%	0	0,0%
Obrigações diversas	2.767	10,7%	3.436	12,8%
Imóveis	9.333	36,1%	9.332	34,7%
Mercado monetário	4.894	18,9%	3.046	11,3%
Outros	1.084	4,2%	1.332	4,9%
Total	25.865	100,0%	26.930	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.049 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2009).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2010, 2.510 milhares de euros (2.553 milhares de euros, em 2009) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 1.217 milhares de euros (2.925 milhares de euros, em 2009) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior foram:

	2010	2009
Taxa de Mortalidade	1,94%	0,11%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,92%	5,31%
Taxa Crescimento Salários	0,81%	4,61%
Taxa Crescimento Pensões	0,33%	1,45%
Taxa de 'turnover'	0,00%	0,00%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido, nos últimos 5 anos, apresenta-se da seguinte forma:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor Actual das Responsabilidades	26.219	26.800	26.123	73.567	72.499
Valor do Fundo	25.865	26.930	25.913	71.140	65.883
(Déficit) Superávit	(354)	130	(210)	(2.427)	(6.616)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	832	(544)	(351)	4.888	(2.121)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(712)	(64)	(2.283)	(2.169)	828

46.1.3 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2010, a Sociedade efectuou contribuições 2.419 milhares de euros (2.793 milhares de euros em 2009) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 76 milhares de euros de contribuição corrente (89 milhares de euros em 2009).

46.1.4 Plano de Pensões BBCA (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2010, o Fundo abrangia uma população de 252 Pensionistas (251, em 2009) e 382 Activos (391, em 2009).

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2010	2009
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,50%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,50%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,75%	1,75%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2009, manteve-se a taxa de desconto, que reflecte a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor da taxa de desconto de 5,50% corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades determinadas como a média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados (16 anos).

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as caracteristicas da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

		2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades:			
Pensões em pagamento		52.607	51.284
Serviços passados de activos		50.214	49.198
Encargos com SAMS		6.729	6.584
Subsidio por Morte		1.907	1.839
	Total	111.457	108.905
Justo valor dos activos do Plano		(105.551)	(101.073)
	Deficit	5.906	7.832
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos			
"Corredor"		(11.146)	(10.891)
Excesso ao "Corredor"		(7.862)	(6.187)
	Total	(19.008)	(17.077)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço		(13.102)	(9.245)

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2010, era de 8.647 milhares de euros (26.558 milhares de euros, em 2009).

Conforme referido na Nota 3.16, os empregados abrangidos por este Plano de Pensões passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, nos termos do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro. Esta integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Dado que não existe redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas. Desta forma, a Sociedade não registou qualquer impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 em consequência da integração destes empregados no Regime Geral da Segurança Social, conforme orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal.

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 11.146 milhares de euros (10.891 milhares de euros, em 2009) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 7.862 milhares de euros (6.187 milhares de euros, em 2009), será amortizado por 16,8 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

Em 31 de Dezembro de 2010, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para os SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 1.034 milhares de euros (1.012 milhares de euros, em 2009), ou redução de 1.036 milhares de euros (1.013 milhares de euros, em 2009) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 20 milhares de euros (20 milhares de euros, em 2009), ou redução de 19 milhares de euros (17 milhares de euros, em 2009).

c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	2.116	2.025
Custo dos juros	5.990	5.914
Rendimento esperado	(5 267)	(5.048)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	387	346
Custos Reformas Antecipadas	382	1.395
Encargos suportados pelos beneficiários	(128)	(94)
Total gastos do exercício	3.479	4.538

Este plano não inclui quaisquer responsabilidades com Administradores do Grupo.

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	108.905	102.855
Custo do serviço corrente	2.116	2.025
Custo dos juros	5.990	5.914
Perdas (ganhos) actuariais	(2.072)	322
Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	382	1.395
Pensões Pagas	(3.864)	(3.606)
Valor Actual das Responsabilidades finais	111.457	108.905

e) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2010	2009
Valor do Fundo no início do ano	101.073	92.046
Rendimento esperado	5.267	5.048
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(4.389)	(591)
Contribuição entregue ao fundo	7.463	8.175
Pensões pagas pelo fundo	(3.864)	(3.606)
Valor do Fundo no final do ano	105.551	101.073

As contribuições realizadas em 2010, no montante de 7.463 milhares de euros (8.175 milhares de euros, em 2009) foram realizadas em numerário.

Em 2011, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 4.320 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2010		2009	
	Montante	%	Montante	%
Acções	3.083	2,9%	5.734	5,7%
Fundos de Investimento	39.223	37,2%	54.024	53,5%
Dívida Pública	8.384	7,9%	0	0,0%
Obrigações diversas	10.526	10,0%	12.329	12,2%
Imóveis	13.971	13,2%	14.231	14,1%
Mercado monetário	26.663	25,3%	11.217	11,1%
Outros	3.700	3,5%	3.537	3,5%
Total	105.551	100,0%	101.073	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.185 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2009).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2010, 9.459 milhares de euros (9.075 milhares de euros, em, 2009) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 11 134 milhares de euros (10.802 milhares de euros, em 2009) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo

f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2010	2009
Taxa de Mortalidade	0,94%	0,77%
Taxa de Invalidez	0,26%	0,49%
Taxa de Rendimento do Fundo	0,90%	4,89%
Taxa Crescimento Salários	2,91%	4,40%
Taxa Crescimento Pensões	0,41%	0,43%
Taxa de 'turnover'	0,52%	0,25%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo nos últimos 5 anos apresenta-se da seguinte forma:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor Actual das Responsabilidades	111.457	108.905	102.855	98.670	102.374
Valor do Fundo	105.551	101.073	92.046	97.597	90.854
(Déficit) Superávit	(5.906)	(7.832)	(10.809)	(1.073)	(11.520)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	2.072	(322)	2.752	9.477	2.094
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(4.389)	(591)	(16.456)	(2.575)	1.638

46.2 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA celebrou, em 31 de Dezembro de 2008, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

O número inicial de unidades de participação desta adesão colectiva, no montante de 1.124,5 milhares de euros, correspondeu ao montante das provisões matemáticas existentes à data do início deste contrato, no anterior contrato de Seguro Grupo celebrado com a Companhia de Seguros Açoreana, denominado "Plano Investimento Futuro", as quais foram transferidas para o actual contrato.

Em 2010, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 4,9 milhares de euros (25,5 milhares de euros, em 2009).

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.3 Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A.

A Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A. celebrou, em 5 de Junho de 2009, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2010, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 13,0 milhares de euros (6,4 milhares de euros, em 2009).

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.4 Banif – Banco de Investimento, S.A. e Associadas

O Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 26 de Dezembro de 2003, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o fundo de pensões BBI & Associadas. Trata-se de um fundo de pensões fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas no respectivo plano de pensões, de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2010, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 125,4 milhares de euros (159,1 milhares de euros em 2009), sendo 106,2 milhares de euros (137,1 milhares de euros em 2009) pelo Banif – Banco de Investimento, 16,4 milhares de euros (18,5 milhares de euros em 2009) pela Banif Gestão de Activos e 2,8 milhares de euros (3,5 milhares de euros em 2009) pela Banif Açor Pensões.

O custo com contribuições para o plano de pensões destas entidades, relativas a Administradores do Grupo, foram 24,1 milhares de euros (35,2 milhares de euros em 2009).

46.5 Banco Mais, S.A. e Associadas

O Banco Mais, S.A. e as sociedades Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A. e Margem – Mediação de Seguros, Lda, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 7 de Dezembro de 2010, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2010, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 47,8 milhares de euros, sendo 47,7 milhares de euros pelo Banco Mais, S.A, 0,1 milhares de euros pela Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A. e 0 milhares de euros pela Margem – Mediação de Seguros, Lda, S.A..

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

47. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam na rubrica de "Rendas e alugueres" dos Gastos Gerais Administrativos (Nota 41) e referem-se principalmente a edifícios arrendados para instalação de balcões.

Os activos utilizados em regime de locação operacional e respectivos gastos para os exercícios futuros são os seguintes:

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	7.283	124	47
Entre 1 e 5 Anos	2.473	702	268
Superior a 5 Anos	36.587	-	-
Total	46.343	826	315

48. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	Elementos chave de gestão		Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão		Associadas		Outras Entidades	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Crédito e aplicações	2 615	1.859	247	81	96.670	106.079	94 714	17.366
Depósitos	6.000	3.706	887	812	32.914	22.865	9 231	818
Suprimentos	-		-	-	65 947	6.677	22 735	13.500
Empréstimos obtidos	-		-	-	-	1.136	-	5
Garantias prestadas	-		-	-	-	6	-	292
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Comissões e serviços	21	-	-	-	1 312	726	-	21
Juros e encargos	122	127	13	29	93	1.159	1	290
Juros e Rendimentos	30	28	3	2	4 073	5 270	348	892

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações do pessoal chave de gestão da Rentipar Financeira, SGPS, SA

2010: 191 milhares de euros

2009: 118 milhares de euros

As partes relacionadas do Grupo são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro
Sr. Vítor Hugo Simons
Dr. José Marques de Almeida
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Paula Cristina Moura Roque

Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida
Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos
Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires
Filipe Gouveia Marques dos Santos
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto
Artur Rangel Fernandes
Nicole Rangel Fernandes
Mateus Boarotto Fernandes
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira
Joana Sá Reis Rocha Moreira
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira
Maria Alice Pereira de Almeida
João Paulo Pereira Marques de Almeida
Maria José Pereira Marques de Almeida
Maria João Pereira Marques de Almeida
Catherine Thérèse Laurence da Silveira
Alexandre Tiago da Silveira
Héloise Maria da Silveira
Gaspar Antoine da Silveira
Luisa Maria Campina Pinto da Piedade
Carolina Pinto Inverno da Piedade
Leonor Pinto Inverno da Piedade
Ana bela Delgado Courinha e Ramos Simons
Nidia da Mota Simons
João Pedro da Mota Simons
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons
Lorenzo Roque Dal Fabbro
Bianca Maria Roque Dal Fabbro

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, SGPS
Companhia de Seguros Açoreana
Espaço Dez
Banca Pueyo
Bankpime
Inmobiliaria Vegas Altas
MCO2
Centaurus

Outras entidades:

Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS
Joaquim Ferreira de Amorim
Evalesco SGPS
Jorge Sá
J. Sá & Filhos, Lda
Oliveira, Freitas & Ferreira, Lda
Rentipar Investimentos, SGPS
Rentipar Industria SGPS
Rentiglobo, SGPS
Empresa Madeirense de Tabacos
SIET Savoy
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira
RAMA – Rações para Animais

SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avicolas
Aviatlântico
SOIL, SGPS
Rentimundi – Investimentos Imobiliários
Mundiglobo – Habitação e Investimentos
Habiprede – Sociedade de Construções
Genius – Mediação de Seguros
Rentimedis – Mediação de Seguros
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo (ver Nota 46)
Dualimo

49. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2010, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

A Banif – SGPS, SA estabeleceu, em Junho de 2010, uma parceria com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, no âmbito da Banif Corretora de Valores e Câmbio ('Banif CVC'), a qual integra a Banifinvest, broker on-line do Banif – Grupo Financeiro no Brasil. Esta parceria foi materializada através de um acordo celebrado entre o Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A., o Banco Caixa Geral Brasil, S.A. e o Caixa Banco de Investimento, S.A, que prevê a tomada de uma participação, por parte dos dois referidos bancos do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de 70% na Banif CVC. Estima-se que o Grupo obtenha uma mais – valia, líquida de impostos, de 28,1 milhões de euros.

No dia 7 de Março de 2011, a agência de rating Moody's Investors Service baixou a sua notação de rating da divida pública Grega de Ba1 para B1, mantendo uma perspectiva (outlook) negativa. Não obstante, em função dos mecanismos de ajuda criados na União Europeia, não estimamos qualquer impacto deste evento no exercício terminado em 31 de Dezembro de 2010.

No dia 15 de Março de 2011, a agência de rating Moody's Investors Service baixou a sua notação de rating da dívida pública Portuguesa de A1 para A3, mantendo uma perspectiva (outlook) negativa.

Em 21 de Janeiro de 2011 reunidos em Assembleia Geral, os accionistas da Rentipar Financeira deliberaram proceder a uma operação de aumento de capital no montante de € 90.000.000, passando o mesmo dos actuais € 45.000.000 para € 135.000.000.

No dia 4 de Março de 2011, foi concluída a fase de subscrição do aumento do capital social. Neste âmbito, foram subscritas 18.000.000 novas acções ordinárias e nominativas, com o valor nominal de € 5 cada, o que, conforme acima referido, irá conduzir à alteração do capital social da Rentipar Financeira de € 45.000.000 para € 135.000 000.
À data deste documento foi já realizado 30 % do capital subscrito, correspondente a € 27.000.000, devendo os restantes 70 % ser realizados, em uma ou mais vezes, após notificação do Conselho de Administração para esse efeito, o mais tardar, no prazo de cinco anos contados da deliberação de aumento do capital social, a qual data de 21 de Janeiro de 2011.
Em sequência do aumento do capital social, a estrutura de participações da Rentipar Financeira passou a ser a seguinte:
Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque: 16,85 %
Rentipar Investimentos – SGPS, SA: 48,00 %
TERCRIS Foundation: 5,19 %

Fundação Horácio Roque: 29,9 %

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, da Variação em Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, individuais e consolidados, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração da **Rentipar Financeira, SGPS, S.A.**.

Acompanhámos durante o exercício de 2010 a actividade da Sociedade, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, que nos permitiu o pleno desempenho das nossas funções.

Os critérios valorimétricos utilizados obedecem às Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA"), de acordo com o definido pelo Banco de Portugal, reflectem de uma forma clara a actividade financeira da empresa e estão explicitados no Anexo às Contas.

Consideramos que o Relatório de Gestão refere com adequado detalhe os factos mais relevantes ocorridos no exercício, expõe adequadamente a evolução do sector e as suas implicações na actividade da empresa, bem como o desenvolvimento dos seus negócios e resultados, permitindo compreender a situação da Empresa e as perspectivas da sua evolução, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Certificações Legais das Contas, individuais e consolidadas, emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade somos do parecer que sejam aprovados, pelos Accionistas, os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício de 2010, bem como a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 04 de Abril de 2011

O CONSELHO FISCAL

José Luiz Pereira de Macedo - Presidente

Carlos Alberto da Costa Martins

Teresa Lucinda Camoesas Castelo

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 549.255 milhares de Euros e um total de capital próprio de 423.004 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 9.378 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 4 de Abril de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 15.685.261 milhares de Euros e um total de capital próprio de 575.740 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 12.982 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração Consolidada de Variações em Capitais Próprios e a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
   - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e

divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Rentipar Financeira - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 4 de Abril de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)